Raquel Vilaça | Miguel Serra

(coordenadores)

Idade do Bronze do Sudoeste

Novas perspetivas sobre uma velha problemática

COIMBRA | 2014

Idade do Bronze do Sudoeste

Novas perspetivas sobre uma velha problemática

Raquel Vilaça | Miguel Serra

(coordenadores)

Idade do Bronze do Sudoeste

Novas perspetivas sobre uma velha problemática

COIMBRA | 2014

FICHA TÉCNICA

Título
Idade do Bronze do Sudoeste
Novas perspetivas sobre uma velha problemática

Coordenação editorial
Raquel Vilaça | Miguel Serra

Design gráfico
José Luís Madeira

Capa
Vaso cerâmico da Torre Velha 3 | Serpa
Foto: Rui Clemente | Palimpsesto, Lda.

Paginação e **Edição de Imagem**
José Luís Madeira

Edição
Instituto de Arqueologia | Secção de Arqueologia | FLUC
e-mail: iarq@ci.uc.pt

ISBN: 978-972-9004-28-5

Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.
e-mail: geral@palimpsesto.pt

ISBN: 978-989-20-4930-4

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
e-mail: ceaucp@gmail.com

ISBN: 978-989-95954-7-7

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Das *II Jornadas de Pré e Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, realizadas a 15 de Abril de 2011, restavam a memória dos mais de cem participantes (com esmagadora maioria de estudantes) e algumas fotografias. Agora, volta-se a elas para resgatar, em forma de letra, quase todas as comunicações então apresentadas. Juntam-se ainda outros três textos inéditos decorrentes de contributos prestados alhures, mas oportunos nesta ocasião.

Pela organização conjunta do evento responsabilizaram-se o Instituto de Arqueologia (Secção de Arqueologia) do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto e a Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Ld.ª, entidades igualmente editoras deste livro, que reúne distintos olhares e experiências de quinze autores, jovens e séniores, no mesmo espírito das I Jornadas (2009).

O tema do *Bronze do Sudoeste* foi o mote para a sua realização. Pretendeu-se fomentar a discussão acerca deste conceito, concebido e sistematizado por Hermanfrid Schubart nos anos setenta do século passado, centrando a atenção em alguns trabalhos recentes produzidos no âmbito de projectos de investigação, trabalhos académicos ou intervenções de arqueologia empresarial.

Não houve então, nem agora se verifica, qualquer pretensão de reunir contributos exaustivos relativos ao tema, ou trabalhos de síntese sobre as mais tradicionais vertentes de abordagem ao *Bronze do Sudoeste*, como as questões ligadas às práticas funerárias ou às estelas de "tipo alentejano", só para mencionar algumas das mais frequentes. A debate colocaram-se, e colocam-se, temas relacionados com novos dados do Sudoeste peninsular que permitem enriquecer e problematizar o cenário traçado por Schubart e questionar ainda o próprio conceito e paradigmas da investigação produzida. Ao mesmo tempo, integram-se contributos vários sobre o Bronze Final, período pouco abordado pelo investigador alemão, por ser parcamente conhecido à época na região.

É sabido que nos últimos anos temos assistido à proliferação de escavações arqueológicas em sítios abertos de planície com carácter habitacional (mas não só), muitos apontando cronologias (inclusive radiocarbónicas) que permitem integrá-los no Bronze Médio e Final. Os contextos ditos "domésticos" e do quotidiano, que primavam pela quase total invisibilidade quando comparados

com as melhor conhecidas necrópoles de cistas, vão ganhando terreno, pouco a pouco. E, às cistas, juntaram-se as fossas e hipogeus…

O rápido e contínuo desenvolvimento de muitas novidades sobre este período, cuja gestão nem sempre se afigura simples, não faz do presente momento o eleito para se traçar sínteses. Antes reclama por condições propícias de investigação, institucionais e financeiras, indispensáveis ao aprofundamento do seu estudo na senda de novos paradigmas e num quadro moldurado pelo debate em torno do que se entendeu designar "*Cultura do Bronze do Sudoeste*".

Primavera de 2014

Raquel Vilaça e *Miguel Serra*

Fig. 1 – II Jornadas de Pré e Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra "Idade do Bronze do Sudoeste: novas perspetivas sobre uma velha problemática". Conferências (Centro Cultural D. Dinis, Coimbra, 15 de Abril de 2011).

Fig. 2 – II Jornadas de Pré e Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra "Idade do Bronze do Sudoeste: novas perspetivas sobre uma velha problemática". Sessão de materiais (Centro Cultural D. Dinis, Coimbra, 15 de Abril de 2011).

O Bronze do Sudoeste como entidade arqueográfica: a visibilidade dos dados empíricos e os resultados da pesquisa como produto social

Rui Parreira[1]

Resumo

Para o Sudoeste peninsular os dados empíricos referentes ao 2.º milénio anterior à era cristã têm sido abordados, desde o século XIX, sob distintos enquadramentos teóricos. Procura-se, por isso, refletir como essas diferentes perspetivas têm condicionado interpretações discrepantes, desde as centradas nos objetos e nos sítios às que consideram os territórios e as paisagens culturais, ou às que, na materialidade do registo arqueológico, procuram discernir contradições, transformações e continuidades na sociedade da chamada Idade do Bronze.

Palavras-chave

Historiografia; Idade do Bronze; Península Ibérica; Sudoeste.

Abstract

Since the 19th century, empirical data concerning the second millennium BC in Southwest Iberia has been approached from different theoretical frameworks. In this essay, the Author takes into account how these divergent perspectives conditioned dissimilar interpretations, from those centred in objects and sites to those considering territories and cultural landscapes, or to the other ones, which in the archaeological register seek for contradictions, changes and continuities in the so called Bronze Age society.

Key-words

Historiography; Bronze Age; Iberia; Southwest.

---

[1] Direção Regional de Cultura do Algarve. *E-mail*: rparreira@cultalg.pt

1. O enquadramento histórico e cultural da Idade do Bronze no Sudoeste

Até aos anos 1960, todas as evidências empíricas da Idade do Bronze do Sul peninsular eram identificadas com a «Cultura de El Argar», entidade definida a partir de um assentamento escavado pelos irmãos Siret nos finais do século XIX, na região de Almeria. Nos finais do século XIX, aqueles tinham empreendido trabalhos de terreno fundamentais em diversas estações arqueológicas do Sueste Peninsular (Siret e Siret, 1887), criando um esquema básico de periodização e a primeira definição arqueográfica de uma Idade do Bronze peninsular de feição mediterrânea.

Quando, com base nos seus próprios trabalhos de levantamento da Carta Arqueológica do Algarve, Estácio da Veiga caraterizou a época que então designou como *«idade do cobre»*, antecedida por uma *«época de transição do período neolítico para a primeira idade dos metais»* e com sequência numa *«idade do bronze»*, fê-lo com base num conjunto de itens representativos (Veiga, 1889: 117-118; 1891: 35-148):

– instrumentos de cobre pontiagudos ou cortantes e outros artefactos do mesmo metal, contextualizados em estações, jazigos, minas ou esconderijos do mesmo metal, sem manufatura alguma de bronze ou de ferro;

– encabamento das facas, serrotes, lanças e adagas de cobre através de dois ou mais orifícios na base dos instrumentos, em substituição do anterior sistema de encabamento com entalhes laterais na base;

– sepulturas quadrangulares de curtas dimensões, não alinhadas e sem orientação uniforme, construídas com lajes toscas cujos topos laterais excedem um tanto o alinhamento transversal das cabeceiras, e outras sepulturas cujas várias configurações são determinadas por fiadas horizontais sobrepostas de pedra de pequeno aparelho;

– agrupamento das construções sepulcrais em rampas de colinas, cabeços de outeiros e terras altas, formando grandes ou pequenas necrópoles;

– loiça de formas melhoradas e diferenciadas, sendo quase constante o fundo externamente convexo;

– artefactos de prata associados a outros de cobre, sem mistura alguma de bronze;

– inexistência absoluta, nesses contextos, de artefactos de bronze acompanhando armas ou quaisquer manufaturas de cobre.

Para o Sudoeste, Estácio da Veiga dava como exemplo de tais ocorrências várias necrópoles no Algarve, como Alcaria do Pocinho (Torre dos Frades, Vila Real de Santo António), Ferrarias (Aljezur), Fonte Santa (Alte, Loulé), Bias (Olhão), Corte do Guadiana (Castro Marim), Serro dos Corveiros (Castro Marim), Serro da Eira da Estrada (Castro Marim), e outras no Alentejo (que não especifica), assinalando a ausência, no geral, de vestígios seguros de povoados (*«centros de população»*), o que atribuía ao estado da investigação e às destruições provocadas pelas guerras, pelo tempo e pela atividade agrícola (*«por não ter havido amplas explorações e por estarem em grande parte destruídos pelas invasões guerreiras, pelos atritos do tempo e pela cultura da terra»*).

É obrigatório mencionar a relevância dos contributos de Estácio da Veiga para o conhecimento empírico dos contextos funerários da Idade do Bronze no Sul do território hoje português (ver também Veiga, 1891: 169-237). Os seus registos constituem muitas vezes a única base de argumentação, uma vez que os contextos que ele descreveu e ilustrou nas *«Antiguidades Monumentaes do Algarve»* desapareceram fisicamente ou deles apenas restam os artefactos. No texto das *«Antiguidades…»* ou na *«Carta Arqueológica do Algarve / Tempos Pré-Históricos»*, Estácio da Veiga coligiu e sistematizou os registos anteriores, classificando os diversos contextos sepulcrais, motivou o interesse científico pelas necrópoles da Idade do Bronze (para ele Idade do Cobre) no Sudoeste peninsular, e os seus resultados desencadearam uma nova fase da investigação.

Esta iniciou-se logo a partir da publicação das *«Antiguidades…»*, com os trabalhos de Santos Rocha, organizador de *«excursões científicas»* pelo Algarve empreendidas pela Sociedade Arqueológica da Figueira para, entre outros fins, *«descobrir* e *explorar novas estações funerárias […] dessa idade do cobre proclamada por Vilanova com relação à Espanha (Vilanova y Piera, 1884; cf. Ayarzagüena* e *Puche, 2012)* e *defendida por Estácio da Veiga (1889; 1891) com relação a Portugal»* (Rocha, 1911: 28, 31).

Ao enquadrar historicamente a *«época dos metais»,* José Leite de Vasconcellos (1897: 70 ss., 407 ss.) constata que «mal se pode delimitar com rigor o que na época dos metais pertence à Pré-História e à Proto-História». Procurando definir as caraterísticas específicas do *«que com alguma propriedade deverá chamar-se primeiros tempos da época dos metais»,* Leite de Vasconcellos releva um aspeto: *«o culto dos mortos»,* pelo que descreve os respetivos contextos funerários baseando-se nos estudos que Estácio da Veiga fizera das *«sepulturas do período que ele* (Estácio) *chama 'do cobre'»*, as quais *«são principalmente cistas».*

Até aos inícios da segunda metade do século XX, com os contributos de José Formosinho, Veiga Ferreira e Abel Viana, entre outros, foi possível complementar e acumular mais dados sobre essa época, identificada como «argárica» e atribuída à Idade do Bronze mediterrânica (p. ex. Viana *et al.,* 1953; Viana e Ribeiro, 1956: 153-167), a partir de diversos achados de contextos funerários. Mas os incipientes registos das intervenções de terreno e a incidência das investigações em áreas geográficas específicas e limitadas (Barros de Beja e Caldas de Monchique), revelam limitações arqueográficas idênticas às das necrópoles identificadas por Estácio da Veiga e por Santos Rocha e referenciadas por José Leite de Vasconcellos.

Ainda assim, nos anos 1960, Beatrice Blance, atenta ao abuso do termo *«argárico»* para identificar os contextos e artefactos da Idade do Bronze do Sul peninsular, abordou separadamente, por áreas geográficas diferenciadas, aquilo que identificou como entidades *«influenciadas»* por El Argar (Blance, 1971: 133-145) e os ensaios de síntese de Fernando Nunes Ribeiro, tendo como base a sua própria colecção particular (Ribeiro, 1965) e de Miguel Tarradell (1965) permitiram começar a definir entidades arqueográficas contemporâneas, configurando um mosaico de *«culturas»* distintas na Idade do Bronze peninsular, levando os autores (entre eles Savory [1968: 204-208 da tradução de 1969]) a considerar no Sudoeste peninsular a presença de uma *«cultura» da Idade do Bronze autónoma no Sudoeste* e *a referenciar mesmo um «Bronze meridional português»* (Ribeiro, 1965).

Neste contexto historiográfico, ganham especial relevância as escavações de Abel Viana no Monte da Atalaia, no município de Ourique, no Alentejo profundo, onde duas campanhas de terreno (1959 e 1960) lhe revelaram importantes estruturas sepulcrais, que ele começa por atribuir *«a uma época de transição entre o Eneolítico* e *o Bronze Argárico»* (Viana, 1959: 36). Em inícios de 1962, numa viagem científica feita com Vera Leisner pelo Sul de Portugal, Hermanfrid Schubart visitou aqueles trabalhos arqueológicos. Por essa altura, Abel Viana dava já sinais de uma saúde precária e convidou Schubart para continuar as escavações por ele iniciadas na Atalaia e assim se realizaram as campanhas de 1962 e 1963. O próprio Schubart recordaria nostalgicamente essas campanhas e o excelente convívio com Abel Viana, que junto dos seus amigos classificava aquilo como um *«trabalho gigantesco»,* inimaginável, onde se trabalhava inclusivamente aos domingos e, já próximo do final das campanhas, todos os dias e com horas extra! Devido à sua já precária saúde, Viana ia pouco à escavação mas informava-se de tudo e apreciava os trabalhos através dos planos desenhados no terreno. Fiel ao compromisso que assumira com o Instituto Arqueológico Alemão, encarregava-se das ferramentas, do alojamento (na casa de peregrinos da Senhora da Cola, onde se reuniam todos para o jantar) e da alimentação, preparada por uma cozinheira por ele engajada e onde o vinho nunca faltava. Diz Schubart que, apesar do trabalho duro ao longo de todo o dia, *«vivia-se bem naquele ermo».* Salvas as distâncias, as sardinhas chegavam regularmente, conservadas em sal, levadas em caixas pelo peixeiro. Numa ocasião, Schubart levou alguns

dos trabalhadores no seu jipe, até à Praia, a Vila Nova de Milfontes: nunca tinham visto mar! E foi agarrados, dando as mãos a Schubart, que entraram juntos na água!

Viana faleceu em 1964, não chegando a ver a publicação dos resultados desses trabalhos (Schubart, 1964; 1965). Na sequência deles, Schubart publicou numa obra de conjunto todas as informações até então disponíveis na bibliografia e nos principais museus e colecções atribuíveis à Idade do Bronze no Alentejo, Algarve e Andaluzia Ocidental (Schubart, 1975). Uma rigorosa compilação e sistematização que lhe permitiu fundamentar aquilo que ele já então (1971 a) definira como *«Cultura da Idade do Bronze do Sudoeste da Península Ibérica»,* uma entidade arqueográfica largamente assente em associações funerárias de ocorrência regional, devido ao muito limitado conhecimento de outros contextos, que passou a ser abreviadamente designada como *«Bronze do Sudoeste».*

A síntese elaborada por Schubart (ver também a sinopse em Schubart, 1976) tornou possível ensaiar uma sistematização regional, caraterizar a fase final do Calcolítico e traçar um quadro evolutivo da Idade do Bronze no Sudoeste peninsular, a que se seguia um Bronze final, etapa com a qual se identificavam acentuadas transformações observadas nos contextos e no registo artefactual. Atalaia revelara-se como a mais extensa necrópole do *«Bronze do Sudoeste»* e apresentava uma ocupação prolongada e contínua. A sua organização em conjuntos de sepulturas individualizadas, cobertas por mamoas circunscritas em recintos tumulares, e o seu agrupamento em *«monumentos»*, possibilitou uma periodização baseada em estratigrafia horizontal. Contudo, nenhuma das necrópoles referenciadas no Algarve, no Alentejo e na Andaluzia Ocidental, nem mesmo a Atalaia, apresentava uma ocupação suficientemente prolongada, pelo que o sistema de periodização proposto por Schubart, bietápico e baseado exclusivamente nas evidências sepulcrais, conjugava a estratigrafia horizontal da Atalaia com a diversidade da arquitetura sepulcral (nomeadamente a forma e tamanho das cistas) e as associações de materiais cerâmicos e metálicos, aferida por critérios simples de ausência/presença nos cemitérios. Às duas etapas da Idade do Bronze, para as quais propôs a designação de *«Bronze I do Sudoeste»* e *«Bronze II do Sudoeste»,* Schubart acrescentou um período *«de formação»* inicial que colocou em paralelo com o campaniforme tardio e com o Argárico A (tal como Blance o definira em 1960 [Blance, 1971]). E, para ele, introduziu o conceito de *«Horizonte de Ferradeira»* (Schubart, 1971 b). O *«Bronze I do Sudoeste»* corresponderia ao Argárico B (segundo Blance) e o *«Bronze II do Sudoeste»* ao Bronze tardio, etapa que constitui a sequência superior da *«Cultura de El Argar»* no Sueste peninsular. Para a etapa mais tardia do Bronze do Sudoeste (Schubart, 1971 a), correspondente ao Bronze final, Almagro Gorbea chegou a propor em 1976, a designação de «Bronze III do Sudoeste» mas a diversidade dos contextos e materiais levou a que esta nomenclatura não fosse adoptada pelos pares. Este esquema cronológico quadripartido tem sido, até hoje, genericamente aceite, sendo entretanto possível inseri-lo em pautas cronométricas cal BC [Parreira, 1995; Schubart, 2001; Parreira e Barros, 2007] e aferi-lo com os sistemas de periodização da Idade do Bronze peninsular historiograficamente mais significativos e com a terminologia adotada na Europa Central [Schubart, 2001: p. 152].

Por outro lado, as diferenças entretanto evidenciadas nos agrupamentos sepulcrais (*«monumentos»* com mamoas de planta circular na área da Senhora da Cola e de planta retangular na área de Sines e no Barlavento algarvio, nuclearização simples de cistas no Alentejo central, no Sotavento algarvio e em Huelva) e a diferenciada distribuição regional de distintas formas de cerâmica e de artefactos metálicos, levou a que se propusessem matizes regionais no *«Bronze do Sudoeste».*

Este *«Bronze do Sudoeste»* foi também espacialmente delimitado: colindava com o Norte alentejano e com a Extremadura espanhola, onde materiais idênticos surgiam em contextos de reuso de sepulcros megalíticos; para nascente não alcançava o Vale do Guadalquivir e a noroeste fazia extrema com o Vale do Tejo: em ambas as zonas, a ocorrência de contextos com uma forte presença do vaso

campaniforme indiciava uma continuidade durante o Bronze Antigo (até ao século XVIII a.n.e.) e no Vale do Tejo a circulação de materiais idênticos aos do período II do Sudoeste começava a permitir argumentar a ocorrência de um Bronze Tardio da Estremadura portuguesa.

No esquema cronológico de Schubart procurou-se igualmente integrar a cronologia e a interpretação funcional de algumas evidências específicas, como as peças de ourivesaria e as estelas decoradas. Estas haviam sido já anteriormente sistematizadas por Almagro (Almagro Basch, 1966), colhendo depois importantes contributos de Pingel (1974), Gomes e Monteiro (1976-77), e Gomes (1995; 2006). Os estudos de Pingel e de Armbruster constituem os contributos mais sólidos para a integração cronológica e para a interpretação dos testemunhos da ourivesaria do Bronze do Sudoeste, o primeiro no âmbito da sua dissertação de pós-doutoramento apresentada em 1977 (e publicada, com alterações, em 1992), a segunda, mais na ótica dos aspetos tecnológicos, em diversos artigos publicados na década de 1990, no catálogo da coleção de ourivesaria pré-histórica do Museu Nacional de Arqueologia publicado em 1993 (em colaboração com Rui Parreira) e, finalmente, no âmbito da sua dissertação de doutoramento, apresentada em 1996 e publicada em 2000.

2. O enquadramento do Sudoeste nos processos de transformação e mudança social da Idade do Bronze

Se bem que o carreamento de dados fiáveis e a sua sistematização enfrentasse diversos problemas, que até aos recentes trabalhos realizados no Alentejo já no século XXI dificultaram a interpretação do processo histórico do Sudoeste peninsular entre o final do 3.º e os inícios do 1.º milénio a.n.e., a disponibilização dos dados sistematizados por Schubart permitiu, a partir de 1975, uma nova fase na produção de conhecimento acerca do Bronze do Sudoeste.

Cerca de 2200 a.n.e. parecia evidente o colapso do sistema sobre o qual assentava o panorama civilizacional do 3º milénio, emoldurado por contradições sociais e económicas. A situação caraterizou-se a partir de então por uma particular transformação da evidência material das comunidades que dominavam as áreas mineiras e controlavam os recursos; em teoria, teria nelas havido um estímulo de afirmação de lideranças personalizadas e uma maior segregação social, conduzindo à reestruturação dos circuitos de obtenção e distribuição dos bens de consumo mais raros, p. ex. minério.

Desde logo, a evidência empírica apontava para comunidades que, em regra, tumulavam em sepulcros individualizados, em fossa, em cista ou em hipogeu, ou mesmo reutilizando criptas megalíticas, com um repertório cerâmico e metálico estandardizado. No entanto, as listagens de sítios atribuídos ao Bronze do Sudoeste incluíam sempre a ocorrência simples de cistas, mesmo que sem material diagnóstico; tal não é, contudo, um argumento cronológico evidente, pois reiteradas vezes demonstrou-se que também as comunidades da Idade do Ferro do Algarve e do Alentejo tumulavam em cistas retangulares (Gregórios, Fonte Velha de Bensafrim, Corte Margaridinha,…) [Parreira e Barros, 2007]. Em contrapartida, não se conheciam praticamente os espaços habitacionais (constituíam exceções no Algarve, Vinha do Casão – e agora também Vale de Boi e Catalão; no Alentejo, Pessegueiro e Alcaria) – e esta *«invisibilidade arqueológica»* sugeria a presença de uns «casarios perecíveis» (a expressão foi usada por Arteaga [2000] para os povoados situados nas terras planas na área argárica clássica), de duração limitada, que a erosão dos solos, provocada pelos trabalhos agrícolas modernos, ou a prospeção mal direcionada para estas realidades, teria impedido de registar convenientemente; ou seja, o Bronze do Sudoeste seria caraterizado por povoados que não mostravam caraterísticas de povoados estáveis, vastos e de longa duração (Parreira e Soares, 1980). Em contrapartida, sítios como o Cerro del Castillo de Alange ou El Trastejón demonstrariam a presença, no 2.º milénio a.n.e., de assentamentos de grupos

socialmente hegemónicos, com capacidade de organizar a produção em territórios relativamente amplos (Pavón, 1998).

No último quartel do século XX, o final dos regimes ibéricos de matriz fascista contribuiu decisivamente para a internacionalização dos produtores de conhecimento e para a renovação dos quadros teóricos de produção científica.

Em 1977, ao estudarem as estelas da Herdade do Pomar, Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro propunham um modelo de chefaturas para explicar a estrutura sociopolítica do Bronze do Sudoeste: *«Estas sociedades estão baseadas na função centralizante dos chefes que têm por missão redistribuir os bens que os vários grupos debaixo do seu controlo lhes entregam em forma de oferendas ou de dádivas. São portanto os eixos sobre os quais gira a vida económica dos conjuntos de grupos que, devido a esse mecanismo de redistribuição, se podem entregar a fundo a actividades especializadas diferentes, pois o peculiar sistema de trocas assegura a cada um os bens que não produz. Apresentam como uma das suas caraterísticas, o facto dos vários chefes de cada grupo em que se divide a chefatura se organizarem numa escala hierárquica, com base na linhagem e na proximidade consanguínea com o chefe supremo»* (Gomes e Monteiro, 1976-77: 330).

Mas seria necessário esperar pela década de 1990 para que autores como Oliveira Jorge, Barceló, García Sanjuan, ou a dupla Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, ensaiassem novas reflexões sobre a evidência empírica de uma estruturação social complexa destas formações económico sociais que correspondem aos registos que se identificam com a Idade do Bronze do Sudoeste.

Em 1990, Susana Oliveira Jorge, considerando a *«associação funerária de ocorrência supra-regional»*, onde reconhecia como *«muito forte a 'vertente' artefactual campaniforme, mesclada com alguns items de ocorrência quer atlântica, quer mediterrânica»* e que Schubart caraterizara como *«Horizonte de Ferradeira»*, identificou-a com *«a emergência de algumas comunidades que certamente deveram a sua ascensão ao controlo eficaz dos circuitos de procura e distribuição do cobre e do ouro»* e os *«contextos, de enterramentos individuais (alguns deles em cistas)», com a «afirmação de um estatuto social cada vez mais individualizado»* (Jorge, 1990: 215, 217). Para a etapa seguinte, a mesma autora reconhece, *«sem margem para dúvida, a emergência [...] de uma nova ordem social»* (Jorge, 1990: 225). A diferenciação quer no grau de «riqueza» dos espólios, quer na dimensão dos túmulos é para a autora um interessante indício *«da hierarquização social das comunidades que os construíram»*. A verificação dos contextos de habitat entretanto dados a conhecer pelas escavações preventivas realizadas na Área de Sines indiciaria a *«formação de uma rede de povoamento totalmente nova durante esta etapa»,* com a emergência de *«povoados abertos, na proximidade das necrópoles [que] poderão ter-se inserido em sistemas mais complexos de povoamento [eventualmente] em vastas áreas culturais, pontuadas por habitats permanentes, de maior envergadura [...] cujas formas de subsistência teriam forçosamente que investir em esquemas mais especializados de aproveitamento da terra»* (Jorge, 1990: 227-228, 233). Com o *«aparecimento de povoados sedentários»* na etapa do Bronze Final, verifica-se uma acentuada transformação do conjunto artefactual, que inclui *«objetos de ocorrência supra-regional [...] artefactos metálicos integrados num 'comércio' de grande escala que articula a fachada atlântica europeia com a bacia do Mediterrâneo»* (Jorge, 1990: 234), configurando a constituição de *«'unidades sociopolíticas' regionais com caráter mais centralizado»* (Jorge, 1990: 236). Questiona-se, contudo, se esta *«nova realidade social resultou de uma evolução interna de algumas das populações do Bronze do Sudoeste ou decorreu da intrusão de novas comunidades num espaço extremamente disputado»* (Jorge, 1990: 236).

Em 1991, Juan Antonio Barceló, para além de procurar (com argumentos aliás pouco convincentes) contestar o esquema cronológico estabelecido por Schubart, acentuou a *«personalidade própria»* da Idade do Bronze do Sudoeste, que teria experimentado, *«nos finais do Calcolítico, uma importante transformação social que teve a sua expressão material na evolução progressiva do ritual funerário»,*

de tal modo que a plena Idade do Bronze deveria ser olhada *«como um lento e paulatino desenvolvimento do tecido social autóctone»,* sucedendo-se aos *«primeiros agrupamentos de cistas individuais»* (identificáveis no Horizonte de Ferradeira definido por Schubart) as *«necrópoles com uma estrutura organizativa cada vez mais complexa».* Para Barceló, em vez de se procurarem balizas cronológicas e datas chave, deveria procurar-se *«explicar esse desenvolvimento»* (Barceló, 1991: 18). Para este autor, *«o mais lógico seria pensar que a forma das necrópoles corresponde à estrutura socioeconómica das comunidades»,* parecendo-lhe aceitável relacionar *«estruturas funerárias dispersas e a debilidade da estrutura social nelas representada»* enquanto, por comparação, *«as necrópoles tumulares, de organização complexa, refletiriam estruturas sociais complexas»,* podendo esta distinção ser interpretada quer cronologicamente, quer como resultante de um desenvolvimento territorialmente diferenciado (Barceló, 1991: 19). De idêntico modo, também as diferenças nos espólios põem de manifesto, para este autor, uma diversidade *«social, geográfica e 'cultural'»* (Barceló, 1991: 19), podendo ser interpretadas como resultantes de *«grupos humanos de um mesmo tronco (étnico? Linguístico?) com estratégias económicas e estruturas sociais ligeiramente distintas devido às suas diferentes maneiras de adaptar-se aos respetivos ambientes»* (Barceló, 1991: 20). Este *«esquema hipotético»* leva o autor a *«imaginar a Idade do Bronze no Sudoeste da Península Ibérica como um conjunto de núcleos independentes, com uma estrutura socieconómica não homogénea»,* mantendo contudo *«um sistema complexo de relações que seriam as causantes de coesão e aparente unidade»*, sublinhando mesmo que *«as diferenças internas não originaram, aparentemente, a violência entre os grupos – já que os povoados conhecidos carecem de defesas – mas, pelo contrário, reforçaram os canais de distribuição de trocas»* (Barceló, 1991: 20). A diferença entre as estelas alentejanas e as estelas estremenhas são para o autor um particular indício da transformação social ao longo do Bronze do Sudoeste, *«dando a impressão de se ter produzido uma notória complicação da trama social», já que «as hierarquias sociais»* refletidas nas estelas mais antigas eram *«definidas ritualmente com um ou dois objetos simbólicos»,* enquanto, *«na última fase, o sobredimensionamento social destas personagens requereu um maior esforço ritual para a sua definição adequada»* (Barceló, 1991: 22).

Em 1994, embora assumindo que possa *«existir uma diferenciação regional intracultural de acordo com a disponibilidade de recursos naturais e os sistemas económicos que sobre eles operam historicamente»,* Garcia Sanjuan aborda o Sudoeste peninsular na Idade do Bronze como *«um modelo cultural relativamente definido»* (Garcia Sanjuan, 1994) e procura identificar no registo empírico das necrópoles os indícios das relações sociais. A partir das diferenças de estatuto sepulcral e da sua correspondência com a componente artefactual dos espólios, o autor conclui, com os dados disponíveis, *«carecer-se de indícios para supor a existência de uma organização social estratificada, de uma desigualdade hereditária institucionalizada»* (Garcia Sanjuan, 1994: 220), apontando as evidências existentes para a segunda metade do 2.º milénio no Sudoeste *«que as formações sociais que deram origem ao registo funerário estudado não desenvolveram aquela classe dirigente coercitiva própria de um sistema estatal, já que não se observam bens de luxo, nem armas, nem adornos, nem diferenças na distribuição dos espólios»* (Garcia Sanjuan, 1994: 222). O autor sugere assim algumas pistas de pesquisa a empreender para aprofundar a questão da *«dinâmica interna dos sistemas sociais»* aparentemente *«carentes de classe governante»,* seja por análise da *«variabilidade intragrupal»* comparando a arquitetura e os espólios entre os vários agrupamentos de sepulturas dentro da mesma necrópole, seja por análise da *«variabilidade intergrupal»* comparando a arquitetura e os espólios entre as diferentes necrópoles de um mesmo território (Garcia Sanjuan, 1994: 222-223).

Ainda assim, quanto às estelas, se bem que os argumentos em que se apoia a sua contextualização não sejam totalmente convincentes, a sua ocorrência (por vezes vários exemplares) nos mesmos locais onde se regista a presença de inumações em cista ajustou-se à ideia de que as estelas assinalavam a sepultura de lideres, constituindo a evidência empírica de uma *«mudança nos meios e nas formas*

utilizadas na valorização / memorialização» desses indivíduos, sugerindo *«a substituição do grande 'tumulus' pela estela»* (Gomes, 1995; 2006: 56-57; 59) reproduzindo artefactos raros ou totalmente ausentes dos inventários sepulcrais, como *«objectos ancoriformes»,* espadas e alabardas. Já para Susana Jorge (1990: 235) *«a* […] *presença (das estelas de tipo estremenho) poderá assinalar a emergência de uma estrutura social bastante mais hierarquizada* e *centralizada do que a reconhecida no contexto cultural do Bronze II do Sudoeste».*

Em 1995, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva propunham *«distintas leituras de feição económico-social, direcionadas pela sentida necessidade de criação de um novo paradigma para a Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular»* (Soares e Silva, 1995: 136). Estes autores detetam no *«modo de produção calcolítico»* de finais do 3.º milénio a.n.e. uma profunda crise, na qual se teria forjado *«um novo modo de produção»* que teria possibilitado *«a remoção dos obstáculos que se opunham ao desenvolvimento das forças produtivas […] através da emergência de um poder centralizador com funções redistribuidoras* e *capacidade de organizar a exploração económica de amplos territórios bem como de estruturar redes de trocas de grande amplitude»* (Soares e Silva, 1995: 136). O Bronze do Sudoeste corresponderia, para estes autores, a um «*novo ciclo de desenvolvimento […] em que se podem observar dois ritmos de transformação sócio-cultural bem diferenciados»* (correspondentes, respetivamente, ao Bronze I e ao Bronze II do Sudoeste do esquema de Schubart [1975]), *«que atinge o seu estado de maturidade no Bronze Final»* (Soares e Silva, 1995: 136). A ausência de rupturas na ocupação de alguns povoados de altura que se inicia na plena Idade do Bronze do Sudoeste e se prolonga pelo Bronze Final constitui para os autores um argumento de que *«durante o Bronze Médio [Bronze do Sudoeste I* e *II] surgem,* […] *no Sudoeste Peninsular, povoados de altura, fortificados, possíveis lugares centrais* […], *a par de povoados abertos, localizados em áreas planas, onde se desenvolveriam funções banais»* (Soares e Silva, 1995: 138). Defendem assim para o Bronze do Sudoeste *«a emergência de uma organização social de tipo chefado, cuja complexidade se irá acentuar no decurso do Bronze Final* […] *com a formação de sociedades proto-estatais»* (Soares e Silva, 1995: 138). Posição posteriormente reiterada por outros autores (p. ex. Pavón, 2008).

3. Anotação final

A renovação do aparato conceptual, via já abordada por Nocete e colaboradores em 1993, aliás à semelhança do que tem ocorrido para o Sueste (ver Arteaga, 2000), e o carreamento de dados mais fiáveis resultantes das pesquisas realizadas nos últimos anos, sobretudo na zona do Alqueva, permitirão ultrapassar as limitações acima apontadas para o conhecimento da Idade do Bronze no Sudoeste Peninsular e ensaiar uma nova visão de síntese do processo histórico entre os finais do 3.º e os inícios do 1.º milénio a.n.e.

Bibliografia

ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *Las estelas decoradas del Suroeste Peninsular.* Bibliotheca Prehistorica Hispana, 8.
ALMAGRO-GORBEA, M. (1976) – Recensão a Schubart, 1975. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid. 33, pp. 411-416.
ARMBRUSTER, B. R. (2000) – Goldschmiedekunst und Bronzetechnik: Studien zum Metallhandwerk der Atlantischen Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel. *Monographies Instrumentum.* Montagnac. 15. Éditions Monique Mergoil.
ARMBRUSTER, B. R.; PARREIRA, R. (1993) – 2000 anos de ourivesaria arcaica em Portugal. In ARMBRUSTER, B. R.; PARREIRA, R. (ed.) *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Colecção de Ourivesaria.* 1° vol.: Do Calcolítico à Idade do Bronze. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 19-30.
ARTEAGA, O. (2000) – El proceso histórico en el territorio argárico de Fuente Álamo: la ruptura del paradigma del Sudeste desde la perspectiva atlántica-mediterránea del Extremo Occidente. *In* SCHUBART, H. *et al.*, (ed.) *Fuente Álamo: Las excavaciones arqueológicas 1977-1991 en el poblado de la Edad del Bronce*. Sevilla: Junta de Andalucía, pp. 117-143.
AYARZAGÜENA SANZ, M.; PUCHE RIART, O. (2012) – La llamada "Edad del Cobre" en el siglo XIX. Aportaciones de Casiano de Prado y Juan Vilanova y Piera. *Boletín Geológico y Minero.* Madrid. 123 (2), pp. 157-171.
BARCELÓ, J. A. (1991) – El Bronce del Sudoeste y la cronologia de las estelas alentejanas. *Arqueologia.* Porto. 21, pp. 15-24.
BLANCE, B. (1971) – Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel. *SAM.* 4, Berlin: Gebr. Mann Verlag.
GARCÍA SANJUAN, L. (1994) – Registro funerario y relaciones sociales en el SO (1500-1100 a.n.e.): indicadores estadísticos preliminares. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana.* Huelva: Universidad de Huelva, pp. 209-238.
GOMES, M. V. (1995) – As denominadas «estelas alentejanas». In JORGE, S. (ed.) *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 135.
GOMES, M. V. (2006) – Estelas funerárias da Idade do Bronze Médio do Sudoeste Peninsular - a iconografia do poder. In *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias* [Lisboa, 2005]. O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 3, pp. 47-62.
GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1976-1977) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel - Beja) - Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. II-III, pp. 281-344.
JORGE, S. O. (1990) – Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. In ALARCÃO, J. (ed.) *Portugal das Origens à Romanização*. Nova História de Portugal, I. Lisboa: Presença, pp. 213-251.
NOCETE, F.; ORIHUELA, A.; PEÑA, M. (1993) – Odiel. 3000-1000 A.N.E. Un modelo de análisis histórico para la contrastación del proceso de jerarquización social. In *Anuario Arqueológico de Andalucía.* 1991, vol. II, pp. 259-266.
PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In JORGE, S. (ed.) *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 131-135.
PARREIRA, R.; BARROS, P. (2007) – Necrópoles do Algarve no 2.° e 1.° milénio a.n.e. *Xelb.* Silves. 7, pp. 89-102.
PARREIRA, R.; SOARES, A. M. (1980) - Zu einigen bronzezeitlichen Hohensiedlungen in Sudportugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 21, pp. 109-130.
PAVÓN SOLDEVILLA, I. (1998) – *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz): Intervenciones Arqueológicas (1993).* Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña, 1.
PAVÓN SOLDEVILLA, I. (2008) – *El Mundo Funerario de la Edad del Bronce en la Tierra de Barros: Una aproximación desde la Bioarqueología de Las Minitas*. Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña, 9.
PINGEL, V. (1974) – Bemerkungen zu den ritzverzierten Stelen und zur beginnenden Eisenzeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel. *Hamburger Beiträge zur Archäologie.* Hamburg. 4, pp. 1-19.
PINGEL, V. (1992) – Die vorgeschichtlichen Goldfunde der Iberischen Halbinsel: eine archäologische Untersuchung zur Auswertung der Spektralanalysen. *Madrider Forschungen*. Berlin. 17.
RIBEIRO, F. Nunes (1965) – *O Bronze Meridional Português.* Beja.
ROCHA, A. S. (1911) – *Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal.* Figueira da Foz: Imprensa Lusitana de A. Veiga.
SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal: the Prehistory of the Iberian Peninsula.* Londres: Thames and Hudson.
SCHUBART, H. (1964) – Grabungen auf dem bronzezeitlichen Gräberfeld von Atalaia in Südportugal. *Madrider*

Mitteilungen. Heidelberg. 5, pp. 11-54.
SCHUBART, H. (1965) – Atalaia: Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, pp. 7-136.
SCHUBART, H. (1971 a) – Acerca de la ceramica del Bronce Tardio en el Sur y Oeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid. 28, pp. 153-182.
SCHUBART, H. (1971 b) – O Horizonte de Ferradeira: Sepulturas do eneolítico final no Sudoeste da península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81 (3-4), pp. 189-215.
SCHUBART, H. (1975) – Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel. *Madrider Forschungen.* Berlim. 9.
SCHUBART, H. (1976) – Eine bronzezeitliche Kultur im Südwesten der Iberischen Halbinsel. In *Acculturation and Continuity in Atlantic Europe mainly during the Neolithic period and the Bronze Age* [papers presented at the IV Atlantic Colloquium, Ghent 1975], pp. 221-234.
SCHUBART, H. (2001) – Kulturen der Bronzezeit im Süden der Iberischen Halbinsel. In *Hispania Antiqua: Denkmaler der Fruhzeit.* Mainz: Philipp von Zabern, p. 121-152.
SIRET, H.; SIRET, L. (1887) – *Les premiers âges du metal dans le Sud-Est de l'Espagne*. Anvers.
SOARES, J.; SILVA, C. T. (1995) – O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In JORGE, S. (ed.) *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 136-139.
TARRADELL, M. (1965) – El problema de las diversas áreas culturales de la Península Ibérica en la Edad del Bronce. In *Miscelánea en Homenaje al Abate Henri Breuil* (1877-1961). Barcelona. II, p. 423 ss.
VASCONCELLOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia.* I. Lisboa: Imprensa Nacional.
VEIGA, S. P. M. E. (1889) – *Antiguidades Monumentais do Algarve.* III. Lisboa: Imprensa Nacional.
VEIGA, S. P. M. E. (1891) – *Antiguidades Monumentais do Algarve.* IV. Lisboa: Imprensa Nacional.
VIANA, A. (1959) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo: III – Necrópole pré-histórica da Atalaia. *Arquivo de Beja.* Beja. 16, pp. 28-36.
VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. (1953) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrus.* Salamanca. 4, pp. 97-117.
VIANA, A; RIBEIRO, F. N. (1956) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo: 23 – Necrópoles argáricas de Santa Vitória. *Arquivo de Beja.* Beja. 13, pp. 153-167.
VILANOVA Y PIERA, J. (1884) – Du cuivre et du bronze en Espagne et de la période que les a précédés. In *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques*. Compte rendu de la 9me session, à Lisbonne, 1880, pp. 352-357.
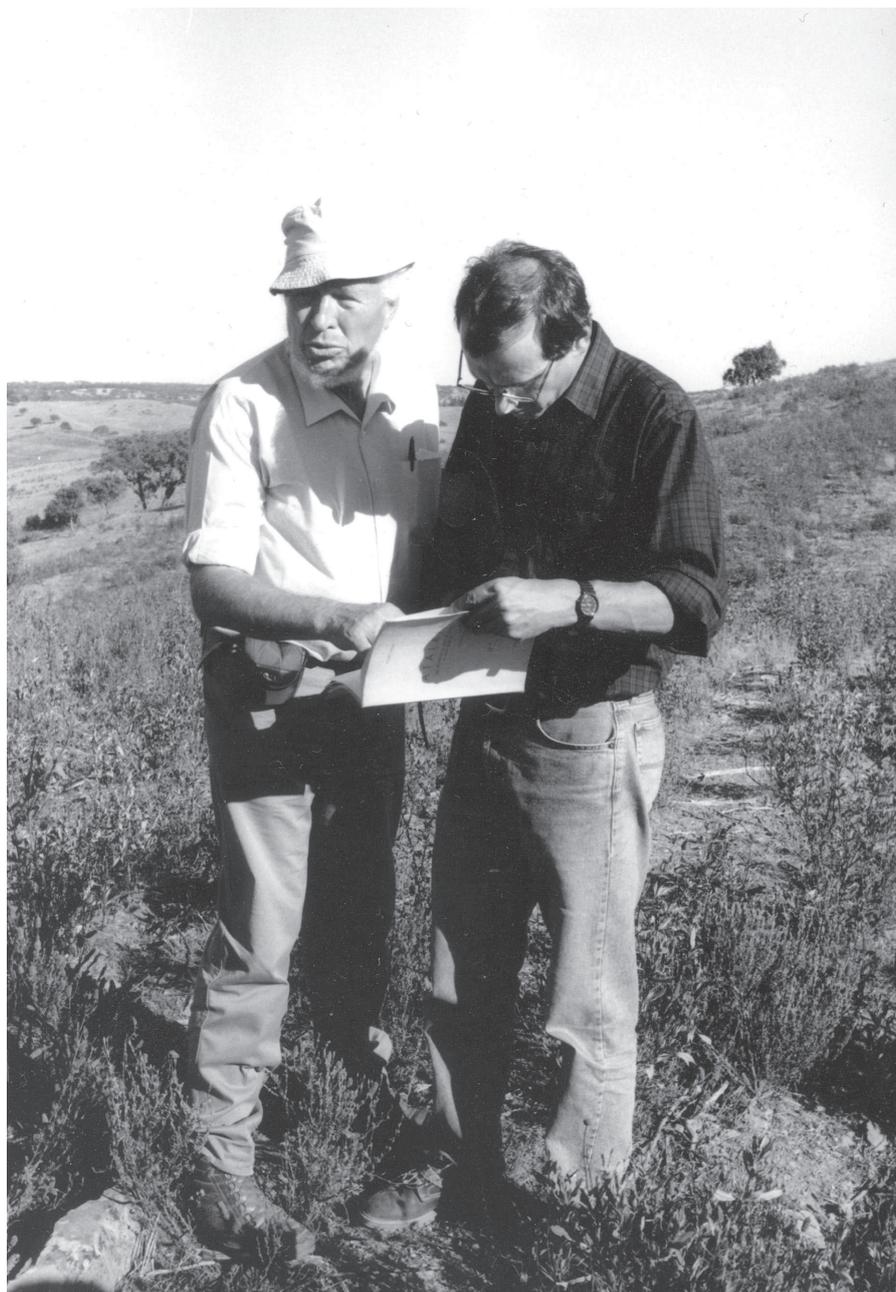
Fig. 1 – H. Schubart e R. Parreira na Atalaia (Ourique), em 1995 (Foto: M. Lago, cortesia de M. Lago).

O povoamento aberto no Bronze Pleno do Sudoeste. Algumas reflexões a partir do sítio de Torre Velha 3 (Serpa)

Eduardo Porfírio[1]

Resumo
Neste trabalho apresentam-se as características principais da ocupação habitacional da Idade do Bronze de Torre Velha 3, tendo em atenção o quadro regional do povoamento coevo e discutindo-se a relação destes sítios com a exploração agrícola do território

Palavras-chave
Idade do Bronze; Povoamento; Alentejo; Fossas tipo *"silo"*

Abstract
This paper presents the main features of the Bronze Age housing contexts of Torre Velha 3, inserting them in the regional framework of contemporary settlement and discussing the agricultural nature of these settlements.

Key-words
Bronze Age; Settlement; Alentejo; Pits

[1] Palimpsesto Lda. CEAACP. Mestrando em Arqueologia e Território (FLUC). *E-mail*: eduardoporfirio@palimpsesto.pt

Introdução

À saída de Serpa toma-se a estrada municipal 517 (sendo que o troço entre a cidade e o cemitério é conhecido localmente por estrada de S. Francisco, dada a proximidade do convento homónimo), que conduz à povoação de Vale Vargo. Percorridos cerca de sete quilómetros, constatamos que a tranquilidade inspirada pelo montado vai sucumbindo a uma nova forma paisagística mais ortogonal, decorrente da plantação de olivais intensivos. Cortamos, então, para uma estrada que segue em direcção norte, que em 2008/2009, período em que se realizaram as intervenções arqueológicas no sítio Torre Velha 3, ainda era um simples caminho de macadame. A entrada na propriedade era então assinalada por duas pedras aparelhadas de evidente feição romana que ladeavam o caminho. O topónimo, os silhares e a paisagem envolvente confirmavam aquilo que a bibliografia arqueológica (Lopes *et alii,* 1997) apontava para este local, ou seja, a presença de uma *villa* romana.

A rota que seguimos desvia para oeste imediatamente antes do Monte da Torre Velha, num ponto em que a estrada bordeja um barranco que recebeu também o nome da herdade. Pouco depois, abandonamos a estrada e seguimos por um caminho de macadame, que serve de fronteira entre o olival intensivo e uma parcela em pousio. Mais uns metros e eis-nos chegados ao paredão da Barragem da Laje, que hoje em dia assinala a área correspondente ao sítio arqueológico Torre Velha 3 (Fig. 1).

Deixando vaguear a nossa vista pela paisagem envolvente, e abstraindo-nos da linearidade das parcelas ocupadas por arbustos que na realidade produzem azeite, das construções associadas à barragem e do espelho de água que actualmente cobre parte do vale do Barranco da Laje, é possível reconstituir sem grande esforço a morfologia do relevo desta zona. O local hoje ocupado pelas estruturas da Barragem da Laje correspondia a uma elevação de vertentes suaves, com uma altitude máxima de 180m, que em nada se destacava da paisagem envolvente. O Barranco da Laje corre no sopé da colina, rodeando-a por norte e oeste, antes de ir desaguar na Ribeira do Enxoé (Alves *et alii,* 2012: 31) (Fig. 2).

Perscrutando os vários quadrantes que a vista alcança, constata-se uma homogeneidade ao nível da paisagem, definida por um enorme manto de colinas suaves, cujas altitudes máximas se situam entre os 200 e os 230m. Apesar do contraste existente entre esta zona e as áreas que constituem os exemplos clássicos da peneplanície alentejana, como por exemplo aquelas situadas a oeste e a sudoeste de Beja nas proximidades de Santa Vitória, ou ainda com as planuras localizadas entre Brinches, Pias e Moura, esta zona e o seu relevo ondulado inserem-se também no âmbito daquela grande unidade conformadora do relevo do sul do País (Feio, 1952: 31) (Fig. 3).

Mariano Feio descreve a peneplanície alentejana como uma unidade relativamente estabilizada, que se encontra na génese da maioria do relevo da região, que se formou a partir dela através de processos tectónicos e erosivos. Ocupa uma área que se desenvolve desde a raia espanhola e a Serra de Barrancos a nascente, até à bacia do Sado e à Serra da Vigia a poente. No sentido norte-sul, estende-se desde a escarpa de falha da Vidigueira até ganhar altitude na Serra do Caldeirão, pouco depois do paralelo de Castro Verde, motivo pelo qual não tem um limite meridional preciso (Feio, 1952: 31-32; Oliveira, 1992: 11).

A peneplanície intercepta, nivelando-as, várias unidades litológicas muito diferentes entre si, constituídas por grauvaques, gabros, dioritos, pórfiros, granitos, mármores, quartzitos e por diferentes tipos de xisto. A dureza dos mármores e quartzitos é o elemento responsável pela formação dos escassos relevos que se sobrelevam sobre a peneplanície, entre os quais, os mais importantes são sem dúvida os das Serra de Alcaria Ruiva e de Ficalho. A uma escala de importância menor podem também incluir-se os relevos da Serra de Beringel e os dos outeiros onde se situam as cidades de Beja e Serpa (Oliveira, 1992: 11).

Para além dos relevos residuais, a homogeneidade da paisagem é unicamente interrompida pelo curso encaixado do vale do Guadiana e de alguns dos seus afluentes principais, como a ribeira do Enxoé (AAVV, 2002: 87). No primeiro caso, o vale do rio aparece como uma incisão profunda na paisagem envolvente que apresenta diferenças altimétricas da ordem dos 100m. No entanto, para além das margens escarpadas e rochosas, e de alguns cabeços de acessibilidade difícil, o vale do Guadiana não acarreta transformações significativas ao nível do relevo existente para lá das margens do rio, de modo que, algumas das características da peneplanície identificadas em redor de Beja, como os solos de barro, mantém-se ainda na margem esquerda constituindo os designados *"Barros de Serpa"* ou *"Campos de Serpa"*. Esta sub-região de grande capacidade agrícola desenvolve-se em redor daquela cidade alentejana, fazendo fronteira a nascente e a sul com as elevações da Serra de Barrancos e de Mértola, áreas onde predominam as rochas de xisto e os solos pouco profundos e de fraca aptidão agrícola (Lopes *et alii,* 1997: 17; Soares, 2005: 112).

Geologicamente, e de uma forma muito sucinta, verifica-se que a área de implantação de Torre Velha 3 corresponde a uma unidade do Maciço de Beja denominada *"Pórfiros de Baleizão",* caracterizada por uma série de rochas heterogéneas ao nível mineralógico e textural, que têm sido classificadas em dois grupos: pórfiros (dacitos e riodacitos) e granófiros. Esta é uma unidade (sub)vulcânica ácida, pós-metamórfica que se define pela coloração avermelhada dos seus afloramentos (Oliveira, 1992: 29).

Relativamente à intervenção arqueológica realizada em Torre Velha 3, por questões de espaço não descreveremos com pormenor todos os seus condicionalismos, nem as características principais das várias fases de ocupação identificadas, e que desde o período Calcolítico se foram sucedendo, passando pela Idade do Bronze e do Ferro, pela Antiguidade Tardia e pelo Período Islâmico. A descrição e interpretação destas realidades tem vindo a ser publicada, conhecendo de resto, alguma expressão bibliográfica para a qual se remete de modo a obter um esclarecimento mais aprofundado (Alves *et alii,* 2009, 2010, 2012, no prelo a e b, Estrela *et alii,* 2012).

Neste trabalho o eixo de análise desloca-se da necrópole de hipogeus da Idade do Bronze Pleno, para se concentrar nos restantes contextos de Torre Velha 3 que forneceram materiais enquadráveis na Idade do Bronze, compostos na sua esmagadora maioria por fossas de tipo *"silo"*[2] , perfazendo um total de 79 ocorrências. De fora desta análise fica um conjunto de contextos de cota negativa composto por 14 estruturas de interpretação mais dúbia, mas datadas da Idade do Bronze. Este grupo é constituído por duas prováveis fundos de cabana, por quatro fossas de tipo *"silo"* inacabadas, por sete estruturas de difícil classificação designadas por depressões e por um único exemplar de buraco de poste (Alves *et alii,* 2009). A razão da exclusão prende-se exclusivamente com a necessidade de realizar um estudo mais aprofundado daquelas realidades, nomeadamente das suas unidades estratigráficas e da sua componente artefactual.

Por fim, refira-se que excluindo alguns hipogeus e fossas de tipo *"silo"* que foram datadas através de radiocarbono (Alves *et alii,* 2010, Porfírio *et alii,* 2013; Valério *et alii,* 2014), a atribuição cronológica das estruturas de tipo *"silo"* de Torre Velha 3 à Idade do Bronze foi realizada essencialmente através do estudo dos materiais cerâmicos, líticos e metálicos, trabalho este que ainda não está concluído, pelo que os resultados agora apresentados são ainda de carácter preliminar.

---

[2] Considerou-se que uma fossa de tipo *"silo"* corresponde basicamente a uma estrutura escavada no substrato geológico que, presumivelmente, terá conhecido dois estágios de utilização, um original e primário enquanto contentor de alimentos sólidos ou líquidos (silo) e um posterior e secundário, enquanto lixeira ou fossa (Alves *et alii,* 2009).

As fossas de tipo "silo"

Analisando a distribuição espacial das fossas de tipo *"silo"* de Torre Velha 3 verifica-se que a maioria situa-se numa área aplanada, chegando mesmo a formar uma pequena concentração nesta zona localizada entre os 179 e os 180,50 m de altitude. Deste modo, as comunidades que ocuparam este local na Idade do Bronze preferiram as encostas suaves voltadas para o Barranco da Laje, em detrimento dos pontos de maior valor altimétrico. As restantes estruturas distribuem-se, aparentemente de forma aleatória, pela restante área intervencionada, inclusive nas zonas ocupadas pelos hipogeus. Neste sentido é interessante verificar que as fossas de tipo *"silo"*, apesar de ocuparem as imediações dos hipogeus, não se misturam com estas realidades, nomeadamente no que se refere à grande concentração central, cujo espaço parecem respeitar. A excepção avalizadora da regra é constituída pela estrutura [1004] que se localiza nas proximidades da câmara do hipogeu [1712] - [1713], uma realidade muito perturbada por contextos da Antiguidade Tardia (Fig. 4).

Para além do mais, verifica-se que consoante se avança para nordeste em direcção ao Barranco da Laje, as fossas de tipo *"silo"* vão rareando até desaparecerem a cerca de 40m antes de se atingir a margem do curso de água. Na direcção oposta e como já foi referido, as ocorrências arqueológicas não atingem o topo do outeiro. Deste modo, no sentido nordeste-sudeste a área dos vestígios arqueológicos corresponde a um eixo com 142 m de extensão, a que se contrapõe um outro de 78m na direcção noroeste-sudeste. Por agora, e dadas as características da intervenção (os limites da escavação arqueológica foram determinados única e exclusivamente pela área das infraestruturas da barragem) estas são as únicas indicações que contribuem para definir a área deste sítio arqueológico.

A maioria das fossas de tipo *"silo"* de Torre Velha 3 apresenta perfis com secção em *"U"* (28 casos), rectangulares (25 exemplares), ou quadrangulares (17 ocorrências), o que corresponde a cerca de 89 % do total. A percentagem restante fica completa com três estruturas cujos contornos descrevem formas ovaladas, duas com perfis de morfologia trapezoidal, outras duas com secção em forma de *"V"*, e por fim as secções piriformes ou em forma de saco que estão representadas por um único exemplar cada (Alves *et alii*, 2009).

Analisou-se de um modo sumário a profundidade de cada uma das várias estruturas, estabelecendo-se para o efeito três categorias: uma que contempla potências estratigráficas até aos 50 cm, uma segunda entre os 50 e os 100 cm e finalmente uma terceira que agrupou as ocorrências com profundidades conservadas entre os 100 e os 200 cm. A esmagadora maioria das estruturas distribui-se entre estes dois últimos grupos, sendo que 31 ocorrências apresentam profundidades situadas entre os 100 e os 200 cm e, 33 têm potências estratigráficas que se situam entre os 50 e os 100 cm. As restantes estruturas, em número de 15, não ultrapassam os 50 cm de profundidade (Alves *et alii*, 2009).

Ao nível da estratigrafia interna, verifica-se que a esmagadora maioria das estruturas contêm até três enchimentos no máximo, assim: 10 ocorrências foram preenchidas por um único depósito; 30 fossas de tipo *"silo"* apresentam dois enchimentos, enquanto 25 têm uma sequência estratigráfica constituída por três estratos. As restantes ocorrências distribuem-se do seguinte modo: sete estruturas com quatro depósitos, uma única com cinco unidades estratigráficas, quatro com seis enchimentos e apenas uma estrutura com sete estratos. Finalmente, a fossa de tipo *"silo"* [1111] apresenta a sequência estratigráfica mais complexa, constituída por 11 depósitos, muitos dos quais apresentam elementos de substrato geológico desagregado, que poderão indiciar um processo de enchimento mais prolongado no tempo (Alves *et alii*, 2009).

As sequências estratigráficas das fossas de tipo *"silo"* não dão conta da sua utilização inicial enquanto estruturas de armazenagem de géneros alimentares, nomeadamente cereais, ou de água. Os vários estratos de enchimento relacionam-se com o momento de amortização destas realidades,

motivo pelo qual estes contextos caracterizam-se maioritariamente pela deposição de níveis de pedra e de sedimentos geralmente argilosos (Alves *et alii,* 2012: 35), que muitas vezes incluem também carvões e elementos desagregados do substrato geológico em quantidades muito variadas. Realizando uma primeira e muito breve análise à estratigrafia das fossas de tipo *"silo"* da Idade do Bronze de Torre Velha 3, e considerando essencialmente as características dos enchimentos e o seu número, parece verificar-se uma tendência que aponta no sentido de um processo relativamente rápido de colmatação da grande maioria destas estruturas (Alves *et alii,* 2012: 35), salvaguardando-se apenas alguns casos claramente minoritários e residuais, como por exemplo a já citada estrutura [1111].

No que à evidência funerária diz respeito, apenas quatro[3] das fossas de tipo "silo" foram utilizadas para a realização de enterramentos humanos, nomeadamente as estruturas [1064], [1212], [1967] e [2392]. De um modo geral, as inumações foram realizadas em posição fetal, ocupando quase sempre um espaço localizado junto a uma das paredes da estrutura. Nenhum destes enterramentos possuía espólio arqueológico associado, o que contribui para dificultar a sua datação.

A estrutura [1064] assume uma relevância especial não só pela peculiaridade da disposição dos cadáveres, mas também pelas ausências osteológicas identificadas. Segundo os registos antropológicos de campo (Ferreira, 2009), os dois adultos inumados (30-40 anos de idade), pertencem, um ao género masculino e outro ao feminino. Foram ambos depositados em decúbito ventral junto ao limite sudeste da estrutura, orientados de sudeste para noroeste. A deposição dos dois indivíduos foi realizada com alguma elaboração, por forma a que os corpos jazessem abraçados pelas costas em perfeita conexão anatómica, isto apesar da ausência das vértebras, dos membros inferiores e de um membro superior de cada um dos inumados (Alves *et alii*, 2010: 135, Alves *et alii*, 2012: 35). Refira-se também que os contextos da estrutura [1064] encontravam-se estratigraficamente bem preservados, de modo que as peças osteológicas em falta não podem ser justificadas por questões tafonómicas.

Um outro caso de índole funerária é constituído pela estrutura [1155], em cuja parede sul foi escavado um nicho/gaveta de configuração rectangular. Neste espaço foi depositado em posição fetal o corpo de uma criança. A inumação não foi acompanhada de qualquer espólio arqueológico, devendo apenas referir-se que o crânio foi disposto de forma a que a fronte ficasse voltada para a entrada do nicho (Alves *et alii*, 2010: 135, Alves *et alii,* 2012: 35, Ferreira, 2009) (Fig. 5).

No que se refere à morfologia geral das fossas de tipo *"silo",* um dos aspectos mais interessantes a considerar é a existência de cinco estruturas, nomeadamente [1555], [1857], [1882], [1885] e [1912], que conservaram no seu topo um rebordo saliente que sustentaria uma tampa, da qual não nos chegaram outras evidências. Apesar daquela saliência não se encontrar conservada integralmente em todos os casos referidos, nas estruturas em que ela se encontra melhor preservada, como por exemplo em [1544] e [1893], verifica-se que ela resulta tanto da escavação do substrato geológico, como da aplicação de argila em redor da abertura superior da estrutura. Não sabemos se a utilização de argila esteve contemplada logo desde a construção da fossa de tipo *"silo",* ou se, pelo contrário, foi o resultado de um restauro posterior devido a um uso continuado da estrutura que terá ocasionado a ruína do seu topo. Sabemos sim, que para ambos os casos o resultado final é muito semelhante, correspondendo sempre à criação de um estreitamento na parte superior da estrutura (Alves *et alii,* 2009) (Fig. 6).

---

[3] Apesar de em publicações anteriores (Alves *et alii* 2010 e 2012; Porfírio e Serra 2010) se referir a existência de sete estruturas com utilização funerária da Idade do Bronze, a realização recente de datações de radiocarbono (a publicar brevemente) a três dos enterramentos permitiu verificar que estes datam, na realidade, do período Calcolítico.

É ainda pertinente verificar que as cinco estruturas referidas localizam-se todas na parte mais elevada do povoado, assumindo uma posição de certo modo marginal, a nascente da área onde se concentra o maior número de fossas de tipo *"silo"*.

Em todas as realidades escavadas foram recolhidos materiais arqueológicos, sendo a cerâmica o elemento quantitativamente mais representado, logo seguido da pedra trabalhada, e dos artefactos metálicos, sendo que estes últimos estão presentes em muito menor escala. Cerca de dois terços das estruturas deste tipo (49 casos) forneceram restos de fauna mamalógica, enquanto a fauna malacológica marca presença apenas em 20 ocorrências.

Tendo em consideração os condicionalismos deste trabalho, e dado que não foi realizado um estudo aprofundado nem das cerâmicas, nem da componente lítica, poderemos apenas fazer uma breve descrição das principais formas presentes, e em seguida, ressalvar duas ou três características que constituem por si só um acrescento de relevo para a caracterização da ocupação da Idade do Bronze de Torre Velha 3.

Assim, relativamente às formas cerâmicas é de referir a presença de potes (103 fragmentos) e de taças de vários tamanhos (278 fragmentos), das quais 81 exemplares possuem perfis carenados. As taças apresentam superfícies bem elaboradas e acabadas, caracterizando-se ainda por uma grande variedade ao nível formal e pelos fundos côncavos, embora este último atributo esteja presente apenas em quatro exemplares (Alves *et alii*, 2009).

Os potes caracterizam-se também por alguma variedade no que se refere às suas dimensões, existindo 21 fragmentos pertencentes a pequenos recipientes. Identificaram-se também 53 fragmentos de vasos de fundo plano. Os grandes recipientes de armazenagem, com fundos planos, e espessas paredes manufacturadas com uma argila rica em desengordurantes de grande calibre, estão representados por apenas 23 exemplares. Uma pasta de características semelhantes foi utilizada nos potes e nos vasos de maiores dimensões, dos quais alguns serviriam para a confecção de alimentos à lareira. Em contraste, os recipientes de mesa e aqueles dedicados ao consumo de alimentos foram manufacturados com pastas mais depuradas (Alves *et alii,* 2009).

As pastas apresentam colorações predominantemente escuras evidenciando a supremacia das cozeduras redutoras, face às de cariz oxidante que constituem apenas 7% da amostra. Assim, verifica-se que 51% dos fragmentos foram cozidos em atmosferas ricas em carbono, enquanto 29% sofreram uma cozedura redutora, tendo a sua fase final ou o seu arrefecimento sido realizado num ambiente rico em oxigénio. O processo inverso, cozedura oxidante e arrefecimento e finalização redutora, está patente em 11% dos fragmentos. A percentagem restante, 2%, corresponde a cozeduras irregulares e pouco cuidadas (Alves *et alii,* 2009).

A preensão e manipulação dos vários tipos de potes, de vasos e de grandes recipientes seria realizada através de mamilos e pegas. No caso dos grandes recipientes, os elementos de preeensão são mais alongados e de maiores dimensões, enquanto que os mamilos e as pegas associados aos potes são, mais arredondados no primeiro caso, e de dimensões mais reduzidas no segundo. São raros os mamilos que apresentam perfuração, presente apenas em dois casos, dos quais convém destacar o do recipiente n.º 2717 que exibe um único mamilo com dupla perfuração (Alves *et alii,* 2009). No âmbito desta temática, será ainda de referir o fragmento n.º 1813 que exibe uma perfuração de secção cónica, junto ao bordo, que poderá ter funcionado como elemento de suspensão deste recipiente (Alves *et alii,* 2009) (Fig. 7).

Alguns recipientes apresentam perfis baseados em formas esféricas, filiando-se numa tradição oleira antiga que remonta ao Neolítico regional (Alves *et alii,* 2009), muito embora não se possa descartar, neste momento, a possibilidade de alguns se tratarem efectivamente de recipientes calcolíticos que acabaram por contaminar os enchimentos das fossas da Idade do Bronze.

A decoração está presente numa ínfima parte das peças estudadas, correspondendo basicamente a três técnicas, nomeadamente: impressa, incisa e brunida. Para além de dois fragmentos de bojo de pote decorados com dedadas (n.º 1890 e 3482), e de um outro bojo que exibe três linhas incisas (n.º 2548), o destaque vai para a existência de três fragmentos (n.º 2107, 2109 e 2935) com decoração de ornatos brunidos. Se nos dois primeiros fragmentos, que correspondem a bojos, a decoração brunida consta apenas de três linhas ziguezagueantes que se desenvolvem paralelamente entre si; no último, um fragmento de fundo de taça, as linhas de ziguezagues cruzam-se e acabam por formar triângulos (Alves *et alii,* 2009). No estado actual do estudo dos materiais arqueológicos é ainda muito cedo para a partir destas evidências, três fragmentos cerâmicos, presumir a existência de uma ocupação habitacional da Idade do Bronze Final. Esta será, seguramente, uma hipótese de trabalho a explorar no futuro (Fig. 8).

A indústria lítica em pedra lascada não é especialmente abundante nem tipologicamente variada. Na realidade, excluindo-se alguns casos de núcleos, em número de 22, dos quais a maioria foi obtida a partir de blocos de litologias siliciosas e uma menor percentagem a partir de seixos quartzíticos; de lascas com entalhe (quatro ocorrências) e duas lascas com retoque marginal; a maior percentagem com 24 exemplares, é constituída por elementos de foice. Estes foram na sua maioria talhados sobre lascas, tendo a área dos gumes sido aprimorada através de retoques sequenciais e bifaciais provocados por pressão, enquanto a base para o encabamento foi obtida através de retoque abrupto. A grande maioria dos elementos de foice foi efectivamente utilizada para o corte de vegetais, como o demonstra a existência de inúmeros casos que exibem um intenso lustre de cereal (Alves *et alii,* 2009).

Uma referência especial merece a estrutura [1722], cuja vastíssima componente lítica foi alvo de um estudo monográfico, do qual foi já publicada uma pequena notícia preliminar (Pereiro *et alii,* 2010-2011). No interior desta estrutura recolheu-se um total de 3460 unidades líticas, que documentam todo o processo de talhe dos elementos de foice, marcando presença "…*peças de descorticagem, materiais de configuração, manutenção/reavivamento dos núcleos, produtos brutos e subprodutos de debitagem, utensílios, núcleos e restos de talhe*." (Pereiro *et alii,* 2010-2011; 55), daqui se pressupondo a existência de uma área funcional especializada nesta actividade. A matéria-prima utilizada preferencialmente é uma rocha de textura porfírica, disponível em blocos superficiais nas proximidades do povoado, em menor percentagem foi ainda utilizado o quartzo, o quartzito e o sílex (Pereiro *et alii*, 2010-2011: 55). Os resultados preliminares do estudo deste conjunto apontam para a existência de uma indústria de talhe local, baseada na aquisição de blocos de matéria-prima nas proximidades do sítio, que por sua vez, depois de experimentados, e no caso das suas características mineralógicas o possibilitarem, entravam então no processo de debitagem. Este baseava-se na utilização da percussão directa, reservando-se a técnica da pressão para a formatação das peças. O processo de talhe pretendia produzir *"…lascas tipometricamente idênticas, em modalidades de debitagem que produziram em pequena escala lâminas e lamelas, dando origem a um grande número de restos de talhe…"* (Pereiro *et alii,* 2010-2011: 59) (Fig. 9).

A restante componente lítica, pedra polida, bojardada ou afeiçoada, é constituída por dois percutores (24 ocorrências), por dois *"projécteis"* (assim designados essencialmente pela sua forma esferóide), dois polidores e por um machado de secção poligonal em anfibolito. O granito recolhido nas proximidades de Torre Velha 3 foi a matéria prima escolhida para a manufactura de todos os elementos de mós: dormentes e moventes, que estão representados respectivamente por 13 e 8 ocorrências. Relativamente ao primeiro elemento, seis exemplares foram encontrados inteiros, enquanto os restantes estavam já fracturados e incompletos (Alves *et alii,* 2009).

Apesar da maioria dos artefactos metálicos da Idade do Bronze de Torre Velha 3 pertencer ao espólio funerário depositado no interior dos hipogeus, existem 11 objectos provenientes de estruturas de cota negativa, muito embora nem todas datando da Idade do Bronze. De facto, identificaram-se

quatro objectos (um punção, um punhal, um cinzel e dois fragmentos de uma peça indeterminada, provavelmente um rebite), que apesar de encontrados em contextos claramente datados da Antiguidade Tardia, apresentam elementos técnicos e tipológicos que os inserem na metalurgia da Idade do Bronze do Sudoeste português. Os restantes sete artefactos metálicos provêm de fossas de tipo *"silo"*, nomeadamente [1004], [1111], [1165], [1722] e [1945], e os restantes dois de pequenas depressões de planta e morfologia irregular, preenchidas por um único depósito: [546] e [1139]. No primeiro grupo foi recolhido um elemento metálico em cada estrutura, nomeadamente: um cinzel, dois fragmentos indeterminados, um punção e uma folha de serra, todos eles produzidos em ligas de cobre. Por fim, a estrutura [546] forneceu uma ponta de tipo Palmela em liga de cobre, e em [1139] foi recolhida uma pequena haste em bronze, que constitui o único elemento naquela liga recolhido em fossas de tipo *"silo"* de Torre Velha 3 (Porfírio *et alii*, 2013: 565; Valério *et alii,* 2014: 70 e Quadro 2) (Fig. 10).

Dos Chãos de Sines aos Campos de Ourique e Serpa - breve resenha sobre a planície e o povoamento da Idade do Bronze[4]

A sistematização do quadro evolutivo da Idade do Bronze do Sudoeste da Península Ibérica realizada por H. Schubart (1975) foi um trabalho baseado essencialmente nos pressupostos *"childeanos"* da seriação tipológica e cartográfica dos objectos. Estes encontravam-se na sua maior parte depositados em fundos de museus e eram provenientes de escavações antigas e de achados fortuitos, ou seja, escasseavam os contextos arqueológicos seguros e arqueograficamente registados. Neste sentido, o trabalho de campo realizado pelo autor alemão entre 1962 e 1970 na necrópole de Atalaia (sucedendo a Abel Viana na direcção da escavação) adquire uma importância fulcral para a definição do conceito de Idade do Bronze do Sudoeste (Jorge, 2005). Por outro lado, Schubart era também um profundo conhecedor da bibliografia arqueológica portuguesa até à sua época e algumas das suas ideias seguem de muito perto opiniões propostas, nomeadamente, por Fernando Nunes Ribeiro que realizou uma primeira tentativa de sistematização da Idade do Bronze regional, que mereceu a designação de Bronze Meridional Português (1965).

A ausência de povoados correlacionáveis com os cemitérios de cistas foi desde cedo motivo de problematização, acabando por se reflectir no modo como Schubart caracterizou as sociedades deste período, considerando-as populações seminómadas, dispersas por um vasto território, tendo como único factor de coesão e reunião o culto dos mortos realizado nas necrópoles. A visibilidade destes cemitérios era assegurada não só pela sua construção com elementos pétreos, mas também pela localização de alguns em lugares destacados na paisagem.

A importância que o arqueólogo alemão atribuiu ao quadro geográfico da Idade do Bronze do Sudoeste, permitiu-lhe identificar um rol de potencialidades e de recursos locais que determinariam a principal vocação económica e consequentemente, o modo de vida destas comunidades. Assim, a existência de extensas e inóspitas áreas de serra favoreceria a criação de gado, enquanto a riqueza dos filões de cobre da faixa piritosa possibilitaria a prática metalúrgica, por seu turno, a fertilidade dos solos de algumas zonas do Alentejo e Algarve, permitiria o desenvolvimento da actividade agrícola. Alguns

[4] Não se pretende neste ponto realizar um levantamento exaustivo desta problemática, o que não se justifica por questões de oportunidade e de espaço, mas tão só destacar alguns elementos que se consideram oportunos relativamente à linha argumentativa seguida neste trabalho.

destes pressupostos seriam posteriormente alvo de crítica (Barceló, 1991; Ruiz Gálvez-Priego, 1984), mas não é objectivo deste trabalho proceder a um levantamento aprofundado desta problemática.

Posteriormente, na década de setenta do século XX, foram identificados no território português alguns povoados associados a necrópoles de cistas, entre os quais se contam os núcleos habitacionais dos cemitérios do Pessegueiro, Quitéria e da Provença na zona de Sines (Soares e Silva, 1995: 137), e de Alcaria no concelho de Ourique (Beirão, 1973: 203; Parreira, 1995: 132; Parreira, 1998: 270). Comum a todos estes sítios é a sua localização bastante próxima dos núcleos funerários, a sua implantação em zonas aplanadas e abertas junto a linhas de água, e a ausência de condições naturais de defesa.

No litoral alentejano as estruturas habitacionais são constituídas por cabanas de planta rectangular cujas dimensões rondam os 6 x 5m, com alguns, escassos, embasamentos em pedra, sendo o restante construído com materiais perecíveis. Os solos de ocupação são por vezes recobertos com lajeados, sobre os quais assentam as lareiras de planta circular circundadas por blocos de pedra (Soares e Silva, 1995: 137).

No povoado do Pessegueiro, o melhor conhecido em extensão, assim como ao nível das inter-relações espaciais entre as áreas de *habitat* e de necrópole, verificou-se que estas últimas parecem rodear as primeiras. Nos espaços habitacionais identificou-se um único estrato de ocupação, no qual se registaram lareiras, buracos de poste e pisos lajeados. As lareiras, sobrelevadas relativamente aos pavimentos, apresentam uma morfologia sub-circular e uma base aplanada, sendo rodeadas de lajetas de xisto dispostas na vertical, exibindo ainda um reforço pétreo junto à base. Os buracos de poste são estruturados com recurso a lajes de xisto e outras pequenas pedras, distribuindo-se espacialmente de modo a formarem alinhamentos rectilíneos que configurariam, provavelmente, cabanas de planta rectangular construídas com materiais perecíveis que, por vezes, possuíam os seus pisos lajeados (Silva e Soares, 1981: 170).

Os materiais arqueológicos recolhidos nestes núcleos habitacionais, revelam a existência de uma relação estreita entre os recursos naturais disponíveis nas proximidades e as actividades económicas desenvolvidas por estas comunidades, nomeadamente a pesca (principalmente no sítio do Pessegueiro), a exploração agro-pastoril, a tecelagem e a produção metalúrgica do cobre em pequena escala (Soares e Silva, 1995: 137).

No caso de Alcaria não é lícito associar a estrutura arqueológica identificada (não se sabe se na sua totalidade) por uma intervenção arqueológica provavelmente nunca concluída e parcialmente publicada, a um espaço habitacional (Beirão, 1973: 203; Lago, 1995: 79). Na realidade, os vestígios resumem-se a um recinto fruste, de planta rectangular, definido por um murete de grauvaque que circunda por três dos seus lados um lajeado de pedra, configurando um espaço conservado de 6 x 3,5m, cujo eixo maior encontra-se alinhado a N.N.W. – S.S.E. e oblíquo relativamente às sepulturas com que hipoteticamente se correlacionará. Para além da planta pouco mais se sabe sobre este local, desconhecendo-se na realidade a sua cronologia, funcionalidade e relação com a estrutura sepulcral de Alcaria 1A. Apesar de uma das interpretações em voga associar esta estrutura a um núcleo habitacional da Idade do Bronze, baseando-se quer na proximidade com as sepulturas, quer na planta rectangular coerente com os poucos casos conhecidos de cabanas destas cronologias existentes na região. Em contraponto, verifica-se que o cuidado colocado na edificação da estrutura de Alcaria 1B quando comparada com outras construções da Idade do Bronze, não deixa de causar uma certa estranheza, o que levou a que se equacionassem outras hipóteses interpretativas, como a possibilidade de se estar perante um recinto de cariz ritual (Correia e Parreira, 2002: 33 e Vilhena: 2006: 38 e 86).

Avançando para o interior alentejano, mais precisamente para a região de Beja, onde a estrutura de povoamento do Bronze Médio seria baseada na existência de povoados abertos que explorariam os férteis recursos agrícolas e mineiros da zona. Pressupõe-se que a cada necrópole então conhecida

deveria corresponder um povoado deste tipo, localizado junto a pequenas linhas de água, e onde estas comunidades sobreviveriam isoladas, praticando a agricultura e uma metalurgia de âmbito doméstico. Elemento identitário destas populações era o facto de todo o investimento arquitectónico centrar-se nas suas necrópoles de pedra, em detrimento dos povoados erigidos com materiais perecíveis. No final da Idade do Bronze assistir-se-ia por um lado, ao ocaso do processo de expansão do povoamento de planície do período anterior, e por outro ao nascimento de um fenómeno de *encastelamento*, que culminará com a instalação de povoados fortificados em sítios elevados e com boas condições naturais de defesa (Parreira, 1995: 132).

Na margem esquerda do Guadiana foi a realização da Carta Arqueológica de Serpa que possibilitou uma primeira abordagem ao povoamento da Idade do Bronze (Vilaça, 1997). Relativamente ao período imediatamente anterior ao Bronze Final, é realçado o desconhecimento de sítios habitados por oposição à existência de vários locais com monumentos tumulares. Estes últimos distribuem-se por unidades geográficas muito diferenciadas, sugerindo que as estruturas de povoamento estariam menos dependentes dos solos férteis e da proximidade às fontes de água. Somente na fase final da Idade do Bronze voltam a ser conhecidos povoados, caracterizados por uma grande diversidade ao nível da implantação topográfica, das áreas ocupadas, assim como ao nível da especialização funcional, encontrando o seu correlato directo num modelo social complexo e fortemente hierarquizado. Surgem assim povoados abertos de clara vocação agrícola que ocupam os topos de colinas de vertentes suaves; povoados de altura com boas condições naturais de defesa que por vezes são reforçadas com obras defensivas de fábrica humana. Por fim, será de referir a muito provável existência de povoados especializados na actividade metalúrgica. Os dados então existentes aconselhavam prudência no momento de estabelecer uma estrutura de povoamento, tarefa esta dependente da prossecução e intensificação da investigação arqueológica (Vilaça, 1997: 131-132).

Posteriormente, uma primeira sistematização do povoamento da Idade do Bronze Final na margem esquerda portuguesa do Guadiana foi realizada por A. Monge Soares (2005: 136), que a partir dos dados então disponíveis classificou os povoados em quatro tipos: um primeiro que inclui os grandes povoados fortificados que se distribuem pelas imediações do Rio Guadiana ou dos seus afluentes mais importantes; um segundo conjunto agrupa sítios de altura, muito provavelmente desguarnecidos de estruturas defensivas, e que controlariam vias naturais de passagem entre o rio Chança e o Baixo Ardila; um terceiro grupo composto por pequenos povoados fortificados situados nas imediações de bons terrenos agrícolas; por fim, um último agrupamento onde insere os povoados de planície. Considera ainda o autor que a este esquema corresponde uma estrutura de povoamento hierarquizada, controlada por chefaturas, que teria o seu epicentro de poder no grande povoado do Álamo (Moura), o que se justificaria também pela existência do tesouro homónimo. Este mundo perduraria até ao séc. VII a. C. e feneceria com o início do designado período orientalizante (Soares, 2005: 141-142).

Novos dados para o povoamento de planície da Idade do Bronze no Alentejo resultaram não só de um projecto de investigação realizado na zona de Serpa[5], mas sobretudo de intervenções arqueológicas de salvaguarda desenvolvidas no âmbito do empreendimento de Alqueva. Deste modo, foram surgindo a um ritmo de certo modo *"maquinal"*, vários sítios arqueológicos caracterizados essencialmente pela omnipresença de estruturas arqueológicas de cota negativa. Muito frequentemente estes locais dão

[5] O projecto designado *"O Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana. Fortificações, áreas rituais, cronologias"*, decorreu entre 2005 e 2009 e foi coordenado por António Monge Soares em co-direcção com Ana Sofia Antunes e Manuela de Deus, no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.

conta de longas diacronias de ocupação que abrangem vários períodos da Pré, da Proto e mesmo de época histórica. Ao nível da implantação topográfica, são escolhidas preferencialmente pequenas colinas de encostas suaves localizadas junto a linhas de água, sem grande valor estratégico-defensivo, mas com solos de boa aptidão agrícola nas suas envolvências. Até ao momento, não se identificou em nenhum destes locais evidências de sistemas defensivos de qualquer tipo, o que faz deles povoados abertos e extensos, pois aparentemente seriam configurados por vários núcleos relativamente próximos entre si (Antunes *et alii,* 2012: 278).

Para além da evidente vocação agro-pastoril, alguns destes locais forneceram testemunhos da prática metalúrgica, nomeadamente do trabalho do bronze, como por exemplo o sítio Casarão da Mesquita 3 (Évora) ou o de Entre Águas 5 (Serpa). No primeiro destes locais recolheu-se uma vasta panóplia de elementos relacionados com a metalurgia, como escórias, fragmentos de minério de cobre e parte de um molde de machado plano (Antunes *et alii,* 2012: 280). Em Entre Águas 5 a evidência metalúrgica recolhida num fundo de cabana em forma de *"8",* é caracterizada por vários cadinhos, escórias, fragmentos metálicos informes, pingos de fundição, moldes, algaravizes, elementos de minério de cobre e um provável molde de cerâmica correlacionável com a técnica da cera perdida. Deste mesmo contexto provém um *"prego"* em bronze com a cabeça revestida a folha de ouro (Rebelo *et alii*, 2010: 468). Também em Salsa 3 (Serpa) se recolheu um molde de fundição de machados planos fracturado (Antunes *et alii*, 2012: 287).

A partir de carvões recolhidos nos diferentes contextos escavados em Entre Águas 5 (Serpa), Paula Queiroz realizou um estudo paleobotânico, identificando então um coberto florestal de tipo misto composto por bosques e áreas de mato cque integravam árvores e arbustos esclerófilos, de folhas planas de pequena dimensão e sub-xerofíticas. Este tipo de vegetação encontra-se especialmente adaptado a áreas climáticas de influência mediterrânica onde escasseia a água. As espécies identificadas são compostas por diversas sub-espécies de *Quercus sp*., nomeadamente *coccifera* (carrasco), *rotundifolia* (azinheira), *suber* (sobreiro); mas também por *Pistacia lentiscus* (aroeira), *olea europaea* (zambujeiro) e *Arbutus unedo* (medronheiro). Entre as espécies arbustivas estão presentes *Cistus* (esteva), *Calluna vulgaris* (urze-torga), *Erica arborea*, *Erica umbellata* e *Ulex parviflorus* (tojo). Marca ainda presença a vegetação rasteira de solos profundos, nomeadamente as gramíneas altas (*apud* Rocha, 2012, p. 24). A mesma investigadora analisou anteriormente carvões do Casarão da Mesquita 3, sendo que o quadro resultante, apesar de mais limitado é muito semelhante ao referenciado para Entre Águas 5 (Queiroz, 2009).

Discussão

A partir do pequeno e despretensioso apanhado sobre o povoamento de planície na Idade do Bronze, parece evidente que a existência de sítios de planície seria especialmente orientada para a exploração dos recursos agrícolas. Os solos da peneplanície alentejana são há muito referenciados pela sua fertilidade (AAVV, 2002: 81), reconhecimento que ainda hoje se mantém e que volta a estar bem presente na ordem do dia, pois são precisamente estas áreas onde o projecto Alqueva está a ser implantado. Assim, e dado que a esmagadora maioria das intervenções arqueológicas decorre da arqueologia de salvaguarda, (realizada precisamente no âmbito de Alqueva), parece cimentar-se a ideia que a grande densidade de sítios pré-históricos identificados poderá ficar a dever-se à fertilidade dos solos abrangidos. Manter-se-á esta densidade ocupacional nas zonas xistosas de solos agricolamente pobres, mas ricos ao nível mineiro, localizadas a Sul, na Serra de Serpa e nas envolvências de Mértola, ou de Barrancos?

Regressando ao cariz eminentemente agro-pastoril dos sítios de planície, para além da sua implantação topográfica propícia, esta vocação é também testemunhada indirectamente por parte da cultura material, principalmente pela presença de moventes e dormentes, mas também pela abundância de elementos de foice. No caso de Torre Velha 3, estes argumentos vêem-se ainda reforçados pelo gigantesco conjunto de material lítico recolhido na estrutura [1722] que documenta todo o processo de produção de elementos de foice, validando a existência de uma área funcional especializada na produção e manutenção daqueles instrumentos indispensáveis à cultura cerealífera.

Por outro lado, e sem querer entrar no debate terminológico e funcional que acompanha as fossas de tipo *"silo"* (o que exigiria uma discussão que extravasaria em muito o âmbito deste trabalho), é de realçar a existência, em Torre Velha 3, de cinco estruturas que conservaram na sua parte superior uma saliência que permitiria a colocação de uma tampa. A sequência estratigráfica identificada no interior daquelas estruturas não elucida sobre o que nelas seria guardado ou armazenado, e que merecia ser tapado ou protegido. Mais uma vez e como é comum neste tipo de realidades, para além da própria morfologia da estrutura, nada nos elucida sobre a sua biografia, contamos apenas com elementos que documentam a sua última utilização. Por este motivo, e considerando a mais que provável polivalência de muitas destas estruturas, não será crível aferir automaticamente a funcionalidade das restantes a partir dos cinco casos referidos.

No entanto, existem noutros povoados evidências, escassas é certo, que possibilitam asseverar que determinada estrutura serviu para armazenar cereal. Tal é o caso de uma estrutura de Pedreira de Trigaches 2 (Beja) que foi revestida com cortiça e na qual foram recolhidas milhares de sementes de cevada (Antunes *et alii*, 2012: 285). Algumas estruturas de outros locais forneceram entre os seus depósitos de enchimento sementes em quantidades diversas, como é o caso da estrutura n.º 4 de Pedreira de Trigaches 3 (Beja), atribuída ao II º milénio a. C. (Antunes *et alii,* 2012: 286), ou a fossa da sondagem 4 de Ourém 7 (Serpa), junto à base da qual foram recolhidas sementes de cereais carbonizadas e associadas a numerosos fragmentos de cerâmica manual atribuíveis à Idade do Bronze, a fauna mamalógica e a cerâmica de revestimento (Valera *et alii,* no prelo).

Refira-se que A. Bellido Blanco no seu já clássico trabalho (1996: 31) refere a necessidade de revestir os silos para salvaguardar o cereal armazenado da humidade, e entre os vários exemplos etnográficos e históricos que arrola, conta-se o revestimento com palha ou com argila misturada com elementos vegetais. O que parece conjugar-se bem com o revestimento de cortiça da estrutura de Pedreira de Trigaches 2, e não sabemos se com a argila de revestimento de Ourém 7.

Existem ainda outros aspectos que demonstram a importância da componente agro-pastoril para a vivência e para o universo simbólico destas comunidades. Um dos mais relevantes prende-se com a deposição ritualizada e fortemente padronizada das partes distais dos membros de animais (mais frequentemente *Bos taurus,* mas também *Ovis aries* e *Ovis/Capra*), no âmbito do cerimonial fúnebre das necrópoles de hipogeus do Bronze Pleno. Constituem oferendas cárneas que acompanham as outras dádivas funerárias que na sua maioria são constituídas por recipientes cerâmicos e objectos metálicos, ou por ambos. Situações deste género estão identificadas em Torre Velha 3 (Alves *et alii,* 2010: 145) e em outros sítios do concelho de Serpa como Belmeque (Soares, 1994: 182), Outeiro Alto 2 (Filipe *et alii,* 2013: 123) ou Montinhos 6 (Baptista *et alii,* 2012a: 153).

Inserida neste âmbito está também a prática, com antecedentes no Neolítico Final e no Calcolítico, que consiste em depositar partes articuladas ou a totalidade dos corpos de animais. Sem pretensão de exaustividade na elaboração deste rol, podemos referir: no Monte da Cabida 3 a deposição em conexão anatómica de um animal jovem numa fossa de tipo *"silo"* (Antunes *et alii,* 2012: 297); em Pedreira de Trigaches 2 foi depositado um veado numa fossa; em Salsa 3 identificou-se na fossa 2 a presença de restos osteológicos de um bovídeo associados a fragmentos cerâmicos de um

grande recipiente de armazenagem (Deus *et alii,* 2009: 516); em Cadavais (Serpa) registou-se na fossa da sondagem 3 um crânio de um animal de grande porte, posteriormente e pouco depois de se ter iniciado o enchimento desta estrutura, foi colocada na vertical, junto à parede este, uma grande laje calçada por outras pedras de dimensões menores (Valera *et alii,* no prelo); em Ourém 7 recolheu-se no enchimento inicial de uma fossa o esqueleto completo de um pequeno cão. A datação desta fossa não é clara, mas na sondagem 4 do mesmo sítio foi recolhida cerâmica enquadrável na Idade do Bronze (Porfírio e Serra, no prelo; Valera *et alii,* no prelo).

Por vezes na mesma estrutura realizaram-se enterramentos de humanos e animais, como o documenta a estrutura n.º 1 da Horta do Jacinto (Beringel), um sítio atribuído ao II milénio a. C. Na base da estrutura 1 foi realizada a inumação de um porco sobre um anel pétreo, posteriormente, e após a deposição de um estrato, foi depositado, sentado sobre os pés, um indivíduo juvenil cuja idade à morte se terá situado entre os 9 e os 12 anos. O estudo faunístico determinou que o porco, com cerca de 9 a 16 meses, fora inumado sem as extremidades distais dos membros anteriores, isto apesar de não se terem identificado marcas de corte, cuja identificação a má preservação dos restos osteológicos não favoreceu (Baptista *et alii,* 2012 a: 153).

As comunidades que habitaram Torre Velha 3 e outros povoados de planície da Idade do Bronze deixam antever, através dos parcos vestígios que chegaram até nós, a importância que para elas desempenharam os recursos agro-pastoris, ainda para mais quando potenciados pelos solos férteis da peneplanície alentejana. Esta relação extravasa mesmo a esfera puramente económica, conforme se pode comprovar através da importância dos restos faunísticos nos rituais funerários, dando a entender que esta é uma relação simbólica que se prolonga para além da vida. Não será de estranhar, visto que estas sociedades viveriam plenamente imersas nos ritmos cíclicos da natureza, que estruturariam toda a sua vivência. Um tempo em *continuum* caracterizado por sequências de ciclos repetitivos onde o semear e o colher, se vão sucedendo ao ritmo a que as gerações se vão substituindo. Esta é também a cadência a que a mudança se vai impondo, mesmo que por vezes seja acelerada por um mundo novo e estranho que vai irrompendo pelo território, alterando os equilíbrios existentes e levando ao abandono dos sítios que já não respondem às novas exigências que se imporão com o final da Idade do Bronze.

Bibliografia

AAVV (2002) – *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Grupos de unidades de paisagem – Alentejo Central a Algarve*. Colecção Estudos 10. Vol. V. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

ALVES, C., COSTEIRA, C.; ESTRELA, S., PORFíRIO, E. e SERRA, M. (2009) – *Torre Velha 3. Relatório Final (2.ª fase). Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da Construção da Barragem da Laje (Serpa).* Relatório policopiado. Relatórios Palimpsesto 2009.

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFíRIO, E., SERRA, M., SOARES A. M. M., e MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste ?! *Zephyrus*. Salamanca. LXVI, pp. 133-153.

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFíRIO, E., e SERRA, M. (2012) – Torre Velha 3 – dados preliminares. *Al-Madan Online*. Almada. 17, tomo 1, 2ª série, pp. 31-38.

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFíRIO, E., e SERRA, M. (no prelo a) – Análise preliminar dos contextos da Antiguidade Tardia do sítio Torre Velha 3 (Barragem da Laje – Serpa). *Actas do IV Colóquio de Arqueologia de Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010).* Beja. 24 a 26 de Fevereiro de 2010.

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFíRIO, E., SERRA, M., SOARES A. M. M., e MORENO-GARCÍA, M. (no prelo b) – Caracterização preliminar da ocupação pré-histórica da Torre Velha 3 (Barragem da Laje – Serpa). *Actas do IV Colóquio de Arqueologia de Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010).* Beja. 24 a 26 de Fevereiro de 2010.

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., SERRA, M., e PORFÍRIO, E. (no prelo c) – Necrópole tardo-antiga da Torre Velha 3, Serpa (Baixo Alentejo, Portugal). *Actas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.*

ANTUNES, A., DEUS, M., SOARES, A. M., SANTOS, F., ARÊZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 277-308.

BAPTISTA, L. e GOMES, S. (2012) – Cidade das Rosas 4 (S. Salvador, Serpa): breve notícia sobre os fragmentos cerâmicos com ornatos brunidos. *In* DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 605-614.

BAPTISTA, L., GOMES, S. e COSTA, C. (2012) – As dinâmicas de deposição e construção no sítio pré-histórico de Horta do Jacinto (Beringel, Beja). In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 585-595.

BAPTISTA, L., PINHEIRO, R. e RODRIGUES, Z. (2012a) – Espacialidades dos cadáveres em Montinhos 6: contributos para uma compreensão das práticas funerárias da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 149-170.

BARCELÓ, J. A. (1991) – El Bronce del Sudoeste y la cronologia de las estelas alentejanas. *Arqueologia*. Porto, 21, pp. 15-24.

BEIRÃO, C. de M. (1973) – Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a Idade do Ferro no sul do país. *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1972).* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1, pp. 193-221.

BELLIDO BLANCO, A. (1996) – *Los campos de hoyos. Inicio de la economia agrícola en la submeseta norte*. Zaragoza. Studia Archaeologica. Universidad de Valladolid, 85.

CORREIA, V. H. e PARREIRA, R. (2002) – *Cola. Circuito Arqueológico.* Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (Roteiros da Arqueologia Portuguesa: 8).

DEUS, M., ANTUNES, A. S. e SOARES, A. M. M. (2009) – A Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste. In MACÍAS, J. (coord.), *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular.* Huelva: Universidad de Huelva, pp. 514-543.

DEUS, M., ANTUNES, A. S. e SOARES, A. M. M. (2012) – Santa Margarida (Serpa) no contexto do Bronze final do Sudoeste. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 171-188.

ESTRELA, S., COSTEIRA, C., ALVES, C., PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2012) – Torre Velha 3 (Serpa): um novo ponto no mapa da Idade do Ferro do Sudoeste. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste*

Peninsular. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 235-268.
FERREIRA, T. (2009) – *Torre Velha 3 (Barragem da Laje, Serpa). Relatório dos trabalhos de Antropologia biológica desenvolvidos no âmbito da minimização de impactes no sítio da Torre Velha 3*. Relatório policopiado.
FILIPE, V., GODINHO; R., GRANJA, R., RIBEIRO, A. e VALERA, A. C. (2013) – Bronze Age funerary spaces in Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa, Portugal): the hypogea cemitery. *Zephyrus*. Salamanca. LXXI, pp. 107-129.
JORGE, S. O. (2005) – Hermanfrid Schubart na encruzilhada da arqueologia europeia e peninsular da segunda metade do século XX. Recurso electrónico [http://adecap.blogspot.pt/2010/03/hermanfrid-schubart-na-encruzilhada-da.html]. Versão portuguesa do texto publicado no *Journal of Iberian Archaeology.* Porto. 7, pp.185-200.
LAGO, M. (1995) – Alcaria, um complexo tipo Atalaia. In JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 79.
LOPES, M. C., CARVALHO, P. C. e GOMES, S. M. (1997) – *Arqueologia do concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
OLIVEIRA, J. T. (1992) - *Carta Geológica de Portugal.* Escala 1/200 000. Notícia Explicativa da folha n.º 8. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo interior. In JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal:* discursos de poder. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 136-139.
PARREIRA, R. (1998) – As arquitecturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior. In JORGE, S.O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?.* Lisboa: *Trabalhos de Arqueologia.* 10, pp. 267-273.
PEREIRO, T. do, ESTRELA, S. PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2010-2011) – Torre Velha 3 (Serpa): dados preliminares da indústria de pedra lascada. O caso da estrutura negativa [1722]. *Arqueologia & História.* Lisboa. 62-63, pp. 51-63.
PORFÍRIO, E. e SERRA, M., (no prelo) – In death as in life. Ties between man and animals in Recent Prehistory of lower Alentejo: two case studies from Alto de Brinches 3 and Torre Velha 3 (Serpa, Alentejo, Portugal). *Actas do I Congresso Internacional de Zooarqueologia em Portugal (Lisboa 2012).*
PORFÍRIO, E., SERRA, M., VALÉRIO, P., SOARES, A. M. M., ARAÚJO, M. de F., SILVA e R. J. C. (2013) – Os metais da Idade do Bronze de Torre Velha 3 (Serpa) e os seus contextos arqueológicos. In *Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, pp. 563-571.
QUEIROZ, P. (2009) – *Estudos de Arqueobotânica no sítio Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora).* Terra Scenica – Território Antigo relatórios, 1.
RIBEIRO, F. N. (1965) – *O Bronze meridional português.* Beja: Minerva Comercial.
REBELO, P., SANTOS, R., NETO, N., FONTES, T., SOARES, A. M., DEUS, M. e ANTUNES, A. (2010) – Dados preliminares da intervenção arqueológica no sítio do Bronze Final de Entre Águas 5 (Serpa). MACÍAS, J. (coord.), *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular.* Huelva: Universidad de Huelva, pp. 463-488.
ROCHA, B. (2012) – *Entre Águas 5: estrutura [204].* Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Pré-história e Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
RUIZ GÁLVEZ-PRIEGO, M. (1984) – Reflexiones terminológicas en torno a la edad del bronce peninsular. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid, 41, pp. 323-342.
SCHUBART, H. (1975) – Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel. *Madrider Forschungen*. Berlin. 9.
SILVA, C.T. da e SOARES, J. (1981) – *Pré-história da área de Sines. Trabalhos arqueológicos de 1972-77.* Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
SOARES, A. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1993).* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 179-197.
SOARES, A. M. (2005) - Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 8:1, pp. 111-145.
SOARES, J. e SILVA, C.T. da (1995) – O Alentejo litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. In JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 136-139.
VALERA, A. C. (2012) – Ditches, pits and hypogea: new data and new problems on South Portugal Late Neolithic and Chalcolithic practices. In GIBAJA, J. F., CARVALHO, A. F. e CHAMBON, P. (coord.) *Funerary practices in the Iberian*

Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic. BAR International Series 2417. Oxford: Archaeopress, pp. 103-112.
VALERA, A. C., SILVA, A. M. e MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (2014) – The temporality of Perdigões enclosures: absolute chronology of the structures and social practices. *SPAL*. Sevilha. 23, pp. 11-26.
VALERA, A. C., GODINHO, R., CALVO, E., MORO BERRAQUERO, F. J., FILIPE, V. e SANTOS, H. (no prelo) - "Um mundo em negativo": fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa). *Actas do IV Colóquio de Arqueologia de Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010). Beja. 24 a 26 de Fevereiro de 2010.*
VALÉRIO, P., SOARES, A. M. M., ARAÚJO, M. de F., SILVA, R. J. C., PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2014) – Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of Southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*. Londres. 42, pp. 68-80.
VILAÇA, R. (1997) – Das primeiras comunidades humanas à chegada dos romanos. In LOPES, M. C.; CARVALHO, P. e GOMES, S. (coord.), *Arqueologia do Concelho de Serpa.* Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 127-133.
VILHENA, J. (2006) – *O sentido da permanência. As envolventes do Castro da Cola nos 2.º e 1.º Milénios a. C.* Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Pré-história e Arqueologia, Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Fig. 1 – Localização do sítio Torre Velha 3 no mapa da Península Ibérica.

Fig. 2 – Área de implantação do sítio Torre Velha 3. Fotografia do GoogleEartth.
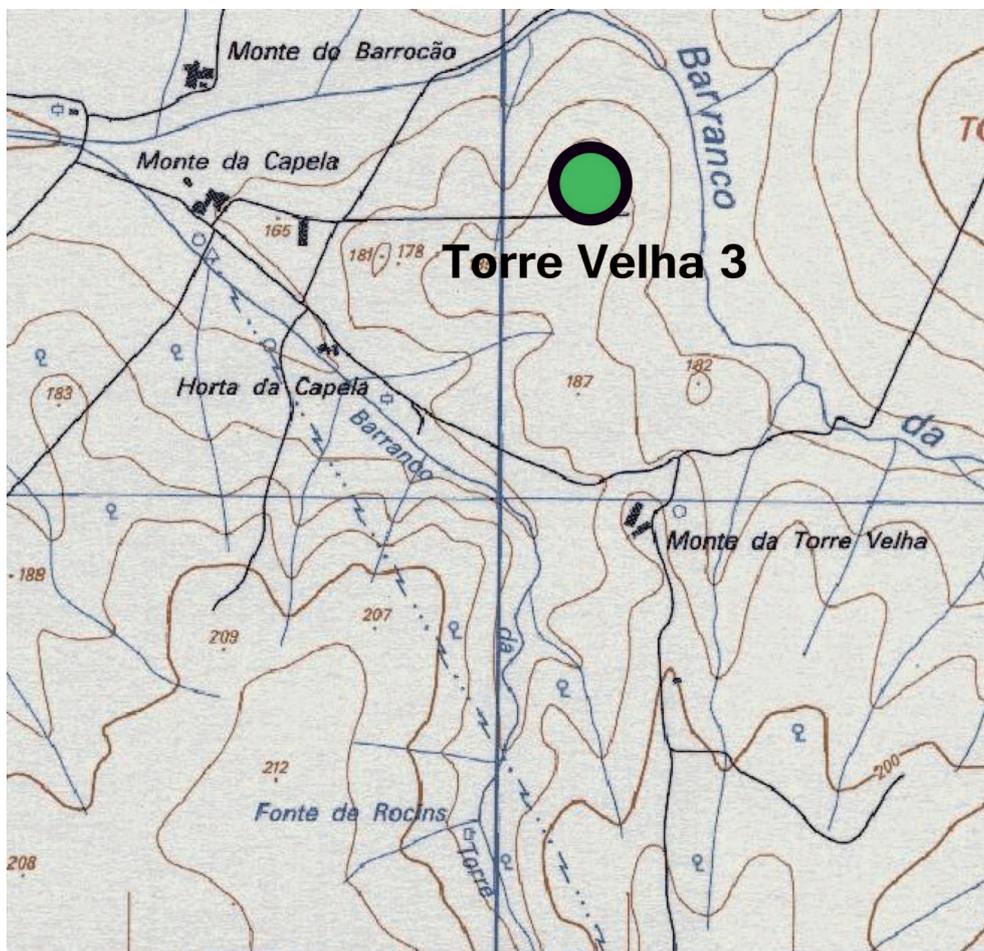
Fig. 3 – Localização do sítio Torre Velha 3 na Carta Militar de Portugal, folha n.º 523, escala 1: 25 000.
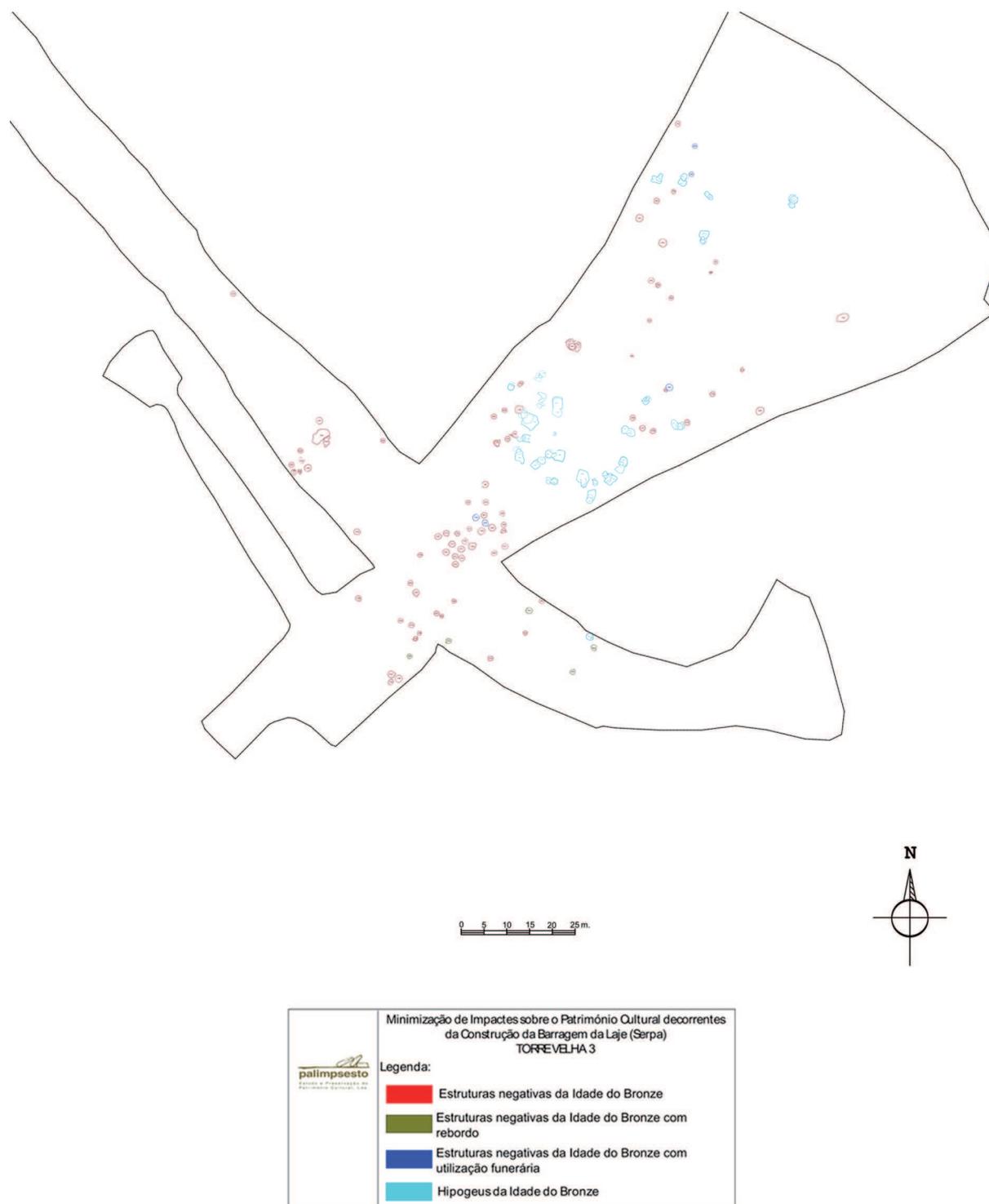
Fig. 4 – Planta geral da área da escavação arqueológica com localização das estruturas de cota negativa da Idade do Bronze.
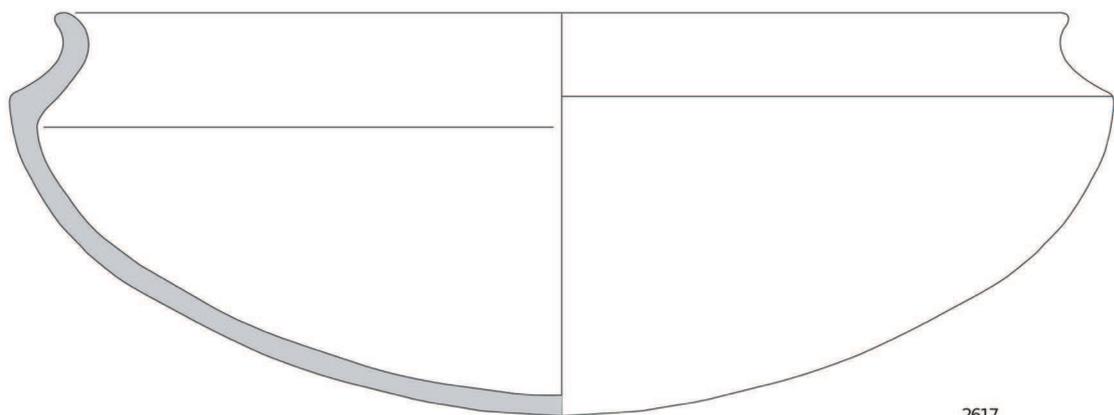
Fig. 5 – Enterramento [830] e [831], Estrutura [1064].
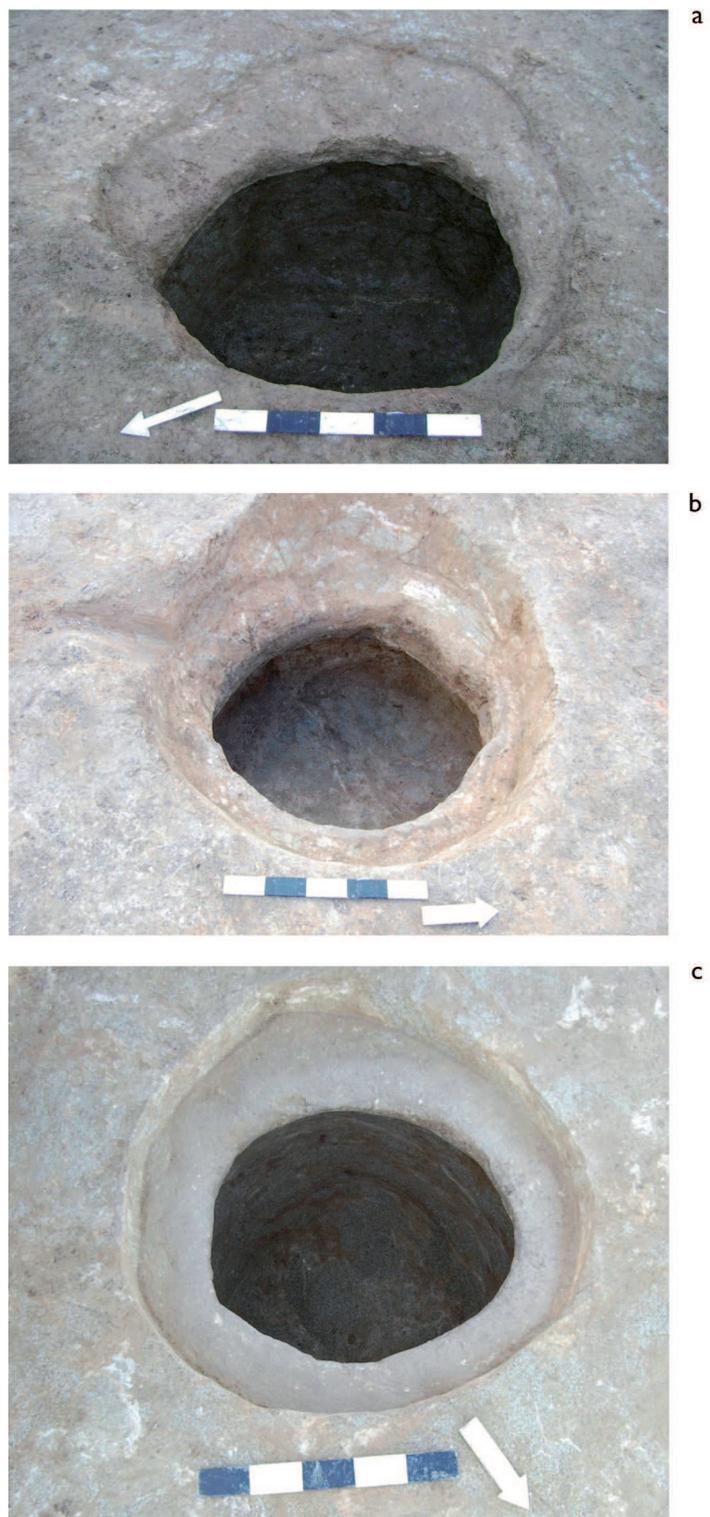
Fig. 6 – Rebordo superior das fossas de tipo *"silo"*: a – [1882], b – [1912], c – [1555].
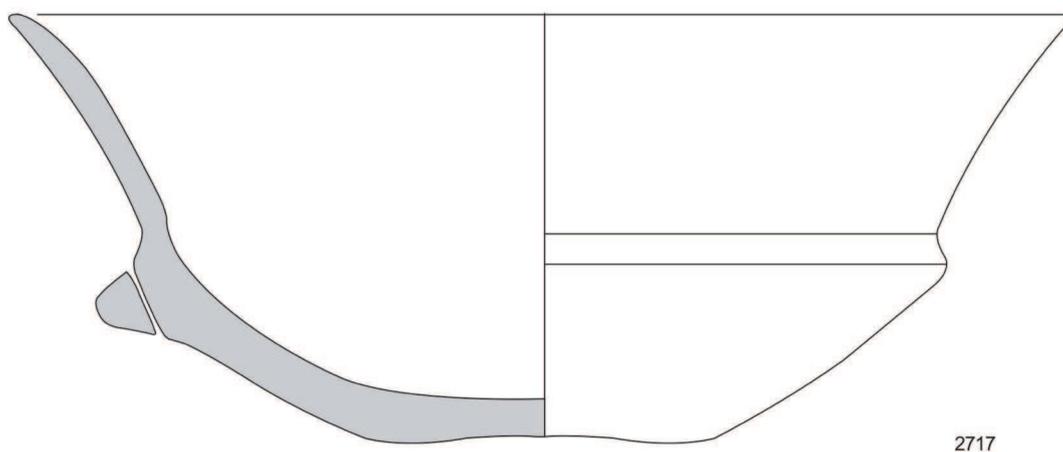
Fig. 7 – Recipiente n.º 2717.

a

b

Fig. 8 – Fragmentos de cerâmica com ornatos brunidos: a – n.° 2107 3 2108, b – n.° 2935.
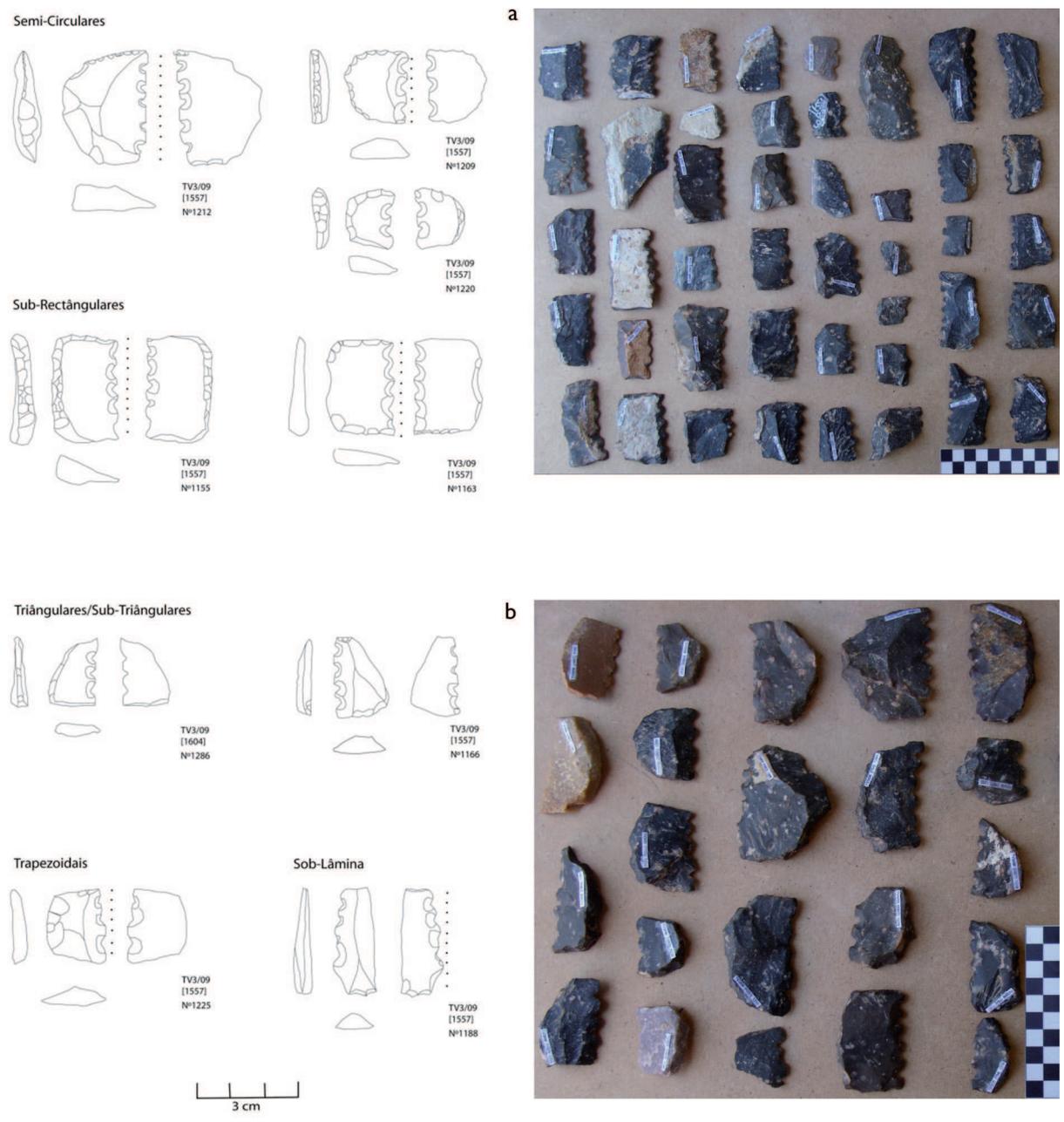
Fig. 9 – Tipologia dos elementos de foice de Torre Velha 3 provenientes da estrutura [1722]: a – elementos de foice sub-rectangulares; b – elementos de foice semi-circulares.
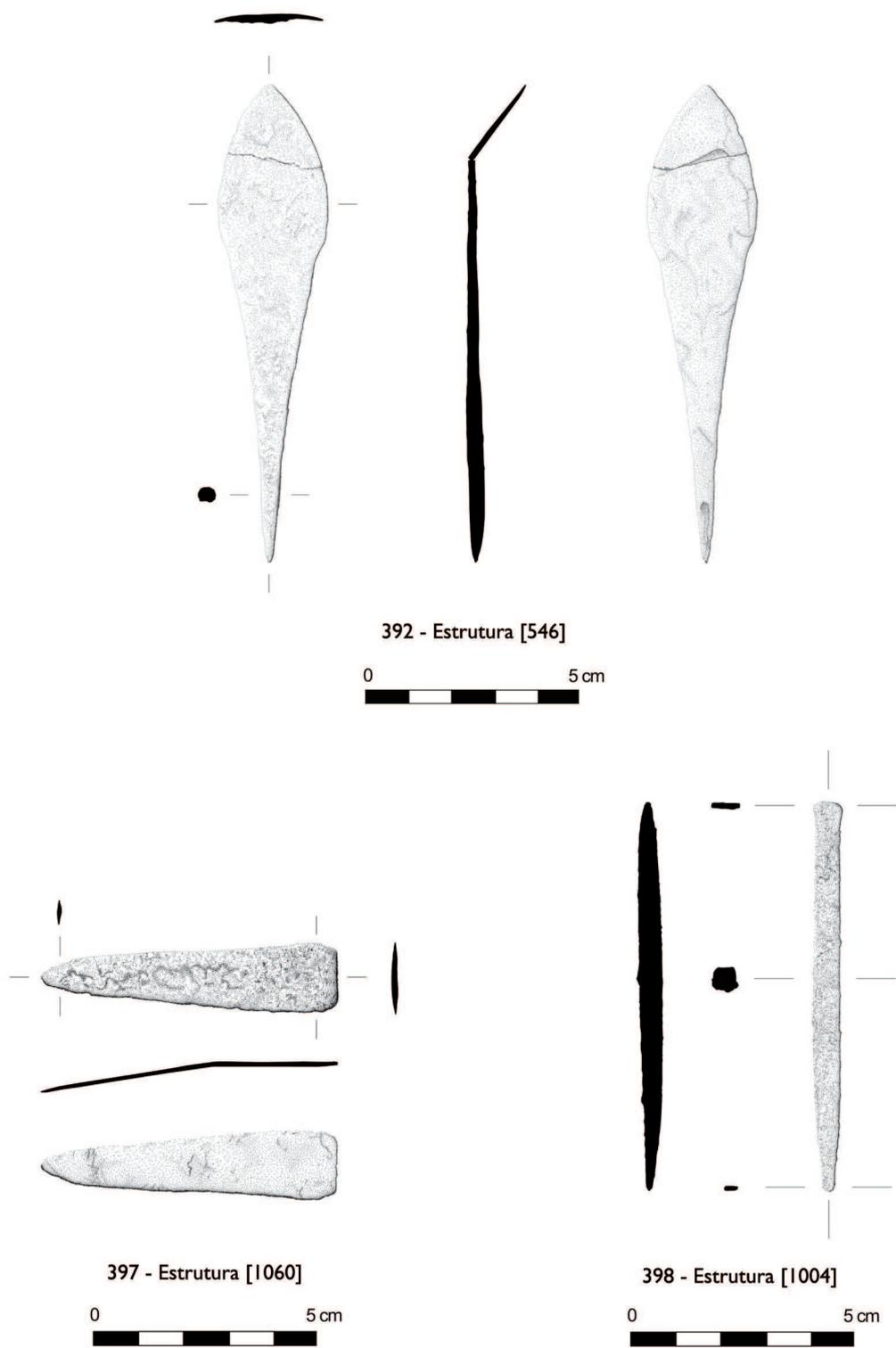
Fig. 10 – Metais recolhidos no interior das fossas de tipo *"silo"* de Torre Velha 3.

El Cerro del Castillo de Alange (Extremadura, España): un paisaje de la Edad del Bronce

Ignacio Pavón Soldevila[1]
David-Manuel Duque Espino[2]

Resumen

La investigación sobre la Edad del Bronce en el Cerro del Castillo de Alange y su entorno se ha caracterizado esencialmente por la obtención de una secuencia cultural de referencia para el Suroeste interior y el análisis diacrónico que en base a ella puede hacerse de la gestión del medio. Desde los planteamientos más básicos de la Ciencia del Paisaje, ofrecemos una síntesis integradora del poblamiento, el agroecosistema y el territorio en que cobró sentido su existencia, como punto de partida para la discusión de estos mismos tópicos en otras escalas.

Palabras clave

Edad del Bronce; II milenio a. C.; Extremadura; Alange; poblamiento; paisaje; territorio.

Abstract

The research in the Bronze Age in the Hill of Castillo de Alange and its environment has been characterized essentially obtaining a cultural sequence of reference for the interior Southwest and diachronic analysis based on it that it can be made of the environment management. From the most basic approaches of Landscape Science, we show an integrative synthesis of the settlement, the agroecosystem and the territory in which its existence is made as a starting point for the discussion of the same topics in other scales.

Key-words

Bronze Age; millennium II B.C.; Extremadura; Alange; settlement; landscape; territory.

---

[1] Grupo de Estudios Prehistóricos Tajo-Guadiana del Área de Prehistoria de la Universidad de Extremadura (España). *E-mail*: ipavon@unex.es

[2] Grupo de Estudios Prehistóricos Tajo-Guadiana del Área de Prehistoria de la Universidad de Extremadura (España). Investigador del Subprograma Ramón y Cajal del MINECO. *E-mail*:despino@unex.es

La cultura del Bronce del Suroeste, o sea la evidencia arqueológica del II milenio a.C. en el cuadrante suroccidental peninsular, ha sido objeto a lo largo del tiempo de aproximaciones diversas que han discurrido desde el análisis histórico-cultural hasta planteamientos más orientados al estudio de la desigualdad social. Entre las primeras, con un amplio desarrollo, destaca la visión de conjunto de H. Schubart que a mediados los años setenta apreció por primera vez su singularidad respecto a la Cultura Argárica, así como su notable entidad en términos secuenciales y espaciales, llegando incluso a definir su geografía de expansión en base a los enterramientos en cista y a las vasijas cerámicas carenadas. Desde entonces, la Baja Extremadura española pasó a considerarse también parte de su territorio de difusión, junto a los distritos de Faro (Algarve), Beja y sectores de Setúbal (Bajo Alentejo), Évora (Alto Alentejo), Huelva y Sevilla (Andalucía Occidental) (Schubart, 1974: 356 y 360). Entre las segundas aproximaciones, más recientes, los trabajos de L. García Sanjuán han insistido en la necesidad de trascender la mera *"arqueografía"* orientada a la obtención de periodizaciones que no respondan a términos de evolución social. Sobre una base empírica muy heterogénea, su propuesta de una incipiente desigualdad social, sólo apreciable ya bien avanzada la Edad del Bronce, ha subrayado el proceso no lineal y secundario que representa, en claro contraste con lo que se observa en el Sureste (García Sanjuán, 1999: 51 y 89). Sin negar el enorme atractivo y la validez general de estas propuestas, hemos de convenir que ambas coinciden en su carácter global, pues son aplicadas/proyectadas a todo el Suroeste, y en asentarse, en cierto modo, sobre una maniobra de oposición/contraste, más o menos consciente, respecto al mundo argárico.

Junto a ellas – y participando en mayor medida de un interés por las cuestiones paleoambientales y paleoeconómicas, que trasciende en nuestro caso a la protohistoria (Rodríguez Díaz, 1998)–, aunque abordando escalas más modestas, los trabajos de las últimas décadas sobre el Bronce del Suroeste en la Extremadura española se han singularizado por su atención a la formación de paisajes culturales. En particular, en el Cerro del Castillo de Alange y su entorno bajo esa etiqueta se engloba el estudio integrado del poblamiento, el agroecosistema y las pautas territoriales. Aun suponiendo un simple caso de estudio, ofrecemos aquí algunos elementos que pueden ser sugerentes para reflexiones más generales.

1. Poblamiento. Alange y la Edad del Bronce del Suroeste Interior

La dispersión de hallazgos relacionables con el Bronce del Suroeste en la provincia de Badajoz muestra hoy, pese a su relativa escasez, una distribución por espacios muy contrastados, entre las sierras, penillanuras y valles, que configuran, desde tiempos remotos y a través de la red hidrográfica del Guadiana Medio, un espacio abierto a las realidades culturales y sociales de sus entornos inmediatos (Barrientos Alfageme, 1998).

Así, relieves destacados, pero no infranqueables, son las Sierras Centrales extremeñas, las estribaciones pacenses de Sierra Morena y la comarca de Los Montes; que separan este espacio de las cuencas del Tajo y Guadalquivir y de la llanura manchega, pero que lo integran directamente en el cuadrante suroccidental peninsular. Todas ellas se corresponden con bloques residuales del zócalo extremeño que, a pesar de no contar con altitudes destacadas, confieren una personalidad marcada en el paisaje debido a su contraste altitudinal respecto a la penillanura dominante que acogen (Barrientos Alfageme, 1990).

Esta penillanura, que conforma uno de los rasgos abióticos más relevantes de la provincia (Hernández Pacheco, 1934), se caracteriza por una altitud media de 400 m y se subdivide en las

cuatro unidades que son los Baldíos de Alburquerque, los Llanos de Olivenza, La Serena y la feraz comarca de Tierra de Barros. En su globalidad, éstas se corresponden con superficies de erosión en las que los agentes climáticos y la red subsidiaria del Guadiana han ejercido el transporte y la sedimentación hacia los bloques más deprimidos del zócalo extremeño, dando paso, a su vez, a las últimas de las unidades paisajísticas de la provincia, caracterizadas por la potencialidad de los suelos terciarios y cuaternarios, las denominadas Vegas Altas y las Vegas Bajas-Olivenza.

La confluencia de todas estas unidades en la actual provincia pacense hace de este espacio transfronterizo un lugar con suficientes elementos de atracción para el poblamiento, o, como se ha llegado a decir, *"un mosaico de paisajes yuxtapuestos que introducen la categoría estética de la variedad y la riqueza natural de la complementariedad"* (Barrientos Alfageme, 1998: 23). Una diversidad fisiográfica y biogeográfica observable también, a poco que reparemos, en el resto del Suroeste, donde igualmente conviven espacios serranos, llanuras y valles con diferentes potencialidades.

Así, y en relación con algunas zonas que concentran, en sí o en sus proximidades, evidencias del Bronce del Suroeste, es posible apuntar ciertas similitudes entre las fértiles llanuras de Beja y del Bajo Algarve – aun con sus singularidades – y la Tierra de Barros-Vegas del Guadiana. Todas ellas presentan una conexión caminera cuya red parece estar marcada esencialmente por el propio río Guadiana y la falla de Plasencia-Odemira. La primera tiene como eje el propio río hasta su desembocadura, desde donde se accede a través de la costa a todas las evidencias del Bajo Algarve. La segunda discurriría desde Tierra de Barros-Vegas del Guadiana a través de Mourão, dando paso al distrito de Beja, Aljustrel, las llanuras del Sado y la costa occidental portuguesa. Además de esta trabazón y de los mencionados hallazgos del II milenio a.C., estos espacios comparten la disposición de suelos terciarios y cuaternarios, lo que parece apuntar el interés por la actividad agropecuaria, tal y como venimos proponiendo para el Cerro del Castillo de Alange en relación con las Vegas del Guadiana y espacialmente con Tierra de Barros (Pavón Soldevila *et al*., 2009) (Fig. 1).

En este marco, el Cerro del Castillo viene siendo desde el siglo XIX, un referente prehistórico en los círculos arqueológicos regionales, sobre todo por causa de diferentes hallazgos áureos ocurridos en su suelo (Monsalud, 1901: 11-12; Ortiz Romero, 2007: 120-121). No obstante, justo es reconocer que no llegó a identificarse con el Bronce del Suroeste hasta mediados de los años ochenta del siglo XX, cuando se promovieron las primeras excavaciones arqueológicas modernas en el *"camino de la solana",* con motivo de la construcción del embalse de Alange (Calero y Márquez, 1991: 584-585; Pavón Sodevila, 1994) (Fig. 2). Las desarrolladas desde entonces, allí y en otras zonas del cerro, han permitido definir su secuencia de ocupación, matizarla y, progresivamente, atender a otros aspectos relacionados con los modos de vida en el pasado y, en particular, con la gestión de los recursos locales (Pavón Soldevila, 1998a; Pavón Soldevila *et al*., 2009).

Entre los factores abióticos más determinantes para entender la elección del asentamiento, en el caso concreto de Alange, cabe anotar los referentes a la red hídrica, cuya conformación se debe finalmente a su encaje en el sustrato edafo-geológico y orográfico de la zona. Así, a los pies del yacimiento (antes de la construcción del pantano) confluía el río Palomillas en Matachel, que muy poco antes – siempre dentro de su área de captación de recursos – habían recibido los aportes de los arroyos San Juan, Valdemedé y Bonhabal, respectivamente; con lo que cabe decir que fue siempre una zona muy bien abastecida de agua. A unos 6 Km Matachel desemboca, finalmente, en Guadiana.

En el plano litológico, en torno al Cerro del Castillo – un prominente monte-isla de cuarcitas silúricas – hay pizarras diversas en su metamorfismo, granitos y algunas calizas, así como sedimentos miocénicos y cuaternarios dispuestos sobre el basamento paleozoico y extraídos de esas superficies de erosión (Hernández Pacheco, 1956: 76, fig. 28). Esta diversidad geomorfológica encuentra su trasunto en diferentes horizontes edáficos que, sintetizando, consisten en la mitad norte del área en los

suelos aluviales de las Vegas del Guadiana (fluvisoles éutricos, vertisoles cálcicos…), en tanto en la mitad sur se concretan en los suelos terciarios de Tierra de Barros (leptosoles éutricos y calcisoles háplicos). Sin que nos sea posible entrar ahora en profundidades, se trata en ambos casos de excelentes recursos edáficos desde el punto de vista de la potencialidad agrícola (Devesa Alcaraz, 1995: 68).

Finalmente, la destacada topografía del Cerro del Castillo proporcionó un escenario para el hábitat que conjugaba factores como la seguridad y el control visual. Sus 485 m de altitud aportan una posición dominante respecto al espacio inmediato, pero también cierto control sobre el más alejado, alcanzando su visibilidad los principales vados del río Guadiana en la comarca y un horizonte muy amplio (delimitado por los arcos de la Sierra de Montánchez por el Norte, y de las Sierras de Feria y Los Santos por el Sur) que engloba buena parte de los labrantíos de las Vegas y los Barros – hoy entre los más ricos del regadío y secano peninsular – e importantes rutas de comunicación.

Aguas, suelos y relieve conferirían al entorno de Alange atractivos espacios abiertos, de transición, bosques, roquedos y entornos fluviales, refrendados por los elementos bióticos, paleovegetales y faunísticos (propios de encinares, alcornocales y bosques de ribera), que han proporcionado las excavaciones arqueológicas. No es extraño, pues, que además de explicar su origen – en el que indudablemente debió influir también la compleja coyuntura histórica inherente al final del Calcolítico – la rica frontera biogeográfica resultante de estos factores abióticos, edáficos y bióticos permitiese el mantenimiento de un poblamiento sostenido que a lo largo de varios siglos reflejan las estratigrafías de Alange.

Aunque ya hemos dedicado a ello otros trabajos (Pavón Soldevila, 1994; 1995; 1998a; Pavón Soldevila *et al*., 2009) – que nos liberan ahora de tratarlas en profundidad –, las estratigrafías alangeñas obtenidas en *"la solana"* y *"la umbría"* del Castillo constituyeron en su momento una guía excepcional para plantear una secuencia marco en el extremo nororiental del Bronce del Suroeste. En este escenario, el contraste de la propuesta de Schubart (1975), una vez admitida por paralelos materiales su raíz común con el constructo Ferradeira-Atalaia-Santa Vitoria, se entendió necesario para guiar a su vez la lectura histórica del proceso arqueológico y socioeconómico (Pavón Soldevila, 1998b). Los sondeos estratigráficos de 1987 y 1993 en Alange permitieron diferenciar en este enclave varios horizontes, ampliados por efecto de las últimas intervenciones entre 2005 y 2006 (Fig. 3), que pueden adscribirse al Epicalcolítico-Bronce Antiguo (fase solana I); Bronce Pleno (fases solana I y II; fase umbría I); Bronce Tardío-Final I (fase umbría II); y Bronce Final pre-colonial o Bronce Final II de la secuencia extremeña (fase solana III) (Fig. 4).

A efectos regionales – como aportación más destacable – , las fechas radiocarbónicas permitieron en su día resituar la cultura material tipo Santa Vitoria en el Bronce Pleno (Pavón Soldevila, 1995); en tanto la presencia de sus peculiares cerámicas sobre todo entre los siglos XX y XVII Cal. BC invita hoy a reflexionar sobre ciertos desajustes existentes entre las secuencias vecinas del Alentejo Interior y del Guadiana Extremeño (Fig. 5). Pero es a afectos locales donde, en este momento, nos interesa subrayar la continuidad general del poblamiento en el Cerro del Castillo a lo largo del II milenio a.C., no del todo incompatible con abandonos puntuales, que lo acercan más al perfil de algunos importantes poblados del Sureste (ámbito argárico y su periferia) que a los del mundo atlántico (Blasco Bosqued, 2001-02: 53).

Más allá de ello, son varios los problemas (como el efecto distorsionador del embalse, los masivos derrubios de ladera, etc.) que ofrece Alange para valorar en base a la información de superficie, la imagen de su urbanismo prehistórico. Se unen a ellos el sesgo mayoritariamente estratigráfico de los trabajos de excavación. Sin embargo, como una prueba cabal de la entidad del asentamiento podrían considerarse los restos arquitectónicos descubiertos accidentalmente y excavados en 2005, realmente excepcionales a día de hoy en el Suroeste ibérico. Presentados en el IV Encuentro de

Arqueología del Suroeste (Pavón Soldevila *et al*., 2009), los hemos interpretado como parte de un almacén de cereal – probablemente guardado en sacos – asentado sobre una terraza de dimensiones monumentales dispuesta en plena ladera de *"la solana"* (Fig. 6). Pueden adscribirse sin dificultad a una subfase de Bronce Pleno (solana IIb) cuyo nivel de destrucción se sitúa hacia el 3.360 ± 50 B.P. Algunas valoraciones hicimos allí sobre la entidad de un granero que, comparable a otros *"edificios singulares"* del Bronce argárico – los edificios H y O de Fuente Álamo (Almería) (Pingel, 2000: 72-81) – cabría considerar un almacén supra-familiar, centralizador y permanente.

Desde una perspectiva global, parece lógico integrar dicho granero, junto a otros restos sumergidos en el embalse – aunque visibles en períodos de sequía – con aspecto afín y otros de superficie, en un esquema proto-urbanístico general aterrazado. Muchos son los poblados sincrónicos, y de diversas geografías aunque con especial presencia en el sureste y levante español (Pingel, 2000; Contreras Cortés, 2000; Eiroa, 2004; De Pedro Michó, 1998; etc.), que ofrecen este patrón, el más lógico aquí, dados los desniveles del terreno.

Al hilo de todo ello, vienen a nuestra memoria una palabras de H. Schubart – *"Llama la atención la falta de poblados, pero debe de haber algún motivo, que no conocemos, por el estado insuficiente de la investigación. Tuvo que existir algún yacimiento en la región montañosa, aunque tan sólo fuera de casas ligeras y que se habitaran temporalmente. Hay que suponer, y se van a encontrar en su día, asentamientos permanentes en la zona de agricultura del Bajo Algarve y en la zona de Beja. Lo que sí parece es que no se trata de cabezos o poblados con fortificaciones potentes del tipo de El Argar"* (Schubart, 1974: 366) – que deberían hacernos reflexionar sobre las sorpresas que aún puede reportar el Bronce del Suroeste, especialmente en las zonas edafológicamente más aptas.

2. Agroecosistema. Definición y transformaciones

En opinión de María de Bolós (1992: 36-37), son muy numerosas las variables que pueden llegar a formar parte de un modelo teórico del paisaje. No obstante, éstas pueden estructurarse en una serie acotada de subsistemas de primer o de segundo orden. Entre los primeros, nos encontraríamos con el subsistema abiótico o geoma; el biótico o ecosistema; y el antrópico o socioeconómico. Entre los segundos – que considera interfacies entre los anteriores – es preciso tener en cuenta el subsistema edáfico y el agrario (agrosistema/agroecosistema) (Fig. 7). Aplicando este esquema general al estudio de los paisajes antiguos, cabe preguntarse si más que *"interfacies"* no deberían considerarse en ocasiones verdaderos *"aglutinantes"* los suelos y el agroecosistema.

Por agroecosistema se entiende un tipo de ecosistema, es decir, un grupo de componentes bióticos y abióticos relacionados en un tiempo y espacio determinados, bajo control humano, orientado a la producción de alimentos, fibras y combustibles (Elliot y Cole, 1989). Si bien resulta tentador tratar de definirlo en su complejidad, nos limitaremos ahora sólo a anotar algunos de sus rasgos esenciales, desde una perspectiva más bien descriptiva, para el caso en estudio. Imprescindible resulta, en este sentido, el concurso de las disciplinas arqueobotánicas y arqueofaunísticas, sin las que sería imposible una mínima aproximación.

El disfrute de una orografía relativamente suave, sobre la que se distribuyen suelos con un alto rendimiento agrario, complementada por la presencia en sus zonas aledañas de espacios serranos, idóneos para el potencial desarrollo de otras actividades agropecuarias y silvo-pastoriles que abren el espectro de una mayor complementariedad para una economía de base agropecuaria, nos ayuda a entender la naturaleza del agroecosistema alangeño en el Bronce.

El grado de intensidad y aprovechamiento de esos potenciales, refrendados por los datos bio-

arqueológicos, son los parámetros que nos permitirían hablar genéricamente en Alange – y en otros enclaves próximos – de un *"paisaje en mosaico"* (Duque Espino, 2004; Duque Espino y Pérez Jordà, 2007: 150 y 156). Dicho paisaje vendría caracterizado por la existencia de unos espacios netamente antropizados para su puesta en cultivo, otros aclarados para su aprovechamiento pascícola-ganadero y silvícola, y, finalmente, bosques más o menos estructurados de encinares, alcornocales y ripisilva (Hernández Carretero, 1999; Duque Espino, e.p. y 2004), en consonancia con las apetencias ecológicas variadas de las especies cinegéticas documentadas (Castaños Ugarte, 1998a y b). Afinar la letra pequeña de ese *"paisaje en mosaico"* requería intensificar los estudios bioarqueológicos y arqueológicos en general.

La agricultura cerealista, de la que da expresiva cuenta el granero sobre el que acabamos de hablar, debió de ser uno de los pilares fundamentales en el agroecosistema de este poblado. Un cereal que, sin embargo, no debe entenderse como su único elemento, pues la presencia de otras especies vegetales cultivadas, como las leguminosas, y frutos silvestres, como la bellota o la vid, nos remiten a un aprovechamiento diversificado del medio vegetal antrópico y natural. En ese mismo sentido pueden interpretarse los restos de fauna recuperados, donde al predominio cuantitativo y subsistencial de la ganadería (bóvidos, ovicápridos y suidos) se le añade el valor cualitativo, cinegético y ecológico de los animales cazados en sus inmediaciones durante la Edad del Bronce (Fig. 8).

Un panorama agro-silvo-pastoril que necesitaría de espacios diversificados, obtenidos por una acción antrópica diferencial en estos entornos, que irían desde los netamente abiertos y transformados para su puesta en cultivo y alimentación del ganado, hasta áreas forestales con una mayor complejidad que la reconocida en la actualidad – con encinares mesófilos y termófilos, alcornocales-madroñales y vegetación de ribera en el II milenio a.C. (Duque Espino, 2004: 241-242) – donde recolectar, entre otros productos, uno que es esencial para la vida cotidiana del poblado como la madera en sus distintos fines, según revelan los datos polínicos y antracológicos alangeños (Grau Almero *et al.*, 1998a y b; Hernández Carretero, 1999; Duque Espino, 2004; Duque Espino y Pérez Jordà, 2007).

En lo que respecta al cultivo de los cereales, los restos adscritos al Bronce Pleno de Alange muestran el predominio del trigo común desnudo (*Triticum aestivum-durum*) sobre la cebada vestida (*Hordeum vulgare L.*). A estos dos tipo de cereales hemos de añadir una tercera variedad, la cebada desnuda (*Hordeum vulgare* L. var. *nudum*) que, aunque mucho más limitada en su registro, fue documentada en su fase más antigua, si bien los datos carpológicos del relativamente cercano campo de hoyos del Carrascalejo – fuera de Tierra de Barros, aunque en el cercano macizo granodiorítico de Mérida – permiten prolongarla hasta estos momentos (Duque Espino, 2004: 248; Duque Espino y Pérez Jordà, 2007); hecho éste que contrasta con el abandono de su cultivo en otros ámbitos sincrónicos peninsulares (Buxó Capdevila, 1993). Sea como fuere, el predominio del trigo desnudo en Alange – sobre cuya monoespecificidad apuntan los registros del Bronce Tardío – se multiplica exponencialmente si tenemos en cuenta lo contenido en el mencionado almacén de grano, donde lo analizado hasta ahora nos permite hablar del almacenamiento selectivo y excepcional de esta variedad. Un acopio de trigo donde, además, la exclusiva presencia de cariópsides permite inferir que todo el trabajo de limpieza y cribado de este cereal, y por tanto de ciertas actividades agrarias, debió realizarse fuera del edificio o incluso fuera del poblado, en los propios campos de cultivo (Pavón Soldevila *et al.*, 2009).

Junto a los cereales, debe mencionarse el cultivo de las leguminosas. En el caso de Alange, la haba (*Vicia faba* var. *minor*) ha sido la única especie documentada; sin embargo, podemos incluir en el panorama del Bronce Pleno del Guadiana Medio otra especie como las guijas (*Lathirus* sp.), atestiguada en los hoyos del Carrascalejo (Duque Espino y Pérez Jordà, 2007). Es sabido que las leguminosas cultivadas, con independencia de su variabilidad, constituyen el complemento alimenticio ideal de los

cereales, aportando a los hidratos de carbono de los segundos su valor proteico. Destaca, tanto por su número de restos como por la frecuencia de aparición, la haba, que complementaría a los cereales posiblemente desde los inicios del Neolítico en la Península Ibérica (Buxó Capdevila, 1991). Las guijas, por su parte, se han cultivado tanto para consumo humano como animal, siendo su presencia más habitual en zonas deprimidas o más limitadas en términos agrícolas.

En este sentido, aun compartiendo un medio *a priori* parecido, los casos de Alange y El Carrascalejo ilustran muy bien sobre los matices diferenciales que en ocasiones pueden establecerse entre agroecosistemas cercanos o integrados en una misma región agrícola. Así, de su contraste se deduce que el cultivo mayoritario de un tipo u otro de cereal podría responder a un criterio selectivo, si atendemos a su productividad – para época protohistórica venimos contemplando en nuestros trabajos unos rendimientos de 4:1 para el trigo, y 9:1 para la cebada (Rodríguez Díaz *et al.*, 2004: 516) – , la cual también es dependiente de la presencia de diferentes tipos de suelos (Grau Almero *et al.*, 1998a y b). De este modo, la cebada sería una especie mejor adaptada y de alto rendimiento incluso en suelos pobres, mientras que el trigo, mucho más productivo que el anterior, requiere suelos con mayor potencialidad. La presencia e importancia de este último en Alange (donde los datos disponibles insinúan, con todas las reservas, la ya mencionada tendencia hacia el monocultivo del trigo en el Bronce Tardío) parece responder a estos criterios, pues no es casualidad que sea en sitios como el del Cerro del Castillo, junto a las fértiles vegas del Guadiana y el Matachel, donde muestre una relevancia realmente llamativa. Algo parecido puede comentarse a propósito del cultivo de las diferentes leguminosas, pues mientras la presencia de las guijas en El Carrascalejo podría plantearse en el marco de un cultivo de secano, en el que su alternancia con los cereales permitirían mantener la fertilidad de los campos, la documentación exclusiva y mayoritaria de habas en Alange – sin menoscabo de lo anterior – pudiera estar relacionada con un cultivo de huerto ya que su entorno ofrece espacios muy aptos para su desarrollo a la vera de los ríos.

La importancia del vector agrícola en su agroecosistema se complementaría además con la información arqueofaunística que brinda Alange, donde la fauna doméstica está mayoritaria compuesta por ovicápridos, bóvidos y suidos (Castaños Ugarte, 1998a y b). Las dos primeras cabañas muestran un equilibrio cuantitativo, quedando como tercer conjunto representativo la porcina. Dicho perfil estaría en consonancia con la diversidad de los espacios vegetales propuestos para las diferentes necesidades alimenticias de cada una de las cabañas.

Desde el punto de vista de los modelos de aprovechamientos ganaderos se puede proponer igualmente una variedad para cada una de ellas que, además de enriquecer nuestra perspectiva, refrenda los procesos de selección artificial. Así, el ganado vacuno parece manifestar un patrón de aprovechamientos de carácter secundario en función del sacrificio mayoritario de los animales adultos e incluso seniles de tal forma que se beneficiasen de su producción láctea, reproductiva y como fuerza de tracción para el transporte y las labores agrícolas – funcionando en este caso a modo de fuente auxiliar de energía como insumo humano, en la terminología agroecosistémica – , esto último reafirmado por la presencia de una clavija córnea de un buey castrado (Castaños Ugarte, 1998b: 172). Un modelo que encuentra buena sintonía y reafirma la importancia de la actividad agrícola expresada por la carpología y por el excepcional granero alangeño.

No menor correspondencia muestra el modelo de aprovechamiento del ganado ovicaprino con el registro arqueobotánico, cuya relevancia cuantitativa compartida con el vacuno nos permite entender los diversos grados de intervención antrópica sobre el medio vegetal para satisfacer su alimentación. El patrón de consumo que muestran los restos estudiados nos remite a un aprovechamiento mixto de la cabaña con sacrificios similares para todos los grupos de edades, siendo por tanto los individuos más jóvenes sacrificados para el aprovechamiento cárnico, mientras que los más

adultos además serían explotados para la obtención de productos secundarios como la lana, la leche y la reproducción. La cabaña porcina, por su parte, completaría el patrón ganadero alangeño, siendo su aportación principalmente cárnica.

Son datos que llevan a definir un sistema productivo mixto, de cosecha y pastura, pero que contaría, como factor complementario, con una actividad recolectora y cinegética principalmente orientada a aprovechar los espacios forestales. Ésta debió jugar un papel importante en la economía y subsistencia de los grupos humanos, según dejan entrever la propia recolección de la madera como combustible o materia prima, los restos de bellotas o vid silvestre documentados, o los escasos pero significativos restos de especies animales salvajes – ciervos, jabalíes, liebres y conejos – que necesitan contar con espacios diversos para sus estrategias de subsistencia (Castaños Ugarte, 1998a y 1998b) (Fig. 9).

Los elementos materiales relacionados con la tecnología vinculada a las prácticas agrarias son en Alange muy poco variados; así, apenas contamos con el instrumental de siega y los elementos para la molturación (Pavón Soldevila, 1994: 103-104; 1998a: 65-66). Un capítulo aparte – integrable dentro de los denominados *"recursos de capital"* del agroecosistema (Norman, 1974) – merece en Alange el propio granero, relacionado con el almacenamiento y control de los productos agrarios (Pavón Soldevila *et al.,* 2009), y también en el Guadiana Medio las subestructuras del Carrascalejo, donde, si bien se ha defendido una clausura deposicional rápida e intencionada (Enríquez Navascués y Drake García, 2007), no se debe descartar su uso primario como silos de almacén (Duque Espino y Pérez Jordà, 2007).

El peso de todas las actividades agrarias se refleja en la notable transformación paisajística que nos muestran – prescindiendo aquí de otros indicadores bioarqueológicos – los propios datos antracológicos (Duque Espino, 2004: 243-245). Éstos son susceptibles de leerse en tres fases escalonadas, coincidentes con la propia secuencia del yacimiento, que globalmente muestran un incremento escalonado del taxón dominante (*Quercus ilex-coccifera / Q. ilex*) y el inicio de los descensos de la mayor parte de los taxones documentados a partir del Bronce Pleno, hasta su presencia residual en el Bronce Tardío. Lo cual cabe interpretar con una incidencia sobre el medio, en particular mediante el aclarado de especies de sotobosque y matorral, conforme avanza el II milenio a.C. y se radicaliza esa práctica antrópica, en paralelo a un aumento de la producción agrícola de marcado carácter extensivo (Duque Espino, 2004: 249). Una prueba, en el fondo, de que los agroecosistemas del pasado tampoco fueron estáticos (Fig. 10).

Pese a ello, la gestión agraria – aun en esta estructura simple que en Alange se aprecia – y, sobre todo, la organización de las tareas constructivas y de mantenimiento que requieren edificios como el granero alangeño, teóricamente comunitario, invitan a valorar la posible existencia de algún tipo de liderazgo social, que es refrendado, si cabe, por algunos otros elementos materiales. Esta cuestión nos obliga a revisar algunos detalles más, relacionados con el subsistema socioeconómico y su proyección territorial.

3. Territorio. El sistema socioeconómico en su proyección

Es un hecho aceptado que la comprensión total de un agroecosistema, y por extensión de cualquier paisaje, pasa por conocer no sólo las interacciones ecológicas que en él operan, sino también las que se producen entre éstas y los componentes socioeconómicos y culturales que el hombre ubica en el eje de la actividad agraria. Unos componentes, éstos, de una gran complejidad y dinamismo, en parte ya aludidos en el epígrafe anterior, pero que también en parte pueden llegar a proyectarse en las propias pautas territoriales.

En el momento presente resulta muy comprometedor, por diversos motivos, proponer la estructura territorial en que debió integrarse la actividad agraria pulsada en el Cerro del Castillo de Alange. Si damos crédito a los resultados del plan de prospecciones previo al llenado del embalse alangeño (Calero y Márquez, 1991), ha de interpretarse del vacío de documentación sincrónica la ausencia de un poblamiento subsidiario inmediato. Ello implicaría con todas las reservas – salvando los hallazgos en las comarcas de Mérida y los Barros – la predilección en este caso por una pauta de tipo nuclear para el poblamiento y la explotación de los recursos circundantes.

No obstante, una lectura desde una perspectiva más amplia – en cierto modo demandada por la pauta productiva extensiva que venimos valorando – que contraste el panorama del Cerro del Castillo con lo que conocemos del Bronce en Los Barros, comarca con la que parece guardar especial relación, puede sugerirnos nuevas reflexiones sobre el carácter autárquico o integrado del poblado alangeño y en general sobre los patrones territoriales y socieconómicos vigentes en este escenario productivo. En este sentido, la Tierra de Barros es un fértil espacio agrario relativamente pródigo en hallazgos del Bronce, especialmente en su mitad oriental y en la periferia de ésta, que ofrecen su contrapunto al consistir fundamentalmente en pequeños y simples agregados de cistas, salvo excepciones (Las Palomas), deficientemente conocidos. Ya desde el trabajo de M. Gil-Mascarell, A. Rodríguez y J. J. Enríquez (1986: 37) se apuntó la vinculación global de muchas de ellas a lugares bajos de relieve muy suave, con buenos recursos para una economía de subsistencia. A esos casos se ha sumado – al margen de otros aún no publicados y en estudio por otros investigadores – el de Las Minitas, en Almendralejo. *A priori*, y en base a ellos, cabría distinguir entre lo que parece el trasunto funerario de un poblamiento de entidad menor y carácter agrario, tal vez asentamientos rurales de escala familiar, y la necrópolis almendralejense que, aun no excavada en su totalidad, apunta a una entidad de población posiblemente algo mayor, para la que tal vez resulte prematura una calificación de *"aldeana"*, pero que teórica e hipotéticamente podríamos contemplar. Este último sitio, asociado a un poblado mal conocido y ubicado en la parte más alta de la loma en cuya falda se extiende su cementerio, ha aportado una información relativamente sugerente a efectos de estudio paleodemográfico, pero también de cara a la reconstrucción del rito funerario y de los patrones de diferenciación social (Pavón Soldevila, 2002-2003 y 2008).

En relación con esto último, frente a la escasa variación que muestran las pequeñas necrópolis – tal vez mediatizada por los condicionantes ya indicados – la de Las Minitas ofrece un principio de diferenciación social según el cual sólo algunos de los individuos enterrados (en torno a un 30%) dispondrían de elementos de ajuar susceptibles de valorarse en este sentido. Sin embargo, los criterios de desigualdad a que parece obedecer la distribución de los ajuares – punzones de cobre y vasos con decoración nervada y gallonada típicos del Bronce del Suroeste II – son, hasta donde conocemos, el sexo y la edad de los finados (Pavón Soldevila, 2008: 85-86); es decir, argumentos que se alejan de los que resultarían más propios en una sociedad estratificada (García Sanjuán, 1999: 37). Por el contrario – y sin que por ello entendamos que pueda defenderse nítidamente una sociedad de clases; entre otras cosas porque aquí los ingredientes para la reflexión proceden de un contexto diferente, esencialmente habitacional y aun poco conocido – en el Cerro del Castillo pueden constatarse ciertos aspectos interrelacionados que, siguiendo algunas de las líneas del análisis teórico-arqueológico de la desigualdad (Lull y Micó, 2007: 258-261), permitirían defender, tal vez, una más acentuada complejidad. Como ya hemos anticipado en alguna ocasión (Pavón Soldevila *et al.,* 2009), nos referimos a cuestiones como la presencia integrada o relacional de bienes de prestigio o emblemas de poder, como una daga con empuñadura y remaches de oro, seguramente infantil por sus dimensiones – con el valor añadido que ello conlleva, en tanto expresión de estatus adscrito desde el nacimiento o heredado – (Pavón Soldevila, 1998a: 71-74; Perea, 2005: 93-94); armas de cobre/bronce, a veces similares

a las representadas en las losas o estelas alentejanas (Gomes, 2006), que admitirían tal vez una lectura desde claves coercitivas; y la ya aludida presencia de estructuras de almacenamiento comunitarias, centralizadas y permanentes, que en nuestra opinión permitirían defender el desarrollo de una función integradora-redistribuidora y organizativa en sintonía con formas aparentemente consolidadas de poder.

Pero, trascendiendo de estas diferencias, el gran interrogante es si sus conclusiones pueden trasladarse a la esfera territorial y si ello permite presuponer modelos igualmente complejos de estructuración, sustentados en la extensificación cerealista como pauta agroecosistémica y de ocupación comarcal. Sin que dispongamos de una respuesta tajante, un argumento a favor podría ser que dicha diversidad encuentra su trasunto en la aparente triple entidad de las ocupaciones (granja, aldea – a falta de otro término mejor para este segundo nivel – y poblado en alto), que además conviven en un mismo paisaje sincrónicamente. Cabe recordar que no hace mucho se ha ponderado este tipo de *"escalas restringidas"* a la hora de acotar los estudios sobre procesos de complejidad social del II milenio a.C., y así se ha apuntado a las comarcales como posiblemente las más cercanas a la entidad de los procesos de *"territorialización"* o *"cohesión política"* que pudieron darse durante la Edad del Bronce (Delibes de Castro, 2001-02: 36).

De aceptarse este planteamiento, contaríamos con indicios para plantear, al menos como hipótesis de trabajo, una teórica jerarquización territorial de dimensiones espaciales limitadas, ajustada en este caso a un pago, y posiblemente articulada a partir del poblado en alto alangeño. Una hipótesis, dicho sea de paso, en la línea ya señalada por otros autores, desde un registro igualmente deficitario en algunos aspectos, para zonas sud-portuguesas del Bronce del Suroeste (Soares y Silva, 1995 y 1998), aunque con los lógicos matices que se derivan del incipiente recorrido historiográfico y del propio estado de la investigación en el sur extremeño. Es por ello que no creemos que pueda mantenerse hoy una percepción del Bronce del Suroeste como entidad política de escalas supracomarcales o regionales y comportamiento uniforme, sino más bien la de un ente cultural en general consistente en sus expresiones materiales – aunque a la vez permeable a otras: argáricas (Alves *et al.*, 2010), protocogotas (Enríquez y Drake, 2007)… – pero diverso en sus expresiones sociopolíticas. Una diversidad en absoluto reñida con la existencia de niveles de complejidad probablemente mayores – si bien siempre de escalas limitadas – en determinadas zonas con recursos especialmente valorados, o en *"geografías clave"* para la integración económico-cultural. En este marco, el caso estudiado y propuesto en torno a Alange podría ejemplificar, en nuestra opinión, una pauta jerarquizada, presumiblemente de base agraria (Pavón Soldevila *et al.*, 2009). Pauta probablemente no única en el Suroeste, pero consecuente con un paisaje marcado por elementos atractivos para desarrollar cultivos rentables y con algunas ventajas, por tanto, para ensayar además ciertas fórmulas de articulación sociopolítica.

Bibliografía

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFÍRIO, E., SERRA, M., SOARES, A. MONGE, MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno en Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste?!. *Zephyrus*. Salamanca. LXVI, pp. 135-154.

BARRIENTOS ALFAGEME, G. (1990) – *Geografía de Extremadura*. Badajoz.

BARRIENTOS ALFAGEME, G. (1998) – Introducción geográfica: Extremadura, una realidad diversa. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (coord.), *Extremadura Protohistórica: Paleoambiente, economía y poblamiento.* Cáceres, pp. 15-28.

BLASCO BOSQUED, M. C. (2001-02) – Apuntes sobre el tiempo y el espacio en la Edad del Bronce peninsular. In *Y acumularon tesoros. Mil años de historia en nuestras tierras*. Valencia, pp. 51-66.

BOLÓS I CAPDEVILA, M. de (1992) – El geosistema, modelo teórico del paisaje. In BOLÓS, M. (dir.), *Manual de Ciencia del Paisaje*. Barcelona: Masson, pp. 31-46.

BUXÓ CAPDEVILA, R. (1991) – Algunos aspectos sobre las leguminosas en el Mediterráneo peninsular: nuevos datos de investigación de restos paleocarpológicos. In VILA, A. (coord.), *Arqueología.* Madrid, pp. 101-114.

BUXÓ CAPDEVILA, R. (1993) – *Des semences et des fruits. Cueillette et agricultura en France et en Espagne mediterraneennes du Neolithique a l'Age du Fer.* Tesis Doctoral. Université de Montpellier II, 2 vols.

CALERO CARRETERO, J. A. y MÁRQUEZ GABARDINO, A. (1991) – Prospecciones, sondeos y excavaciones en Alange (1984-1987). In *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990).* Mérida-Cáceres: Extremadura Arqueológica. II, pp. 579-597.

CASTAÑOS UGARTE, P. M. (1998 a) – Estudio arqueozoológico de la fauna del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). In PAVÓN SOLDEVILA, I (ed.), *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Intervenciones arqueológicas (1993)*. Mérida: *Memorias de Arqueología Extremeña. 1,* pp. 167-177.

CASTAÑOS UGARTE, P. M. (1998 b) – Evolución de las faunas protohistóricas en Extremadura. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (coord.). *Extremadura Protohistórica: Paleoambiente, economía y poblamiento.* Cáceres, pp. 63-72.

CONTRERAS CORTÉS, F. (coord.) (2000) – *Proyecto Peñalosa. Análisis histórico de las comunidades de la Edad del Bronce del piedemonte meridional de Sierra Morena y la Depresión Linares-Bailén.* Sevilla.

DE PEDRO MICHÓ, M. J. (1998) – La Lloma de Betxí (Paterna, Valencia). Un poblado de la Edad del Bronce. *Trabajos Varios del S.I.P.* Valencia. 94.

DELIBES DE CASTRO, G. (2001-02) – En la estela de Luis Siret. Cien años de investigación de la Edad del Bronce en España. In *Y acumularon tesoros. Mil años de historia en nuestras tierras*. Valencia, pp. 28-39.

DEVESA ALCARAZ, J. A. (1995) – *Vegetación y flora de Extremadura.* Badajoz.

DUQUE ESPINO, D. M. (2004) – *La gestión del paisaje vegetal en la Prehistoria reciente y Protohistoria en la Cuenca Media del Guadiana a partir de la Antracología.* Cáceres.

DUQUE ESPINO, D. M. (e. p.) – Antracoanálisis del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). In *II Jornadas de Arqueología en Extremadura.* Mérida, 26-noviembre/1-diciembre de 2001.

DUQUE ESPINO, D. M. y PÉREZ JORDÀ, G. (2007) – Análisis antracológico y carpológico de los hoyos del Carrascalejo: medio vegetal y agricultura en la Edad del Bronce en a Cuenca Media del Guadiana. In ENRÍQUEZ, J. J. y DRAKE, B. (eds), *El campo de hoyos de la Edad del Bronce del Carrascalejo (Badajoz).* Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña. 7, pp. 145-157.

EIROA, J. J. (2004) – *La Edad del Bronce en Murcia.* Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio.

ELLIOT, E. T. y COLE, C. V. (1989) – A perspective on agroecosystem science. *Ecology*. 70:6, pp. 1597-1602.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. y DRAKE GARCÍA, B. (2007) – *El campo de hoyos de la Edad del Bronce del Carrascalejo (Badajoz).* Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña. 7.

GARCÍA SANJUÁN, L. (1999) – *Los orígenes de la estratificación social. Patrones de desigualdad en la Edad del Bronce del Suroeste de la Península Ibérica (Sierra Morena Occidental c. 1700-1100 a.n.e. / 2100-1300 A.N.E.).* Oxford: BAR International Series. 823.

GIL-MASCARELL BOSCÀ, M., RODRÍGUEZ DÍAZ, A. y ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (1986) – Enterramientos en cista de la Edad del Bronce en la Baja Extremadura. *Saguntum.* 20, pp. 9-41.

GOMES, M.V. (2006) – Estelas funerarias da Idade do Bronze Médio do Sudoeste Peninsular, A iconografía do poder. In *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 3, pp. 47-62.
GRAU ALMERO, E., PÉREZ JORDÀ, G., y HERNÁNDEZ CARRETERO, A. M. (1998a) – Paisaje y agricultura en la Protohistoria extremeña. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (coord.), *Extremadura Protohistórica: Paleoambiente, economía y poblamiento*. Cáceres, pp. 31-62.
GRAU ALMERO, E., PÉREZ JORDÀ, G., y HERNÁNDEZ CARRETERO, A. M. (1998b) – Estudio arqueobotánico del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). In PAVÓN SOLDEVILA, I. (ed.), *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Intervenciones arqueológicas (1993).* Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña. 1, pp. 149-166.
HERNÁNDEZ CARRETERO, A. M. (1999) – *Paleoambiente y paleoeconomía durante el 1er milenio a.C. en Extremadura.* Tesis Doctoral inédita. Universidad de Extremadura. Cáceres.
HERNÁNDEZ PACHECO, F. (1934) – *Bosquejo preliminar de las comarcas geográficas de Extremadura (Cáceres, Badajoz y Huelva)*. Madrid.
HERNÁNDEZ PACHECO, F. (1956) – *Características geográficas y geológicas de las Vegas del Guadiana*. Badajoz.
LULL, V. y MICÓ, R. (2007) – *Arqueología del origen del Estado: las teorías.* Barcelona.
MONSALUD. M. de (1901) – Citanias extremeñas. *Revista de Extremadura.* Cáceres. III, pp. 6-14.
NORMAN, D. W. (1979) – The farming systems approach: relevancy for small farmers. In KARASPAN, H. S. (ed.), *Increasing the Productivity of Small Farms.* Lahore-Pakistan Centro, pp. 37-49.
ORTIZ ROMERO, P. (2007) – *Institucionalización y crisis de la Arqueología en Extremadura. Mérida:* Comisión de Monumentos de Badajoz. Subcomisión de Mérida (1844-1971).
PAVÓN SOLDEVILA, I. (1994) – *Aproximación al estudio de la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Guadiana: La Solana del Castillo de Alange (1987).* Cáceres.
PAVÓN SOLDEVILA, I. (1995) – Bases estratigráficas para una revisión cronológica del Bronce del Suroeste: el Corte 3 de la Umbría del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). In *Homenaje a la Dra. Dña. Milagro Gil-Mascarell Boscà.* Extremadura Arqueológica. Mérida. V, pp. 81-96.
PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998 a) – *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Intervenciones arqueológicas (1993).* Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña. 1.
PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998 b) – *El tránsito del II al I milenio a.C. en las cuencas medias de los ríos Tajo y Guadiana: la Edad del Bronce*. Cáceres.
PAVÓN SOLDEVILA, I. (2002-03) – Muerte en los Barros: aproximación a la dinámica demográfica, ritual y social de una necrópolis de cistas en la Baja Extremadura. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. X-XI, pp. 119-144.
PAVÓN SOLDEVILA, I. (2008) – *El mundo funerario de la Edad del Bronce en la Tierra de Barros: una aproximación desde la bio-arqueología de Las Minitas*. Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña. 9.
PAVÓN SOLDEVILA, I., DUQUE ESPINO, D. M., PÉREZ JORDÀ, G. y MÁRQUEZ GALLARDO, J. M. (2009) – Novedades en la Edad del Bronce del Guadiana Medio. Intervención en el Cerro del Castillo de Alange (2005-2006). In MACÍAS, J. (coord.), *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular.* Huelva: Universidad de Huelva, pp. 442-462.
PEREA, A. (2005) – Mecanismos identitarios y de construcción del poder en la transición Bronce-Hierro. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid. 62:2, pp. 91-104.
PINGEL, V. (2000) – Estructura del asentamiento y formas arquitectónicas. In SCHUBART, H., PINGEL, V. y ARTEAGA, O. (eds.), *Fuente Álamo. Las excavaciones arqueológicas (1977-1991) en el poblado de la Edad del Bronce.* Sevilla, pp. 63-90.
RIBAS VILÀS, J. (1992) – Análisis y diagnóstico. In BOLÓS, M. (dir.), *Manual de Ciencia del Paisaje.* Barcelona: Masson, pp. 135-153.
RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (coord.) (1998) – *Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento.* Cáceres.
RODRÍGUEZ DÍAZ, A., PAVÓN SOLDEVILA, I. y DUQUE ESPINO, D. (2004) – La Mata y su territorio. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (ed.), *El edificio protohistórico de "La Mata" (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial.* Cáceres, pp. 497-569.
SCHUBART, H. (1974) – La cultura del Bronce del sudoeste peninsular. Distribución y definición. *Miscelánea*

Arqueológica. Ampurias-Barcelona. II, pp. 345-370.
SCHUBART, H. (1975) – Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel. *Madrider Forschungen.* Berlin. 9.
SOARES, J. y SILVA, C.T. (1995) – O Alentejo Litoral no Contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. *In* JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder.* Lisboa, pp. 136-139.
SOARES, J. y SILVA, C.T. (1998) – From the collapse of the chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. *In* JORGE, S. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: *Trabalhos de Arqueologia.* 10, pp. 231-245.

Fig. 1 – El poblamiento del Bronce Pleno del Suroeste en su marco geológico.

Fig. 2 – A. Vista del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz), desde el suroeste; B. Situación de los hallazgos e intervenciones realizados entre 1987 y 2005-06.
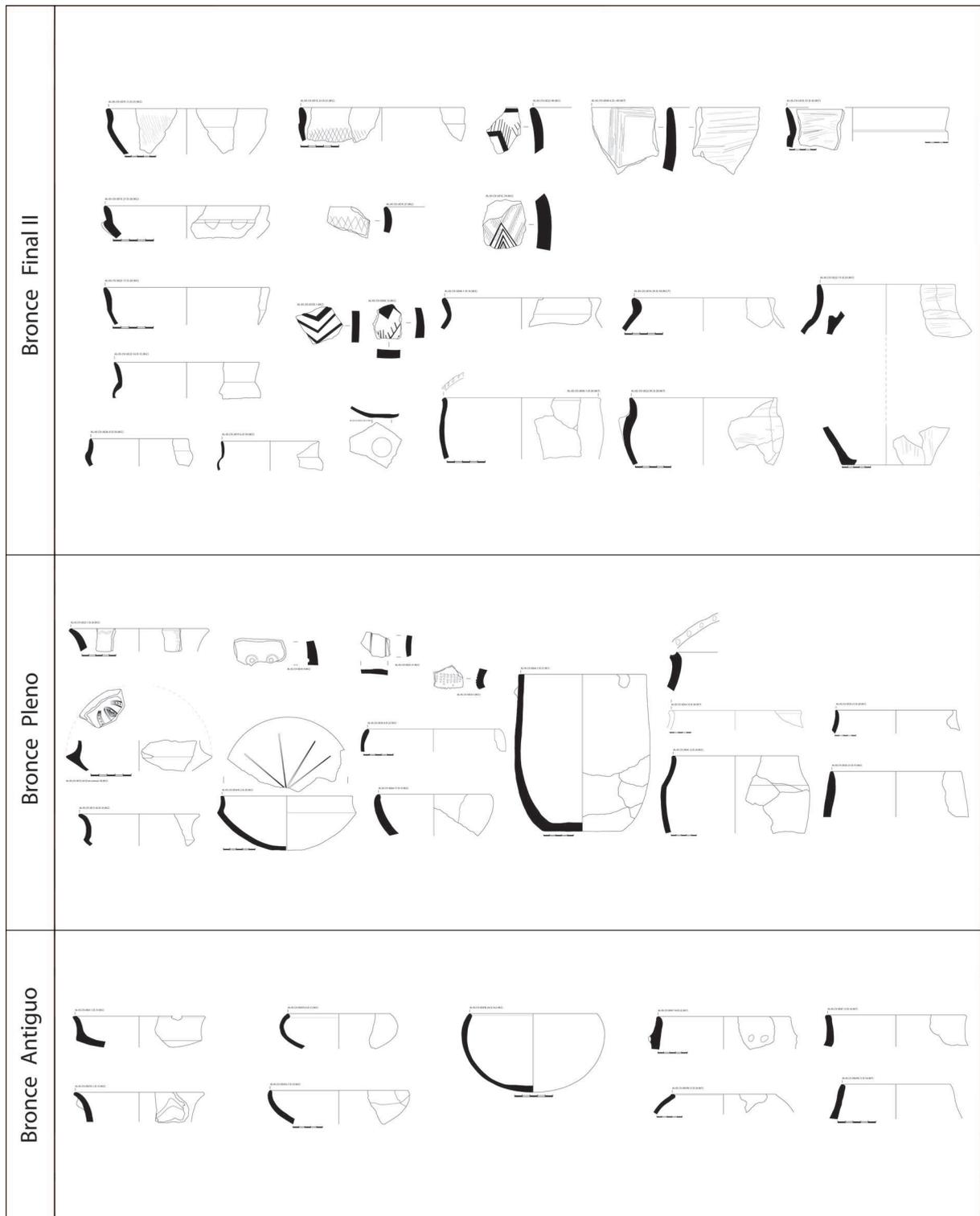
Fig. 3 – Selección de materiales cerámicos recuperados en el Corte 9 (campaña 2005-06), en el sector de la solana del Cerro del Castillo de Alange.

Fig. 4 – Esquema de la secuencia prehistórica en el Cerro del Castillo de Alange.

ALENTEJO INTERIOR (Rui Parreira, 1995)	CUENCA EXTREMEÑA del GUADIANA (intercept data Cal BC)	SIERRA MORENA OCCIDENTAL (García Sanjuán y Hurtado, 2011)	CULTURA DE EL ARGAR (Molina y Cámara, 2004)	BRONCE PENÍNSULA IBÉRICA (Mederos, 1996/2009)	BRONCE en el Mediterráneo (González Marcen et. al, 1992)	
2200 Cal ANE	(Alange. Solana I)	2.200 Cal ANE	2.255 Cal ANE	Calcolítico Final III/ Bronce Inicial I	2.450 A-C.	2.000 a.C..
H. de FERRADEIRA (Bronze Inicial)	(Alange. Solana II)	FASE ANTIGUA DE LA EDAD DEL BRONCE	Ia	2.050	Serie I	Serie I
2000	1.936 (Alange. Umbría IA)	Trastejón I	2.150	Bronce Inicial II	1.600 A-C.	1.350 a.C..
BRONZE do SUDOESTE I (Bronze Medio Antigo)	1.875-1.785 (Alange. Umbría IB)	1.600/1.550	Ib	1.925	Serie II	Serie II
1700	1.735 (Las Minitas)	FASE RECIENTE O FINAL DE LA EDAD DEL BRONCE	2.050	Bronce Medio I	1.200 A-C.	1.000 a.C..
BRONZE do SUDOESTE II (Bronze Médio Reciente)	1.650 (Alange. Almacén Solana IIB) [1.640-1.530 (El Carrascalejo)] [1 sigma Cal BC]	[Hiato o abandono en El Trastejón]	II	1.825		
1200	1.381-1321 (Alange. Umbría II)	1.200	1.960	Bronce Medio II		
BRONZE do SUDOESTE III (Bronze Final)	(Alange. Solana III)	Trastejón II	III	1.625		
700		850	1.810	Bronce Final IA (Cogeces)		
			IV	1.525		
			1.700	Bronce Final IB		
			V	1.425		
			1.575	Bronce Final IC (Cogotas)		
			VI (Bronce Tardío)	1.325/1.300		
			1.375	Bronce Final IIA		
				1.225		
				Bronce Final IIB		
				1.150		
				Bronce Final IIC (Hío-Baiôes)		
				1.050		
				Bronce Final IIIA (Huelva)		
				950/925		
				Bronce Final IIIB-Hierro I		
				875		

Fig. 5 – Secuencia del Bronce del Suroeste en el Guadiana Medio y su relación con las de otros espacios.
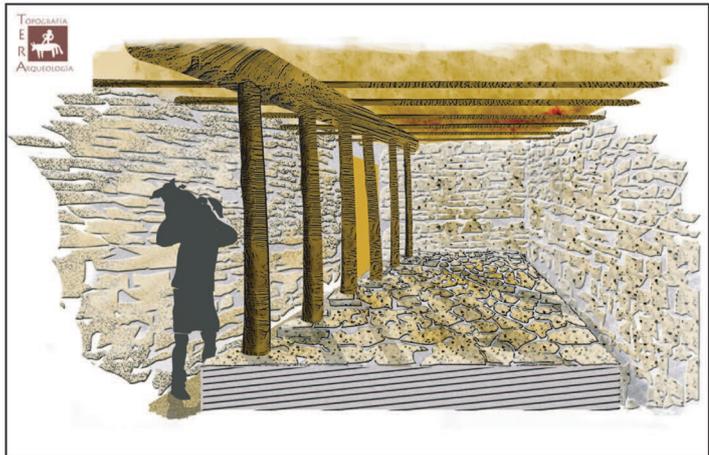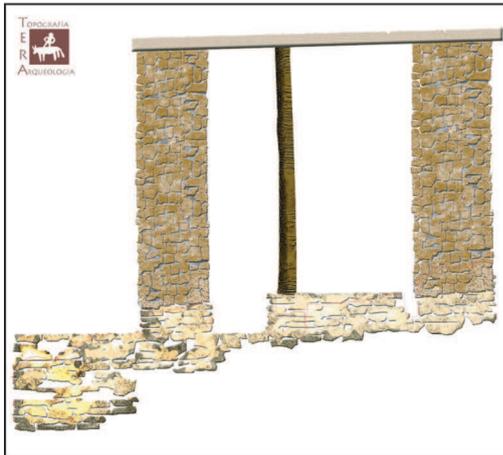
Fig. 6 – Granero del Bronce Pleno en Alange (Badajoz).
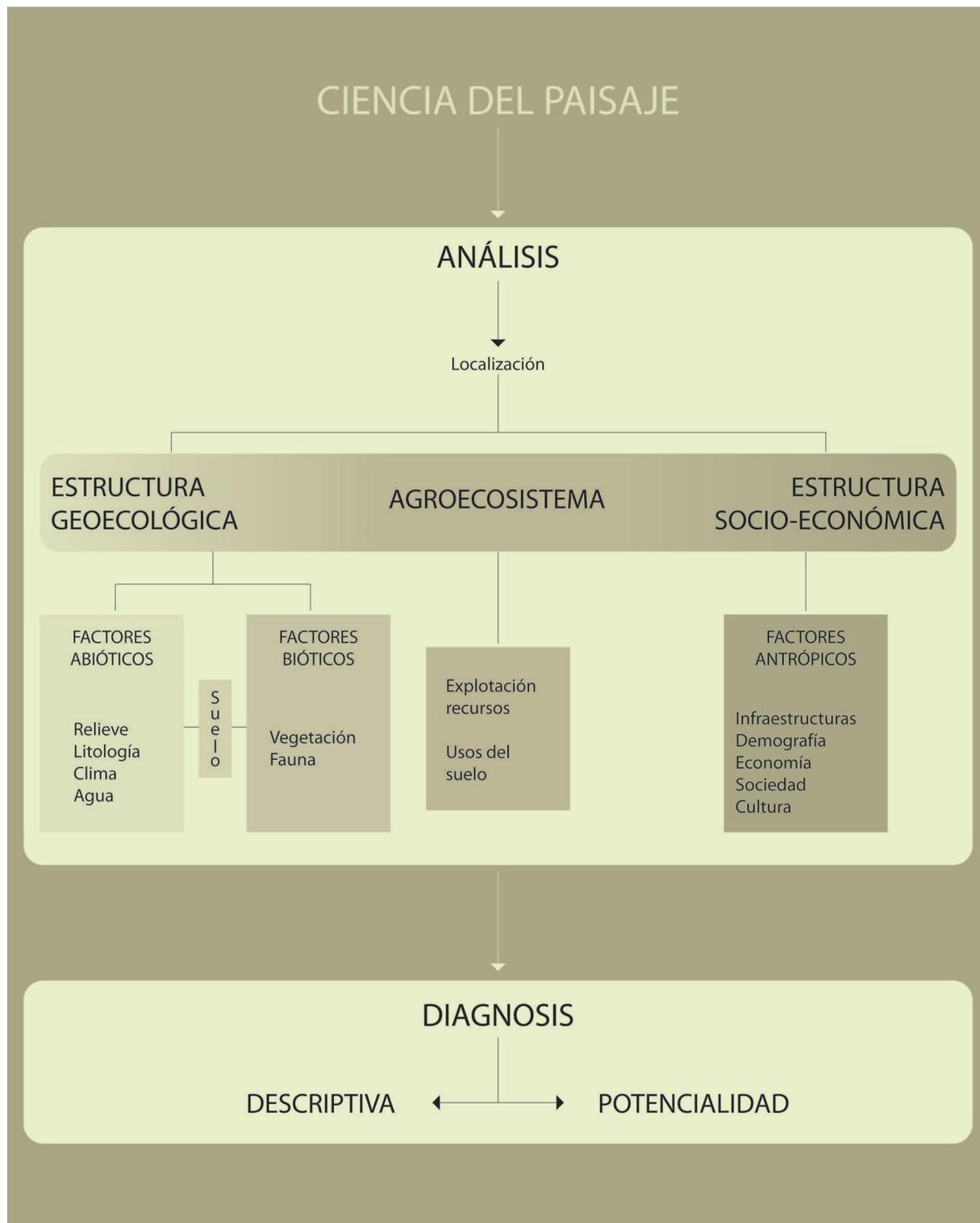
Fig. 7 – Diagrama de los elementos del paisaje (modificado a partir de Ribas Vilàs, 1992: 137).

Fig. 8 – A. Registro carpológico del Bronce Pleno en el Guadiana Medio; B. Faunas en el Bronce Pleno del Cerro del Castillo de Alange.
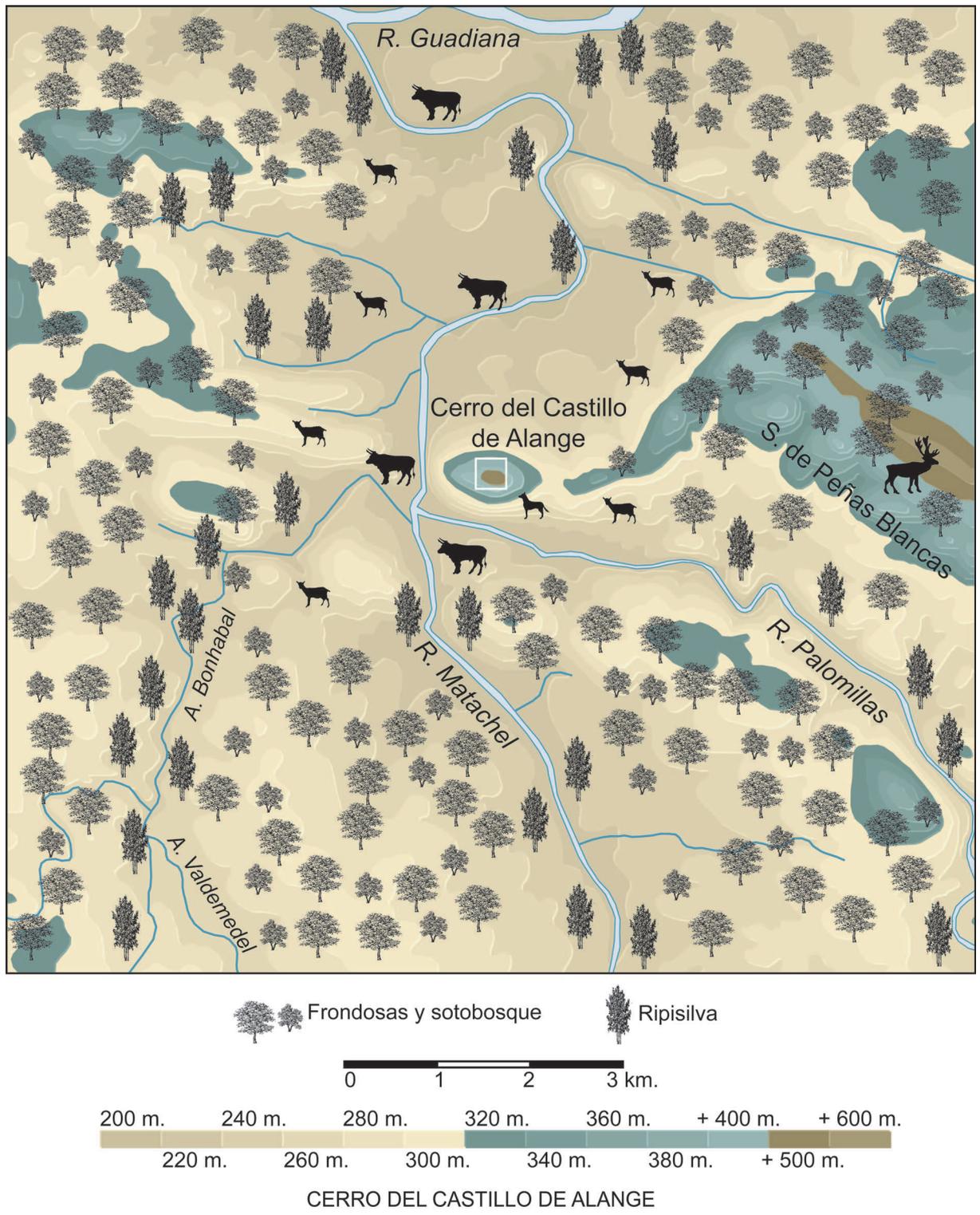
Fig. 9 – Propuesta paleopaisajística del entorno de Alange (Badajoz).

Fig. 10 – A. Diagrama antracológico del Cerro del Castillo de Alange; B. Propuesta hipotética y sintética de evolución del paisaje de Alange durante el II milenio a.C.

Muralhas, Território, Poder.
O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final.

Miguel Serra[1]

«Mal o povo escutou o som das trombetas, fez ouvir um grande clamor e as muralhas da cidade desabaram. Os filhos de Israel subiram à cidade, cada um pela brecha que tinha na sua frente, e tomaram a cidade» (Josué 6,20).

Resumo
Pretende-se com este ensaio tecer algumas considerações sobre o exercício do poder pelas elites do Bronze Final do Sudoeste Peninsular, tendo como ponto de partida a análise de elementos relacionados com as muralhas e a ocupação do território do povoado fortificado do Outeiro do Circo (Beja).

Palavras-chave
Bronze Final; Povoado Fortificado; Povoamento; Território.

Abstract
The aim of this paper is to present some considerations about the exercise of power by the South West Iberia Late Bronze Age elites. The starting point is the analysis of elements related to the walls and the occupation of the territory of the fortified settlement of Outeiro do Circo (Beja).

Key-words
Late Bronze Age; Hill-fort; Settlement; Territory.

---

[1] Palimpsesto, Lda. CEAACP. Mestrando em Arqueologia e Território (FLUC). *E-mail:* miguelserra@palimpsesto.pt

Introdução

"*Diz-se que o Forte da Trompa nunca cedeu ao ataque* […], *mas agora o meu coração duvida. O mundo está a mudar, e tudo quanto em tempos foi forte revela-se agora inseguro. Como poderá uma torre, qualquer torre, resistir a tal número de atacantes e a um ódio tão temerário?*" (Tolkien, 2001: 158). Estas são as palavras de arrependimento proferidas pelo Rei Théoden, personagem da trilogia épica de ficção "*O Senhor dos Anéis*", após exortar o seu povo a procurar refúgio na segurança das muralhas do Abismo do Elmo. Esta fortaleza, famosa pela sua inexpugnabilidade, era mantida por uma forte estrutura defensiva, mas era sobretudo um símbolo da luta da humanidade contra a barbárie.

A realidade e a ficção por vezes tornam-se indistintas e a mesma visão pode ser encontrada durante o império Ming (1368-1644), onde, para alguns cronistas, as muralhas das cidades surgiam como reflexo da própria civilização, ao permitirem a segurança necessária à prosperidade que alcançaram, mantendo afastadas as ameaças das tribos nómadas e selvagens que povoavam as estepes na fronteira do império (Keegan, 2006: 204).

A segurança oferecida aos habitantes terá sido a principal razão que levou as comunidades primitivas a rodearem-se de muros que haveriam de se converter numa das inovações arquitetónicas de maior sucesso e duração do engenho humano, desde o seu aparecimento em Jericó até à atualidade. De facto, continuamos a assistir à criação e manutenção de estruturas fortificadas até final do século XX e início do século XXI, como serve de exemplo o grande muro militar fronteiriço que o reino de Marrocos construiu em pleno deserto na zona ocupada do Sahara Ocidental (Silva e Baguinho, 2011: 54-55).

"*A cidade mais antiga do mundo*" é o superlativo mais utilizado cada vez que se fala sobre Jericó (Kenyon, 1957: 23). Do mesmo modo, a muralha que a rodeou, datada entre 8300 a. C. e 7800 a. C. (Bar-Yosef, 1986: 157), assume o epíteto de também ser a mais antiga do mundo.

Tratava-se de uma construção em pedra com cerca de 3,6 m de altura, 1,8 metros de largura na sua base e 1,1 m no topo. No interior do perímetro muralhado ainda possuía uma impressionante torre com 8,2 m de altura (*idem,* 1986: 157). Esta muralha primitiva surge-nos como um simples refúgio, destinado a proteger os seus habitantes e bens de salteadores, mas ao longo do tempo assumir-se-ia como uma verdadeira fortaleza. Não só um local de segurança, mas também de defesa ativa (Keegan, 2006: 191).

Durante a Idade do Bronze, transforma-se num centro próspero e dominador, até se tornar uma importante cidade dos Cananeus (Shaw e Jameson, 1999: 322). Imponentes vestígios de muralhas e baluartes desta época revelam a transformação de Jericó numa verdadeira cidade fortificada (Nigro, 2009: 180), mas o episódio bíblico do cerco e conquista de Jericó pelos Israelitas comandados por Josué permanece desconhecido (Bar-Yosef, 1986: 157).

É no entanto o imaginário criado por este relato que mais nos interessa para ilustrar o título deste trabalho.

O poder de Jericó era expresso pela imponência das suas muralhas que materializavam a opressão dos cananeus sobre os israelitas. A sua queda, ainda que por "*intervenção divina*", mostra de forma muita clara a destruição não apenas de um elemento defensivo, mas sobretudo de um importante símbolo, reflexo do poder de uma comunidade.

Podemos então sugerir que as muralhas devem ser entendidas de modo dual. Elemento de segurança para quem se encontrava no seu interior, ou inspiração de temor para os forasteiros. Imagem da ostentação, riqueza e superioridade de quem as construiu, ou uma proteção para quem delas dependia. Podiam ser consideradas como uma imposição por parte das elites que as mandavam construir ou ser vistas como afirmação do poder da própria comunidade.

Assim, podemos considerar que as muralhas assumiam diferentes tipos de funções e visões, que iam muito além da sua capacidade militar, revelando também a articulação de diversos aspetos das suas

comunidades como a riqueza, poder ou autoridade. São algo mais que meros muros, afirmando-se como extensões arquitetónicas da elite/autoridade dominante (Paga, 2007).

Para compreender a importância das muralhas há que olhar para além das suas características intrínsecas analisando também as relações de poder e a composição do povoamento no território envolvente.

É esta visão que seguiremos na análise do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja), cujas muralhas terão constituído uma clara afirmação da soberania de uma comunidade sobre um território apropriado.

Tentaremos mostrar que a construção destas estruturas vai muito para além das necessidades de proteção dos seus habitantes, enquadrando-se nas formas de exibição de poder que as elites do Bronze Final utilizaram para garantir a manutenção do *status quo* através da coerção e da criação de cenários de aparências.

Rostos pétreos das comunidades[2]

O Outeiro do Circo situa-se no coração da peneplanície do Baixo Alentejo, pertencendo administrativamente ao distrito e concelho de Beja (Fig. 1).

Ocupa um *horst* alongado com cotas a oscilar entre os 276 m e os 254 m, elevando-se cerca de 53 m em relação à sua base. Apesar da baixa altitude, possui um amplo domínio visual, apenas limitado a norte por uma linha de cumeadas com altitudes similares (Serra e Porfírio, 2012: 136).

Foi alvo de prospeções nos anos 70 do século XX, que permitiram a definição de uma primeira planta, sendo classificado como grande povoado fortificado integrado cronologicamente num período entre os séculos X e VII a.C. pela presença de cerâmicas de ornatos brunidos (Parreira, 1977: 35 e 40).

O elemento físico que lhe confere maior destaque corresponde a uma extensa linha de taludes (cerca de 2 km), que o delimita na sua quase totalidade, coberta por densa vegetação que oculta os alinhamentos pétreos da muralha aí erigida durante o Bronze Final.

Esta muralha define um espaço interior de cerca de 17 hectares (Serra e Porfírio, 2013: 19), o que permite considerar o Outeiro do Circo como um dos maiores povoados peninsulares do Bronze Final, não sendo de excluir que possa ter também existido ocupação nas extensas e suaves encostas que o rodeiam.

A análise da fotografia aérea, aliada às prospeções no terreno permitiram distinguir determinadas particularidades do seu sistema defensivo (Fig. 2).

Em primeiro lugar merece destaque a coexistência de dois sistemas defensivos distintos no Outeiro do Circo.

Em grande parte do troço virado a sudeste existe uma dupla linha de muralhas ao longo de cerca de 400 m, que já havia sido identificada nas primeiras publicações científicas sobre este povoado (Parreira e Soares, 1981: 112). Trabalhos posteriores de fotointerpretação permitiram constatar que a dupla linha de muralha se estende a todo o troço mencionado (Serra e Porfírio, 2013: 19), abarcando ainda a curva da muralha na zona sudoeste, numa extensão de aproximadamente 1 km.

Neste sector situa-se outro dos elementos a destacar. Referimo-nos à mais que provável entrada principal do povoado, marcada pela interrupção do alinhamento da dupla muralha e ladeada por dois bastiões adossados ao muro exterior (Serra *et alii,* 2008: 164; Serra e Porfírio, 2013: 20, figs. 3 e 4).

---

[2] Berrocal-Rangel e Moret, 2007: 11.

Esta zona do povoado corresponde ao único local onde o talude foi arrasado em trabalhos agrícolas realizados em meados do século XX (Serra *et alii,* 2008: 164; Serra e Porfírio, 2013: 19) numa extensão de quase 250 m.

É no entanto possível observar a sua configuração através da fotografia aérea, permitindo, não só reconstituir o seu percurso, mas também calcular a dimensão aproximada dos bastiões, estimada entre 15 a 18 m de diâmetro.

Em relação ao segundo sistema defensivo que julgamos poder discernir no perímetro muralhado do Outeiro do Circo, este incide sobre o troço virado a noroeste, integrando ainda o limite proporcionado pela curva nordeste.

Neste caso, parece haver apenas um único lanço de muralha, mas possuidor de uma largura média superior à registada em qualquer dos dois alinhamentos do sector oposto (14 m no pano noroeste versus 9 a 10 m de cada alinhamento do pano sudeste). Apesar da boa preservação dos taludes, proporcionada pelo coberto vegetal, não devemos valorizar muito estes factos, uma vez que a acumulação de sedimentos e elementos pétreos nestes locais como consequência de uma intensa prática agrícola mecanizada, em muito contribuiu para o aumento da dimensão real dos vestígios existentes.

Outro aspeto respeita à diferença altimétrica entre o interior e o exterior dos taludes, o que indica o grau de inclinação das encostas onde a muralha assentou (Figs. 3, 4 e 5).

O talude noroeste mostra uma diferença altimétrica média de 4,33 m, sendo a maior diferença de 5,78 m e a menor de 3,2 m.

No talude sudeste a diferença é maior cifrando-se nos 5,57 m em média, com o ponto de maior amplitude a atingir 8,14 m e o menor 3,69 m. Assim, temos um grau de inclinação médio de 15º no talude sudeste e de 10º no talude noroeste.

Apesar de constatarmos que o talude virado a sudeste apresenta maior diferença de cotas e inclinação, não devemos, mais uma vez, valorizar excessivamente estes dados, devido aos diferentes graus de preservação e de acumulação de elementos antrópicos.

No entanto, devemos acrescentar que, caso se comprove nestas diferenças uma intencionalidade por parte dos construtores do Bronze Final e que só novos trabalhos poderão confirmar, então talvez estas se devam a aspetos externos e não tanto às próprias caraterísticas do terreno. Clarificando este ponto, constatamos que o sistema defensivo a sudeste integra um conjunto de elementos que lhe conferem maior monumentalidade (dupla linha de muralha, maior largura, maior inclinação do terreno) encontrando-se este face à zona de maior domínio visual com a planície que se espraia a sul. Naturalmente, para quem se situar no exterior, esta também é a zona a partir da qual o Outeiro do Circo é mais facilmente reconhecível a longa distância, apesar de se enquadrar numa linha de cumeadas que o tornariam indistinto, a não ser pela existência de elementos diferenciadores, como a própria muralha. Esta surgiria, aos olhos do forasteiro, como uma imensa linha pétrea de quase um 1 km linear. Portanto, o reforço do sistema defensivo neste sector poderia estar relacionado, não com a resposta a uma ameaça existente nessa direção, mas com a necessidade de maior afirmação na direção para a qual há melhor e maior domínio visual, com um alcance de várias dezenas de quilómetros.

No sistema defensivo noroeste não parece existir uma tão grande necessidade de "*ser visto*". Contudo, a única linha de muralha existente cumpriria a sua função defensiva e simbólica na perfeição, uma vez que só pode ser observada a partir do exterior a uma curta distância para quem vem de norte, em cerca de 2 km, devido às limitações físicas e visuais que outros relevos impõem.

As escavações arqueológicas realizadas neste local ajudam a reforçar a ideia de que o sistema defensivo noroeste seria uma estrutura de aparência imponente, mesmo que não se apresente tão complexa como no sector oposto.

A intervenção abarcou uma sondagem de 14 m x 4 m numa zona aparentemente bem conservada

do talude (Serra e Porfírio, 2012: 140), com as cotas exteriores a situarem-se nos 260,90 m e as do interior nos 265 m.

Os vestígios detetados correspondem a uma "*muralha compósita*", por integrar diferentes elementos que funcionariam de forma articulada (Osório *et alii,* 2013: 945; Serra e Porfírio, 2013: 22) (Fig. 6 e 7), sendo datada do último quartel do II milénio a.C., a partir de amostras de restos ósseos de fauna mamalógica (Valério *et alii,* 2013: 610).

Ref. Lab.	Ref. Amostra	$\delta^{13}C$ (‰)	Data ^{14}C (BP)	Data calibrada (cal BC) 1σ	2σ
Sac-2886	C 5	-21,93	2710±70	918-805	1024-774
Sac-2887	C5	-22,28	2800±40	1003-907	1050-840
Sac-2885	C6	-21,48	2900±45	1130-1010	1219-973
Sac-2884	C12	-21,79	2880±45	1128-994	1211-925

Tab. 1 – Datas de radiocarbono para o Outeiro do Circo.

Num primeiro momento terá sido aberto um fosso de secção em *"U"* com quase 2 m de profundidade e 3 m de largura (fase I). A ação seguinte registada corresponde à desativação e enchimento do fosso (fase II), através da colmatação com sedimento (c. 19 a c. 22), podendo algumas unidades estratigráficas resultarem de ações naturais que provocaram escorrências de terras ao longo da encosta que se depositaram no fosso, como parece ser sugerido pelo grau de inclinação das unidades 19 e 20 (Osório *et alii,* 2013: 946, fig.3). De referir também a hipótese deste fosso poder estar relacionado com uma função de escoamento de águas residuais (Serra e Porfírio, 2012: 141), à semelhança do que sucede em outros povoados coevos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 243).

Numa fase posterior ergueu-se a muralha propriamente dita (fase III) que pode ser dividida em três ações construtivas distintas: rampa e plataformas (fase IIIa), muro superior (fase IIIb) e muro de contenção (fase IIIc). A fase IIIa contemplou inicialmente a realização de uma rampa de barro (c.15), sobre a qual falaremos com mais pormenor adiante. Após esta rampa, observou-se uma sucessão de unidades (c.14, c.13 e c.12) entendidas como plataformas de regularização do terreno para preparação das construções que nelas assentaram. Uma destas (c.12) é perfeitamente distinta das restantes, ao ser composta por uma mistura de terras argilosas de cor castanha escura com outras de tonalidade branca ou amarela, coincidentes com a exploração do substrato geológico. Esta unidade sugere a extração de inertes do fosso, que assim teria sido aberto nas proximidades para permitir um fácil transporte deste material para consolidar a encosta. Trata-se de uma questão a responder em futuros trabalhos, pois a perturbação estratigráfica desta zona não permitiu esclarecer claramente a relação e sequência entre as plataformas e o fosso.

Durante a fase IIIb construiu-se o muro superior localizado no topo (MS), constituído por duas fiadas paralelas de pedra irregular de média dimensão reforçadas por uma compactação de pedra miúda e terra no interior (c. 7).

A fase IIIc corresponde ao largo muro (MC) que preenche quase na íntegra a largura máxima do fosso, e terá cumprido função de contenção ao sistema de rampas e plataformas da encosta (Osório *et alii,* 2013: 945).

A totalidade destes elementos combinam-se numa estrutura com quase 11 m de largura, que constituiria sem dúvida um marco visual bem expressivo para o exterior ao mesmo tempo que configurava um obstáculo de difícil transposição pela sua invulgar dimensão.

Para além do realce conseguido pela imponência da muralha, poderá ainda ser proposta outra forma de distinção que se obteria através de uma eventual diferenciação cromática pelo uso combinado de elementos como a pedra, a terra e a madeira. Seria facilmente distinguível a uma certa distância a cor proporcionada pelo elemento construtivo mais comum, a pedra, maioritariamente blocos arredondados de gabro-diorito local de tom entre o cinzento e o azulado, intervalados pelo efeito da terra extraída do substrato geológico com a sua tonalidade entre o branco e o amarelo e a possível utilização de madeira em paliçadas cujos vestígios não serão facilmente reconhecidos arqueologicamente, mas que não invalida a proposta da sua existência (Serra *et alii,* 2008: 158; Serra e Porfírio, 2013: 19).

Ainda em relação aos aspetos construtivos desta muralha, há que mencionar que apesar de até ao momento não se ter comprovado a existência de elementos relacionados com a vitrificação de muralhas, como sucede com outros povoados fortificados do sudoeste, como o Castro de Ratinhos em Moura (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 127) ou o Passo Alto em Serpa (Díaz-Martínez *et alii,* 2005: 155; Soares, 2007: 157), entre outros, há que assinalar a presença importante do elemento fogo em momento prévio à construção do dispositivo defensivo, como se constata pela existência da já mencionada rampa de barro cozido. Esta ação poderá revestir-se de um caráter purificador do local de construção, ou de uma ação de cariz mais prático, relacionada com a limpeza da vegetação. Os dados disponíveis revelam-nos que o fogo terá atingido temperaturas entre 600º e 1000º, que permitiram a solidificação do solo de base (Osório *et alii*, no prelo) que terá ardido durante vários dias cozendo as argilas, que alcançam 30 cm de espessura em alguns pontos.

Estes dados apontam para uma atitude que vai para além de uma atuação funcional respeitante à limpeza do terreno, pois não seria necessário a manutenção do fogo com uma duração tão prolongada e intensa, para além de este ter sido circunscrito a uma área concreta, logo, ter sido devidamente planeado e controlado. Outros dados parecem corroborar esta hipótese, como a concentração de blocos de barro cozido dispersos ao longo do pano muralhado virado a Noroeste em comparação com uma relativa escassez registada nas recolhas de superfície efetuadas no troço oposto[3] (Fig. 8) ou a observação de uma nova foto aérea[4] que revela o prolongamento desta rampa de barro, através de um alinhamento de tom laranja nos terrenos da curva sudoeste do povoado (Fig. 9).

É de realçar a grande extensão que esta estrutura de barro pode alcançar, caso se confirme que de facto abranja todo o pano virado a noroeste.

Poderia esta ação ter-se revestido de outras cargas simbólicas relacionadas com a purificação do local de construção ou seja da conquista que esta comunidade faz sobre o natural, ou sobre eventuais vestígios/presenças anteriores que assim seriam eliminadas na prática, mas também de modo simbólico, cortando a relação do local com os seus antecessores. Pode-se ainda considerar o eventual pragmatismo desta ação como meio de consolidação das terras da encosta, evitando assim desprendimentos que causariam grandes transtornos à manutenção da muralha (Osório *et alii,* no prelo; Osório *et alii,* 2013: 945).

Por detrás desta complexa realização podemos intuir a grande capacidade de organização do trabalho e imaginar o forte impacto desta ação na comunidade ao observar uma verdadeira *"coroa de fogo"* nas encostas do Outeiro do Circo.

A solidez da encosta, conferida pela rampa de barro e plataformas de terra, permitiu a edificação

---

[3] Recolhas de campo coordenadas por Ana Osório durante a campanha de 2011 do projeto *"A transição Bronze Final / I Idade do Ferro no Sul de Portugal. O caso do Outeiro do Circo"*, PNTA 2008 - 2011.

[4] Agradece-se a cedência desta foto a Maria João Macedo (Câmara Municipal de Beja).

de estruturas pétreas como o muro superior, mas mostra também uma capacidade de prevenção destinada a suprir os problemas causados pelos agentes naturais, num esforço concentrado de manutenção das estruturas que encontra reflexo nas palavras de John Keegan "*Trabalham em vão os que constroem defesas que esperam ver manter-se em pé sozinhas*" (2006: 208). A mesma importância dada à preservação das muralhas pode ser encontrada noutro tipo de ações, como a detetada na Corôa do Frade (Évora) onde se vislumbraram obras de reforço (Arnaud, 1979: 63; 1995: 43), talvez destinadas a assegurar maior estabilidade da muralha.

Outros elementos de difícil interpretação são formados pelo conjunto de seis taludes externos perpendiculares à muralha localizados na plataforma baixa do povoado no topo norte (Serra *et alii,* 2008: 161; Serra e Porfírio, 2013: 19). Apesar de julgarmos que estas estruturas estão de algum modo relacionadas com o dispositivo defensivo, torna-se difícil percecionar a sua utilidade sem o desenvolvimento de trabalhos específicos. É no entanto sugestivo o facto destes alinhamentos se estenderem ao longo da encosta em direção à linha de água mais próxima, a Ribeira do Monte do Marquês, como que denunciando a importância de assegurar a proteção ao seu acesso. Outros autores procuraram ver nestas estruturas o indício de um possível parcelário fóssil estruturado a partir do Outeiro do Circo (Chouquer, 2010), hipótese a considerar para outras paleoformas observáveis na envolvente, mas que não nos parece aplicável a este caso, dado o grande investimento colocado na sua construção para se cingirem a meras divisões de propriedade.

As considerações enunciadas carecem em grande parte de validação arqueológica para compreender se algumas destas diferenças construtivas podem ser indicadoras de fases de construção distintas ou se por outro lado obedecem a diferentes atitudes no âmbito de um planeamento idealizado pela comunidade que habitou o Outeiro do Circo durante o Bronze Final.

O que parece inquestionável é o esforço e investimento colocados na construção das muralhas do Outeiro do Circo, sinal evidente de que estas se constituíam como elemento que definia a paisagem de populações e territórios, assumindo um especial relevo na ideologia dessas comunidades (Berrocal-Rangel, 2004: 55).

A construção de grandes obras coletivas ligadas a complexos sistemas defensivos (muralhas, bastiões, fossos), verdadeiros "*rostos pétreos*" das comunidades, funcionariam assim como garante da estabilidade das populações proto-históricas e como forma de coesão social (Berrocal-Rangel e Moret, 2007: 11).

O guardião da planície[5]

"*Uma fortaleza tem de controlar uma área suficientemente produtiva para sustentar uma guarnição em tempos normais, mas tem de ser em si mesma suficientemente grande e segura para comodar, abastecer e proteger a guarnição em caso de ataque cerrado*" (Keegan, 2006: 192). Apesar da visão estritamente poliorcética desta afirmação deve-se destacar a importância dada ao território envolvente a qualquer sítio fortificado, pois este terá de possuir condições que permitam sustentar a sua população a vários níveis, desde as necessidades básicas como produção de alimentos, abastecimento de água, ou fornecimento de combustíveis à captação de matéria-prima para produção oleira, de utensilagem lítica ou materiais de construção até aos artefactos relacionados com a sustentação e manutenção das elites dominantes, como a produção metalúrgica ou a exploração e/ou transformação de metais preciosos.

---

[5] Serra e Porfírio, 2011.

A região envolvente ao Outeiro do Circo, genericamente considerando as áreas de peneplanície definidas pelas bacias hidrográficas da Ribeira da Figueira a norte e das ribeiras do Roxo e Chaminé a sul, possui caraterísticas geográficas peculiares que terão funcionado como elemento atrativo para a fixação de populações e conducentes ao seu desenvolvimento.

Assistimos nesta região a uma série de condições favoráveis como a existência de uma orografia suave e homogénea (Ribeiro, 1945: 232), que possibilita deslocações fáceis e contacto entre populações, para além de um amplo domínio visual que funcionaria como meio de controlo eficaz sobre amplas áreas; a disseminação por toda a região de uma rede de pequenos cursos de água e zonas de captação superficiais (Soares, 2012) que facilitam o abastecimento de água em caso de escassez ou sazonalidade das principais linhas de água; a identificação de recursos mineiros, como o cobre, na Mina da Juliana que poderá ter conhecido exploração durante a Idade do Bronze (Domergue, 1990: 114; Bottaini *et alii,* 2012: 637); a frequência de recursos geológicos diversificados (Oliveira, 1992) e de extração simples; a importante presença de solos de grande capacidade agrícola, conhecidos como os "*Barros pretos de Beja*" (Duque, 2005); ou o coberto vegetal, hoje muito modificado com a transformação da mata mediterrânica em vastos campos abertos de natureza maioritariamente cerealífera (Ferreira, 2001: 182-184).

É nesta região propícia à fixação humana que emergiu durante o Bronze Final um sítio de dimensões excecionais como o Outeiro do Circo, mas onde também surgem outras formas de povoamento, continuadoras da tradição do Bronze Médio.

A ocupação da Idade do Bronze em redor do Outeiro do Circo conheceu inúmeras novidades nos últimos anos, fruto da atividade da arqueologia comercial ligada a empreendimentos públicos de grande envergadura como a construção da rede de rega do projeto Alqueva ou a Autoestrada A26 Sines – Beja. Estes trabalhos permitiram a descoberta de dezenas de novos sítios de planície, até então praticamente desconhecidos e que os meios convencionais de prospeção arqueológica não se revelaram capazes de detetar.

Entre estes, verifica-se uma maior concentração de povoados abertos atribuíveis ao Bronze Médio, alguns integrando áreas sepulcrais (Antunes *et alii,* 2012: 284), apesar de até hoje poucas terem sido as intervenções publicadas. Para o Bronze Final as informações são mais escassas e resumem-se a quatro sítios de atribuição cronológica mais segura.

Considerando o grande impacto territorial destes projetos de construção, podemos arriscar que a escassez de sítios enquadráveis no Bronze Final é reveladora da realidade e não produto de um *deficit* na sua deteção.

Assim, podemos começar a construir um cenário acerca do povoamento da última fase da Idade do Bronze, em que o Outeiro do Circo terá assumindo um papel absolutamente aglutinador em detrimento da ocupação de planície que marcava um período precedente.

A um nível de análise local começamos por integrar quatro sítios de planície na envolvente ao Outeiro do Circo, situados a distâncias inferiores a 7 km, cujas cronologias permitem inseri-los *grosso modo* no Bronze Final.

Arroteia 6 é o mais próximo do Outeiro do Circo, situado a 1,7 km, mas sem visibilidade direta, impedimento causado pelo Cerro da Vigia (271 m). Trata-se de um povoado aberto de planície onde foi detetada uma fossa tipo silo e outro contexto muito afetado de onde provêm materiais cerâmicos que permitiram a sua integração no Bronze Final (Porfírio e Serra, 2012). Terá ocupado uma plataforma amesetada num total de 4 hectares, rodeado de férteis campos agrícolas e linhas de água secundárias (Serra e Porfírio, 2012: 144).

A maior distância, entre os 4,5 e 7 km, situam-se os sítios de Pedreira de Trigaches 2 (Trigaches), Monte do Bolor 3 (S. Brissos) e Pisões 5 (Santiago Maior), todos com visibilidade direta para o Outeiro do Circo.

No primeiro destes foram detetadas 22 estruturas negativas maioritariamente enquadráveis entre o Bronze Médio e Final, entre as quais uma com um enterramento. Entre as datas obtidas, a partir de restos de cortiça e sementes de duas estruturas distintas (Antunes *et alii*, 2012: 285; Baptista, 2010: 71), destacamos a amostra Sac-2332, 2980±40 BP, que parece estender a ocupação deste sítio até um momento de transição entre o Bronze Médio e Final (Antunes *et alii,* 2012: 305, fig. 22).

No sítio de Monte do Bolor 3, que apresenta uma larga diacronia de ocupação entre o Calcolítico e o período romano, também se encontra atestada uma fase integrável no Bronze Final, identificada em alguns valados ou fossos (Borges *et alii,* 2012: 116).

Em Pisões 5 escavaram-se 14 estruturas negativas com diversas cronologias ao longo de 125 m de comprimento. Destacam-se os resultados da sondagem 7 onde se exumou um conjunto de cerâmicas com decoração de ornatos brunidos claramente enquadráveis no Bronze Final (Bargão, 2012).

Para além dos quatro sítios descritos, há que contar ainda com a identificação de ocupações do Bronze Final no Poço da Aldeia da Ribeira 6 (Trigaches) (Barranhão, 2010), que dista pouco mais de 4 km do Outeiro do Circo e Bela Vista 3[6] (Mombeja), situado a escassos 1,7 km. Em ambos se registou a presença de cerâmicas do Bronze Final em conjuntos de fossas que marcam indelevelmente as formas de ocupação destes povoados abertos.

Resta saber se estes sítios correspondem a povoados permanentes, sazonais ou temporários[7], para melhor compreender o tipo de relação que poderiam deter em relação ao povoado principal do Outeiro do circo.

No entanto, será de destacar as semelhanças nas estratégias de ocupação, ao privilegiarem pequenas plataformas ou suaves encostas em áreas de planície, desprovidas de preocupações defensivas, localizadas junto a linhas de água secundárias, em terrenos de forte potencial agrícola e eventualmente dispersos por vastas áreas ou organizados em núcleos (Antunes *et alii,* 2012: 278).

O fenómeno de aglutinação populacional exercido pelos grandes povoados fortificados do Bronze Final parece ser comum a outras regiões do sudoeste, tal como referem Berrocal-Rangel e Silva (2010: 433) para o Castro de Ratinhos (Moura) onde constatamos que a presença deste povoado fortificado leva a que a envolvente próxima se apresente escassamente povoada. Este efeito de magnetismo populacional é de algum modo aplicável na envolvente do Outeiro do Circo, onde se regista uma regressão no número de povoados após o Bronze Médio[8], mas que continuam a subsistir durante o Bronze Final.

Estes elementos parecem demonstrar a presença de um grande efetivo populacional apto para ser mobilizado pelos chefes guerreiros, quer entre os habitantes do Outeiro do Circo, quer entre os que ocupavam os povoados de planície, no intuito de participação nas grandes operações de construção e manutenção das estruturas defensivas monumentais (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 434) que servem como materialização arquitetónica do seu poder e importância.

Nas proximidades do Outeiro do Circo há que assinalar ainda um pequeno povoado de altura,

---

6 Comunicação pessoal de António Carlos Valera a quem agradecemos.

7 A ausência de estruturas duradouras e com maior investimento na construção denotam uma ocupação de curta duração (Antunes *et alii,* 2012: 299) que também pode ser adscrita à existência de sítios temporários ou "*depredadores*", coincidente com o rápido abandono do local após o esgotamento dos recursos que levaram à sua instalação (Serrano Ariza, 2012: 56). Entre Águas 5 (Serpa) apresenta carater sazonal ao situar-se em zona de cheia fluvial, inabitável durante o período de maior pluviosidade (Rebelo *et alii,* 2010: 464).

8 Uma simples consulta na base de dados do Endovélico permite reconhecer perto de 20 sítios com as caraterísticas mencionadas só nas freguesias de Beringel, Trigaches, Santa Vitória e Mombeja.

situado no Cabeço da Serpe, a cerca de 1 km para noroeste, que poderia ter desempenhado funções de atalaia. Os indícios materiais são insuficientes para uma correta interpretação deste sítio, onde foram recolhidas cerâmicas manuais muito roladas[9], mas há que destacar o seu potencial em termos de controlo visual. De facto, do seu topo (258 m) tem-se uma vista desimpedida para o Outeiro do Circo e para a planície da região de Ferreira do Alentejo que não é visível a partir do Outeiro do Circo uma vez que o próprio Cabeço da Serpe, em conjunto com outras elevações, cria uma barreira visual.

A plataforma de ocupação do Cabeço da Serpe é bastante indefinida e encontra-se muito alterada pela existência de uma pedreira que laborou até meados do século XX e terá eliminado parte dos vestígios eventualmente existentes. Devemos no entanto ter em consideração que a ocupação do Cabeço da Serpe poderia não se materializar necessariamente através de estruturas pétreas, uma vez que para cumprir eficazmente a função de vigilância, bastaria a presença de uma estrutura em material perecível como uma torre em madeira, seguramente difícil de detetar no registo arqueológico.

A suposição da relação entre o Outeiro do Circo e o Cabeço da Serpe não é de modo algum única para o sudoeste, pois o mesmo cenário terá existido entre os povoados da Corôa do Frade e do Castelo do Giraldo (Évora), funcionando o segundo como ponto de vigia do primeiro (Arnaud, 1979: 87).

Ao alargarmos o espectro de análise para um nível regional, encontramos outro tipo de povoados que poderiam relacionar-se com o Outeiro do Circo.

As regiões com maior potencial de análise para aprofundar este tema situam-se a este e sudeste do Outeiro do Circo, nas margens do Guadiana e das Ribeiras de Cobres e Terges, que se constituem como regiões de *"fronteira"*.

Assinala-se a presença de três, eventualmente quatro, povoados com prováveis funções de controlo sobre importantes vias fluviais, de natureza semelhante à situação existente na margem esquerda do Guadiana.

Do sítio do Pé do Castelo (Trindade) é proveniente uma peça em bronze de carater excecional e de provável origem oriental, que se atribuiu ao Bronze Final (Lopes e Vilaça, 1998). Este sítio constitui-se como uma verdadeira fortaleza natural nos sentidos sul, sudoeste e oeste com posição dominante sobre a Ribeira de Cobres, sendo o terreno mais aplanado e sem obstáculos para norte e este (*idem*, 1998: 65).

Não se sabe a extensão da área ocupada por este povoado, mas a plataforma onde se recolheram outros materiais, cerâmicos e líticos (*ibidem*, 1998: 67) possui uma área inferior a 1,5 hectares. Como se explica assim a presença de um elemento de prestígio tão distinto como a mencionada peça em bronze num povoado de pequena dimensão? Talvez um "*tributo de passagem*" como propõem Conceição Lopes e Raquel Vilaça (1998: 179) ou como oferta para selar uma aliança, o que reforçaria a sua posição estratégica no controle de rotas de passagem, aspeto sem dúvida essencial para quem detinha o poder na região.

Outros dois povoados com uma implantação estratégica semelhante correspondem ao Monte do Mosteiro (Salvada) e Castelos (Baleizão).

O Monte do Mosteiro é um povoado fortificado situado sobre um meandro pronunciado que remata numa zona de encosta escarpada sobre a Ribeira de Terges. Reconheceu-se a existência de uma possível linha de muralha no acesso norte, apesar de não se conhecer a sua planta. Pelo tipo de implantação atribui-se-lhe uma cronologia entre o Bronze Final e a I Idade do Ferro, apesar de não se terem recolhido materiais (Ricardo e Grilo, no prelo), situação que necessitará da necessária comprovação arqueológica futura. A plataforma passível de ter sofrido ocupação possui cerca de 4 hectares.

---

[9] Recolhas efetuadas durante a campanha de 2011 do projeto *"A transição Bronze Final / I Idade do Ferro no Sul de Portugal. O caso do Outeiro do Circo"*, PNTA 2008 - 2011.

Será sem dúvida precipitado tecer mais considerações sobre este sítio devido ao parco estado dos conhecimentos, mas não podemos deixar de notar mais uma vez a importância da sua localização para o controlo de uma zona de passagem situada na Ribeira de Terges (Barros, 2012: 222).

O povoado dos Castelos (Baleizão) localiza-se na margem direita do Rio Guadiana, onde se identificaram duas linhas de muralhas, também aqui sem planta publicada, e se lhe atribuiu uma ocupação do Bronze Final (Lopes, 2003, vol II: 14), validada pela presença de mais um raro elemento de prestígio em bronze, neste caso um *tranchet* (Vilaça, 2008-2009: 66). A sua área de ocupação poderá cifrar-se entre os 4 a 6 hectares formados pelo conjunto dos dois cabeços onde se registaram materiais.

Outro aspeto a salientar em relação ao povoado dos Castelos refere-se à sua situação de "*frente a frente*" com outro povoado fortificado do Bronze Final, o Laço (Brinches, Serpa) situado na margem esquerda do Guadiana e do qual dista menos de 1 km com boa visibilidade entre ambos (Lopes *et alii,* 1997: 26; Soares, 2005: 128).

Um outro povoado ao qual devemos direcionar a nossa atenção é o Cerro dos Castelos (Quintos), onde se reconheceu a existência de uma muralha de xisto e vestígios de outras possíveis estruturas, apesar dos materiais recolhidos apenas testemunharem ocupações da Idade do Ferro e de Época Romana. A implantação deste povoado ajuda a definir "*…um padrão de assentamento com o controle apertado do curso de água através da existência de povoados fortificados em ambas as margens...*" (Ricardo e Grilo, no prelo), por se situar muito próximo de mais um povoado do Bronze Final da margem esquerda do Guadiana, a Crespa, a cerca de 600 m (Soares, 2005: 122-123), prefigurando uma situação semelhante à registada para o Castelo / Laço.

As possibilidades que se abrem com a futura investigação destes sítios fazem-nos recordar as palavras de Raquel Vilaça a este propósito *…O estudo destes povoados tem de ser feito numa leitura pendular […] ao longo das duas margens do Guadiana, em conjugação com os povoados da "outra banda"…* (1997: 132).

Fora desta área podemos encontrar outro povoado a cerca de 20 km do Outeiro do Circo para sudoeste[10], cujas razões para a escolha do local de implantação deverão estar relacionadas com outros fatores. Referimo-nos ao Cerro da Mangancha (Aljustrel), integrado no Bronze Final pelo aparecimento de cerâmicas de ornatos brunidos em sondagens aí realizadas (Domergue e Andrade, 1971). Este povoado não se situa numa zona de controlo fluvial como os anteriores, mas antes sobre uma elevação que possui amplo domínio visual sobre terras de cultivo situadas a norte ao mesmo tempo que domina claramente o acesso a zonas mineiras com destaque para as jazidas de cobre.

Intervenções arqueológicas realizadas no Cerro da Mangancha em 2010 e 2011 permitiram confirmar esta ocupação do Bronze Final, mas concluíram que os taludes da encosta norte não possuíam qualquer relação com um possível sistema defensivo, mas antes eram devidos à exploração mineira recente. Assim, não é ainda possível confirmar a existência de um dispositivo defensivo artificial neste povoado[11].

Apesar das limitações sobre o estado da investigação do conjunto de sítios mencionados, observamos claramente o papel de predomínio do Outeiro do Circo sobre a planície que se estende em todas as direções, uma vez que os únicos povoados coevos de uma certa magnitude situam-se na orla deste território junto a acidentes geográficos importantes nesta paisagem plana e monótona.

O Outeiro do Circo surge-nos como um verdadeiro lugar central, guardião desta planície que

---

[10] Os povoados anteriormente mencionados situam-se a distâncias do Outeiro do Circo entre os 26 e 36 km.

[11] Comunicação pessoal de António Monge Soares a quem agradecemos.

se constitui como território sob seu controlo e que progressivamente começa a ser preenchida com as restantes formas de ocupação que integrariam a sua rede de povoamento fortemente hierarquizada.

Arquiteturas de Poder[12]

"…*debemos tener en cuenta que es la función defensiva originaria la que permite luego dotar de connotaciones prestigiosas y simbólicas a una muralla.*" (Quesada, 2007: 75).

A criação de povoados fortificados durante o Bronze Final no Sudoeste será uma resposta de comunidades autónomas às necessidades e receios locais ou antes uma estratégia emanada de lugares capitais que dominam e mantêm sobre controlo coercivo vastas áreas? Poderá o grande investimento que alguns destes povoados colocaram na construção de muralhas ser justificado pela competição ou tensão entre sítios vizinhos (Paga, 2007)?

A larga distância por vezes existente entre estes povoados fortificados parece impossibilitar qualquer tentativa de acreditar na presença de um poder central capaz de colocar sob a sua dependência sítios de natureza semelhante e exercer um domínio eficaz sobre eles.

No entanto, devemos ter em conta a forte possibilidade de esse controlo ser exercido de formas menos evidentes. A criação de relações de dependência entre alguns destes povoados poderá ser uma das formas encontradas para exercer esse domínio, quer tenha sido através da submissão direta ou de complexos sistemas de alianças entre as elites locais, como se poderá entrever pela presença de objetos prestigiantes em povoados de *"segunda linha"* como a peça em bronze do Pé do Castelo ou mesmo o *tranchet* dos Castelos, testemunhos de eventuais oferendas às elites locais para assegurar a sua colaboração ou submissão.

Será então de propor que alguns povoados fortificados possam ter caído sob o domínio ou influência de outros ao longo da sua existência, mais do que pretender que possam ser criação *ex nihilo* por parte de um poder autocrático.

Assim, julgamos que o exercício do poder emanado dos grandes povoados fortificados do Bronze Final do Sudoeste Peninsular, dos quais o Outeiro do Circo constituirá um dos melhores exemplos, seria efetivado através da ação coerciva direta sobre o seu território de influência imediato assumindo a possessão das terras de onde obteria os principais recursos para subsistência e manutenção da comunidade sobre controlo, devidamente complementado por uma rede diversificada e complexa de relações com outros povoados situados a maiores distâncias, numa afirmação de superioridade tendente a manter o equilíbrio regional e a cimentação de lideranças.

Não nos parece lícito que, no atual estado da investigação, se possa falar para esta região da existência de um poder estabelecido de forma planeada em larga escala que transforme os povoados fortificados numa rede planificada de domínio exercido a partir de um lugar central, destinada a abranger um vasto território. Parece-nos que um poder com estas caraterísticas prefigura uma forma estatal que ainda não se vislumbra neste período, onde será mais adequada a existência de chefaturas tribais que organizam o território e mantêm o delicado equilíbrio social através do controlo e redistribuição dos bens.

Funcionaria então o Outeiro do Circo como um lugar de poder, capaz de submeter pequenos povoados de planície nas suas proximidades, ou de criar novas formas de controlo territorial, como as atalaias, e de eventualmente manter contactos e alianças com outros povoados fortificados autónomos situados a grandes distâncias e estabelecidos em locais de domínio de importantes passagens e vias de comunicação.

---

[12] Serra e Porfírio, 2009.

Conclusão

Alguns dos mais importantes povoados fortificados do Sudoeste peninsular localizam-se em zonas de relevo acidentado, instalando-se em zonas altas para um eficaz controlo de importantes vias de passagem, como a Corôa do Frade – Ribeira de Valverde (Évora), o Passo Alto – Rio Chança e Ribeira do Vidigão (Serpa) ou o Castro de Ratinhos – Rio Guadiana (Moura). Nesse sentido, o Outeiro do Circo assume-se como um sítio de exceção ao localizar-se numa pequena elevação rodeada de férteis planícies e sem a presença de uma importante via fluvial.

A ausência de grandes povoados contemporâneos nas proximidades transforma o Outeiro do Circo num lugar capital, sede de poder de uma elite guerreira, como retratado na estela de Ervidel II (Gomes, 1995: 130), consumidora de objetos de prestígio e detentora da produção metalúrgica e da ourivesaria, como denunciado pela descoberta no Outeiro do Circo de vestígios de produção de objetos em bronze e ouro (Valério *et alii,* 2013: 612).

A segurança possibilitada pela vasta planura que o rodeia, complementada pela sua enorme dimensão, o que lhe permitiria albergar uma comunidade numerosa, aliada à monumentalidade das suas muralhas, são algumas das razões que justificam o sucesso e relevância que este povoado terá alcançado durante o Bronze Final, fatores aos quais terá de se juntar as condições naturais da região onde se integra.

Este domínio terá o seu embrião no período precedente, em que a região era povoada por comunidades mais ou menos dispersas por uma vasta área que exploravam para garantir a sua sobrevivência ao mesmo tempo que vão criando progressivamente condições para a emergência e evolução de uma elite guerreira que a partir de determinada altura terá sentido a necessidade de se alcantilar num local a partir do qual o seu poder poderia ser exercido de forma eficaz sem enfrentar os constrangimentos provocados por comunidades vizinhas em conflito e tensão permanente ou em competição pelos recursos.

Estas condições terão permitido a esta comunidade exercer a sua influência em dois níveis distintos. No âmbito local, criando ou submetendo pequenos povoados de planície que garantiam a exploração dos recursos essenciais e eram mantidos sobre controlo direto, funcionando a imponência das muralhas do Outeiro do Circo mais como uma mensagem para a sua própria comunidade do que uma resposta ao mundo exterior.

Ao nível regional, constituindo-se como o sítio mais poderoso da região o que lhe permitiria impor-se a outros povoados fortificados de menor dimensão situados em locais chave para um domínio efetivo.

O Outeiro do Circo surge-nos como cabeça de uma chefatura centrada na planície que terá o seu limite oriental na linha do Guadiana e a sul nas ribeiras de Cobres e Terges onde uma rede de povoados (fortificados ou não) de menores dimensões faria o controlo das zonas de passagem. Neste aspeto o Guadiana parece surgir como uma zona de fronteira e de tensões entre chefaturas vizinhas, onde se confrontam diversos povoados que competem pelo controlo das rotas terrestres e fluviais, sobretudo associadas à exploração de matérias-primas como o cobre (Lopes e Vilaça, 1998: 78).

Agradecimentos

Agradece-se a Raquel Vilaça, Eduardo Porfírio, Carolina Grilo e Ana Baltasar os diversos contributos para a realização deste artigo, desde a disponibilização e tratamento de dados até à discussão e revisão de diversos aspetos específicos. Todos estão porém isentos de responsabilidades nos erros ou omissões deste trabalho escrito, em 27 de Dezembro de 2013.

Bibliografia

ANTUNES, A., DEUS, M., SOARES, A. M., SANTOS, F., ARÊZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 277-308.

ARNAUD, J. (1979) – Corôa do frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora. Escavações de 1971/1972. *Madrider Mitteilungen.* Heidelberg. 20, pp. 56-97.

ARNAUD, J. (1995) – Coroa do Frade: uma fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora. In JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 43.

BAPTISTA, L. (2010) – The Late Prehistory of the watershed of the Ribeiras of Pisão and Álamo (Beja, South Portugal): a research programme. *Journal of Iberian Archaeology.* Porto. 13, pp. 69-84.

BAR-YOSEF, O. (1986) – The walls of Jericho: an alternative interpretation. *Current Anthropology.* Chicago. 27:2, pp. 157-162.

BARRANHÃO, H. (2010) – *Minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implantação do troço de ligação Pisão-Roxo. Trabalhos arqueológicos no Poço da Aldeia da Ribeira 6 (Trigaches, Beja).* Relatório policopiado. Arqueohoje, Viseu.

BARROS, P. (2012) – O Bronze Final na região de Mértola. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 215-227.

BARGÃO, P. (2012) – *Empreitada de construção do Adutor de Cinco Reis. Relatório das intervenções arqueológicas. Pisões 5.* Relatório Policopiado. ArchBiz. Lisboa.

BERROCAL-RANGEL, L. (2004) – La defensa de la comunidad: sobre las funciones emblemáticas de las murallas protohistóricas en la Península Ibérica. *Gladius*. Madrid. XXIV, pp. 27-98.

BERROCAL-RANGEL, L. e MORET, P. (eds.), (2007) – *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro. Las Murallas Protohistóricas de la Meseta y la vertiente Atlántica en su contexto europeo*. Madrid: Real Academia de la História/ Casa de Velázquez

BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007.* O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 6.

BORGES, S., SALVADOR MATEOS, R., PEREIRA, J, e SILVA, B. (2012) – Monte do Bolor 3 – S. Brissos, Beja: resultados preliminares. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 113-131.

BOTTAINI, C., SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012) – Metais da Idade do Bronze do Museu de Beja. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 631-646.

CHOUQUER, G. (2010) – La recherche des parcellaires préromains en Alentejo: une question de méthode en archéogéographie. Recurso Eletrónico *[http://outeirodocirco.blogspot.pt/2010/09/la-recherche-des-parcellaires.html].*

DÍAZ-MARTÍNEZ, E., SOARES, A. M., KRESTEN, P. e GLAZOVSKAYA, L. (2005) – Evidence for Wall vitrification at the Late Bronze Age settlement of Passo Alto (Vila Verde de Ficalho, Serpa, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 8:1, pp. 151-161.

DOMERGUE, C. (1990) – *Les mines de la Penínsule Ibérique dans l'antiquité romaine*. Roma: Collection de l'École Française de Rome, 127.

DOMERGUE, C. e ANDRADE, R. (1971) – Sondage 1967 et 1969 a Aljustrel (Portugal). Note preliminaire. *Conimbriga.* Coimbra. 10, pp. 99-116.

DUQUE, J. (2005) – *Hidrogeologia do Sistema Aquífero dos Gabros de Beja.* Tese para a obtenção do grau de Doutor em Geologia na Universidade de Lisboa.

FERREIRA, D. B. (2001) – Evolução da paisagem de montado no Alentejo Interior ao longo do século XX: dinâmica e incidências ambientais. *Finisterra.* Lisboa. XXXVI:72, pp. 179-193.

GOMES, M. V. (1995) – As estelas funerárias da Idade do Bronze Final, no centro e sul de Portugal. *In* JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/

Museu Nacional de Arqueologia, p. 130.
KEEGAN, J. (2006) – *Uma História da Guerra*. Lisboa: Edições tinta-da-china.
KENYON, K. (1957) – *Digging up Jericho: the results of the Jericho Excavations, 1952 – 1956*. Nova Iorque: Praeger.
LOPES, M. C. (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*. Conimbriga. Coimbra. Anexos 3, 2 vols.
LOPES, M. C. e VILAÇA, R. (1998) – Peça do Bronze Final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja). *Arquivo de Beja.* Beja. Série III. 7-8, pp. 63-84.
LOPES, M. C.; CARVALHO, P. e GOMES, S. (1997) – *Arqueologia do Concelho de Serpa.* Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
NIGRO, L. (2009) – When the walls tumble down. Jericho: rise and colapse of an Early Bronze Age Palestinian city. In CARDARELLI, A. (ed), *Le ragioni del cambiamento. Reasons for Change. 'Nascita', 'declino' e 'crollo' delle società tra fine del IV e inizio del I millennio a.C.* Roma: Scienze dell'Antichità. 15, pp. 173-192.
OLIVEIRA, J. T. (1992) – *Carta Geológica de Portugal. Escala 1/200 000. Notícia Explicativa da folha n.º 8*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
OSÓRIO, A., SERRA, M e PORFÍRIO, E. (no prelo) – Material questions over a reddish layer in the Outeiro do Circo`s wall slope (Beja, Portugal). In *IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica,* 11 a 13 de Maio de 2011. Faro.
OSÓRIO, A., SILVA, S., FERNANDES, D., VIEIRA, T., VILAÇA, R., PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2013) – Atrás dos gestos: as cerâmicas decoradas do Outeiro do Circo (Mombeja, Beja, Portugal) e a ênfase nas decorações brunidas. In JíMENEZ ÁVILA, J., BUSTAMONTE, M. e GARCÍA CABEZAS, M. (eds.), *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros (Badajoz), pp. 941-974.
PAGA, J. (2007) – Bronze Age Fortifications: A Dualistic Interpretation. *Montage*. University of Iowa. 1.
PARREIRA, R. (1977) – O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo. *Arquivo de Beja.* Beja. 28-32, pp. 31-45.
PARREIRA, R. e SOARES, A. M. (1980) – Zu einigen bronzezeitlichen Hohensiedlungen in Sudportugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 21, pp. 109-130.
PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2012) – Arroteia 6 (Mombeja, Beja) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 615-630.
QUESADA SANZ, F. (2007) – Asedio, sitio, assalto…Aspectos prácticos de la poliorcética en la iberia prerromana. In BERROCAL-RANGEL, L. e MORET, P. (eds), *Paisajes fortificados de la edad del hierro. Las murallas protohistóricas de la Meseta y la vertiente atlântica en su contexto europeo.* Madrid: Real Academia de La Historia. Casa de Velázquez, pp. 75-98.
REBELO, P., SANTOS, R., NETO, N., FONTES, T., SOARES, A. M., DEUS, M. e ANTUNES, A. (2010) – Dados preliminares da intervenção arqueológica no sítio do Bronze Final de Entre Águas 5 (Serpa). In MACÍAS, J. (coord.), *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular.* Huelva: Universidad de Huelva, pp. 463-488.
RIBEIRO, O. (1945) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico.* Coleção Universitas. Coimbra: Coimbra Editora.
RICARDO, I. e GRILO, C. (no prelo) – *Carta Arqueológica de Beja.* Beja: Câmara Municipal de Beja.
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2009) – Arquitecturas de Poder em Mombeja/Beringel. Escavações Arqueológicas no Outeiro do Circo. *Jornal Alentejo Popular.* Edição 313. Beja. Cooperativa Cultural Alentejana.
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2011) – Outeiro do Circo: o guardião da planície. *Jornal Alentejo Popular.* Edição 413. Beja. Cooperativa Cultural Alentejana.
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012) – O Bronze Final nos "Barros de Beja". Novas perspectivas de investigação. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 133-148.
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2013) – O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja). Resultados das campanhas de 2008 e 2009. *Vipasca.* Aljustrel. 2ª série, 4, pp. 15-28.

SERRA, M., PORFÍRIO, E. e ORTIZ, R. (2008) – O Bronze Final no Sul de Portugal. Um ponto de partida para o estudo do povoado do Outeiro do Circo. In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Vipasca. Aljustrel. 2ª série, 2, pp. 163-170.

SERRANO ARIZA, R. (2012) – Fortificaciónes y Estado en la Cultura Argárica. *@rqueología y Territorio.* Granada. 9, pp. 49-72.

SILVA, V. e BAGUINHO, J. (2011) – *Sahara Ocidental: a última colónia.* Beja: Cooperativa Cultural Alentejana.

SHAW, I. e JAMESON, R. (eds.) (1999) - *A dictionary of archaeology.* Oxford: Blackwell Publishers.

SOARES, A. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 8:1, pp. 111-145.

SOARES, A. M. (2007) – Cavalos-de-frisa e muralhas vitrificadas no Bronze Final do Sudoeste. Paralelos europeus. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, pp. 155-182.

SOARES, S. (2012) – *Contribuição para o conhecimento das características geotécnicas dos Gabros de Beja, Faixa entre Beringel* e *Beja.* Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Engenharia Geológica. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa.

TOLKIEN, J. R. R. (2001) – *O Senhor dos Anéis: parte dois. As duas Torres.* Mem Martins: Publicações Europa-América. 3ª edição.

VALÉRIO, P., SOARES, A., ARAÚJO, F., SILVA, R., PORFÍRIO, E., SERRA, M. (2013) – Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). In *Atas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.* Lisboa, pp. 610-615.

VILAÇA, R. (1997) – Das primeiras comunidades humanas à chegada dos romanos. In LOPES, M. C.; CARVALHO, P. e GOMES, S. (coord.), *Arqueologia do Concelho de Serpa.* Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 127-133.

VILAÇA, R. (2008-2009) – Sobre tranchets do Bronze Final do Ocidente Peninsular. *Portugália.* Porto. 29-30, pp. 61-84.

Fig. 1 – Localização do Outeiro do Circo: Carta de Portugal, IGC, 1: 500. 000 red. / J. Luís Madeira; CMP 1: 25. 000, folha 520: IGE; Foto aérea: Google Earth / edição: Miguel Serra.
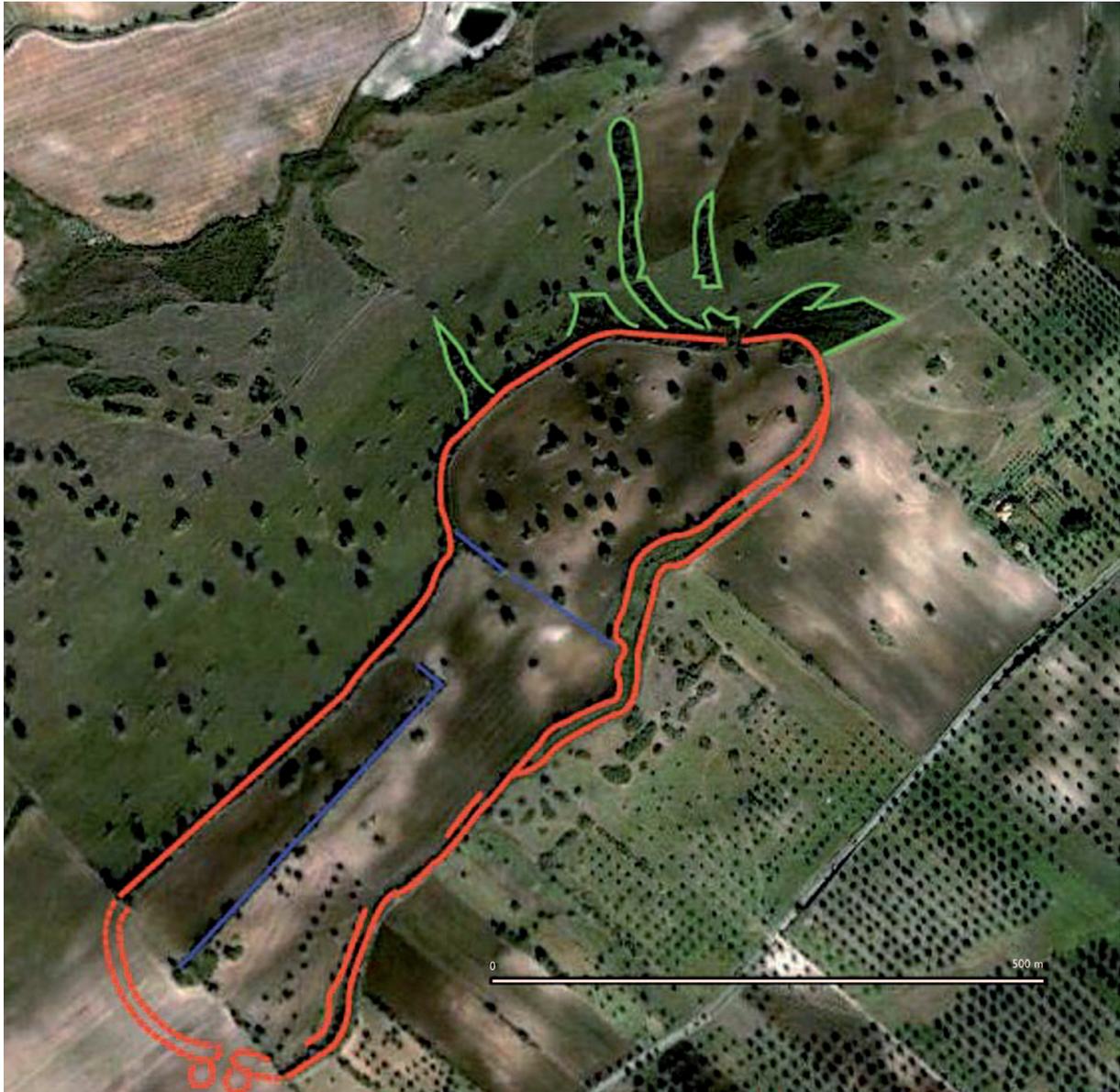
Fig. 2 – Planta do Outeiro do Circo a partir da foto aérea (Fonte: Google Earth / edição: Miguel Serra).
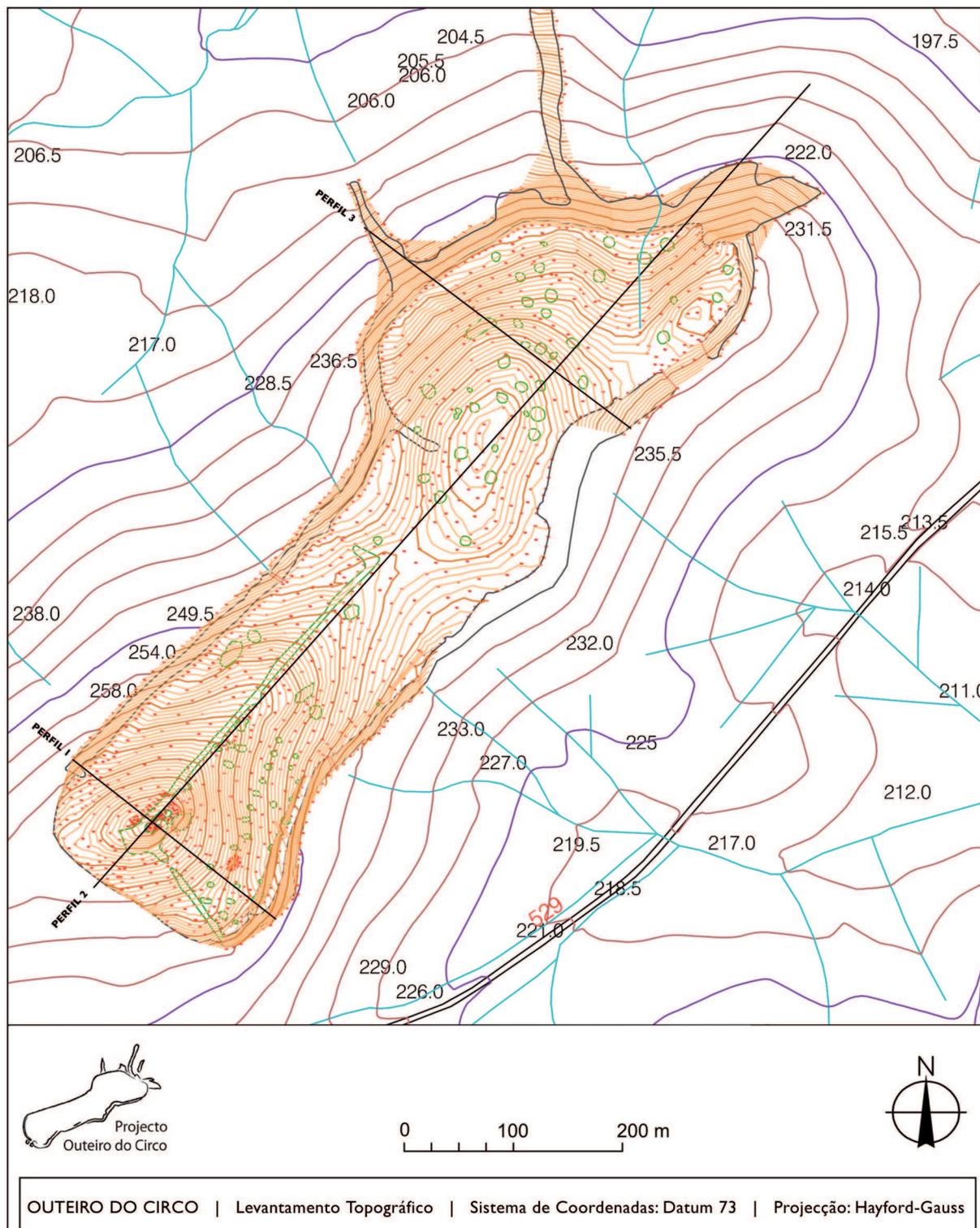
Fig. 3 – Levantamento topográfico do Outeiro do Circo (Autoria: Ana Baltasar, CM Beja; edição: Eduardo Porfírio).
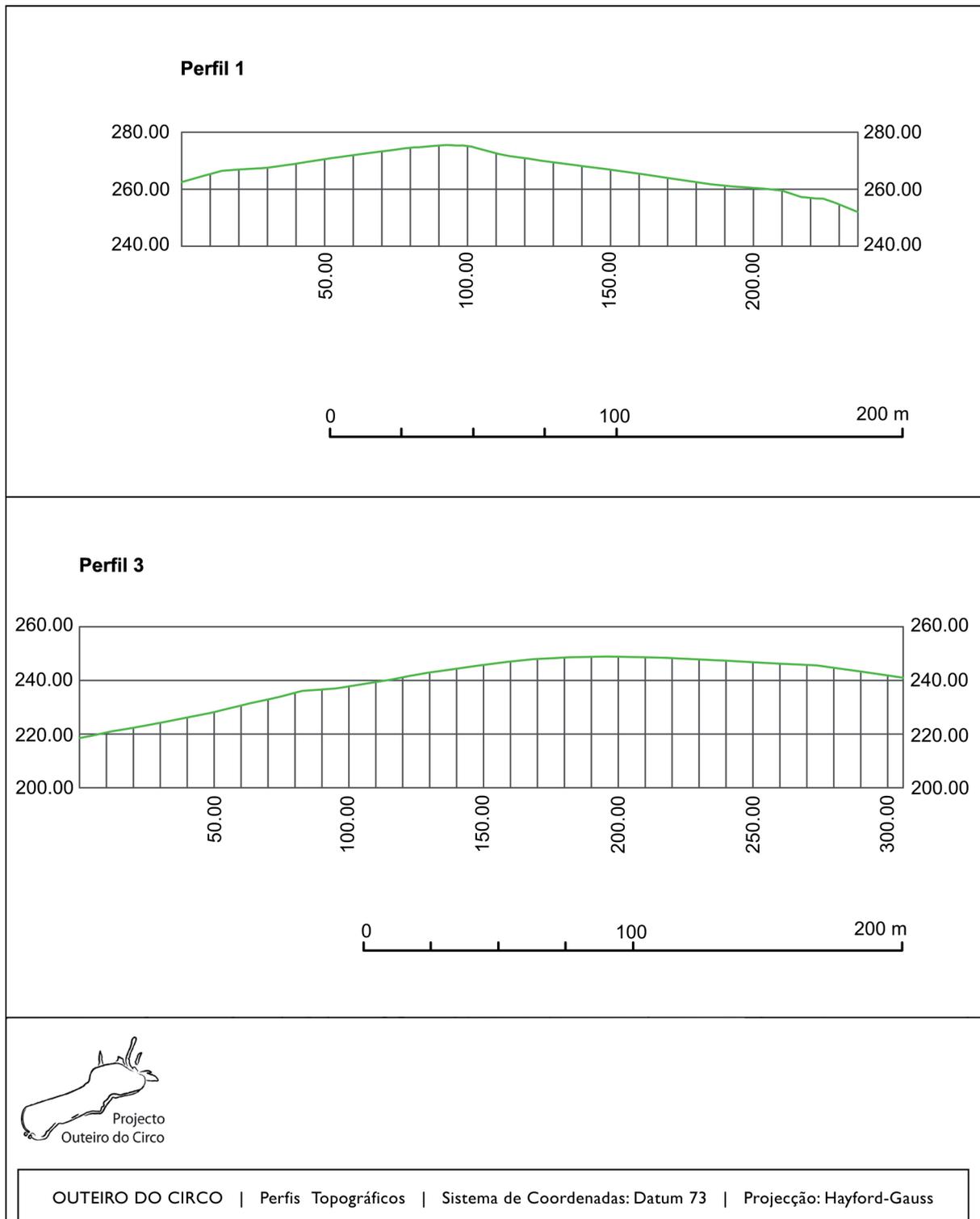
Fig. 4 – Perfis topográficos 1 e 3 do Outeiro do Circo (Autoria: Ana Baltasar, CM Beja; edição: Eduardo Porfírio).
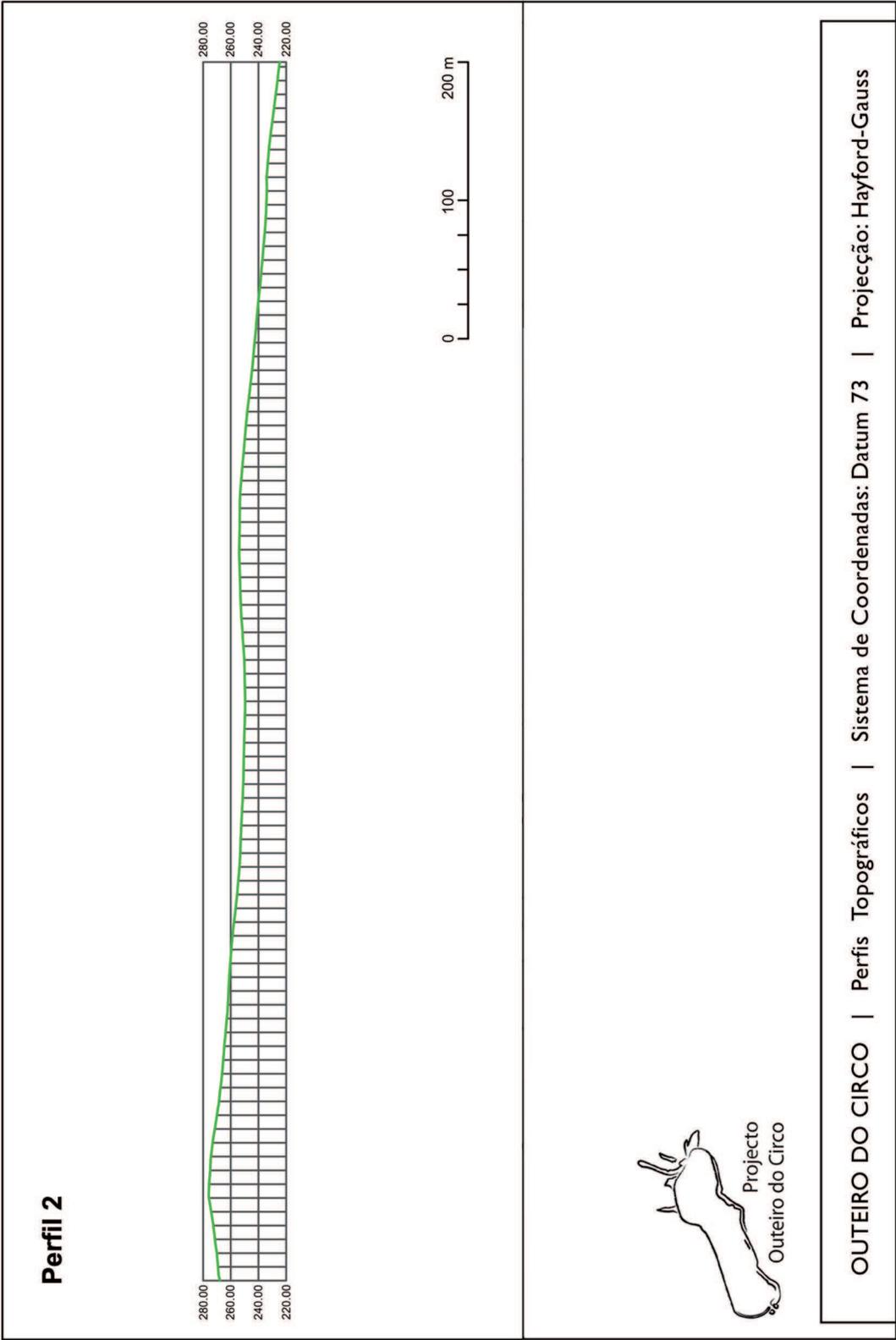
Fig. 5 – Perfil topográfico 2 do Outeiro do Circo (Autoria: Ana Baltasar, CM Beja; edição: Eduardo Porfírio).
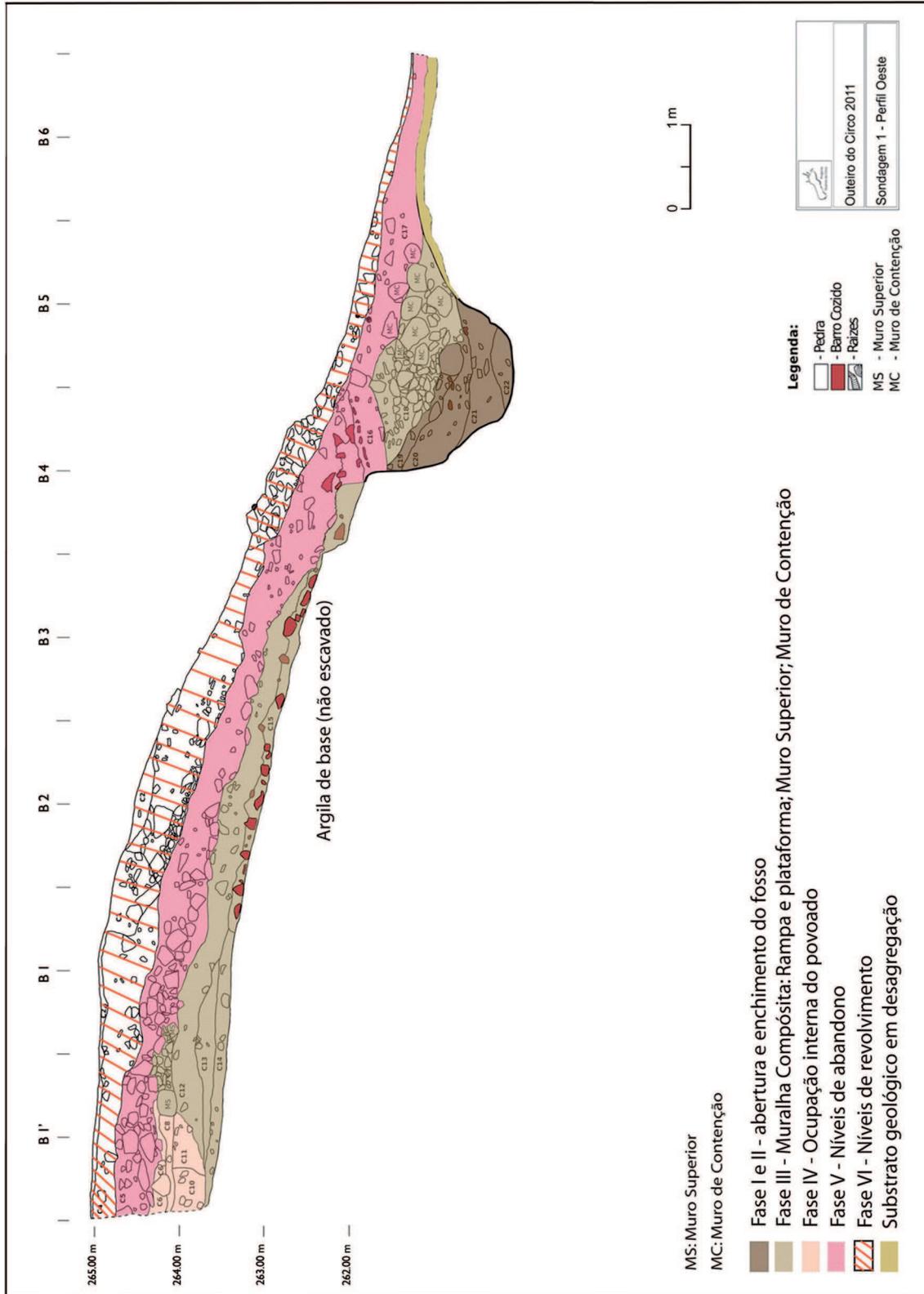
Fig. 6 – Outeiro do Circo. Sondagem 1, perfil oeste (Desenho: Miguel Serra, Sofia Silva, Diana Fernandes; Tintagem: Diana Fernandes).

Fig. 7 – Outeiro do Circo. Sondagem 1. Vista geral da muralha (Foto: Miguel Serra).

Fig. 8 – Planta de distribuição de blocos de barro cozido no Outeiro do Circo (Fonte Google Earth / edição: Miguel Serra).

Fig. 9 – Foto aérea da curva sudoeste do Outeiro do Circo (Foto: Maria João Macedo / edição: Miguel Serra).

Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C.
Entre a tradição e a inovação

Raquel Vilaça[1]

Resumo
A autora apresenta um conjunto de reflexões sobre o quadro do povoamento da região de Beja entre os últimos séculos do II milénio a. C. e os primeiros do milénio seguinte. Este ensaio, onde se esboçam algumas hipóteses interpretativas, só foi possível pela revelação recente de diversos dados resultantes de projetos de investigação e de intervenções desenvolvidas no âmbito de obras públicas, embora também valorize outros testemunhos conhecidos de há muito. O povoado do Outeiro do Circo, até pelo seu cariz de inegável marcador territorial n(d)a planície, tomou-se como ponto de partida e o discurso foi orientado para a análise dos ritmos de vida e de morte, entre a diversidade e a desigualdade dos espaços, das materialidades e das práticas sociais.

Palavras-chave
Beja (região); Bronze Final; Vida/morte; Tradição/inovação

Abstract
The author presents several thoughts about the settlement framework in the region of Beja between the last centuries of the 2nd millennium BC and the first centuries of the next millennium. This paper, where some interpretive hypotheses are drafted, is only possible as new data emerged from a combination of research projects and public construction interventions, even though former evidence is also valued. The archaeological site Outeiro do Circo, due to its undeniable trait as a landmark in the Alentejo plains, is viewed here as a starting point to assess life and death rhythms, along with the diversity and dissimilarity of spaces, goods and social practices.

Key-words
Beja (region); Late Bronze Age; Life/death; Tradition/innovation

[1] Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEAACP. *E-mail:* rvilaca@fl.uc.pt

1.

O texto que o leitor tem em mãos foi inicialmente concebido como suporte da conferência que apresentei em Beja, a 28 de Setembro de 2012, nas *Jornadas Europeias do Património — O Futuro da Memória*[2]. A opção recaiu no período compreendido entre os finais do II-inícios do I milénio a.C., também designado por Bronze Final, altura em que as comunidades da região de Beja estariam envolvidas num processo de mudança de escala supra regional que afectou, de um modo geral, o Ocidente peninsular.

Essa fase, nesta região, é ainda mal conhecida, mas a quantidade e qualidade de novos e importantes dados que a arqueologia alentejana tem revelado nos últimos anos vêm contribuir, decisivamente, para inverter a situação. Mas também aconselham prudência, uma vez que, permanecendo em boa parte inéditos ou apresentados ainda de forma preliminar, exigem tempo e espaço ao necessário estudo. Naturalmente que, privilegiados, encontram-se os investigadores directamente envolvidos nestas abordagens, com total domínio dos dados em cada situação (agora alguns também com datações radiocarbónicas), o que não é o meu caso. Por outro lado, as inovadoras problemáticas subjacentes a todo esse rol de novidades, reclamando de algum modo a necessidade de um novo ponto de partida e seguramente a procura de novos paradigmas, reforçam a ideia de que há muito caminho por fazer.

Deste modo, mais do que uma síntese, que seria precipitado fazer nas condições descritas, ou texto resultante de investigação original, este contributo deve ser tomado como ensaio e, sobretudo, como um olhar parcial, embora articulado, sobre um conjunto de espaços e de testemunhos materiais seleccionados, uns de revelação recente, outros conhecidos de há muito, alguns deles merecendo, talvez, maior ênfase do que aquela que conheceram a seu tempo.

O mote de partida centra-se no povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo e na sua região mais imediata, vulgarmente identificada como *"Barros Pretos"* de Beja[3], embora não se circunscreva a eles.

Sobre a investigação do Outeiro do Circo e o projeto que atualmente a sustenta, da responsabilidade de Miguel Serra e de Eduardo Porfírio, e ao qual me encontro ligada como consultora científica, têm sido amplamente difundidos em diversas circunstâncias, inclusive no respectivo blogue[4]. Aliás, dois textos deste volume (o de Miguel Serra e o de Sofia Silva) debruçam-se sobre esta interessante estação arqueológica, que também recentemente foi alvo de datação pelo Carbono 14 (Sac-2884: 2880±45 BP; Sac-2885: 2900±45 BP), com base em fauna mamalógica, precisando a sua ocupação no último quartel do II milénio a.C. (Valério *et al.,* 2013).

Já quanto aos *"Barros Pretos"*, será necessário estender o olhar além deles, desde logo porque o período em que nos focamos pautou-se, na generalidade, por uma notável abertura das comunidades ao exterior, às regiões circunvizinhas ou às mais longínquas. Avaliar a amplitude e a essência desse grau de abertura das comunidades locais e da sua interação com os outros é, assim,

---

[2] Agradeço a Miguel Serra e a Eduardo Porfírio o convite para colaborar nas referidas Jornadas promovidas pelo município de Beja. Retoma-se aqui, com as necessárias adaptações, o texto então apresentado, que se dirigiu a um público específico, sobretudo local, muito além do académico. Agradeço ainda a Miguel Serra diversas informações que me ajudaram na elaboração deste texto.

[3] Foi esta a proposta subjacente ao convite mencionado na nota anterior.

[4] www.outeirodocirco.blogspot.com http://www.outeirodocirco.blogspot.com

um objetivo a não perder de vista.

Por seu lado, a linha condutora de fundo aqui percorrida tem como lastro o rastreio da *diversidade* e da *desigualdade*, seja ao nível dos espaços e das materialidades, seja da ideologia e práticas sociais. Ao contrário de outras regiões, e mau grado todas as insuficiências, limitações e lacunas, encontramo-nos neste caso numa arena privilegiada de conhecimento sobre o passado e o futuro do *"presente"* que se pretende analisar, i.e., do Bronze Final. Por outras palavras, existem dados razoáveis sobre os espaços de sociabilidade do Bronze Médio/Tardio e da I Idade do Ferro que nos facultam uma abordagem dos finais da Idade do Bronze inscrita num *continuum* temporal, permitindo, em simultâneo, minimizar erros que uma leitura seccionada do tempo sempre acarreta.

Esse acervo informativo resulta de muitas décadas de pesquisa desenvolvida em circunstâncias igualmente bastante variáveis. Tenho em boa conta a ideia de que todos os contributos, mesmo aqueles de que nos podemos distanciar pelas mais diversas razões, devem ser acolhidos no momento de construção do conhecimento. Faz, pois, sentido recordar o nome de alguns dos investigadores ligados à arqueologia da região bejense, em concreto, a da Idade do Bronze, como Abel Viana, Fernando Nunes Ribeiro, José Fragoso de Lima, Hermanfrid Schubart, Rui Parreira, António Monge Soares, além de outros de gerações mais recentes.

Entre dados avulsos e ocasionais, obtidos no passado (alguns deles desde logo com eco noticioso em *O Bejense*), ou recentemente, a base empírica mais consistente resulta, claro, de escavações e respetiva publicação. Até há algum tempo atrás, as escavações do Bronze Final circunscreviam-se a povoados, por exemplo, São Brás 1 (Serpa) (Parreira, 1983) e Cerro da Mangancha (Aljustrel)[5] (Domergue e Andrade, 1971), onde as áreas abertas foram sempre mínimas e os dados insuficientemente explorados (Parreira, 1995: 132). Não se escavavam os espaços funerários correspondentes porque estes eram desconhecidos, remetendo sempre os contextos ligados à morte para períodos mais antigos, os designados Bronze I (2000-1700 a.C.) e II (1700-1200 a.C.) do SW.

Presentemente, verifica-se dualidade na forma como é alimentada essa base empírica, para além daquela que é incontrolável, de todos os tempos, e resulta de achados casuísticos. Ao trabalho empresarial desenvolvido no âmbito de obras públicas, como o do *"Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva",* promovido pela EDIA (com vários projetos do Sistema Global de Rega de Alqueva e na construção de várias infraestruturas - Barragens e Centrais Hidroeléctricas) e o do programa de *"Construção das Redes de Abastecimento de Água* e *Saneamento às freguesias rurais do concelho de Beja"*, da responsabilidade da EMAS, EM (Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja), juntam-se três projetos de investigação, formalmente concluídos embora em continuidade de investigação. Dois deles centram-se na *"Margem Esquerda",* um sobre o Castro dos Ratinhos, coordenado por Luís Berrocal-Rangel e António Carlos Silva[6], o outro, da responsabilidade de Monge Soares[7], sobre fortificações e áreas rituais. O terceiro, já na área dos *"Barros de Beja",* da

---

[5] Os resultados das intervenções recentes, da responsabilidade de Monge Soares, encontram-se ainda em curso de estudo.

[6] *Castro dos Ratinhos (Outeiro dos Castelos/Barragem de Alqueva – Moura). Projecto de Estudo Arqueológico e Valorização patrimonial - 2004 – 2007.*

[7] *O Bronze Final do Sudoeste na Margem Esquerda Portuguesa do Guadiana. Fortificações, Áreas Rituais, Cronologias - PNTA 2005 – 2009.*

responsabilidade de Miguel Serra e de Eduardo Porfírio[8], conduz-nos ao Outeiro Circo, conforme indiquei atrás.

Entre os primeiros e o terceiro, omnipresente, emerge o Guadiana, não deixando de ser sintomática a inexistência de um quarto projeto, de escala mais ampla, que fizesse ponte e se ocupasse primordialmente do eventual carácter fronteiriço, ou pelo contrário, estruturante, como creio, do Guadiana no Bronze Final. Sem dúvida que, para toda esta vasta região atravessada pelo grande rio e hoje encabeçada por Beja, uma questão de fundo comum a ambas as margens é saber se entre elas houve desenvolvimento diferenciado, ou convergente, nos finais da Idade do Bronze, mau grado as especificidades de cada uma, nomeadamente em termos geo-morfológicos, de potencialidade agro-pecuária e de recursos mineiros. Aliás, quando, circunstancialmente, me ocupei do povoamento pré-romano no quadro da *"Carta Arqueológica de Serpa"*, tive então oportunidade de defender como mais correto esse olhar bifocal e pendular entre margens (Vilaça, 1997: 132), o que vai de encontro à mesma ideia recentemente defendida de que o rio, na Idade do Bronze, *"promoveu a união entre as duas margens, em lugar de constituir fronteira"* (Antunes *et al.*, 2012: 304).

2.

Nessa altura, os espaços habitacionais, entendidos como os lugares onde as pessoas viviam, independentemente da implantação topográfica, dimensão, duração de ocupação e do que lá faziam, pautam-se por assinalável diversidade. Esta pode ser aferida por diferentes critérios. Parece-me que o da funcionalidade, apesar do distanciamento pós-processualista dessa perspectiva, continua a fazer algum sentido como estratégia de abordagem, não como forma (ilusória) de nos conduzir ao passado. Essa estratégia pode ser bem sucedida se for particularmente encarada de forma aberta, quer dizer, sem critérios rígidos pré-definidos, onde supostamente se arrumariam as diversas evidências empíricas. Sobretudo, sem esquecermos que as comunidades de há 3000 anos pautavam as suas acções, ou reacções, em termos sociais. Mas aquela abordagem tem um outro óbice: é arriscada quando os sítios não foram ou foram insuficientemente escavados.

Por isso, e não obstante o critério de que Monge Soares se socorreu para sistematizar os cerca de 15 povoados conhecidos na *"Margem Esquerda"* (Soares, 2005), i.e., o da posição que ocupam e área que possuem, porém na maioria não escavados ou com reduzidas áreas escavadas, convém sempre sublinhar, parece-me adequado no momento presente.

Definiu este investigador quatro grupos[9]: grandes povoados fortificados (4 a 6 ha) que se implantam no eixo do Guadiana ou dos seus afluentes, alguns com sofisticados sistemas de defesa — taludes, fossos, *"cavalos de frisa"*, como o Castro de Ratinhos (Moura), Crespa e Passo Alto (Serpa); povoados de altura (talvez não fortificados) situados em cumes aplanados de grandes relevos que ladeiam corredores de passagem, conforme se verifica no Álamo (Moura); pequenos povoados (< 1 ha) com sistemas de fortificação em áreas com boa capacidade agrícola, caso

---

[8] *A transição Bronze Final / I Idade do Ferro no Sul de Portugal. O Caso do Outeiro do Circo - PNTA 2008 – 2011*.

[9] O tema foi de novo tratado pelo autor em comunicação que apresentou no Colóquio *"Sistemas de povoamento do Centro e Sul do território português no decurso do Bronze Final"*, realizado em Oeiras (2012), e de que se aguarda a publicação das respectivas actas.

de Castelos de S. Brás 1 (Serpa); sítios de planície, sem condições naturais de defesa, junto de linhas de água, dominados por *"fundos de cabana"* e estruturas e tipo *"fossa/silo",* de que são exemplo Salsa 3 e Santa Margarida (Serpa). Ao contrário dos povoados de altura, a seu tempo sistematizados (Parreira e Soares, 1980), estes últimos são de recente identificação constituindo uma das novidades a registar e, de resto, já sintetizada em importante trabalho assinado por Ana Sofia Antunes e colaboradores (Antunes *et al.*, 2012).

Outros critérios de classificação, como o da diacronia ou o da natureza dos espaços, levar-nos-iam à sistematização de outras categorias, em que, por exemplo, o Castro dos Ratinhos, com continuidade de ocupação do Bronze para o Ferro (finais IX-VIII a.C.) e com uma área sagrada discreta confirmadas, se destacaria (Berrocal-Rangel e Silva, 2010).

Deixando a *"Margem Esquerda"* e alargando a área de análise, e seguindo ainda os mesmos critérios, teríamos de criar uma quinta categoria próxima da primeira mas diferenciando-se delas no que respeita a localização (longe do Guadiana) e no que toca a dimensão. Nessa quinta categoria de povoados, não grandes mas muito grandes, iríamos inserir o Outeiro do Circo, com c. 17 ha (Serra e Porfírio, 2013) (Fig. 1). Neste aspecto específico, diria que é um povoado que se aproxima mais dos grandes povoados da Idade do Ferro, do que dos do Bronze Final, onde essa dimensão é, em geral, excepcional. Mas importará ainda, no quadro do projeto que se espera poder vir a ter continuidade no campo, aferir eventual ocupação sidérica, quer dizer, da Idade do Ferro, e tentar estimar com maior rigor a área efetivamente ocupada da realmente delimitada pelo também fabuloso sistema de muralhas, com entrada monumental assinalada por dois bastiões circulares que a fotografia aérea deixa adivinhar (Serra e Porfírio, 2012; Serra, neste volume).

Se o abandono do Outeiro do Circo no Bronze Final se concretizou, de facto, independentemente dos motivos, e se as comunidades da I Idade do Ferro (séc. VII-VI a.C.) não se confinaram a uma fragmentação do ponto de vista da ocupação do espaço, que parece ter ocorrido como evidenciam alguns sítios de planície conhecidos com ocupação atribuível a essa época, como Monte do Bolor 3 (S. Brissos)[10] (Borges *et al.,* 2012: 119), Monte do Pombal 2 (Beja), Salsa 3 e Torre Velha 3 (Serpa) (Antunes *et al.*, no prelo), então há que procurar o resto do *puzzle*, i.e., a *"cabeça"* coordenadora desse hipotético modelo de povoamento disseminado, mas talvez não desarticulado (Fig. 2).

Mesmo admitindo, como parece, que o Outeiro do Circo tenha perdido a população durante a Idade do Ferro, ele poderia ter continuado a assumir esse papel agregador enquanto pólo de poder exercido sobre o território, já não em termos sócio-políticos e económicos, como seria no Bronze Final, mas simbolicamente num processo de natureza centrípeta, de índole ritual ou sagrada, ou seja, atraindo a si as comunidades dispersas pelo território, que o visitariam, mas não ficariam. Por isso, não há vestígios delas.

Na Idade do Ferro, já destituído de capitalidade sócio-económica e portanto *"desfuncionalizado"* enquanto lugar de habitação permanente, continuaria porém activo, mesmo desabitado, e exactamente por isso, agora com o importante papel de lugar com passado / dos antepassados, que se revisitaria ciclicamente. Digamos que, de *"guardião do território"* no Bronze Final (Serra e Porfírio, 2011), teria assumido, na Idade do Ferro, o papel de *"guardião do passado recente"* enquanto lugar de memória das comunidades entretanto pulverizadas que, num plano sagrado e de

[10] Neste caso, a presença de cerâmica de *"tipo Carambolo"* poderá apontar ainda para fase um pouco mais antiga (séc. VIII a.C.), tal como a continuidade de um claro predomínio das produções cerâmicas manuais.

reprodução de memória, dele teriam feito ponto de reencontro. É claro que, em leitura alternativa, o processo de transformação do povoamento poderá ter sido outro, com o Outeiro do Circo abandonado em todos os sentidos (dificilmente o visual). Neste caso, a transformação significaria igualmente rotura no sistema de povoamento.

Mas tendo-se mantido e coexistido o modelo dual de ocupação, as comunidades dispersas pela planície teriam certamente de ter sido integradas sob a alçada de algum poder congregante. Então, além da eventual fragmentação pelo território, um dos destinos que poderão ter tomado as comunidades do Outeiro do Circo quando decidiram (ou foram forçadas a?) abandoná-lo deliberadamente, mesmo em pleno vigor da sua existência e, por conseguinte, por mecanismos ideológicos, foi o da colina onde hoje encontramos a cidade de Beja, a qual teria passado a assumir o papel de *"cabeça"* coordenadora do povoamento sidérico da região.

Já se sabia, desde os anos oitenta do século passado, da sua ocupação tardia na 2.ª metade do I milénio a.C., altura em que também terá sido erguida a primeira estrutura defensiva, conforme revelaram os achados da Rua de Sembrano (Grilo, 2007). Mas no âmbito do projeto *"Arqueologia das Cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção"*, coordenado por Conceição Lopes, foi recentemente escrito, aguardando-se o respectivo estudo, que os testemunhos mais antigos do sítio de Beja remontam ao séc. VII a.C. (Lopes, 2010: 78), portanto a momento em que o Outeiro do Circo estaria já despovoado. E sabe-se também hoje que, espalhadas especialmente a ocidente, existem diversas necrópoles dos séculos VII-VI a.C. (cf. adiante), ou seja, contemporâneas da primeva ocupação apontada para Beja, caso se confirme tão recuada cronologia. Dificilmente será dispensável uma futura leitura que não atenda de forma articulada e integrada a todas essas evidências.

A diversidade do povoamento expressa-se também na complexidade revelada ao nível da organização interna dos espaços, seja em sítios de altura, seja nos sítios até há bem pouco tempo insuspeitos e já antes mencionados, de carácter aberto, caracterizados pela concentração de estruturas escavadas no substrato geológico, com fossas, silos, lixeiras, buracos de poste, etc., todo um mundo subterrâneo, a que voltarei.

Ambas, diversidade e complexidade permitem-nos acreditar na existência de sofisticados sistemas de povoamento hierarquizados no Bronze Final e na transição para a fase seguinte.

O caso dos *"Barros Pretos"* de Beja, com todas as suas particularidades, é bem elucidativo dessa hierarquização e diversidade. Parece-me inequívoca a justeza da classificação do Outeiro do Circo, desde o primeiro momento (Parreira, 1977: 37), como lugar central ou de *"guardião da planície"*, como vimos antes (Serra e Porfírio, 2011). De certo modo, o que lhe faltava, antes, era a planície entendida como território, controlado, administrado, conectado, usufruído, ou antes, o território mantinha-se para nós quase vazio, porque lhe desconhecíamos outros registos de ocupação. Pouco a pouco foi ganhando, irá ganhando, forma e substância, com os novos dados e o que os arqueólogos deles queiram e possam fazer. Colocá-los em interação e de forma dinâmica, ou seja, conferir-lhes sentidos, é o grande desafio.

A hipótese levantada pelos responsáveis do projeto do Outeiro do Circo de que o Cabeço da Serpe, situado a cerca de 1 Km para noroeste, possa ter participado nessa interação como atalaia de controlo visual suplementar, ou complementar, ao sistema de muralhas do grande povoado faz sentido nesta teia complexa de ocupação e conceptualização do espaço, mas necessita de confirmação (Serra, neste volume).

Nesse seu papel de capitalidade, decerto de natureza económica e política (Parreira, 1995: 132), valorizaria igualmente a fisionomia e imponência que emana do Outeiro do Circo no seu contexto local quando dele nos acercamos e até mesmo ainda de longe (Fig. 1). Neste sentido,

além de *"enclave central",* como também lhe chamou Luís Berrocal (1992: 239; 254), deverá ter sido importantíssimo marcador espacial de elevada carga simbólica, um referencial das comunidades, dominador e tutelar, acumulando a dupla faceta de causar forte impacto visual numa vasta platitude e, ao mesmo tempo, exercer controlo sobre o território.

Neste inscrevem-se alguns desses sítios abertos com fossas — e a variável sazonalidade tem de ser colocada —, cuja contemporaneidade com o Outeiro do Circo começa a ganhar sustentabilidade, nomeadamente pela presença dos mesmos tipos cerâmicos (taças carenadas de ornatos brunidos). É o caso de Arroteia 6 (Mombeja), apenas a cerca de 1 Km do Outeiro do Circo (Porfírio e Serra, 2012) e também, embora mais afastado, o sítio de fossas de Pisões 5 (Beja)[11]. Mais a norte, na área de Trigaches, outros sítios da mesma natureza, como Pedreira de Trigaches 2 e 3, apontam para cronologia ligeiramente anterior, de transição entre o Bronze Pleno e o Bronze Final (séc. XIII a.C.) (Antunes *et al.,* 2012: 285), o que sugere, como mera hipótese, uma aproximação ao início da ocupação do Outeiro do Circo, mas é assunto que importa aprofundar.

Infelizmente, como acontece com a maioria deste tipo de sítios, a lógica empresarial que tem enquadrado a sua escavação impõe limitações metodológicas que mutilam, irremediavelmente, o conhecimento. As áreas abertas são em norma circunscritas tendo em conta a vasta dimensão destes sítios e a mais que provável ocupação descontínua (Antunes *et al.,* 2012: 278) e, de algum modo, cientificamente irracionais, pois ditadas por canais, limitando também, quer leituras de ordem espacial, quer de relação estratigráfica entre as fossas, aspectos particularmente sensíveis em sítios que podem revelar longa diacronia de ocupação, como bem ficou demonstrado em Torre Velha 3 (Serpa) (Alves *et al.,* 2012) (Fig. 3). É por isso de sublinhar o esforço desenvolvido no estudo destas realidades ainda não totalmente compreendidas.

3.

Se, no Alentejo, vários destes sítios datarão de finais da Idade do Bronze, como ficou também patente na região de Évora com o sítio de Casarão da Mesquita 3 (São Manços), por exemplo, a germinação do modelo é bem mais remota, calcolítica, ou até mesmo anterior (com 4 ou 5 mil anos), e manter-se-á na Idade do Ferro, chegando à Antiguidade Tardia, correspondendo, portanto, a fenómeno de grande amplitude cronológica (Antunes *et al.*, 2012). Digamos que são sítios intemporais e, desse modo, ensaiar outras leituras sem que, com isso, consideremos as explanadas anteriormente erróneas, é caminho também possível de percorrer.

E uma delas é exatamente a que atende à persistência deste modelo de ocupação, que parece expressar uma profunda e enraizada matriz milenar na forma de percepção, conceptualização e de ligação das comunidades ao espaço, bem como das estratégias escolhidas para as concretizarem. Esse modelo parece ter também contemplado o que se poderá designar de *"dois em um"*, querendo eu dizer com isto que, em certos casos, vida e morte conviveram com grande proximidade espacial, não necessariamente temporal, como acontece, na região de Évora, no Monte da Cabida 3 (S. Manços), com duas inumações na fossa 62 (Soares *et al.,* 2009: 442; Antunes *et al.*, 2012: 298).

Por isso, tanto ou mais do que o tipo de implantação, o tipo de estruturas, ou a vocação económica, num outro olhar, o que poderá distinguir estes sítios daqueles de altura é a sua espessura

---

[11] Informação indirecta, que obtive de Miguel Serra, a quem agradeço.

temporal carregada de memórias acumuladas e onde vida e morte nem sempre conheceram fronteiras explícitas. Nos de altura, como no Outeiro do Circo, o passado parece não ter existido. Ou, quando ele existe, i.e., verificando-se ocupação prévia à do Bronze Final, esse passado parece ser suficientemente distante, de mais de muitas gerações, como se verificou em São Brás 1 (Serpa), também ocupado no III milénio a.C. (Parreira, 1983).

Efetivamente, esta é outra questão em aberto no povoamento das comunidades da Idade do Bronze (não só) alentejanas: até que ponto o movimento de concentração populacional em sítios de altura foi um fenómeno exclusivo da sua fase final, de transição do II para o I milénio a.C., ou, pelo contrário, este foi apenas o culminar mais expressivo, quer dizer com visibilidade, de um processo desenvolvido nos séculos imediatamente anteriores, do Bronze Médio/Tardio? Justamente, indícios que apontam para essa ocupação de altura mais precoce parecem ter sido reconhecidos, por exemplo, no Cerro da Forca (Barrancos) (Romero e Rego, 2001: 426) tal como, mais a norte, se admitiu para o Castelo de Giraldo (Évora) (Mataloto, 1999) e se confirmou nos trabalhos recentemente desenvolvidos em Evoramonte (Mataloto, no prelo).

Outras questões assentam na ideia, de alguma forma generalizada, de que aos sítios abertos de planície estaria confinada a atividade agrícola enquanto que a da metalurgia do bronze se encarregariam os povoados de altura. Não será talvez a leitura mais apropriada, sobretudo se encarada com alguma rigidez, uma vez que essa suposta lógica relacional parece ser desmentida pela evidência arqueológica (Vilaça e Arruda, 2004: 18).

De facto, quer no Baixo Tejo, onde os designados *"casais agrícolas"* foram pela primeira vez valorizados por Gustavo Marques nos anos setenta do séc. XX, quer no Médio Tejo onde também se conhecem, e agora no Alentejo com os sítios de fossas, a par dos testemunhos de carácter agrícola convivem elementos inseríveis no ciclo de produção do bronze, demonstrando que os seus habitantes não se limitavam a trabalhar a terra mas controlavam igualmente a magia do trabalho do metal. É exatamente o que encontramos no sítio polinucleado do Bronze Final de Entre Águas 5 (Serpa), onde a presença de cerâmicas de ornatos brunidos (Rocha, 2012: fig. C.11, C.12) convive com artefactos de bronze, envolvendo tecnologia sofisticada e de prestígio como é a de dourar por difusão térmica (aplicada na cabeça de um alfinete) e fragmentos de molde de cerâmica, nomeadamente associados à técnica da cera perdida (Valério *et al.*, 2013). Também em Salsa 3 (Serpa), com idêntico tipo de implantação, a actividade metalúrgica está comprovada pelo fragmento de molde de pedra de machado plano e possível agulha (Deus *et al.* 2012).

Perante esta análise, ainda que sumária, no Bronze Final poderá ter-se verificado, mais do que uma rotura, uma reconfiguração do sistema de povoamento que se pautou por inequívoca ampliação da ocupação do espaço. Emergem, ou pelo menos afirmam-se, os sítios de altura onde se concentra a população, alguns reforçados por recintos muralhados de complexidade e fisionomia diversas, aparentemente desconhecidos na fase anterior. Essa reconfiguração contempla também, em articulação, a coexistência de outros tipos de sítios, abertos, caraterizados por fossas plurifuncionais, com formas e dimensões várias, que podem passar por verdadeiras metamorfoses, entre fossas/silo, fossas/lixeiras, fossas funerárias, para além de outro tipo de estruturas, como fundos de cabana, buracos de poste, etc.

E se talvez faça sentido que estes estariam subordinados à gestão dos primeiros, nomeadamente do ponto de vista político-administrativo onde residiriam elites (?) — e no caso do Outeiro do Circo não foi ainda possível escavar as cabanas —, tal não significa que os povoados de altura fortificados fossem autónomos, independentes ou mesmo absolutos em termos de poder. Pelo contrário, a sua mais que provável dependência dos sítios de planície, onde se armazenavam e processavam bens alimentares e também se trabalhava o metal, conferia-lhes vulnerabilidade

e fraqueza proporcionais ao poder que os mais fracos também possuíam. O poder da força de trabalho e das relações de produção seria, tal como hoje, uma realidade a não subestimar.

Por seu lado, o poder de alguns desses sítios abertos deveria ter também uma dimensão de outra ordem. A sua vinculação ao passado e correlativa resistência das comunidades em procurar novos espaços, mantendo-os e conferindo-lhes outros sentidos, nomeadamente o de acolhimento dos mortos, deverá ter fomentado condições para o desenvolvimento de rituais de antepassados.

4.

Precisamente, se nos fixarmos agora nos espaços funerários ou vinculados à esfera da morte em finais da Idade do Bronze, sublinharia como traços caracterizadores regionais a diversidade, por um lado, o apego ao passado sem ignorar as novidades, por outro. Reputo este último aspeto de fundamental e, por isso, creio que o Alentejo é palco privilegiado para uma abordagem estrategicamente correta de investigação do fenómeno da morte, ou seja, na longa diacronia. É que deixar os mortos, tornados antepassados e alguns até possivelmente conotados com *"heróis-fundadores"* (Gomes e Monteiro, 1976-77: 329; Parreira, 1998: 270), deveria ser processo moroso, que levaria e exigiria tempo.

A diversidade do discreto mundo dos mortos do Bronze Final no Ocidente peninsular, e por isso tão mal conhecido, manifesta-se nos espaços, nos rituais da morte e nas dádivas funerárias, todos eles longe de serem normalizados. Se introduzirmos a variável tempo, contemplando o Bronze Médio/Tardio e a I Idade do Ferro, períodos onde aquela discrição desaparece, a variabilidade acentua-se.

No Alentejo, durante o Bronze Médio e Pleno foram utilizadas cistas, isoladas ou integradas em necrópoles, com e sem *tumuli,* fossas e hipogeus, como em Belmeque (Serpa), conhecido de há muito, ou os recentemente estudados casos de Torre Velha 3 (Serpa) (Alves *et al.*, 2010) e Outeiro Alto (Valera e Filipe, 2010), ambos em Serpa.

Para os finais da Idade do Bronze esse quadro de diversidade parece contrair-se. Permanecem as fossas, que continuarão em grande uso na fase seguinte mas ao que parece não os enterramentos em cista, uso que se retomará na Idade do Ferro. Os hipogeus parecem ter caído em desuso. Neste caso, a confirmar-se, importaria compreender que motivos terão conduzido à continuidade de umas, as fossas, e não de outros, os hipogeus, tratando-se, ambos, de estruturas com um processo construtivo similar. Todavia, a variabilidade não se perde se olharmos ainda para a aparente reutilização de alguns sepulcros megalíticos, fenómeno conhecido em diversas regiões.

Mas sem dúvida que são as estruturas em fossa o elo de ligação mais forte entre o passado e o futuro, já que às do Bronze Médio e Pleno sucedem-se as do Bronze Final (dos seus inícios ou de uma fase terminal), seja em Évora, com os casos de Casarão da Mesquita 3 e de Monte da Cabida 3 (Soares *et al.*, 2009: 448), seja em Serpa, com Corça 2 (Rebelo *et al.*, no prelo). E, a estas, segue-se um fabuloso mundo mortuário subterrâneo que a I Idade do Ferro tem vindo a revelar em Palhais (Beringel), Carlota, Cinco Reis, Vinha das Caliças, etc.[12]. Com dados dispersos por várias mãos e ainda por estudar enquanto fenómeno de conjunto, esta realidade, ímpar, é um bom exemplo de como

---

[12] Os resultados das intervenções neste sítios têm vindo a ser apresentados em diversas reuniões científicas, nomeadamente na de "*Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos",* realizada em 2012 em Mérida e cuja publicação se aguarda.

seria tão necessária a gestão de todos esses dados num projecto científico, global, problematizante e convenientemente coordenado e que fosse apoiado financeiramente.

Alteram-se as configurações e quantidades, as disposições e dimensões, depositam-se novos materiais ou, simplesmente, são dispensados, mantem-se a ideia de um tipo específico de espaço funerário que prevalece durante muitos e muitos séculos. Essa persistência, que não resulta da falta de espaço, mas da sua sacralização, acrescentando mais sentidos ao passado, ou tão-só de mero oportunismo numa lógica de reaproveitamento, manifesta-se exemplarmente em Torre Velha 3, com ocupação calcolítica, da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Antiguidade Tardia (Alves *et al*., 2012).

Na morte é tentador ver o reflexo da vida, o que não deixa, de certo modo, ser verdade. Assim se associam os poderosos a sepulturas ricas ou com materiais exóticos, enquanto os socialmente desfavorecidos não mereceram ou não puderam recebê-los, ou, até mesmo, lhes foi permitido sepultamento. Todavia, a evidência etnográfica, que não devemos adoptar mecanicamente, mas que também não devemos ignorar, mostra que nem sempre nem necessariamente é assim, como há muito foi lembrado (Ucko, 1969: 266).

Considero que a variabilidade funerária não poderá ser cabalmente entendida sem se contemplar também as suas relações com outros tipos de rituais, como os que estiveram subjacentes a, pelo menos, determinadas deposições metálicas, de que falarei adiante. Por isso, parece-me ser da maior pertinência averiguar se faz algum sentido uma leitura sincrónica espacio-temporal dessas deposições metálicas e dos contextos funerários sem dádivas, como se verificou, por exemplo, nas sepulturas do Bronze Pleno/Final de Horta do Albardão 3 e na do Bronze Final de Casarão da Mesquita 3 (Antunes *et al.,* 2012: 279). A sua inexistência poderá significar que os bens materiais foram depositados em outros lugares e não necessariamente que essas comunidades eram pobres, que não valorizavam os artefactos, ou que foram enterradas sem cerimonial. A presença ou ausência de materiais em sepulturas, também se permitem a leituras em função do género ou da idade.

Quanto aos rituais, a variabilidade está igualmente presente. A par da inumação, que caracterizou a Idade do Bronze e continuará na seguinte, como diversos sítios revelaram, parece praticar-se igualmente a incineração. A adopção das práticas de cremação é uma outra problemática que carece, aqui e no resto do território português, de uma análise aprofundada, devendo ser afastada a ideia de sucessão temporal linear de uma prática em relação à outra, tal como a de que só no Bronze Final é adoptada a incineração dos corpos (Vilaça, no prelo). A sua vinculação preferencial ao mundo atlântico, mediterrâneo ou continental, este na órbita dos chamados *"Campos de Urnas"* da Catalunha, é altamente problemática, assunto que não cabe aqui desenvolver.

Ainda assim, e deixando de parte o papel do fogo no tratamento dos corpos em períodos mais recuados, recorde-se que no cemitério de Atalaia (Ourique), datável do Bronze Antigo e Médio, Schubart (1965: 75) observou que nas sepulturas V 17. 38. 39. as fossas, excecionalmente pequenas e irregulares, poderiam ter recebido cinzas. Por isso, também não é completamente despicienda a informação, recolhida por Leite de Vasconcelos, de que haveria cinzas dentro das sepulturas do Bronze Médio de Alcarias (Mombeja), com tampas de *"tipo alentejano",* embora ele tenha também admitido que poderiam ser ossos desfeitos (Vasconcelos, 1906: 184-185). Igualmente interessante, seria investigar o que se passou com a suposta necrópole de incineração de Borrazeiros (Serra Alta, Moura), com vasos, machados e lança de bronze (Lima, 1988: 55 e 57), situação que, a ter existido, seria deveras singular.

Mais certo parece ser que, inumação e incineração terão continuado na Idade do Ferro, chegando eventualmente a partilhar espaços vizinhos, como sugeriram, inicialmente, os responsáveis pela escavação de Palhais: 3 sepulturas de inumação (fossas) de adulto feminino com objetos pessoais,

caso de uma fíbula de tipo Alcores, outro feminino com fecho de cinturão e pequena arma, e uma outra sepultura de incineração (talvez anterior às outras, igualmente escavada no substrato rochoso com nicho lateral que continha a urna) em recinto de planta retangular que, infelizmente, só foi parcialmente escavado (Santos *et al.,* 2012).

O bi-ritualismo em inícios do I milénio a. C. tinha sido já confirmado com datações radiométricas no vale do Tejo e envolvente, em concreto nas sepulturas de inumação da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Vilaça e Cunha, 2005) e nas incinerações de Alpiarça, concretamente na necrópole de Tanchoal (Vilaça *et al.* 1999). Esta coexistência de práticas tão distintas tem sido entendida de diferentes modos, sejam os que valorizam a desigualdade social — por ex., a inumação destinada às elites e a incineração para os demais — , sejam os que atendem a questões etárias e de género, ou ainda em função de distinta identidade cultural ou mesmo étnica.

Mas voltemos ao Alentejo onde outros indícios na órbita da morte são reveladores de uma vinculação ao passado sem ignorar as novidades.

A síntese perfeita chega-nos da Herdade de Pomar (Ervidel, Aljustrel) onde, um verdadeiro campo sagrado, no *"Sítio da Fonte"*, forneceu duas cistas de inícios do II milénio a.C. e perto, ou na própria necrópole, uma tampa de tipo alentejano, mais tardia, de c. 1400-1200 a.C. e uma estela mais tardia ainda, do Bronze Final aparecida à superfície (Gomes e Monteiro, 1976-77: 287-288; 293-294) (Fig. 4). Apesar de ser difícil reconstituir a relação específica de todos estes testemunhos, que atravessam cerca de mil anos, parece evidente verificar-se uma notável persistência de ocupação da paisagem, com um passado em reconstrução e, como bem sublinhou recentemente Díaz-Guardamino (2011: 76-77), mesmo de criação de genealogias. Ou, por outras palavras, a estela do Bronze Final integrou-se num lugar sagrado conferindo-lhe espessura e dimensão temporal.

Por outro lado, e sem entrar na recorrente polémica da eventual natureza funerária (mas decerto para-funerária pelo menos em certas situações) deste último tipo de estelas, não deixa de ser sintomática essa relação espacial por detrás da qual também poderemos ver, se assim quisermos, uma subtil transformação dos processos dos rituais de morte. A inumação dos tempos mais recuados, comprovada, daria lugar à incineração, não comprovada, mas sugerida pela incorporação da figura humana na última estela, conforme ideia defendida por alguns autores, como Sebastian Celestino (2001: 306), ou seja, a mudança de ritual reflectia-se na alteração iconográfica das estelas. Quando o corpo passou a ser ritualmente destruído pelo fogo, teria passado também a ser memorizado através da sua figuração na perenidade da pedra. Todavia, como referi acima, esta visão linear, inumação seguida de incineração, deve ser devidamente matizada em função das evidências empíricas.

As novidades não se limitam a práticas mortuárias inéditas. Materiais, tangíveis ou figurados, e as acções e ideias que lhes estão por detrás, revelam a abertura das comunidades do Bronze Final, em particular das suas elites, também aqui, ao exterior. Esta é outra nota a registar. Por isso, não nos apressemos a deixar a estela de Pomar, já que nela encontramos, de certo modo recontextualizado, esse mundo mais longínquo, concretamente mediterrâneo. A figuração de elementos ligados ao tratamento do corpo e imagem, como pentes, pinças, fíbulas, espelhos (Fig. 5), mas também a sua materialização conhecida em outros contextos do centro e sul do território português, são exemplo do papel desempenhado em contextos indígenas por bens exóticos, que seriam emulados conjuntamente com práticas sociais de prestígio.

Um outro exemplo que não deve ser ignorado, apesar de toda a sua obscuridade, justifica mais algumas palavras sobre a morte nos *"Barros Pretos"* de Beja.

Embora de proveniência incerta, é atribuído à região de Beja um interessantíssimo conjunto de três peças pertencente ao Museu Didático do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras

da Universidade de Coimbra, peças essas oferecidas por Gustavo Marques em 1969. A sua apresentação na exposição temporária realizada no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz) no âmbito das comemorações do seu I Centenário, onde figuraram como *"conjunto cinerário"*, passaram desapercebidas[13]. Correspondem a pequeno vaso de corpo bitroncocónico, superfícies brunidas e decoração com caneluras, navalha de barbear com pega fixada por rebites e fíbula de dupla mola (desaparecida) (Vilaça, 2009) (Fig. 6). A coerência e associação dos tipos permite atribuí-los a uma fase de transição do Bronze para o Ferro (séc. VIII-VII a.C.) e conferir-lhes mais que provável conotação funerária, o que acentuaria a diversidade das práticas mortuárias na região. Com efeito, todos eles são materiais conhecidos no mundo nordestino dos *"Campos de Urnas"* peninsulares, mas também de além-Pirenéus.

5.

Portanto, sem ignorar as novidades, com a incorporação da incineração nas suas práticas funerárias e manipulação de novos artefactos, as comunidades alentejanas da transição do Bronze para o Ferro mantiveram-se também, como vimos, vinculadas à tradição numa invocação de valores ligados ao passado, pelo reuso, persistência e memorização dos mesmos espaços, pela reiteração de práticas e tradições ancestrais, numa multiplicidade de comportamentos, o que é próprio de fases de mudança, como aquela em que se debruça este texto. Tudo isso é também revelador de que a ideia de passado não significa sempre sem necessariamente resistência à mudança e às novidades e menos ainda um contraditório de futuro.

A par do uso do passado e da memória social para construir e legitimar o seu presente, reforçando a sua identidade, os detentores do poder de há 3000 anos não ignoraram outras estratégias igualmente críticas para a sua manutenção, as quais extravasaram em muito — ou com ele se cruzaram — o peculiar mundo da morte.

Nessas estratégias de negociação do poder e de marcação diferencial em termos sociais, não só os espaços como os artefactos, manipulados, exibidos ou depositados, foram recorrentes, pois com eles as comunidades não só se construíam a si próprias, como estabeleceriam o(s) seu(s) entendimento(s) ou desentendimento(s) com os outros, isto é, se reproduziam enquanto corpo social.

Tal como hoje, e decerto sobretudo no passado, os rituais constituíram um poderoso mecanismo de agregação e de criação de sociabilidade ou, pelo contrário, de exclusão. Entre eles, os rituais associados ao banquete e comensalidade parecem ter sido um importante recurso em diversos momentos históricos.

Na época que prende a nossa atenção, a sua prática chega-nos através de certos tipos de artefactos, como garfos, fúrculas, espetos, facas e caldeirões, configurando verdadeiros *"kits rituais"*, tão raros quanto dispersos por diversas áreas europeias e mediterrâneas. Raridade e dispersão traduzem o carácter elitista da sua manipulação, por um lado, e a sua universalidade, i. e., reconhecimento supra-regional de práticas, ideologia e simbologias, por outro.

---

[13] A primeira notícia sobre este conjunto foi divulgada logo em 1970 em comunicação apresentada por Gustavo Marques na Sociedade de Geografia de Lisboa, com o título *"Nota sobre novos instrumentos da época do Bronze. Conjunto sepulcral do Baixo Alentejo"*.

Na região de Beja estes tipos de artefactos não foram ainda identificados, conhecendo-se apenas, mas já da I Idade do Ferro, espetos de carácter cultual ou *obelo*i (Gamito, 1986). Todavia, foi precisamente no Alentejo que se encontrou a contraprova arqueozoológica dessa prática ritual de sacrifício de animais e consumo de carne, assada ou estufada. O fragmento de tíbia de ovelha do Castro de Ratinhos que exibe orifício realizado com objeto de secção quadrangular (Berrocal-Rangel *et al.* 2010: 332 e fig. 152) demonstra uso efectivo de espeto ou garfo de bronze, que não seriam assim mera sucata mas imbuídos de significado ideológico (Vilaça, 2011-2012).

À manipulação de artefactos junta-se a sua exibição, isto é, o poder também se manifesta corporalmente. O olhar do poder era reflexivo, emanando do corpo, com os cuidados de tratamento e alteração física que pentes, pinças, navalhas (para eliminar pilosidades) e aplicação de tatuagens permitiam fazer e que traduziriam, conforme Ruiz-Gálvez Priego tem defendido em diversos trabalhos, um novo padrão estético identificativo, em termos de idade, género e hierarquia.

Mas essa alteração visual na aparência do corpo seria sobretudo iluminada pelo brilho dos adornos áureos (Fig. 7) de que todo o Alentejo é prodigioso, não só na quantidade como na variedade tecnológica e estética (Armbruster e Parreira, 1993; Correia *et al.,* 2013). Colares de relativa simplicidade, como o de Vila Nova de São Bento (Serpa), mas também sofisticados braceletes como o de Aljustrel e anéis como o da Trindade (Beja), de tipo *"Villena/Estremoz",* o único anel conhecido deste tipo para além dos de Vilhena, cujo fabrico se baseava no método da cera perdida com recurso a instrumento rotativo, conforme Barbara Armbruster demonstrou em diversos trabalhos. Outras peças, maciças e pesadas, como o colar e bracelete de Baleizão (Vilaça e Lopes, 2005), podem conviver temporalmente com outras que, pelo contrário, e embora as mimetizem, são ocas, como um dos colares do Álamo (Moura), revelando economia de matéria-prima e o anúncio de novos paradigmas tecnológicos de âmbito mediterrâneo, (Armbruster e Parreira, 1993: 74-83). Todos eles, apenas alguns exemplos entre muitas outras peças criadas, conservadas, perdidas, roubadas, vendidas, fundidas.

Entre o olhar do saber das tradições locais e a adopção de técnicas, modelos e estilos forâneos, resultaram processos de hibridização, de entrosamento tecnológico, como se manifestam subliminarmente neste último tesouro, em que, por exemplo, a figura humana, sistematicamente ausente na ourivesaria ocidental da Idade do Bronze, passa a estar presente. A incorporação em contexto indígena de outras manifestações tecnológicas exógenas de âmbito mediterrâneo, como os fios torcidos e filigrana é igualmente conhecida nos tesouros suprarreferidos.

É difícil alcançar cabal explicação para todas estas preciosas peças, até porque a sua esmagadora maioria — excepção para os botões de ouro do Castro dos Ratinhos depositados em contexto sagrado (Berrocal-Rangel e Silva, 2010) — resultou de achados casuísticos, sem registo científico, feitos por não arqueólogos e algumas delas encontradas há bem mais de um século. Mas revelam, inequivocamente, a existência de clientela que as consumisse e pagasse, exibisse e acumulasse, e, evidentemente também, a mestria de artífices especializados, altamente capacitados em termos tecnológicos e talvez itinerantes.

6.

O trabalho, consumo, circulação e deposição do metal, não só do ouro mas também do bronze, foi particularmente importante nos finais da Idade do Bronze, como inúmeros investigadores têm recorrentemente e de há muito sublinhado. O tema, no Alentejo, merecia investigação autónoma e aprofundada que, mais uma vez, não cabe fazer neste lugar. Mas é com ele, concretamente com o

bronze, que terminarei este percurso pelos *"Barros de Beja"* e região envolvente.

Para isso, devo invocar uma afirmação de Rui Parreira (1998: 268): *"No Alentejo Interior somos pouco atlânticos. E no entanto, ao cartografarmos, como o fez Philine Kalb, os tipos que costumamos atribuir ao Bronze Atlântico, encontramo-los ali também representados"*. Rui Parreira acabou por não desenvolver esta ideia no seu texto, ideia que, à partida, se subscreverá com facilidade até porque hoje confortavelmente reforçada por uma base empírica alargada, bem superior aos sítios cartografados em 1980 por Philine Kalb. Não só mas também exactamente por isto, este aparente (?) paradoxo — somos pouco atlânticos mas os seus tipos estão presentes — exige que a ele se volte numa outra oportunidade, avaliando-se melhor se o Alentejo é mesmo tão pouco atlântico, se o Atlântico (no paradigma que o entende como entidade cultural materializada por artefactos de bronze) não assumiu, de facto, maior influência sobre o lastro cultural das comunidades indígenas tradicionalmente desvinculadas da sua órbita imediata.

E, a verdade, é que se conhece em solo alentejano a esmagadora maioria de tipos de artefactos ditos atlânticos a par de outros: espadas, lanças, foices, machados, *"tranchets"*, agulhas, ponderais, etc. E, sublinhe-se, não só foram manipulados, denunciando eventual contacto com outras regiões de onde os poderiam ter importado, mas também foram fabricados localmente, como revelam diversos moldes de armas, de machados e de outros artefactos, o que reforçaria essa *"atlanticidade"*. À *"atlanticidade"* juntar-se-ia o lado mediterrâneo de certas peças, como o enigmático objecto do Pé do Castelo (Trindade, Beja) (Fig. 8), talvez pega de artefacto, decorado pelo método da cera perdida de inspiração sírio-palestina, cipriota ou sarda (Lopes e Vilaça, 1998; Vilaça, 2011-2012).

Mas o que estas realidades sobretudo demonstram é a integração, e não marginalidade, e de todo exclusão, desta região nas redes de trocas, contactos e interação com outros mundos e comunidades no quadro das dinâmicas que o Ocidente Peninsular conheceu entre finais do II e inícios do I milénio a.C. Claro que com as suas especificidades de que — e bem longe de uma análise exaustiva — comentaria apenas duas.

A primeira é a de que é notória a reduzida presença de machados em comparação com outras áreas e, particularmente, a raridade de tipos exclusivos do Bronze Final, como os machados de talão, unifaciais e de alvado. Esses, a sul, utilizaram-se pouco ou não se utilizaram mesmo. Ao invés, destacam-se vários tipos de machados planos para os quais há fortes motivos de necessária leitura diacrónica. É que às produções ocorridas ao longo da Idade do Bronze, parece que o seu uso, fabrico e deposição, se mantiveram no Bronze Final, como indiciam os moldes de Salsa 3 e de Casarão da Mesquita ou os machados de Baleizão. Mas não têm de ser conotados com qualquer espécie de arcaísmo ou de sobrevivência tipológica. As comunidades do Bronze Final ao fabricarem um molde para machados planos, estariam a pensar em novos machados, a que reconheceriam vantagens no fabrico e utilização, e não a fazerem machados arcaicos. Eis um bom exemplo de como a inovação pode arrastar consigo a tradição.

A segunda permite-nos testemunhar a significativa concentração de armas, a começar pelas duas espadas de Safara (Fig. 9). Ignoramos por completo em que circunstâncias ocorreu o achado. Considerado um depósito possivelmente aquático pelo tom dourado que ostentam (Ruiz-Gálvez Priego, 1998: 237-238), o que reforçaria o seu lado atlântico onde tais deposições de carácter ritual são reflexo de cerimónias públicas com elevado significado simbólico, o facto de uma delas apresentar a ponta fraturada abona essa interpretação. E a sua *"face atlântica"* sairia ainda mais reforçada por corresponderem a um duplo, isto é, duas *"espadas irmãs"* (Brandherm, 2007: 5), prática ritual com larga expressão na Europa Ocidental e Central, de eventual evocação do mito de *"divindades gémeas"* associadas à criação do mundo.

Além das espadas, também se conhecem (Kristiansen e Larsson, 2006:289 e segs.) lanças e

contos de lança (Alqueva, Serra de Borrazeiros, Castro de S. Bernardo, Beja, Albernoa) (Cardoso *et al.,* 1992: 240-241). Neste aspecto particular das armas, em que será necessário convocar uma vez mais a estela de Ervidel pela exibição de espada, lança e escudo, diria que o Alentejo é profundamente atlântico, na medida em que as suas elites também se socorreram da manipulação ideológica e simbólica das armas como meio de coerção, coacção, intimidação, ou inclusive de efetiva violência materializada em acções de pilhagens e incursões violentas na defesa da comunidade, da terra e na capacidade em obter riqueza.

A análise do fenómeno da deposição do metal seria uma outra linha de pesquisa que não é possível percorrer neste momento mas, tão-só, aflorar. Não sendo também em número particularmente abundante quando comparados com os de outras regiões, alguns depósitos de bronze e de ouro parecem estar em articulação com espaços habitados, outros com sítios de passagem e lugares naturais, o que soma mais sentido à sua existência.

Um deles, o de Baleizão, distancia-se dos demais pela invulgar, mas não inédita, como demonstram várias situações a nível europeu, da associação de bronze e de ouro[14]. O seu interesse é manifesto a diversos títulos, de que destaco, como exemplo, o conjunto de pesos de balança (Fig. 10), peças necessárias ao controlo da quantidade e qualidade do metal, fosse na oficina do metalurgista, fosse na sua circulação e em transações de bens de elevado valor. O conjunto é-o no ser e na essência, revelando notável coerência metrológica interna baseada no padrão *"standart"* internacional vigente à época, em torno da unidade síria de 9,3/9,4 g, com múltiplos e submúltiplos (Vilaça, 2011). O carácter indígena e interior do achado reforça essa sua importância reveladora da conexão indígena com circuitos supra-regionais.

A eventual representação de ponderais ao lado de outras expressões de poder que se exibem nas estelas, conforme sugestão de Celestino Pérez (2001: 181-185), sugere que também eles foram medida de diferenciação social, ou seja, não pesariam só o metal, mas igualmente, e em termos simbólicos, davam peso ao poder social, político e económico.

7.

Os tempos aqui evocados distam de uma altura com cerca de 3000 anos, demasiados para qualquer tentativa de focagem segura, global e profunda. A leitura apresentada, apenas uma entre outras possíveis, decorreu da análise de dados, recentes e antigos, reveladores de algumas facetas das comunidades de então. Mas, sobretudo, releva-se o enorme potencial desses dados (e de outros) na produção de conhecimento relativo à arqueologia da região de Beja, concretamente nas designadas Idade do Bronze e Idade do Ferro.

O tempo da escrita deste texto chegou ao fim por múltiplos imperativos, desde logo o ditado por critérios editoriais. Terminando como comecei, olhando o Outeiro do Circo e o seu redor, é uma realidade em curso de descoberta ou um conhecimento em processo de construção, o que encontro. Múltiplas equipas estão ou estiveram recentemente no terreno. A ele deveriam voltar não com qualquer espírito guiado pela falsa ideia de que mais dados traduzem mais conhecimento, dado que este não é nem cumulativo nem linear, mas para completarem o que foi prematuramente

---

[14] Adquirido pelo Museu Nacional de Arqueologia, encontra-se em curso de estudo. Da sua análise arqueométrica responsabilizou-se a Prof.ª Fátima Araújo.

interrompido por imposições de diversa ordem, para tentarem obter respostas às questões já colocadas mas ainda não respondidas e também para formularem outras.

Como vários investigadores sublinharam, no seu contexto regional, esse território distingue-se pela elevada capacidade agrícola a que as comunidades de finais da Idade do Bronze não terão sido indiferentes. Mas a sua valorização, também terá passado pelas rotas de circulação que o atravessavam e o punham em contacto com estratégicos recursos mineiros então explorados ou exploráveis, como a Mina da Juliana (Beja) e com os outros que, do Mediterrâneo ao Atlântico, entre Sado e Guadiana, privilegiavam as rotas terrestres de que Avieno, escritor romano do séc. IV d.C., também se fez eco no seu poema (*Ora Marítima,* 151-152; 177-180). Os *"Barros Pretos"* de Beja nos finais da Idade do Bronze não podem ser entendidos sem essa sua posição *"mesopotâmica"*, entre rios (Sado e Guadiana) e rotas de circulação, que ligavam as comunidades locais entre si e ao mundo de então.

Bibliografia

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFÍRIO, E., SERRA, M., SOARES, A., MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste?!. *Zephyrus,* Salamanca. LXVI, pp. 133-153.

ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFÍRIO, E., SERRA, M. (2012) – Torre Velha 3 (Serpa): dados preliminares. *Al Madan,* 2ª série, n.º 17 (Adenda Electrónica), pp. 31-38.

ANTUNES, A., DEUS, M., SOARES, A.M., SANTOS, F., ARÊZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 277-308.

ANTUNES, A., DEUS, M., ESTRELA, S., LARRAZABAL, J., SOARES, A.M., SALVADOR MATEOS, M.R. (no prelo) – Monte do Bolor 3, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3: Contextos de Planície da I Idade do Ferro do Alentejo Interior. *Sidereum Ana III. el Río Guadiana y Tartessos*. Mérida (2012).

ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia - Colecção de Ourivesaria.* 1º Volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze. IPM: Lisboa.

BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Peninsula Ibérica. Madrid: *Complutum* Extra 2. Editorial Complutense.

BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 6.

BORGES, S., SALVADOR MATEOS, R., PEREIRA, J. e SILVA, B. (2012) – Monte do Bolor 3 – S. Brissos, Beja: resultados preliminares. *In* DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 113-131.

BRANDHERM, D. (2007) – *Las espadas del Bronce Final en la Península Ibérica y Baleares*. Prähistorische Bronzefunde. IV, 16. Band. Mainz.

CARDOSO, J., GUERRA, M., BRAGANÇA, F. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo,* 1, pp. 231-250.

CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – *Estelas de guerreiro y estelas diademadas.* Bellaterra arqueología: Barcelona.

CORREIA, V. H., PARREIRA, R., SILVA, A. C. (2013) – *Ourivesaria arcaica em Portugal.* Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios.

DEUS, M., ANTUNES, A., SOARES, A. (2012) – A Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste. *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular.* Huelva (2009), pp. 514-543.

DÍAZ- GUARDAMINO, M. (2011) – Iconografia, lugares y relaciones sociales: Reflexiones en torno a las estelas y estátuas-menhir atribuídas a la Edad del Bronce en la Península Ibérica. *In* VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história.* Sabugal, pp. 63-88.

DOMERGUE, C. e ANDRADE, R. (1971) – Sondage 1967 et 1969 a Aljustrel (Portugal). Note preliminaire. *Conimbriga.* X, pp. 99-116.

GAMITO, T. J. (1986) – Os espetos de bronze do Sudoeste Peninsular – sua interpretação sócio-ideológica. *Conimbriga*. XXV, pp. 23-39.

GOMES, M.V. e MONTEIRO, J.P. (1976-77) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel- Beja). Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica.* II-III, pp. 281-343.

GRILO, C. (2007) – A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja, *Actas do III Encontro do Sudoeste (Vipasca- Arqueologia e História)*, 2, 2.ª série, pp. 261-268.

KRISTIANSEN, K. e LARSSON, T. (2006) – *La emergencia de la sociedad del Bronce*. Barcelona: Bellaterra arqueología:

LIMA, J. F. (1988) – *Monografia Arqueológica do Concelho de Moura.* Câmara Municipal de Moura.

LOPES, M. C. e VILAÇA, R. (1998) – Peça do Bronze Final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja). *Arquivo de Beja.* Beja. Série III. 7-8, pp. 63-84.

LOPES, M. C. (2010) – Arqueologia das cidades de Beja um projecto da ciência da epiderme das terras que emergem. *Conimbriga*. XLIX, pp. 69-86.

MATALOTO, R. (1999) – As ocupações Proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães* (volume especial). *Actas do Congresso de Proto-história europeia,* 1. Guimarães, pp. 333-362.

MATALOTO, R. (no prelo) – Varar horizontes: o Alentejo Central entre o II e o I milénios a. C., Colóquio *Sistemas de Povoamento do Centro e Sul do Território português no decurso do Bronze Final.* Câmara Municipal de Oeiras (Outubro, 2012).
PARREIRA, R. (1977) – O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo. *Arquivo de Beja.* Beja. 28-32, pp. 31-45.
PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português,* Série IV, 1, pp. 149-168.
PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In JORGE, S. (ed.) *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 131-135.
PARREIRA, R. (1998) – As arquitecturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior. *In* JORGE, S.O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?.* Lisboa: Trabalhos de Arqueologia. 10, pp. 267-273.
PARREIRA, R. e SOARES, A. M. (1980) – Zu einigen bronzezeitlichen Hohensiedlungen in Sudportugal. *Madrider Mitteilungen.* Heidelberg. 21, pp. 109-130.
PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2012) – Arroteia 6 (Mombeja, Beja) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. *In* DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 615-630.
REBELO, P., SANTOS, R. NETO, N., ROCHA, M. e GRANJA, R. (no prelo) – O sítio de Corça 2, Serpa. In *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega 2002-2010,* EDIA, Beja.
ROCHA, B. (2012) – *Entre Águas 5: estrutura [204]*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa (tese de mestrado).
ROMERO, E. e REGO, M. (2001) – El hábitat de la Edad del Bronce de Cerro da Forca (Barrancos, Portugal). *In* VALENCIA PÉREZ, C. (coord.), *Actas XV Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Serra, Aroche (Huelva)*, pp. 423-431.
RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce.* Barcelona: Crítica Arqueología.
SANTOS, F., ANTUNES, A., GRILO, C., DEUS, M. (2012) – A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. *In* DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 746-804.
SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja.* Beja. XXII, pp. 7-136.
SERRA, M. (2014) – Muralhas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final (neste volume).
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2011) – Outeiro do Circo: o guardião da planície. Jornal *Alentejo Popular.* Edição 413. Beja. Cooperativa Cultural Alentejana.
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012) – O Bronze Final nos "Barros de Beja". Novas perspectivas de investigação. *In* DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 133-148.
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2013) – O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja). Resultados das campanhas de 2008 e 2009. *Vipasca.* Aljustrel. 2ª série, 4, pp. 15-28.
SERRA, M., PORFÍRIO, E., ORTIZ, R. (2007) – O Bronze Final no Sul de Portugal. Um ponto de partida para o estudo do povoado do Outeiro do Circo. *Actas do III Encontro do Sudoeste* (Vipasca). Aljustrel. 2, 2.ª série, pp. 163-170.
SILVA, F. S. O. (2013) – *O povoado do Outeiro do Circo (Beja) no seu enquadramento regional. Contributos dos materiais cerâmicos*. Universidade de Coimbra (tese de mestrado).
SOARES, A. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 8: 1, pp. 111-145.
SOARES, A. M., SANTOS, F., DEWULF, J., DEUS, M., ANTUNES, A. (2009) – Práticas rituais no Bronze do Sudoeste. Alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, pp. 433-456.
UCKO, P. J. (1969) – Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains. *World Archaeology.* 1, pp. 262-280.
VALERA, A. C. e FILIPE, V. (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): Nota preliminar sobre um espaço funerário

e de socialização do Neolítico Final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 5. Lisboa: NIA-ERA (www.nia-era.org), pp. 49-56.
VALÉRIO, P., SOARES, A., ARAÚJO, F., SILVA, R., PORFÍRIO, E., SERRA, M. (2013) – Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). In *Atas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.* Lisboa, pp. 610-615.
VALÉRIO, P., SOARES, A., SILVA, R., ARAÚJO, F., REBELO, P., NETO, N., SANTOS, R., FONTES, T. (2013) – Bronze production in Southwestern Iberian Peninsula: the Late Bronze age metallurgical workshop from Entre Águas 3 (Portugal). *Journal of Archaeological Science.* 40, pp. 439-451.
VASCONCELOS, J. L. (1906) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Archeologo Português*. Série 1, 11, pp. 179-189.
VILAÇA, R. (1997) – Das primeiras comunidades humanas à chegada dos romanos. *In* LOPES, M. C.; CARVALHO, P. e GOMES, S. (coord.), *Arqueologia do Concelho de Serpa.* Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 127-133.
VILAÇA, R. (2009) – Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/inícios do I milénio a. C.: do espaço europeu ao território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, pp. 489-511.
VILAÇA, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto. *In* GARCÍA-BELLIDO, M. P., CALLEGARIN, L., JIMÉNEZ DÍEZ, A. (eds.), *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*. Anejos de AEspA. LVIII, CSIC, pp. 139-167.
VILAÇA, R. (2011-2012) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions). *In* AUBET, E. e PAU, S. (coord.), *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas*. Actas del Seminario Internacional, Cuadernos de Arqueología Mediterránea. Universidad Pompeu Fabra de Barcelona. 21, pp. 13-30.
VILAÇA, R. (no prelo) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 17
VILAÇA, R., CRUZ, D., GONÇALVES, A. H. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. XXXVIII, pp. 5-29.
VILAÇA, R. e ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga.* XLIII, pp. 11-45.
VILAÇA, R. e CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan.* II série. 13, pp. 48-57.
VILAÇA, R. e LOPES, M. C. (2005) – The treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal), *Journal of Iberian Archaeology.* Porto. 7, pp. 177-184.

Fig. 1 – Outeiro do Circo, visto aprox. de sudeste (Foto: M. Serra).
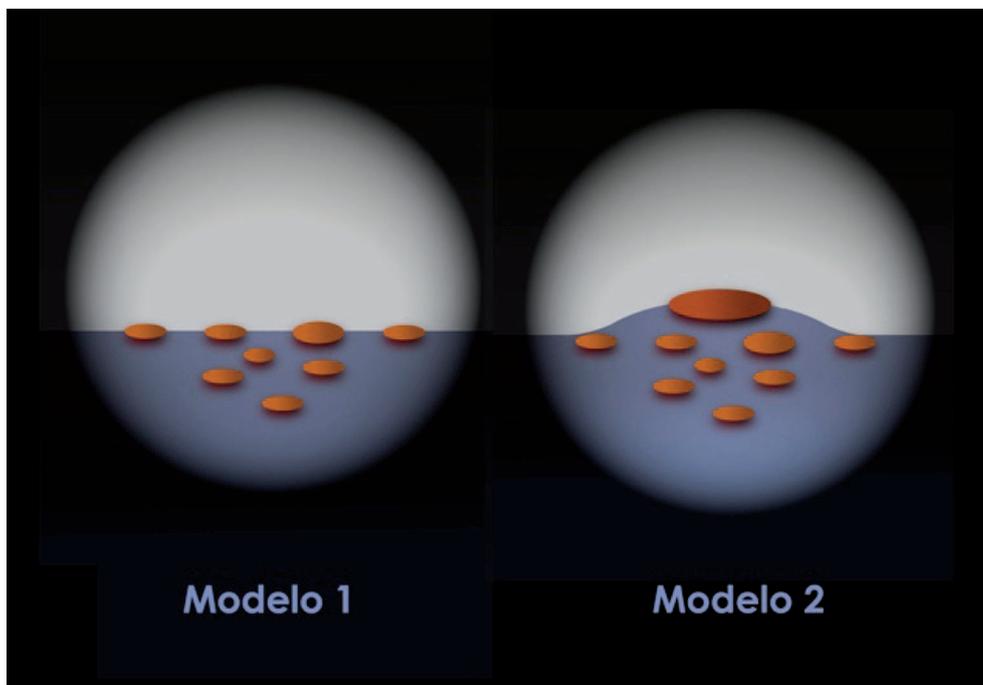
Fig. 2 – Modelos de ocupação do espaço no Bronze Final e Iª Idade do Ferro (Infografia: J. Luís Madeira).

Fig. 3 – Torre Velha 3 (Foto: E. Porfírio).

Fig. 4 – Herdade do Pomar, Ervidel (Adapt.: Gomes e Monteiro).
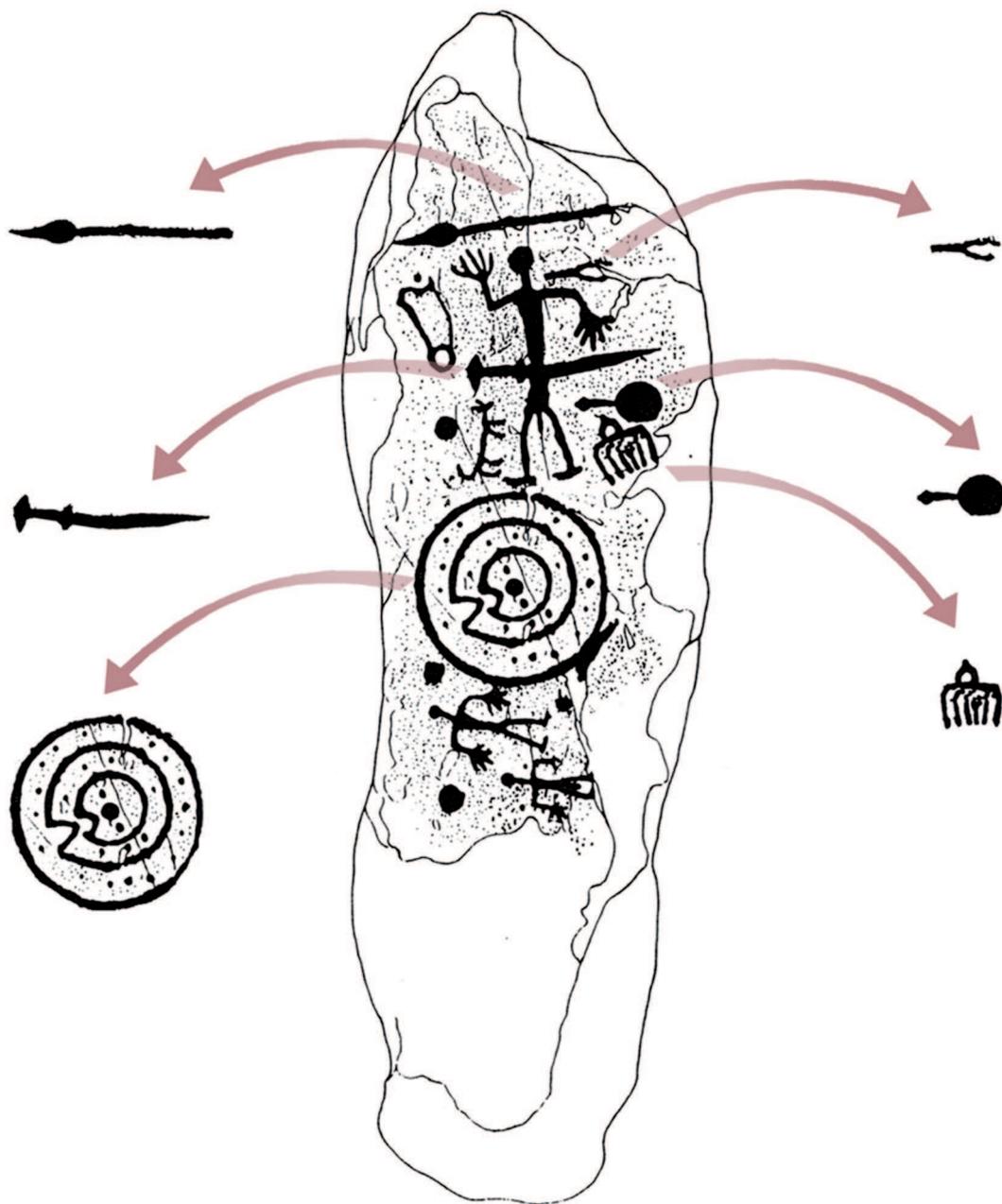
Fig. 5 – Estela do Bronze Final da Herdade do Pomar, Ervidel: elementos figurados (Adapt.: Gomes e Monteiro).

Fig. 6 – Conjunto funerário atribuível à região de Beja.
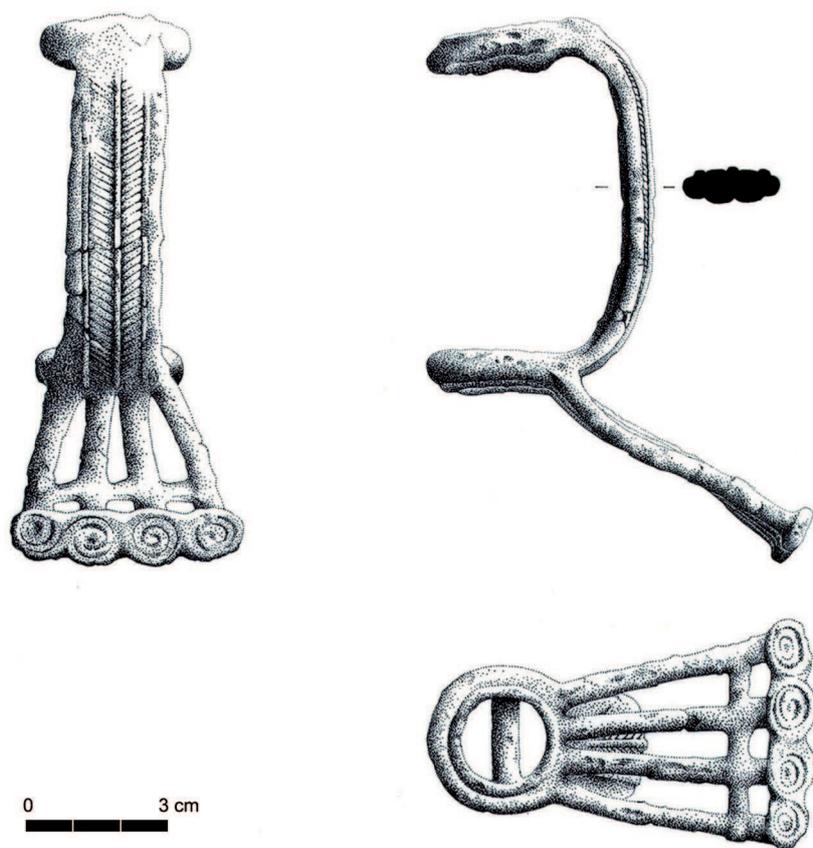
Fig. 7 – Pé do Castelo (Des.: J. Luís Madeira).

Fig. 8 – Peças de ourivesaria de finais da Idade do Bronze: Baleizão (Foto: A. Perea) e Trindade (Foto: B. Armbruster).
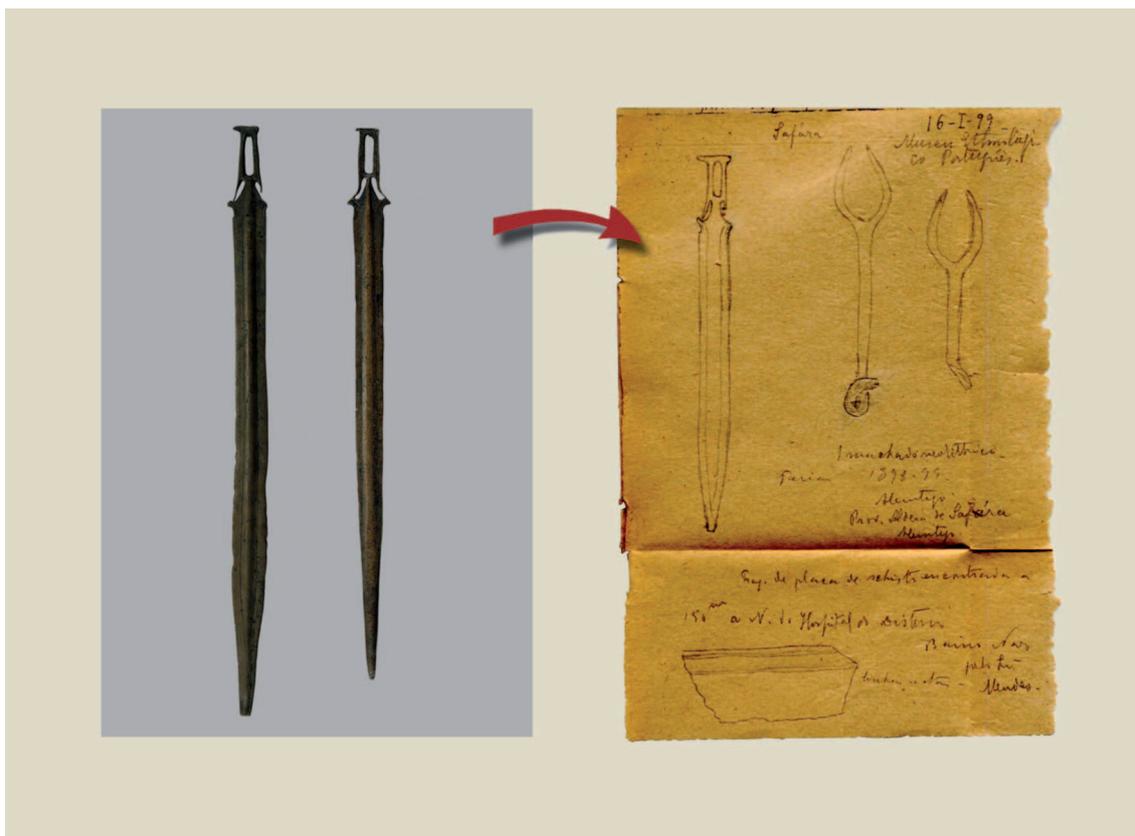
Fig. 9 – Espadas de Safara e esboço de uma delas por Mesquita de Figueiredo (Caderno de apontamentos, 1899, Inédito).
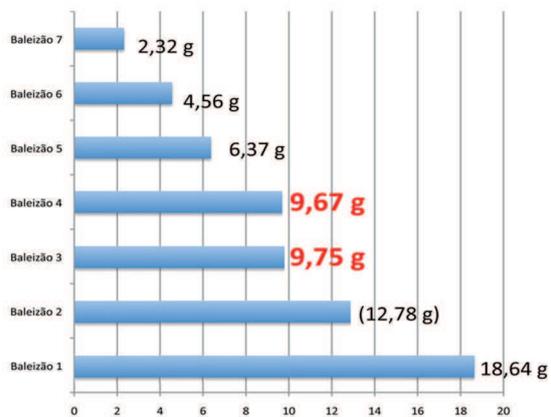
Fig. 10 – Jogo de ponderais de Baleizão.

Estilos e tendências na cerâmica de ornatos brunidos do sudoeste peninsular

Sara Almeida[1]

Resumo

Inscritos no já de si minoritário grupo da cerâmica decorada, os Ornatos Brunidos representam uma ínfima parcela do universo cerâmico onde se inserem. Apesar disso, dado o seu padrão de ocorrência e representatividade, são considerados um dos tipos característicos e mesmo fóssil-director do Bronze Final do Sudoeste Peninsular, onde acusam maior concentração e incidência preferencial.

Independentemente da partilha de traços comuns congregadores neste território, cedo se individualizaram duas expressões básicas no seio deste fenómeno – diferenciáveis ao nível dos suportes formais e esquemas decorativos de referência – reportáveis genericamente ao Sudoeste e ao Meio Dia Peninsular.

Estabelecida esta grande cisão em duas áreas nucleares, este texto centra-se no núcleo nacional, abordando os contextos de proveniência (ocupacionais e funerários). Individualizam-se grupos estilísticos e aponta-se, igualmente, ainda que de forma hesitante, a ocorrência de padrões regionais, que matizam a aparente homogeneidade desta, ainda mal conhecida, manifestação cultural.

Palavras-chave

Bronze Final; Cerâmica; Ornatos brunidos; Península Ibérica.

Abstract

Pattern burnished pottery represents a tiny portion of the already minority group of decorated ceramic. Nevertheless, given its pattern of occurrence and representation, they are considered one of the characteristic types of the Late Bronze Age in the Southwest Peninsular, where they are preferentially focused.

Irrespective of sharing common attributes it quickly became clear, on this territory, the distinction between two basic expressions within this phenomenon - differentiable at the level of formal supports and decorative schemes - generally reportable to the Southwest and the Peninsular Middle Day.

Once established this major split in two main areas, this text focuses on the national context, concerning

[1] Gabinete para o Centro Histórico – Câmara Municipal de Coimbra. Mestre em Arqueologia Regional (FLUC). *E-mail*: sara_almeida11@hotmail.com

the provenance contexts (occupational and funerary). The text identifies stylistic groups and also shows the occurrence of regional standards, tinting the apparent homogeneity of this still poorly known cultural manifestation.

Key-words
Late Bronze Age; Pottery; Pattern burnished pottery; Iberian Peninsula.

1. Introdução

O presente artigo é concebido na sequência de uma apresentação subordinada ao tema da cerâmica de ornatos brunidos realizada por ocasião das *II Jornadas de Pré* e *Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* em 2011. Neste sentido, os conteúdos aqui reunidos, reportam-se à realidade conhecida à data, sem pretensão de exaustividade. Procura-se assim, na linha da referida comunicação, oferecer uma perspectiva particular da cerâmica de ornatos brunidos como fenómeno cultural, nomeadamente ao nível da arqueologia portuguesa.

Esta categoria artefactual é tradicionalmente entendida como um tipo característico do Bronze Final do Sudoeste, fundamentalmente por duas ordens de razão: porque a sua distribuição é sensivelmente coincidente com a área atribuída àquela entidade cultural e porque neste território de referência aquela constitui-se, regra geral, como tipo decorativo dominante e por vezes quase exclusivo.

No território português tardou o processo de conformação deste conceito e a fixação da própria designação. A sua origem remonta a meados do século XX com o achado, nas penínsulas de Setúbal e Lisboa, de peças decoradas, que Eduardo Cunha Serrão (1970), acertadamente, relaciona com a cerâmica de retícula brunida do ocidente da Andaluzia, muito embora inicialmente as tenha designado de "*cerâmica com ornatos a cores*" ou "*cerâmica de estilo sesimbrense*" (Serrão, 1959). Entretanto, nomenclaturas como tipo Lapa do Fumo, de adorno polido, esgrafiada, tipo Alpiarça, retícula brunida, engobe brunido foram ocasionalmente empregues como sinónimos (Vilaça, 1995: 295; Gamito, 1990-92; Caninas, 2011) assumindo-se, actualmente, algumas delas como estilos dentro da família dos ornatos brunidos (Bubner, 1996; Soares, 2005). A virtuosidade do termo ornato brunido em detrimento de decoração brunida prende-se, eventualmente, ao facto daquele ter sido empregue no contexto específico da proto-história, enquanto o segundo, mais abrangente, contempla todo o tipo de cerâmica decorada com brunimento, independentemente do período cronológico a que se reporta. Ou seja, a tendência é reservar-se a denominação ornatos brunidos exclusivamente para os artefactos com decoração brunida do Bronze Final.

Do ponto de vista conceptual esta nomenclatura aplica-se a um tipo decorativo, ou seja, uma unidade teórica, definida em função de variáveis e atributos que correspondem ao uso de uma linguagem estética própria, num determinado universo de suportes morfológicos, por meio de uma técnica - o brunimento.

Neste contexto note-se que o reportório formal dos suportes utilizados é transversal às produções não decoradas desta época e a gramática decorativa geométrica, abstracta e cadenciada também o é em relação a outros tipos decorativos. Concretamente, no panorama peninsular, não é raro encontrarmos cerâmicas decoradas que partilham afinidades com a cerâmica com ornamentação brunida e que traduzem a partilha de um fundo cultural comum ou pelo menos dos mesmos códigos estéticos, como é o caso, a título de exemplo, da cerâmica tipo Baiões, Carambolo ou Cogotas I. Poder-se-ia até afirmar que, de certa forma, este material se assume como uma interpretação e expressão regional de uma linguagem estética comum ao Bronze Final do ocidente peninsular.

Em resultado do processo de produção e da aplicação da decoração sobre a superfície seca das peças, estas caracterizam-se por fabricos finos, normalmente de tons escuros, resultando o efeito final em discretos contrastes cromáticos e de intensidade de brilho, que associados à elevada qualidade técnica e delicadeza de acabamentos sublimam a beleza plástica e requinte das mesmas. A esse respeito e parafraseando Bubner (1996: 67) com estas produções *"a olaria conheceu um ponto alto no gosto pelas formas e no cuidado aplicado do acabamento"*. Ainda assim, dentro deste universo pode ser assinalada alguma variação ao nível da pressão na aplicação da técnica, o que leva alguns autores a considerarem dentro desta categoria os chamados "*sulcos brunidos*" que, contrariamente aos ornatos, são perceptíveis

ao tacto (Vilaça, 1995: 297). Para além disso, a coloração de pastas e superfícies pode oscilar dos tons escuros – mais comuns - aos beijes e laranjas vivos e o tratamento superficial variar do aspecto mate (que pode ser acentuado por aguada) que realça a decoração, ao polimento intenso que a dissimula.

Independentemente das variações enumeradas a já referida comunhão de atributos gerais confere a este tipo uma identidade própria e inconfundível. No entanto, dentro da grande mancha de disseminação deste material cedo se individualizaram dois núcleos distintos, ao nível da sua área de incidência, do reportório formal e dos respectivos esquemas decorativos. Trata-se pois dos vulgarmente designados núcleo português e espanhol, nos quais o tipo decorativo é predominante e manifesta uma relativa sincronia temporal (Fig. 1).

Genericamente, o grupo espanhol, conotado com a área tartéssica, caracteriza-se pela aplicação de motivos brunidos, normalmente organizados em padrões radiais, reticulados ou em quadrantes, no interior de recipientes abertos, carenados.

Nesta área, na qual não nos iremos deter, estão razoavelmente bem documentados os contextos da cerâmica de retícula brunida, como é aqui designada, distinguindo-se dois grupos o onubense e o do Baixo Guadalquivir (López Roa, 1977 e 1978; Pavón Soldevila, 1996; Pellicer Catalán, 1989; Ruiz Mata, 1979 e 1995). Para estes conta-se já, com propostas para a evolução deste tipo decorativo, desde o seu período formativo, dentro do Bronze Final, passando por um período clássico, e pelo impacto dos primeiros contactos orientais, até ao período orientalizante pleno (Gómez Toscano, 1998).

Relativamente ao núcleo português, dos aqui denominados ornatos brunidos, estes distinguem-se pela aplicação preferencial no exterior dos recipientes, que apresentam maior variedade formal (incluindo recipientes fechados), sendo as composições, regra geral, mais elaboradas.

2. Contextos de proveniência no núcleo português

Estabelecida esta divisão genérica e considerando os dados disponíveis para o nosso território e a sua dispersão espacial, a mesma parece, antes de mais, polarizada pelos eixos fluviais (Fig. 2), ou em alternativa, como Schubart aludiu, pelas regiões abertas ao mar (Schubart, 1971: 173). Explicações para esta concentração podem-se buscar, a título de exemplo, numa hipotética conexão com a rota do estanho, que afluiria à Estremadura e estuário do Tejo, por via fluvial, tal como o cobre da faixa piritosa e jazidas do alto Alentejo circularia pelos corredores do Sado e Guadiana. Contrariamente, numa perspectiva de adopção desta cerâmica por influência de produções exógenas, as desembocaduras dos grandes rios, quer no território ocidental quer andaluz assomam-se igualmente como locais preferenciais para o acolhimento e difusão desse tipo de material, tal como já referira o mesmo autor *(Ibidem)*. Efectivamente a questão da origem deste fenómeno permanece ainda em aberto pelo que centrar a discussão neste ponto, seria repisar o que outros autores já expuseram com clareza.

Direccionando a análise para os padrões de ocorrência espacial desta categoria de cerâmica e no que respeita à natureza dos contextos de proveniência, a emergência destas peças parece coincidir com o advento dos povoados de altura, com boas condições de defesa e capacidade de controlo territorial – modelo de implantação estreitamente relacionado com o período final da Idade do Bronze, embora não exclusivo. Esta área é igualmente marcada por outro modelo de assentamento: os casais agrícolas ou pequenos povoados, desprovidos de dispositivos naturais ou artificiais de defesa, onde também se regista a ocorrência de cerâmica de ornatos brunidos. Destes, alguns parecem vocacionados para a pesca e recolha de marisco como a Cerradinha (Silva e Soares, 1978) ou Pontes de Marchil (Monteiro, 1980) e outros para agropastorícia como Neves II (Maia, 1986; Maia e Maia, 1994) e Salsa III (Deus *et alii,* 2010), a que se associa a produção metalúrgica na Cerradinha e Quinta do Marcelo (Barros, 1998).

Atesta-se assim, a transversalidade deste material a diferentes modelos de povoamento, admissivelmente complementares, e integrados na mesma estratégia de gestão do território.

Cumulativamente aos contextos de habitat, os ornatos brunidos associam-se igualmente ao mundo dos mortos, surgindo em contextos de necrópole, ligados a diferentes rituais e arquitecturas funerárias. Tal é o caso, por exemplo, das inumações em monumento de falsa cúpula da Roça do Casal do Meio, por oposição ao Tanchoal dos Patudos, com incineração em urnas - ambas situadas entre os séc. XI e IX a. C (Spindler e Ferreira, 1973; Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999; Vilaça e Cunha, 2005).

Adicionalmente são sobremaneira interessantes os numerosos achados em gruta, cuja natureza funerária não se encontra completamente descartada, mas que cada vez mais parecem conformar um quadro de deposições rituais. Neste sentido, locais como a Gruta do Correiro Mor, Lapa do Fumo, Fojo dos Morcegos, grutas do Cabeço do Castelo, Abrigo Grande das Bocas e gruta de Ibn Amar, têm vindo a ser interpretados como santuários rupestres, instalados em cavidades naturais, dentro do quadro religioso do Bronze Final (Marques, 1971; Carreira, 1994, Cardoso, 1997/8; Gomes e Calado, 2007). Mas outros se lhes poderiam juntar como por exemplo a Cova da Moura, Ladoeira Grande, Poço Velho ou Ponte da Laje (Belo, Ferreira e Trindade, 1961; Spindler, 1981; Gomes e Calado, 2007; Paço, 1942; Carreira, 1990/2; Cardoso e Carreira, 1996).

3. Sub-tipos estilísticos no núcleo português

Referidos os principais locais de procedência desta cerâmica sinalizam-se agora os repertórios morfo-estilísticos, destacando-se alguns traços que ajudam a matizar a sua aparente homogeneidade (Fig. 3).

Assim e de encontro ao que Tomas Bubner (1996) e Teresa Gamito (1990-92) haviam já detectado, registam-se, no seio do universo dos ornatos brunidos, distintos tipos. Refira-se um tipo a que denominaram de "*Tipo Alpiarça*" e "*estilo A*" e a que preferimos designar estilo elementar por se demarcar do conceito de "*cultura de Alpiarça*" (que originalmente não coincidia inteiramente com um tipo decorativo (Marques e Andrade, 1974; Marques, 1994) e aludir para a sua principal característica distintiva. Este estilo destaca-se do fundo geral pelo despojamento decorativo e pela aplicação preferencial a determinados modelos formais. Assume-se este como um estilo singelo, associado a formas fechadas e normalmente altas, em que o desenho revela especial rigidez, reduzido a motivos elementares dentro de estreita faixa, sobre colo ou ombro, podendo nas formas abertas, circunscrever-se à zona abaixo da carena (Fig. 4).

Podem-se citar como ilustrativos deste estilo recipientes do Castelo Velho do Caratão, Tanchoal dos Patudos, Cabeço de Moinhos, Meijão, Monte da Pena, Alegrios, Moreirinha, Roça do Casal do Meio, Quinta do Percevejo, Penedo de Leixim e Cova da Moura (Spindler e Ferreira, 1973; Madeira *et alii,* 1972; Kalb e Höck, 1985; Bubner, 1996; Arnaud *et alii,* 1971; Vilaça 1995; Barros e Espírito-Santo, 1991).

A consistência deste sub-tipo desperta algumas reservas, sendo, contudo, curioso observar a sua concentração ao longo do vale do Tejo, o que poderia apontar para um fenómeno de cariz regional. Por outro lado, a sua singeleza sugere a correspondência a um estilo de formação ou embrionário. Contudo por mais estimulantes que possam ser estas hipóteses a falta de datações seguras para a maioria dos contextos impede o reconhecimento deste sub-tipo como um estilo regional ou em alternativa como um estilo inicial ficando suspensa a sua interpretação.

Passando ao sub-tipo mais comum, e definidor do território português, a que se convencionou designar "*tipo Lapa do Fumo*", o mesmo foi já satisfatoriamente descrito por Cunha Serrão (1970), aquando do seu estudo do material da gruta homónima e ajusta-se ainda perfeitamente à actual realidade conhecida

(Soares, 2005: 130). Caracteriza-se pela profusão decorativa, que se estende integralmente pelo exterior das peças (Fig. 5). Aqui as composições denotam acentuada complexidade, evidenciando um sintoma de *"horror vaquum"*, um aspecto barroco, e um grau de elaboração e requinte que ultrapassa qualquer dos restantes estilos. Os painéis representados podem ser decompostos em motivos estruturantes (triângulos, losangos, aspas ziguezagues, feixes e faixas) que assumem, por sua vez, contornos e preenchimentos variados (faixas largas e traços finos, escalariformes, linhas quebradas, feixes, reticulados, áreas em reserva, entrançados e espinhas). Desta forma, apesar da aparente simplicidade dos motivos aplicados (resultante da sua derradeira decomposição em segmentos de recta) e da sua cadência repetitiva, estes elementos proporcionam possibilidades de combinação muito elevadas, sendo virtualmente impossível reconstituir o padrão em fragmentos sem conexão.

Convivem com o estilo Lapa do Fumo, nos mesmos contextos, mas em quantidades inferiores, peças decoradas em ambas as faces (Fig. 6). Surge assim o que por vezes se refere como estilo misto (Vilaça, 1995: 205; Soares, 2005: 131).

Finalmente, ainda mais rara, é a ocorrência de ornatos brunidos exclusivamente no interior das peças, surgindo igualmente nos mesmos contextos que peças do tipo Lapa do Fumo (Fig. 7). Muito embora seja imediata a associação deste estilo ao núcleo espanhol e como foi já notado anteriormente, estas peças, no nosso território, apresentam um *"cunho indígena muito forte"*, que nada tem a ver com as inconfundíveis formas carenadas muito abertas andaluzes (Vilaça, 1995: 297). Exceptua-se aqui uma peça de Santarém, onde o esquema representado, o suporte e a não convivência com materiais de tipo Lapa do Fumo, configuram nitidamente uma situação distinta, particularmente se tivermos em conta que a referida taça com retícula brunida é montada ao torno (Arruda, 2000: 2, Est. 61). Ou seja, em Santarém o surgimento desta parece ocorrer já num momento tardio e marcado pelo contacto com círculos orientalizantes. Assim sendo, nestes casos e para este sítio em concreto, sugere-se a introdução deste material por influência das cerâmicas andaluzes. No entanto, não nos parece que esta explicação se ajuste aos restantes registos deste estilo, que deverão muito possivelmente derivar do sub-tipo anterior.

4. Padrões regionais no seio do núcleo português

Tendo em consideração esta abordagem genérica aos contextos e principais estilos dos ornatos brunidos do grupo português, importaria agora destacar que uma análise mais meticulosa dos registos conhecidos permite identificar algumas tendências com significado regional.

Para ilustrar esta situação refira-se apenas, a título de exemplo, três casos de estudo concretos, para os quais se dispõem de dados estratigráficos e arqueométricos.

Desta forma e para introduzir o tema considere-se o caso da Beira Interior, encarada tradicionalmente como uma área marginal, relativamente ao território nuclear dos ornatos brunidos. Contudo, as escavações desenvolvidas por Raquel Vilaça, no final do séc. XX, permitiram rever esta noção. Aqui, mesmo nos casos em que este material tem uma presença mais diluída e convive com outros tipos decorativos, a sua ocorrência não deixa de ser significativa e esta coexistência com tipos afins, reclama uma atenção renovada. Também, foi precisamente nesta área que se dataram os primeiros contextos de ornatos brunidos em Portugal e desta feita de um momento bastante recuado dentro do Bronze Final - séc. XII a. C. (Vilaça, 1995: 372-375).

Uma das particularidades desta área é a convivência, por vezes, na mesma peça, de duas modalidades de decoração brunida: as faixas e os sulcos.

Atendendo agora aos contextos estudados por aquela investigadora, vejamos o que se pode extrair, em termos da presença deste material. Assim, no caso do Monte do Frade os dados apontam para uma presença diminuta de decoração brunida, correspondente a 17% da cerâmica decorada e equivalendo exclusivamente a fragmentos com decoração exterior. Já um pouco mais a Sul, nos Alegrios os ornatos brunidos correspondem a 20% dos fragmentos decorados, registando-se também, neste sítio, cerâmica com decoração no interior e exterior e apenas no interior. Finalmente, na Moreirinha, o povoado mais meridional dos três, a presença de ornatos brunidos é inflacionada para 50% no universo do material decorado, assinalando-se a ocorrência de decoração no interior e exterior, para além de no exterior (Fig. 8).

Assiste-se assim, nesta região, a uma crescente representatividade da cerâmica de ornatos brunidos, à medida que se avança em direcção a Sul. Neste panorama a área insere-se nitidamente na cintura de influência dos ornatos brunidos, notando-se que a irradiação da mesma influência se faz de forma gradual e progressiva, sem cortes nem descontinuidades.

Assentando de seguida a observação na região do Alto Alentejo, selecionou-se o exemplo de S. Pedro de Arraiolos para espelhar o panorama envolvente (Fig. 9).

Por oposição ao que se observa na Beira Interior, nesta estação, o material decorado é quase exclusivamente constituído por ornatos brunidos e corresponde a 9% do universo recolhido.

No presente caso, dentro das tendências detectadas sobressai a aplicação preferencial da técnica à superfície externa, identificando-se também as outras duas modalidades – mista e interna (numa proporção de 10:2:1). Em termos de estilo predominante, o cariz barroco observado filia este lote no sub-tipo *"Lapa do Fumo"*, contudo uma análise mais atenta permite descortinar alguns traços individualizantes dentro deste (Almeida *et alii,* 2012). A este respeito refira-se o recurso a elementos reguladores dos painéis decorativos e a ausência de formas registadas na Bacia do Guadiana, como os vasos de colo desenvolvido e os denominados suportes (Soares, 2005).

Por fim, fixemo-nos no Médio Guadiana no caso do Castro de Ratinhos, que se destaca pelas especiais condições de jazida e numerosa colecção recolhida (de longe a maior a nível nacional) que permite aos autores realizar um ensaio acerca desta cerâmica (Berrocal-Rangel e Silva, 2010).

Antes de mais, ressalve-se que, pela primeira vez a nível nacional, a identificação de três fases ocupacionais (uma primeira entre os século XIII e IX, uma segunda entre 830 e 760 e uma mais recente entre 760 e 730 a. C.) possibilitou o estabelecimento de linhas evolutivas para este material, no decurso do Final da Idade do Bronze e Início da I Idade do Ferro.

Saliente-se deste modo que sendo este o tipo decorativo mais frequente nesta estação constata-se uma diminuição progressiva da sua percentagem no cômputo geral dos artefactos cerâmicos (passando dos expressivos 43% para 29% e finalmente 12% na última fase), bem como, uma diminuição da percentagem da modelação manual, ao longo do tempo.

Efectivamente, em Ratinhos, a par da copiosa presença de ornatos brunidos (sobretudo inicialmente), regista-se uma extraordinária variedade de recipientes decorados (tijelas troncocónicas, hemisféricas e carenadas e diversos modelos de potes e panelas de tamanhos variáveis) e praticamente todo o tipo de reportórios conhecidos (Fig. 10).

Observa-se ainda o predomínio da decoração no exterior, face à aplicada em ambas as superfícies e à interior, numa proporção de 36:9:1. Acrescente-se, para além disso, o predomínio numa fase mais antiga do estilo tipo Lapa do Fumo, que vai diminuindo nas fases subsequentes, face ao incremento da retícula fina tipo Andaluz.

5. Notas Finais

O quadro de referência aqui esboçado centrou-se na adopção de determinados pontos de análise, sendo que abordagens alternativas seriam certamente legítimas. Pretende-se deixar seguidamente, em jeito de conclusão, algumas ideias soltas que mais do que sistematizar o que foi exposto destinam-se a fixar eixos de reflexão/discussão.

Em primeiro lugar e realçando o quanto ainda há a alcançar, em termos de conhecimento, note-se que na maioria dos casos o material identificado carece da indispensável informação contextual.

Para além disso, o actual mapa de ocorrências apresenta vazios seguramente artificiais, decorrentes do direccionamento da investigação ou do modelo de implantação territorial dos contextos de proveniência.

Ainda assim, mesmo considerando os conjuntos mais bem documentados, estes não autorizam a generalização dos seus resultados a nível crono-espacial, sem que antes se assista a um reforço generalizado dos dados disponíveis.

Acrescente-se ainda, que problemas fundamentais como a determinação da génese, evolução e extinção deste fenómeno estão longe de se acharem solucionados ou providos de interpretação cabal. São pois, nas presentes circunstâncias, ainda mal compreendidas as influências e estímulos criativos que motivaram a eclosão dos ornatos brunidos, que na opinião de alguns investigadores aparecem com uma forma madura e um estilo bem definido, sem tentativas ou estágios prévios de concepção (Cabrera Bonet, 1981: 317; Ruiz Mata, 1981: 85).

Concomitantemente, reconhecendo a existência de dois núcleos distintos ao nível do ocidente ibérico, não está completamente esclarecida a precedência de nenhum, sendo que, perante as mais recentes descobertas é de admitir a anterioridade dos ornatos face à reticula, com uma cronologia a fixar-se a partir do séc. XIIII a. C (Soares, 2005; Berrocal-Rangel e Silva, 2010).

Apresentadas as anteriores advertências e tendo em mente as incertezas que pairam relativamente a este assunto, há que reconhecer o muito que se avançou - desde o mais completo desconhecimento, nos anos 50 - até ao momento presente. Não deixa de ser, contudo, irónico considerar que o avanço se fez sentir principalmente na complexificação (ramificação) dos aspectos que envolvem o tema. São, desta forma, como ficou demonstrado, inúmeras (embora por vezes discretas) as nuances registadas na cerâmica das Regiões Centro (ao longo da bacia do Tejo) e Sul (do Alto ao Baixo Alentejo e do Sado ao Guadiana) e a estas muitas mais se deverão somar com o avanço da investigação. Assim, parece pois notório que, dentro desta manifestação artefactual, se evidenciam grupos estilísticos diferenciáveis, que conjugados com padrões de representatividade apontam para o desenvolvimento de tendências de cariz regional, a sugestionar, crê-se, inerentes processos de interacção e identidade cultural.

Em nota final, registe-se apenas que não foi pretensão do presente artigo proporcionar uma aproximação aos substratos culturais criadores, produtores e consumidores destes bens, feito que se afigura ainda bem longínquo. Efectivamente, é forçoso assumir que uma superior percepção e compreensão deste material depende do acréscimo do conhecimento cumulativo, decorrente da multiplicação de estudos (sistemáticos, detalhados e cronologicamente enquadrados) acerca desta cerâmica nas suas manifestações locais. O objectivo assumido no presente texto é assim e apenas o de se constituir num convite e desafio à promoção de novos trabalhos que incrementem um conhecimento mais satisfatório desta curiosa entidade artefactual.

Bibliografia

ALMEIDA, S.; SILVA, R. C.; OSÓRIO, A. (2012) – O povoado de S. Pedro de Arraiolos (Alentejo) – Novos dados para o seu conhecimento. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El rio Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 229-247.
ARRUDA, A. M. (2000) – *Fenícios e mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VII-VI a. C.) em torno às histórias possíveis.* Dissertação de doutoramento em arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
PAÇO, A. (1942) – As grutas do Poço Velho ou de Cascais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.* Lisboa. 20.
ARNAUD, J. ; OLIVEIRA, V. S.; JORGE, V. O. (1971) – O povoado fortificado neo- e eneolítico do Penedo de Lexim (Mafra). *Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 5, pp. 97-132.
ARNAUD, J. (1979) – Corôa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora. Escavação de 1971/1972. *Madrider Mitteilungen.* Heidelberg. 20, pp. 56-97.
ARNAUD, J. (1995) – Coroa do Frade: uma fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora. In JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder.* Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 43-45.
BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada.* Almada: Museu Municipal.
BARROS, L.; ESPÍRITO-SANTO, F. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990). Lisboa. pp. 333-342.
BELO, A. R.; FERREIRA, O.V.; TRINDADE, L. (1961) – A gruta da Cova da Moura (Torres Vedras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.* Lisboa. 45, pp. 289-418.
BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 6.
BUBNER, T. (1996) – A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal. *In* ALARCÃO, J.; SANTOS, A. I. P., (eds). *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 66-72.
CABRERA BONET, P. (1981) – La cerâmica pintada de Huelva. *Huelva Arqueologica.* Huelva. 5, pp. 317-335.
CÁCERES GUTIÉRRES, Y. E. (1997) - Cerámicas y tejidos: sobre el significado de la decoración geométrica del Bronce Final en la Península Ibérica. *Complutum.* Madrid. 8, pp. 125-140.
CALADO, M.; BARRADAS, M.; MATALOTO, R. (1999) – Povoamento Proto-Histórico no Alentejo Central. In *Actas do Congresso de Proto-história Europeia no centenário da Morte de Martins Sarmento.* Revista de Guimarães. Guimarães. Vol. I, pp. 363-386.
CANINAS, J. C. P. (2011) – A Cerâmica de engobe brunido do Monte de São Martinho (Castelo Branco). *AÇAFA On Line*. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo. 4, 9 págs.
CARDOSO, J. L; CARREIRA, J. R. (1996) – Materiais Cerâmicos da Idade do Bronze da Gruta da Ponte da Laje (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 6, pp. 341-350.
CARDOSO, J. L. (1997/8) – As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, pp. 155-167.
CARDOSO, J. L. (1997/8a) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. *Oeiras*. 7, pp. 169-187.
CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a. C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12.
CARREIRA, J. R. (1990/2) – As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das grutas do Poço Velho (Cascais). *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV. 8-10, pp. 229-245.
CARREIRA, J. (1994) – A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, pp. 47-144.
CORREIA, V. H. (1993) – Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia do Baixo Vale do Mondego. *Estudos Orientais*. IV, pp. 229-283.
COUTINHO, J. E. R. (1994) – Monte Figueiró. In *A Idade do Ferro. Catálogo.* Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Serviços Culturais, Museu, pp. 113-115.
DEUS, M.; ANTUNES A. S.; SOARES, A. M. M. (2010) – A Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos

do Bronze Final do Sudoeste. *In* MACÍAS, J. (coord.), *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular.* Huelva: Universidad de Huelva, pp. 514-543.
DOMERGUE, C.; ANDRADE, R. F. (1971) – Sondages 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal). Note préliminaire. *Conimbriga.* Coimbra. 10, pp. 99-117.
FARIA, A. M.; SOARES, A. M. (1998) – Uma inscrição em caracteres do Sudoeste proveniente da Folha do Ranjão (Baleizão, Beja). *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 1:1, pp. 153- 160.
FARINHA, A. C.; PINTO, C. V.; VILAÇA, R. (1996) – Contributo para o estudo de materiais do Bronze Final provenientes do Monte de S. Martinho (Castelo Branco). *Materiais.* Castelo Branco. Série II. 1, pp. 45-64.
FELIX, P. (2006) – O Final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo Norte (Centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos. *Conimbriga.* Coimbra. 45, pp. 65-92.
GAMITO, T. J. (1990-92) – A cerâmica de retícula brunida do castro de Ratinhos. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV. 8-10, pp. 277-298.
GAMITO, T. J. (1997) – A Civilização do Bronze no Algarve. In *Noventa séculos entre a Serra e o Mar.* Lisboa: IPPAR, pp. 221-241.
GIBSON, C.; CORREIA, V. H.; BURGUESS, C. B.; BOARDMANN, S. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A preliminary report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology.* Porto. 0, pp. 189-244.
GOMES, M. V.; CALADO, D. (2007) – Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladoeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 10:1, pp. 141-158.
GÓMEZ TOSCANO, F. (1998/1997) – *El final de la Edad del Bronce entre el Guadiana y el Guadalquivir.* Huelva: Universidad de Huelva.
KALB, P. (1980) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania.* 58, pp. 25-115.
KALB, P. e HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça. Exposição temporária na Galeria dos Patudos*. Catálogo. Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça/ Casa Museu dos Patudos; Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
LIMA, J. F. (1960) – Castro de Ratinhos (Moura, Baixo-Alentejo). *Zephyrus*. Salamanca. 11, pp. 233-237.
LEISNER, V. (1961) – Vasos eneolíticos decorados no interior. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71:3-4, p. 409 ss.
LÓPEZ ROA, C. (1977) – La cerámica con decoración bruñida en el Suroeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid. 34, pp. 341-370.
LÓPEZ ROA, C. (1978) – Las cerámicas alisadas con decoración bruñida. *Huelva Arqueológica*. Huelva. IV, pp. 145-180.
MADEIRA, J.; GONÇALVES, J. L.; RAPOSO, L.; PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – Notícia Prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 6, pp. 207-212.
MAIA, M. (1986), Neves II e a "fácies" cultural de Neves – Corvo. *Arquivo de Beja.* Beja. Série II. 3, pp. 23-42.
MAIA, M.; MAIA, M. (1994) – Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo. In *A Idade do Ferro. Catálogo.* Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Serviços Culturais, Museu, pp. 81-115.
MARQUES, G. (1971) – Fojo dos Morcegos - Assafora (Sintra). In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra: Ministério da Educação Nacional. 1, pp. 143-150.
MARQUES, G. (1994) – A cultura de Alpiarça. In *A Idade do Ferro. Catálogo.* Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Serviços Culturais, Museu, pp.63-69.
MARQUES, G., ANDRADE, G. M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território Português. I – definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto: Ministério da Educação Nacional. 1, pp. 125-148.
MATALOTO, R. (1999) – As ocupações proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). In *Actas do Congresso de Proto-história Europeia no centenário da Morte de Martins Sarmento.* Revista de Guimarães. Guimarães. Vol. I, pp. 333-362.
MONTEIRO, J. P. (1980) – O acampamento do Bronze Final das Pontes de Marchil. In *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, pp. 43-45.
PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998) – *El tránsito del II al I milénio a.C. en las cuencas medias de los rios Tajo y Guadiana: La Edad del Bronce*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

PELLICER CATALÁN, M. (1989) – El Bronce reciente y los inícios del Hierro en Andalucia Occidental – cerâmica. *In* AUBET SEMMLER, M. E. (Coord.) – *Tartessos: Arqueologia protohistorica del bajo Guadalquivir*. Barcelona, pp. 147-188.
PEREIRA, M. A. (1970) – *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*. Coimbra.
PEREIRA, M. A. (1988) – Cerâmica do Bronze Final da Fortaleza de Abrantes. *Simpósio sobre o Bronze Final na Beira Interior*. Mação (policopiado).
PINTO, C. V.; PARREIRA, R., (1978) – Contribuição para o estudo do bronze final e do ferro inicial a norte do estuário do Tejo. In *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977). Lisboa, pp. 147-163.
RUIZ MATA, D. (1979) – El Bronce Final – Fase Inicial – En Andalucia occidental. Ensayo de definición de sus cerâmicas. *Archivo Español de Arqueología.* Madrid. 52, pp. 3-18.
RUIZ MATA, D. (1981) – El poblado de época tartessica de San Bartolomé (Almonte, Huelva). *Madrider Mitteilungen.* Heidelberg. 22, pp. 150-170.
RUIZ MATA, D. (1995) – Las cerámicas del Bronce Final. Un soporte tipológico para delimitar el tiempo y el espacio tartéssico. In *Tartessos 25 años después* (1968-1993). Jerez de la Frontera, pp. 265-313.
SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste peninsular. *Trabajos de Prehistória.* Madrid. 28, pp. 153-182.
SERRÃO, E. da C. (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa: Instituto de Alta Cultura. I, pp. 337-359.
SERRÃO, E. da C. (1970) – As cerâmicas de "retícula brunida" das estações arqueológicas espanholas e com "ornatos brunidos" da Lapa do Fumo. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. I, pp. 271-308.
SERRÃO, E. da C. (1978) – A Lapa do Fumo, "Aspectos e Métodos da Pré-História". *GEAP.* Porto. 1, pp. 27-45.
SILVA, A. C.; BERROCAL-RANGEL, L. (2005) – O castro de Ratinhos (Moura), povoado do Bronze Final do Guadiana: primeira campanha de escavações (2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 8:2, pp. 129-176.
SILVA, C. T.; SOARES, J. (1978) – Uma Jazida do Bronze Final na Cerradinha (Lagoa de Santo André, Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 4, pp. 71-113.
SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 6-7, pp. 149-218.
SOARES, A. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 8:1, pp. 111-145.
SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura: die Besiedlung dês Atlantischen Kustengebietes mittelportugals von Neolithikum bis na ende der Bronzezeit,* (Madrider Beitrage, 7). Mainz: Philipp von Zabern.
SPINDLER, K,; FERREIRA, O. da V. (1973) – Der spatbronzezeitliche Kuppelbau von der Roça do Casal do Meio in Portugal. *Madrider Mitteilungen.* Heidelberg. 14, pp. 60-108.
VALLEJO SÁNCHEZ, J. I. (1999) – Las decoraciones bruñidas en las cerâmicas grises orientalizantes. *SPAL.* Sevilla. 8, pp. 85-100.
VICENTE, E. P.; ANDRADE, G. M. (1971) – A estação Arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve Notícia. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra: Ministério da Educação Nacional. 2, pp. 223-238.
VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR. Trabalhos de Arqueologia. 9.
VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; GONÇALVES, A. A. H. B. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga.* Coimbra. 38, pp. 5-29.
VILAÇA, R. e ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga.* Coimbra. 43, pp. 11-45.
VILAÇA, R. e CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra). *Al-madan.* Almada. II série. 13, pp. 48-57.
ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A. (1949) – Grutas de Maceira (Vimeiro). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* Porto. 12, pp. 114-125.
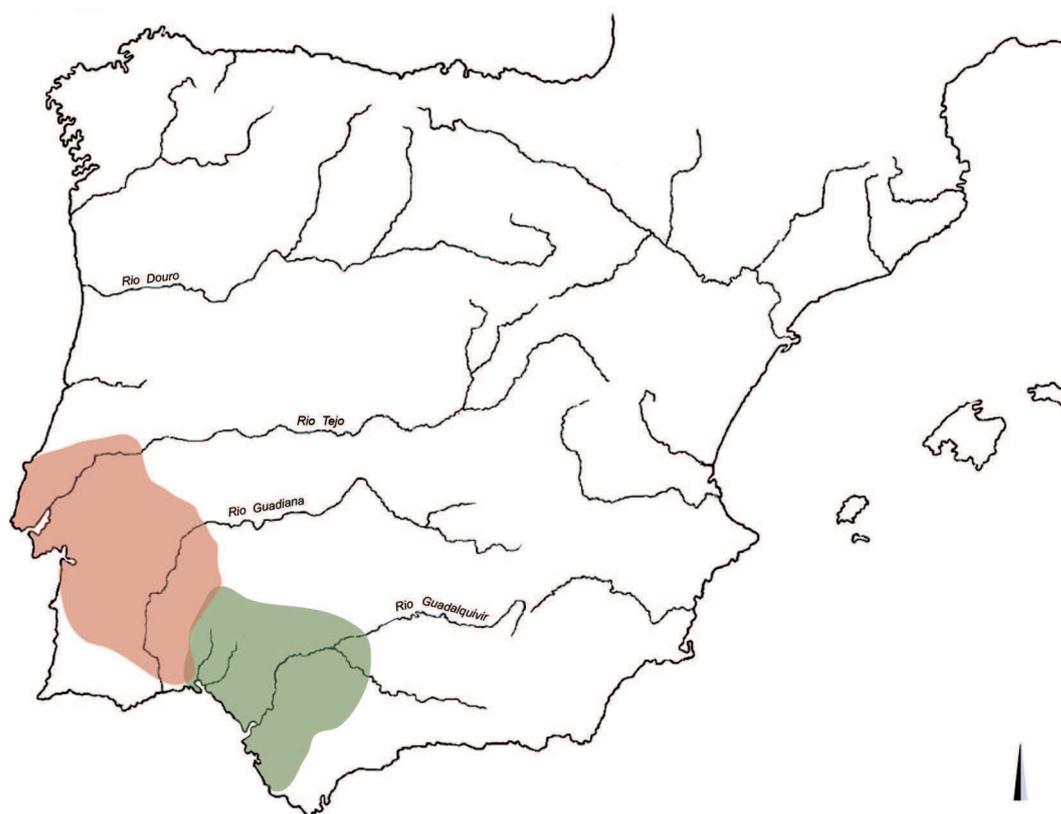
Fig. 1– Localização dos Núcleos Português (rosa) e Espanhol (verde).

Fig. 2 – Contextos de recolha de cerâmica de ornatos brunidos no território português.

Fig. 3 – Grupos estilísticos dentro do núcleo português.
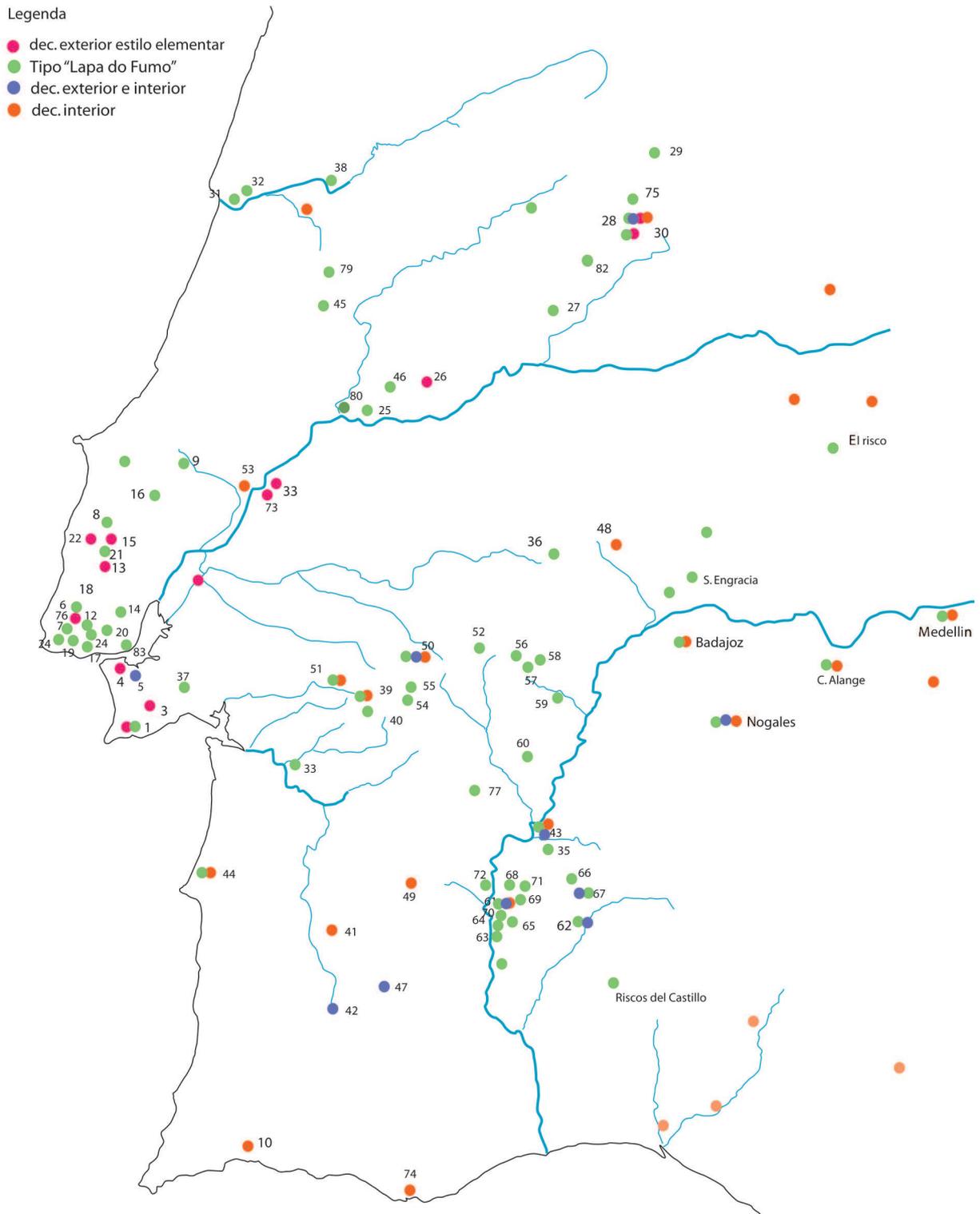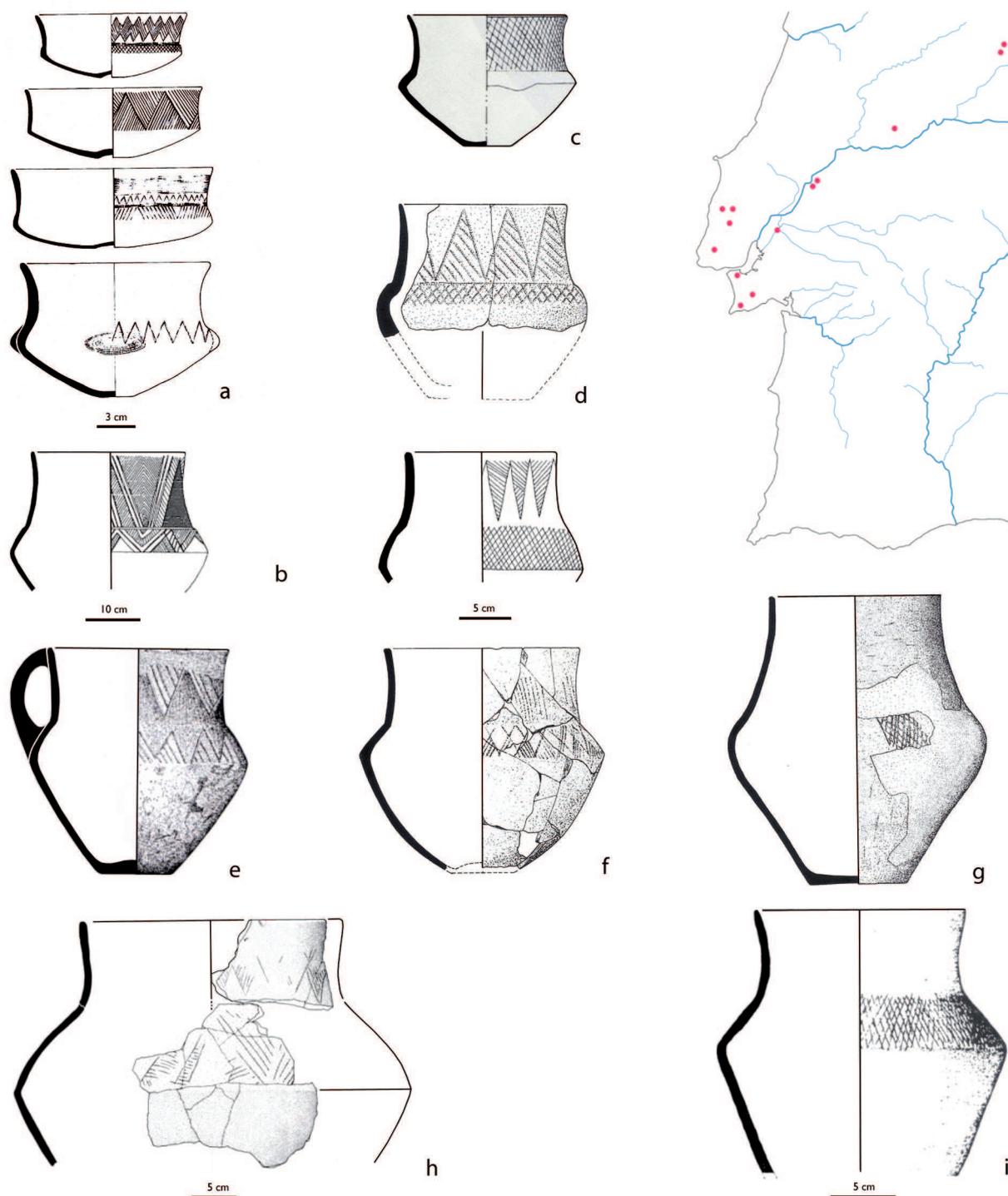
Fig. 4 – Exemplos de peças em estilo elementar: a – Castelo Velho do Caratão (Bubner, 1996); b – Cabeço de Moinhos (Andrade *apud* Spindler e Ferreira, 1973); c – Tanchoal (Kalb e Höck, 1985); d – Ponte de Lexim (Carreira, 1994); e – Meijão/ Alpiarça (Schubart, 1971); f – Monte da Pena (Madeira *et alii,* 1972); g – Casal da Roça do Meio (Spindler e Ferreira, 1973); h – Alegrios (Vilaça, 1995); i – Quinta do Percevejo (Barros e Espírito Santo 1990).
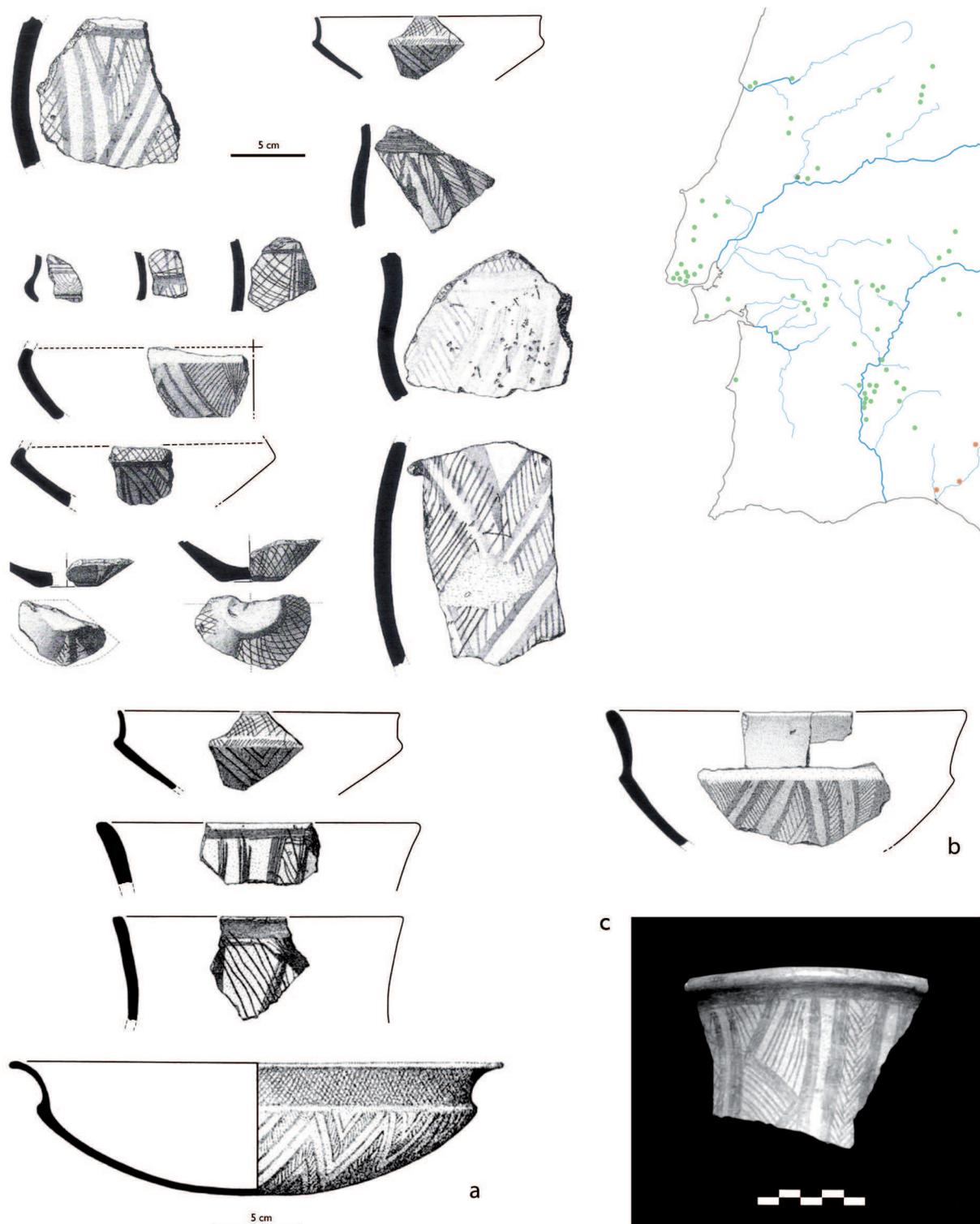
Fig. 5 – Exemplos de peças "tipo Lapa do Fumo": a – Lapa do Fumo (Cardoso, 2004 e Gamito, 1990); b – Castelo de Mouros (Cardoso, 1997/8a); c – Crespa (Soares, 2005).
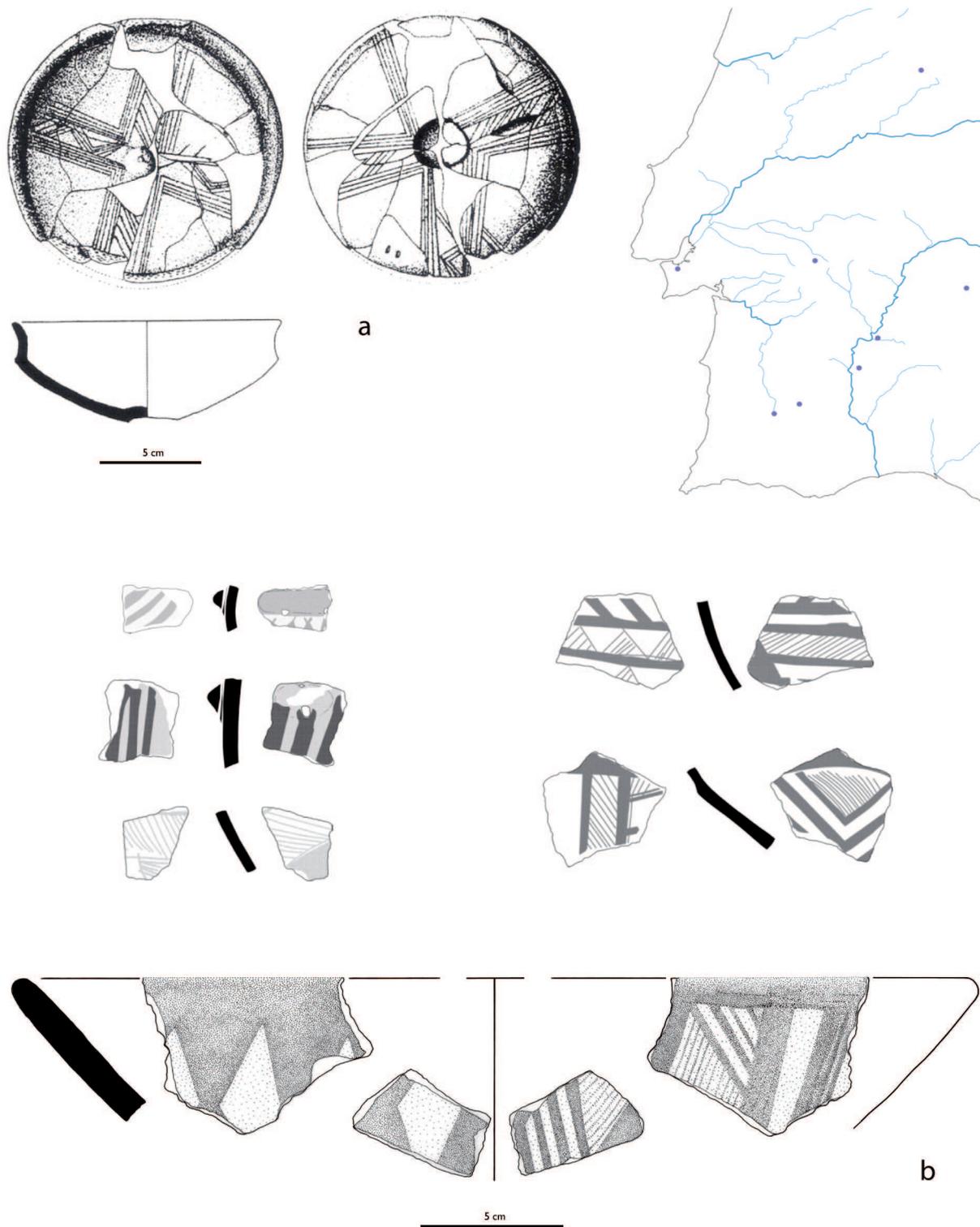
Fig. 6 – Exemplos de peças em estilo misto: a – Quinta do Marcelo (Barros, 1998); b – Arraiolos (Almeida *et alii,* 2012).
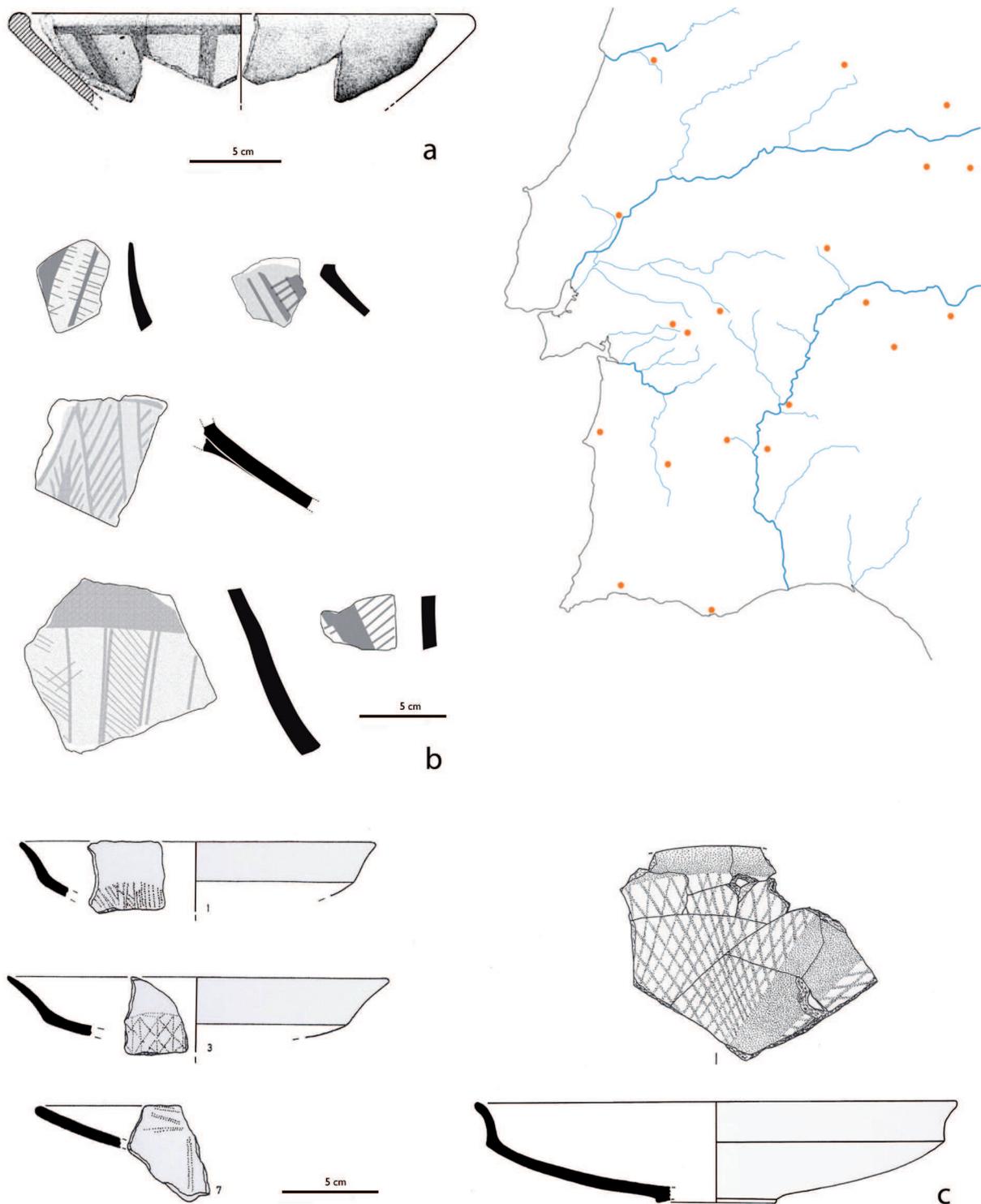
Fig. 7 – Exemplos de peças com decoração no interior: a – Ibn Amar (Gomes e Calado, 2007); b – Arraiolos (Almeida *et alii,* 2012); c – Santarém (Arruda, 2000).
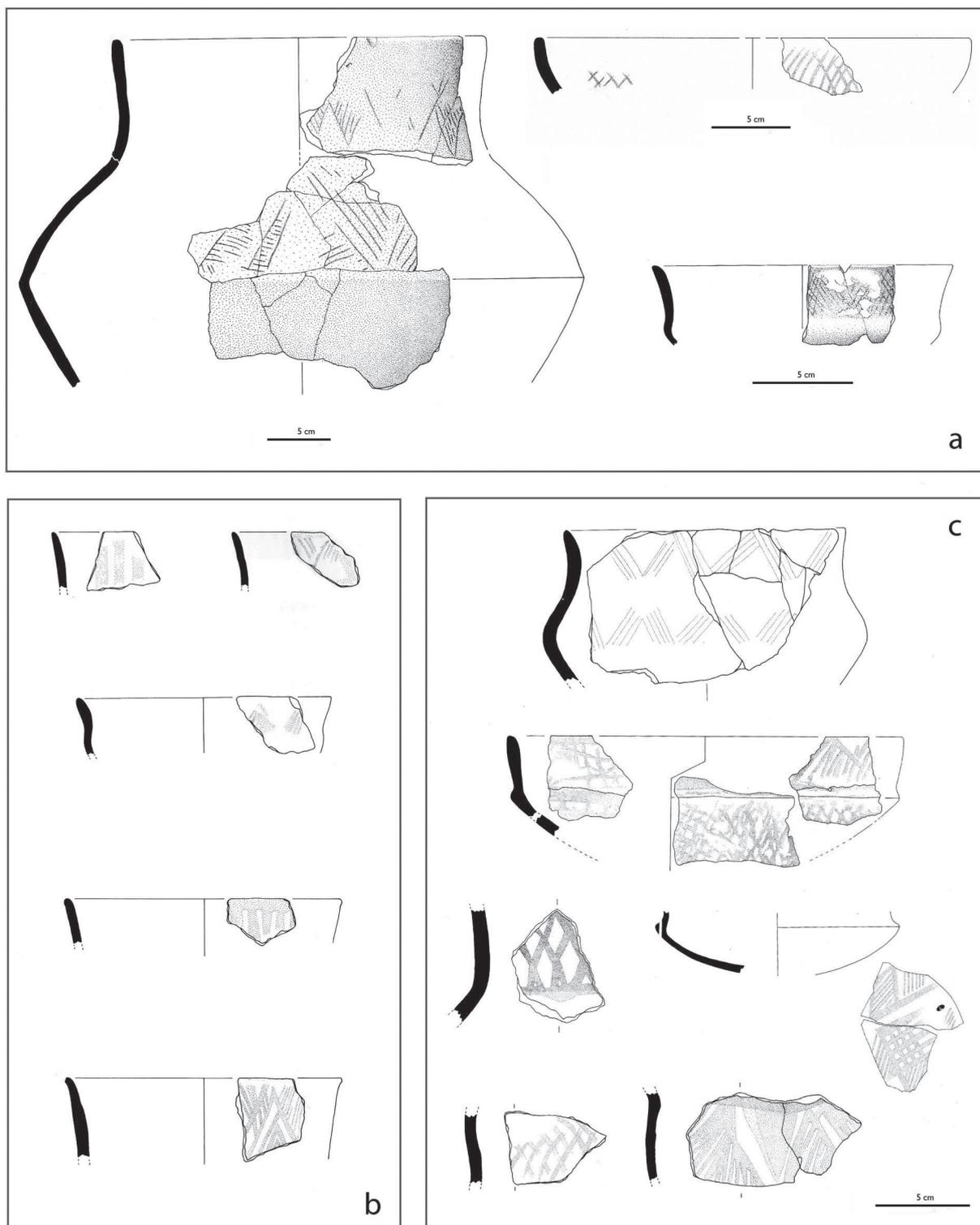
Fig. 8 – Exemplos de cerâmica de ornatos brunidos da Beira Interior: a – Alegrios; b – Monte do Frade; c – Moreirinha (Vilaça, 1995).
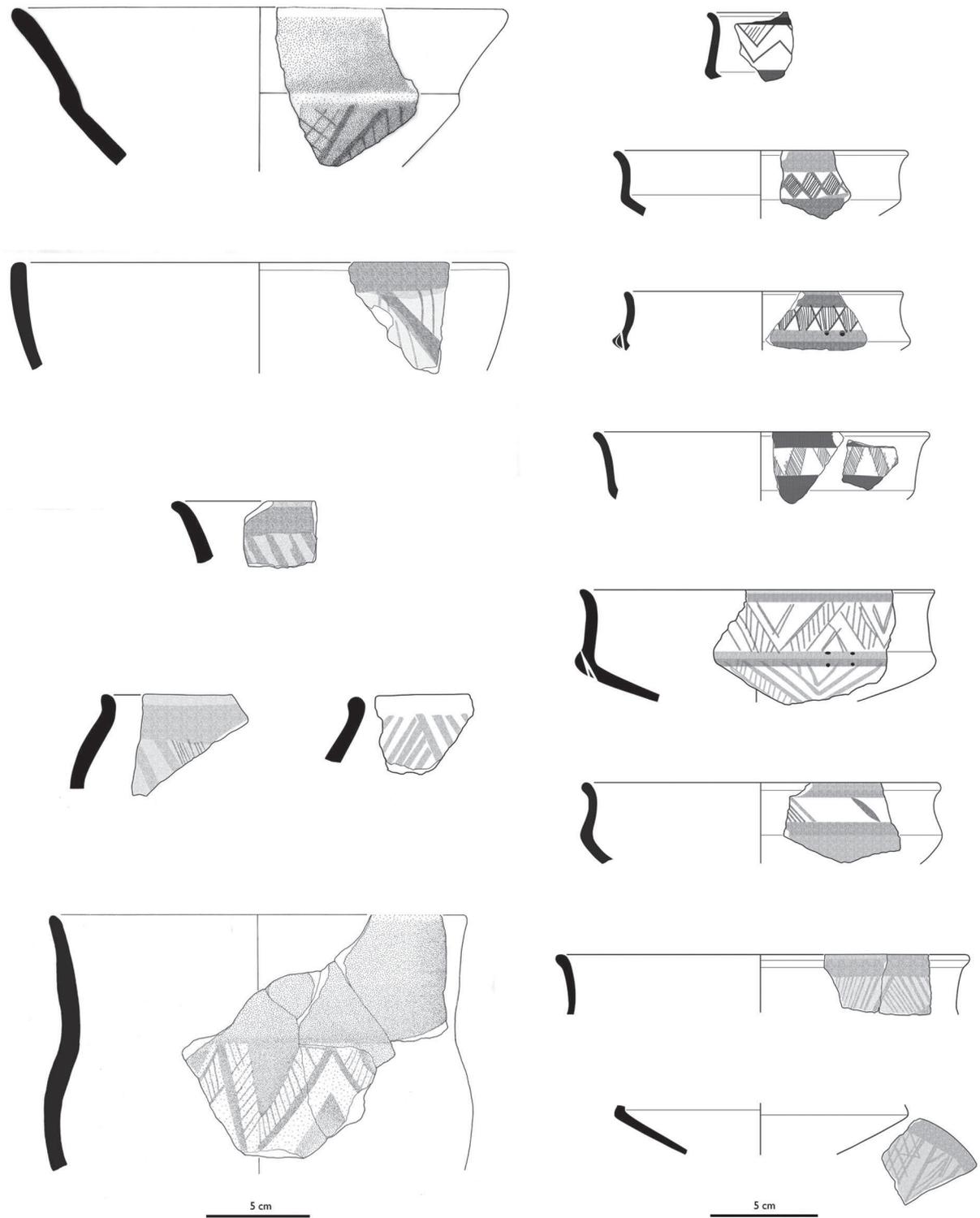
Fig. 9 – Cerâmica de ornatos brunidos de Arraiolos (Almeida *et alii,* 2012).
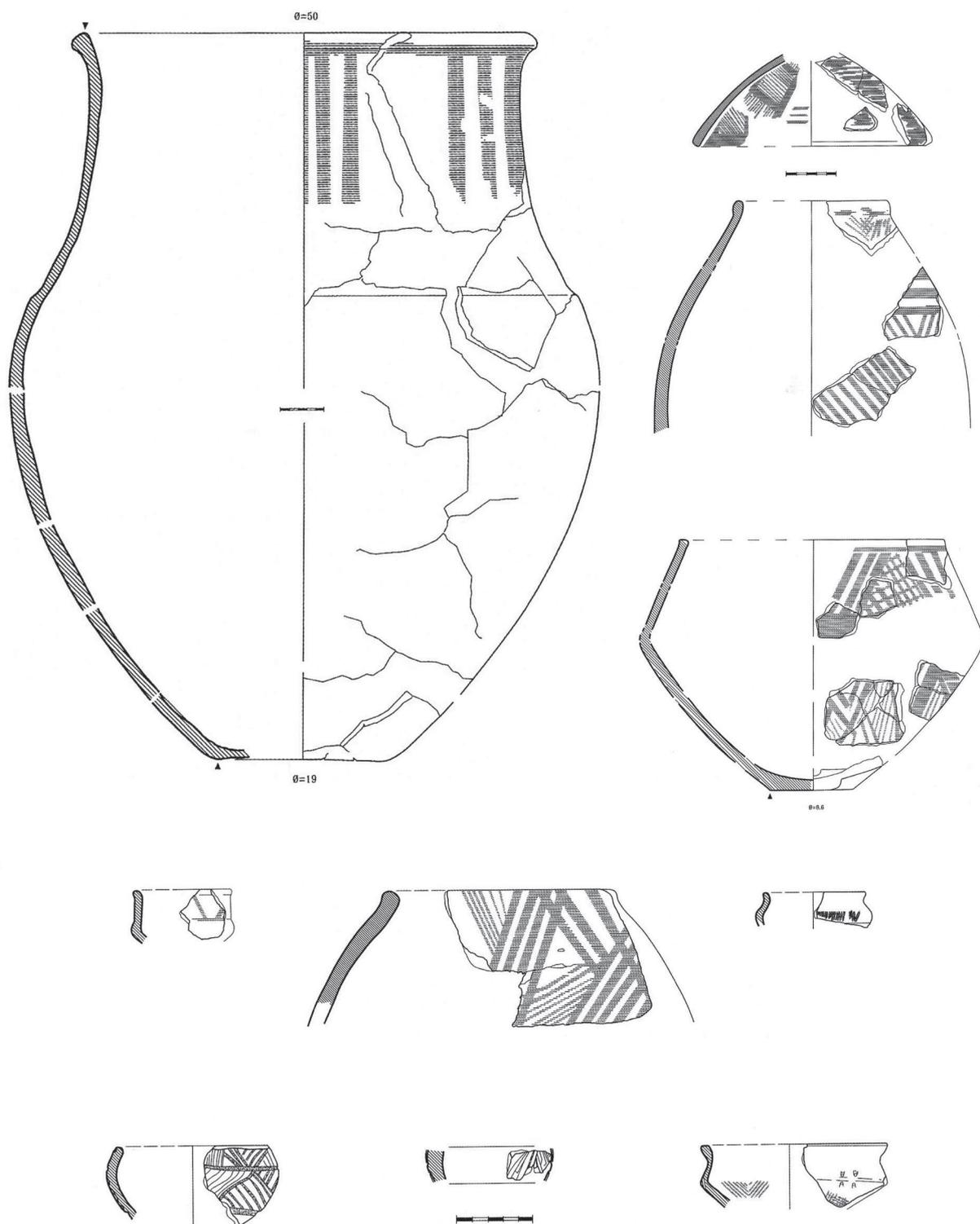
Fig. 10 – Cerâmica de ornatos brunidos do Castro de Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010).

Por linhas brunidas: os “ornatos” do Bronze Final / I Idade do Ferro e a sua comparação com outras cerâmicas decoradas por brunimento

Ana Bica Osório[1]

Resumo

De modo a melhor caracterizar as especificidades das cerâmicas com decorações/*"ornatos"* brunidos do Sudoeste (SO) alargado da Península Ibérica, atribuídas ao Bronze Final/I Idade do Ferro, este texto discute a perenidade e intermitência da utilização da técnica decorativa do brunimento. Os vários casos conhecidos permitem avaliar a utilização diacrónica do brunimento decorativo explorando as principais expressões pictóricas e associações a grupos cerâmicos específicos com esta decoração. Ao mesmo tempo, avaliam-se alguns paralelos internacionais, que são cronologicamente próximos aos grupos peninsulares do Bronze final /I Idade do Ferro. O reconhecimento da perenidade e variabilidade das expressões decorativas permite perceber que esta técnica foi um recurso habitual/comum, utilizado por várias comunidades, e identificar as especificidades que assumiu em finais do II milénio/inícios do I milénio a. C. no Sudoeste Peninsular.

Palavras-chave

Decorações brunidas; Cerâmica; Bronze Final; I Idade do Ferro; Diacronia; Paralelos.

Abstract

In order to characterize Late Bronze Age/ Early Iron Age pattern burnished pottery from the Southwest of the Iberian Peninsula, this text discusses the perennial and intermittent use of burnishing as a decorative technique. The study of known cases allows to assess the diachronic use of decorative burnishing and to recognise the main pictorial expressions seen on specific pottery groups. At the same time, some international parallels, chronologically close to this Southwest pottery, are evaluated. The observation of how decorative burnishing has been used allows its identification as a “normal” resource, used by different communities, and acknowledges the specificities of pattern burnished decoration in the Southwest of the Iberian Peninsula at the end of the second millennium/ beginning of the first millennium BC.

Key-words

Pattern burnished decoration; Pottery; Late Bronze Age; Early Iron Age; Diachronic presence; Parallels.

[1] CEMUC. Doutoranda em Arqueologia (FLUC) *E-mail:* bica_ana@hotmail.com

O brunimento decorativo e as variantes do Bronze Final / Iª Idade do Ferro

Na cultura artefactual proto-histórica, as cerâmicas com decoração brunida são um conjunto quantitativamente reduzido, que faz parte do grupo das cerâmicas decoradas, também minoritárias. Em algumas regiões da Península Ibérica, o brunimento decorativo que forma motivos tendencialmente geométricos (consagrado na literatura portuguesa com o nome de "*ornatos brunidos*") constituiu o principal veículo de expressão pictórica sobre cerâmicas por parte de várias comunidades, grosso modo entre os sécs. XIII e VIII a. C. Este aspecto e a possibilidade de individualizar a categoria a partir de conjuntos morfo-tipológicos muito heterogéneos, como os que caracterizam este período, conduz à sua frequente interpretação como cerâmica "*especial*", na qual se reconhecem funcionalidades de distinção/regulamentação social/ritual, associadas também à expressão identitária das comunidades.

No território português a cerâmica com *"ornatos brunidos"*, foi inicialmente identificada por Cunha Serrão na Lapa do Fumo (Sesimbra) (Serrão, 1959; 1970). Esta cerâmica foi logo relacionada com um outro grupo, identificado no sul de Espanha, que assumira a nomenclatura de cerâmica com "*retícula brunida*" (Carriazo e Raddatz, 1960: 345). A historiografia da classificação destes grupos (Osório, 2008; 2013) permite perceber que desde cedo ambas as categorias assumem uma conotação cronológica com a I Idade do Ferro e depois com o Final da Idade do Bronze, para a qual foram durante algum tempo consideradas um *"fóssil director"*. Mais recentemente porém, considera-se que representam um fenómeno do Bronze Final, patente em cerâmicas de produção manual, com continuidade no início da I Idade do Ferro em materiais também manuais. A continuidade desta decoração é aparentemente mantida, através de fenómenos de hibridização cultural, em materiais feitos a torno, relacionados com cerâmica cinzenta orientalizante (Vallejo, 2005; Gómez Toscano, 2012).

As cerâmicas do grupo feito à mão mostram uma distribuição geográfica particular, porque surgem essencialmente no SO da Península Ibérica, com alguma extensão para NO, sensivelmente até ao rio Zêzere, e para a Meseta (correspondendo à àrea ocupada pelo chamado *"Bronze do Sudoeste"*, mas com uma maior extensão geográfica que extravasa os seus limites tradicionais). Apesar de poderem ser encaradas como um grupo, estas cerâmicas decoradas por brunimento apresentam algumas diferenças estilísticas e morfológicas, revelando uma certa variabilidade com expressão geográfica. As diferenças prendem-se com os motivos decorativos, com as zonas dos recipientes decoradas e a forma dos recipientes. Tradicionalmente distinguem-se três ou quatro áreas geográficas:

– A área de Huelva e Guadalquivir, no sudoeste espanhol, cuja decoração *"em retícula bruñida"* é aplicada sobretudo no interior de formas abertas (López, 1977; Ruiz Mata, 1979; Torres Ortiz, 2002: 125-30; Gómez Toscano, 2007, 2012).

– A área de Lisboa-Setúbal (tipos/estilos "*Lapa do Fumo*" e *"Alpiarça"*) no Ocidente Português, onde a decoração surge tanto em formas abertas como fechadas, predominando a decoração no exterior (Serrão, 1970; Cardoso, 2004: 181).

– A região intermédia entre as outras duas, correspondente à Beira Baixa, Alentejo, Extremadura Espanhola e Algarve, onde a decoração surge tanto em formas abertas como fechadas, no interior, no exterior, ou, simultaneamente, em ambas as superfícies (Gamito, 1990-92; Vilaça, 1995; Silva e Berrocal-Rangel, 2005; Soares, 2005). Hoje em dia propõe-se que o limite mais sul-ocidental desta área se situe nas margens do rio Chança (Gómez Toscano, 2012: 313).

Pode ainda reconhecer-se uma quarta região ou grupo, baseada no reconhecimento de duas variantes de brunimento, propostas por Raquel Vilaça (1995: 282-284). Uma consiste em faixas decorativas de diferentes larguras e contraste cromático (variante A), aqui denominada variante de

traços, e a outra compõe-se de sulcos identificados por ligeiras depressões sobre superfícies brunidas, também de largura variável (variante B), ou variante de sulcos brunidos "*pseudo brunidos*" ou "*pseudo canelados*", que apresentam menor contraste cromático. Vários estudos subsequentes têm continuado a identificar e a reconhecer materiais das duas variantes. A variedade de sulcos brunidos tem-se assumido como uma variante regional das decorações brunidas, relacionada com as regiões da Beira Alta (Sabino, 2000: 62; Osório e Santos, 2003: 402), Beira Baixa (Vilaça 1995: 283-88), Vale do Tejo (Félix, 1999: 735, nota 9; Triães e Félix, 2005:252) e Extremadura Espanhola (Pavón, 1998).
A recente revisão e síntese dos dados publicados para o território português permitiu sistematizar algumas diferenças e semelhanças entre os esquemas decorativos e os seus suportes morfológicos (Osório, 2013: 136-140). No meio da diversidade é possível propor a existência de algumas correlações entre certas formas e alguns esquemas decorativos. Quando se articulam os dados e a proveniência geográfica percebe-se que correspondem grossomodo às áreas tradicionalmente estipuladas, ajudando a defini-las melhor. Relativamente ao território português, a revisão mostrou ainda que é nas regiões do interior que se concentram as maiores quantidades deste grupo de cerâmicas, e que estas surgem em menor quantidade (embora por vezes também expressiva) no litoral (Osório, 2013: 739-40).

No que concerne a cronologia, as primeiras datações absolutas de contextos onde surgem cerâmicas com decorações brunidas revelaram algumas diferenças significativas entre conjuntos de regiões diferentes, mostrando discrepâncias nomeadamente entre a Beira Baixa, cujas datações apontam para o séc. XIII a IX a.C. (Vilaça, 1995) e a Andaluzia para onde se propõem cronologias do séc. XI a VIII/VII a.C. (López, 1977; Ruiz Mata, 1979; Gibson, Correia e Burgess, 1998; Gómez Toscano 2012). Estes dados mostram a existência de alguma assincronia e sincronia entre as realidades observadas e diminuem a relevância deste grupo como "*fóssil director*" indicativo do Bronze Final. O estudo das particularidades técnicas e da cadeia operatória produtiva desta categoria equaciona a sua produção com o contexto local, provavelmente doméstico e permite diminuir a ênfase colocada na definição deste subconjunto como cerâmica "*especial*", revelando que os materiais apresentam muitas características semelhantes a outras cerâmicas suas congéneres, decoradas ou não, dos mesmos períodos (Osório, 2013: 355-57, 376, 392). De facto, a própria semelhança técnica pode dever-se a processos de fabrico comuns ao universo cerâmico do Bronze Final /I Idade do Ferro, à utilização de matérias-primas provenientes de substratos geológicos locais com ampla extensão geográfica e à utilização de técnicas e estratégias de cozedura aparentemente também semelhantes (Osório, 2013: 358, 373 e ss.).

Uma vez que é sobretudo a expressão decorativa que distingue este subconjunto dos outros da mesma época, é interessante observar, por um lado, como é que a técnica do brunimento foi sendo usada na diacronia e, por outro, integrá-la no contexto internacional sincrónico do Bronze Final/ I Idade do Ferro. A grande utilidade arqueológica deste tipo de abordagem passa por entender o brunimento como uma estratégia decorativa comum, presente na diacronia e num amplo território. Só assim se pode tentar compreender de que forma é que a manufactura desta cerâmica no Bronze Final/I Idade do Ferro peninsulares revela algumas particularidades técnicas e um característico "*gosto estético*", estilístico ou expressivo destas comunidades, distinto dos períodos prévios e subsequentes, ou de regiões relativamente às quais se propõe a existência de alguns contactos.

Decorações brunidas na diacronia e a especificidade do Bronze Final / I Idade do Ferro

A aplicação da decoração brunida a superfícies cerâmicas como técnica decorativa identifica-se no Crescente Fértil pelo menos desde o V milénio a. C. e posteriormente evidencia-se em diversas

culturas e cronologias de vários pontos da Europa (López, 1977). Para além do Bronze Final/ Ferro Inicial, na Península Ibérica é frequente encontrar superfícies brunidas no Neolítico e Calcolítico. Neste texto o tratamento superficial brunido não é considerado explicitamente decorativo e interessa discutir sobretudo os casos em que o brunimento é utilizado para criar motivos decorativos.

Assim, no Calcolítico peninsular, além das superfícies brunidas, também se identifica decoração brunida. São os casos de alguns motivos tipo *"folha de abeto"* em *"recipientes de importação"* indicados por Schubart (1971: 171), que correspondem a sulcos brunidos identificados em copos calcolíticos, como os de Vila Nova de S. Pedro (Fig. 1, 3-4) (Ferreira, 2003); ou da decoração no interior de taças de bordo espessado e/ou almendrado (Fig. 1, 1-2) (Valera e Filipe, 2004: 39) (Fig. 1).

A decoração dos copos foi durante muitos anos associada ao grupo das cerâmicas caneladas das penínsulas de Lisboa e Setúbal. No entanto, de acordo com Victor Gonçalves (2009: 247-48), os copos devem ser distinguidos por representarem um processo decorativo e composição diferentes (Fig. 1, 3-4). De facto, os copos são geralmente brunidos nas superfícies e incluem uma decoração complexa, organizada na vertical, enquadrada por *"caneluras"* horizontais apenas no topo e na base (Gonçalves, 2009: 247-48; Amaro, 2008: 6). As caneluras são mais profundas e os outros motivos decorativos, mais ténues, podem apresentar aspecto de decoração brunida, como se vê no exemplar de Vila Nova de S. Pedro (Fig. 1, 3-4). Inicialmente classificados como cerâmica de importação os copos são hoje considerados de fabrico indígena, muito embora se mantenha que as decorações se aproximam dos modelos do Mediterrâneo Oriental, pois na Pré-história ibérica não se observam outros casos de organização vertical da decoração (Amaro, 2008: 6; Gonçalves, 2009: 247-48).

Quanto às taças de bordo *"espessado"* ou *"almendrado"* decoradas no interior (Fig. 1, 1-2), na Extremadura atribuem-se ao Calcolítico Inicial (Cardoso, 2009:105) e, mais a Sudoeste, possivelmente ao Calcolítico Pleno (Valera e Filipe, 2004: 36; Cardoso, 2009: 105). As taças podem apresentar motivos radiais ou reticulados mas apesar de a decoração ser frequentemente canelada, em alguns casos, como nas taças e pratos de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), pode ser brunida (Fig. 1, 1-2). Neste caso *"o brunimento pode ser intenso, formando quase um pequeno sulco, ou superficial, distinguindo-se pelo brilho"* (Valera e Filipe, 2004: 39).

Como se percebe, a decoração brunida calcolítica surge em cerâmicas tipicamente classificadas como *"caneladas",* ou com congéneres caneladas. Além disso, como diz Schubart, diferencia-se da decoração brunida da Idade do Bronze tardia pois as superfícies também são brunidas e não se obtém o mesmo contraste ou *"efeito de cor"* (Schubart, 1971: 171).

Na Idade do Bronze (inicial ou médio dependendo da região), a utilização do brunimento na criação de motivos decorativos parece cair em desuso. No entanto, no Sudoeste, nesta fase observa-se que o tratamento superficial por brunimento continua a ser aplicado em formas comuns ou em outras mais individualizadas, algumas das quais decoradas por outras técnicas (ex. garrafas de gomos; taças tipo Santa Vitória).

Ainda a respeito do Bronze Médio, é importante notar que a revisão de materiais e contextos tem mostrado que, mesmo na Estremadura, continuam a surgir cerâmicas decoradas por sulcos ou ténues traços brunidos, geralmente sobre superfícies brunidas, algumas das quais tinham sido previamente atribuídas ao Bronze Final. É o caso do recipiente tipo garrafa das Grutas do Poço Velho, em Cascais, decorado com caneluras brilhantes, revisto recentemente por Victor Gonçalves (2009a), e agora integrado na I Idade do Bronze. Note-se ainda que, já em 1990-92, Júlio Roque Carreira apontava semelhanças entre este recipiente e as caneluras brilhantes de cerâmicas do povoado do Catujal, integrado no Bronze Médio (Carreira, 1990-92: 241).

O reconhecimento da tradição decorativa brunida em que o contraste bícromo não é evidente e que se relaciona com cerâmicas caneladas de superfícies brunidas faz lembrar a variante

de *"sulcos"* identificada por Raquel Vilaça sobre formas da Idade do Bronze, na Beira Interior, e relança a questão sobre a especificidade e a diferença de contraste cromático das cerâmicas com *"ornatos brunidos"* (Fig. 1 5-8) do Bronze Final/ I Idade do Ferro do Sudoeste alargado da Península Ibérica.

Nesta avaliação diacrónica é ainda importante indicar que, após o Bronze Final, não só na transição para a I Idade do Ferro mas também na II Idade do Ferro (Fig. 1, 9-10) e mesmo no período pré-romano e romano, a decoração brunida não desaparece. No caso da I Idade do Ferro, surgem alguns exemplares, modelados a torno, decorados no interior de peças relacionadas com cerâmicas cinzentas do sul da Península ibérica. Ao mesmo tempo, surgem também entre as cerâmicas cinzentas orientalizantes, recipientes abertos e fechados brunidos em bandas horizontais. O brunimento destes recipientes é composto por faixas brilhantes, mais ou menos regulares, geradas durante a rotação do torno. Podem surgir em todo o corpo cerâmico ou preferencialmente na área do bordo. Normalmente, a alternância de faixas brunidas e não brunidas não é considerada decoração, no entanto é de questionar se esse efeito não pode ser intencional, como forma de acabamento ou até decoração que enfatiza formas obtidas com o movimento do torno. De facto, é interessante notar que estas peças coexistem com outras cerâmicas decoradas por faixas pintadas, essas sim consideradas decorativas.

Outro grupo de cerâmicas manuais decoradas por brunimento surge no Noroeste Peninsular. É possível que as raízes deste fenómeno decorativo tenham bases em níveis do Bronze Final pois conhecem-se brunidos/espatulados verticais ou irregulares em sítios como o Castro de S. Julião (Vila Verde) ou na Bouça do Frade (Baião) (Martins, 1985; Martins, 1987: 50 e Est. XI; Jorge, 1988: 71-72), que têm sido considerados decorativos pois parecem imitar a *"decoração brunida"*. Apesar disso, o brunimento desta altura e região não parece traçar claros motivos decorativos. No entanto, já em 1974, Carlos Alberto Ferreira de Almeida dava conta da existência de cerâmicas com decoração brunida em castros do Norte de Portugal, indicando que *"há também nesta zona castreja cerâmica escura, com decoração brunida, mas é mais tardia e com formas mais evoluídas que a da Idade do Ferro do Sul da Península"* (Almeida, 1973-74). Essa decoração brunida mais tardia que surge no Noroeste permite mais facilmente avaliar a intenção decorativa e parece surgir na I Idade do Ferro da região, apresentando maior desenvolvimento na II Idade do Ferro (Esparza Arroyo, 2011; Marín, 2012: 171). As decorações brunidas destas cerâmicas consistem essencialmente em traços paralelos verticais ou oblíquos, que se repetem em bandas horizontais, ou em motivos reticulados desenhados no exterior de recipientes globulares (Fig. 1, 9-10).

Possivelmente relacionada com a anterior, interessa ainda referir a decoração brunida, tanto em sulcos como em traços, que surge em cerâmica cinzenta fina (Fig. 2, 1-6) atribuída às populações indígenas durante a romanização, entre os sécs. III/II a.C. e o séc. I d.C. (Alarcão, 1974: 62; Soeiro, 1981-82). Os trabalhos de Carlos Marín Suarez têm vindo a propor que é possível distinguir a cerâmica cinzenta fina da II Idade do Ferro da que tem continuidade no período romano alto imperial, através do estudo das cadeias operatórias de produção que as caracterizam (Marín, 2012). (Fig. 2)

Posteriormente, identifica-se decoração brunida bem mais simples (normalmente em traços mais ou menos verticais, horizontais ou ziguezagues) em cerâmica medieval, dos sécs. X a XI (Fig. 2, 7-8) e também dos sécs. XII a XIII d.C. (Fig. 2, 9-10) (Rodrigues, 1994; Gil, 2011). No séc. XVI o brunimento é muito simples e em alguns casos, em que ocupa a maioria da superfície, é discutível se se deve considerar decorativo ou se se prende com funcionalidades de impermeabilização. Em outros recipientes porém, a mudança de orientação das linhas brunidas seguindo ou contrastando com as modificações de perfil morfológico das peças e o espaçamento das linhas brunidas sugerem uma intencionalidade decorativa (Fig. 2, 11).

Mais tarde, e mostrando alguma associação com cerâmicas negras, a decoração brunida é observada em decorações artesanais de cerâmicas negras contemporâneas do Norte do país entre os sécs. XIX e XX. Apesar de haver alguma ligação entre a decoração brunida e os tons escuros, isto não significa que surja apenas em recipientes alvo de cozeduras com atmosferas ricas em carbono, vários exemplos de decorações Medievais, Modernas e Contemporâneas contrariam essa ideia como se pode ver na Fig. 2 e de que são também exemplo as cerâmicas contemporâneas de Miranda do Corvo ou Estremoz observadas por Charles Lepierre (1899: 48, 82).

A decoração brunida no exterior da Península

Embora sem assumirem a mesma importância no panorama da investigação arqueológica, há vários exemplos de cerâmicas com decoração feita por brunimento na Europa Ocidental e no Mediterrâneo, no mesmo período ou em períodos temporalmente próximos. São disso exemplo as cerâmicas "*a stralucido*" italianas, as cerâmicas *"pattern brurnished"* ou "*stroke burnished*" e das cerâmicas com decorações *"lissés*" do centro da Europa (Torres Ortiz, 1999: 30-32).

Se se considerasse que as cerâmicas com decorações brunidas seriam exclusivas do Bronze Final, os paralelos seriam em menor número, mas a partir do momento em que se admite que a técnica decorativa continua a ser utilizada na I Idade do Ferro e que surge também em recipientes a torno, os paralelos aumentam. Uma das características desse paralelismo é que ele se observa apenas no uso da técnica decorativa mas não é extensivo à morfologia. De facto, a morfologia reproduz sempre tendências locais/regionais.

a) cerâmicas *"a stralucido"* nurágicas

Já em 1971 Schubart (1971: 176-177) comparava as cerâmicas com decoração brunida às cerâmicas *"a stralucido"* da Sardenha. Os paralelos encontravam-se entre as cerâmicas de *Monte Claro,* datado de 1200 a 1000 a.C., e também da fácies nurágica da Idade do Ferro. De acordo com Torres Ortiz (2002: 126) a correlação das decorações brunidas e *Monte Claro* deveria ser descartada porque hoje se considera que os níveis de *Monte Claro* correspondem ao Calcolítico de finais do III milénio/ inícios do II milénio a.C. Embora os níveis de *Monte Claro* possam não se relacionar com o fenómeno do Bronze Final (mas curiosamente se relacionem cronologicamente com o Calcolítico Peninsular), é possível estabelecer algumas correlações com as da fácies nurágica.

De facto, Claudio Giardino (1995) mostra que a presença de cerâmicas *"a stralucido"* na Sardenha não é excepcional e surge em vários sítios, tais como os complexos nurágicos de *Genna Maria; Sardara; Barumini; Bidistili-Fonni; Cuccuru Nuraxi di Settimo S. Piero; Nurage de Sa Madra; Nurage de Giua di Ossi.* Embora quantitativamente estes fragmentos pareçam ser menos significativos que no Sudoeste peninsular, Giardino reconhece que *"é muito provável que a presença destes materiais, que até agora não foram objecto de estudo específico, seja na realidade bem mais numerosa"*[2] (Giardino, 1995: 249).

A cronologia do período Nurágico na Sardenha foi também reavaliada, nas últimas décadas, com recurso a datações absolutas. Hoje considera-se que teve início no Bronze Médio e continuou até à I Idade do Ferro. A maior parte do seu desenvolvimento é sincrónica com o Bronze Tardio e Final

[2] "*É pero assai probabile che le attestazioni di questi materiali, sino ad ora non oggeto di specifici studi, siano en realtà ben piú numerose"* (Giardino, 1995: 249).

da Península Ibérica (Torres Ortiz, Ruíz-Gálvez e Rubinos, 2005: 169, 192). Por isso, as cerâmicas com decoração a *stralucido* desse período Sardo podem hoje enquadrar-se no Bronze Final (séc. XIII a XI a.C.) e inícios da Idade do Ferro (séc. VIII a.C.).

A observação dos desenhos (Fig. 3. 1-2) e de algumas peças que se pôde fotografar em visita ao *Museo Archeologico Nazionale* em *Cagliari* (Fig. 3. 3-5) permite perceber que os motivos decorativos sardos são semelhantes aos da Península Ibérica mas aparentemente menos variados (bandas decorativas na região dos bordos – tanto no interior como no exterior; sequências de traços paralelos tipo escaleriforme; ziguezagues; motivos radiais a preencher o interior de taças carenadas). Além disso, também na Sardenha Nurágica se observam as duas variantes de traços brunidos sobre superfícies mais mate e sulcos brunidos sobre superfícies bem brunidas (Fig. 3, 3 e 5). A grande diferença entre os grupos peninsulares e as cerâmicas com decoração brunida nurágica diz respeito, não só aos contextos de achado, mas também aos tipos formais decorados (Fig. 3, 3-4) (Fig. 3).

b) decoração brunida na Europa Ocidental

Teresa Gamito (1990-92) sugere que se devem procurar as origens da especificidade da cerâmica com decoração brunida peninsular na Europa Ocidental. Assim, nota que no segundo período da cultura de *Golasecca* surgem cerâmicas decoradas por brunimento que, segundo a autora *"se transmitem às culturas de Hallstatt e daqui à Boémia e Europa Central"*. Indica ainda que "*a sua presença é detectada por Bonsor, nos seus trabalhos sobre o sul de Espanha em 1899, mas não lhes confere o interesse e atenção que Cunha Serrão lhes veio a dedicar, passando assim praticamente despercebidas"* (Gamito, 1990-92: 291).

A observação do que tem sido dito acerca deste grupo de materiais levanta algumas dúvidas que só poderão ser mais cabalmente esclarecidas com a observação das peças, o que não foi possível para este trabalho. De facto, no catálogo da exposição *"Golasecca: du commerce et des hommes à l'Âge du fer, VIIIe-Ve siécle av. J. C."* (Lorre e Cicolani, 2009) é possível observar imagens de algumas produções deste tipo, aparentemente com decoração brunida da Idade do Ferro. No entanto, é de notar que a descrição das peças da fase I de *Golasecca* deixa algumas dúvidas se as peças são brunidas ou pintadas pois são descritas como *"peints en noir réalisés a stralucido"* (Lorre e Cicolani, 2009: 28). Por outro lado, outras peças da fase II de *Golasseca*, embora apresentem as superfícies tratadas *"au brunissoir"*, apresentam uma decoração negra, frequentemente reticulada que é relacionada com pintura a negro e não com brunimento (Lorre e Cicolani, 2009: 88). Conhecem-se no entanto outros recipientes, muito idênticos, feitos a torno lento, apresentadas por exemplo na paginaweb dos bens culturais da Lombardia (http://www.lombardiabeniculturali.it/reperti-archeologici) e cujas descrições as classificam como decoradas *"a stralucido"* ou *"a stralucido nero"* (Fig. 3, 6-9). Apesar de estas peças serem atribuídas à II Idade do Ferro, entre o séc. VI e V a.C., seria interessante comparar os atributos deste brunimento, ou *stralucido,* com o das peças peninsulares.

Dada a cronologia destes materiais, é evidente que não são contemporâneos das peças do Bronze Final /I Idade do Ferro peninsulares, e que, ao contrário do que sugeria Teresa Gamito, não podem explicar a sua origem. No entanto é interessante notar a grande bicromia decorativa e a repetição de triângulos e motivos em retícula que, efectivamente, lembram os motivos de algumas peças peninsulares do Bronze Final. Relembre-se ainda que estes recipientes de *Golasecca* podem preceder ou ser contemporâneos da decoração brunida castreja do Noroeste peninsular na II Idade do Ferro a que já se aludiu, embora os esquemas decorativos e morfológicos não sejam idênticos.

c) cerâmicas *"stroke burnished"*

Quanto às cerâmicas *"stroke burnished"*, Schüle (1969) e Schubart (1971) indicavam alguns paralelos com materiais dos estratos IV e V de *Meggido* (Israel), mas Torres Ortiz (1999: 32) descarta as semelhanças

porque as peninsulares são produzidas manualmente e os motivos decorativos são distintos. A discussão diz respeito a atributos tecnológicos e às discrepâncias regionais peninsulares, resultantes do facto de inicialmente se ter encarado este grupo de cerâmicas como um todo.

De facto, hoje, propõe-se a modelação a torno para algumas cerâmicas do Ferro inicial da região de Huelva. No que se distinguem das cerâmicas do Centro e Ocidente Peninsular em relação às quais se equaciona a produção manual. O autor (1999: 32) nota que os níveis de *Meggido* são coetâneos com o início das produções com decoração brunida interna na Península e ainda que deste sítio procede uma fíbula de cotovelo, com inúmeros paralelos peninsulares.

Especificidades da decoração brunida do Bronze Final / I Idade do Ferro no Sudoeste alargado da Península Ibérica

Dado o panorama atrás traçado, identificam-se cerâmicas com motivos decorados por brunimento numa longa diacronia que tem início no Calcolítico, parece surgir pontualmente no Bronze Médio, ganha alguma relevância no Bronze Final, Idade do Ferro, e ressurge com relevância intermitente, por vezes em regiões distintas, na II Idade do Ferro, período Romano, Medieval, Moderno e mesmo Contemporâneo. Os paralelos internacionais mais próximos geográfica e cronologicamente para as cerâmicas da transição entre o II e o I milénio a.C. encontram-se na Sardenha Nurágica. As cerâmicas que se identificam na cultura de *Golasecca* são mais tardias e, pelo menos aparentemente, surgem em momento simultâneo ou posterior à perda de importância do grupo do Sudoeste Peninsular.

Em síntese, quando se observa a utilização da técnica decorativa do brunimento, tanto na variedade de sulcos como de traços, o que sobressai é a simplicidade das técnicas, associadas a práticas, cadeias operatórias de produção e lógicas de troca / comércio muito distintas. Sobressai ainda a perenidade e a intermitência com que surgem alguns motivos decorativos, tais como as sequências de linhas paralelas verticais (frequentemente enquadradas em outras horizontais), os motivos em espinha, os reticulados e os ziguezagues.

Quando observada na diacronia e na transversalidade dos territórios, a especificidade das decorações brunidas do Bronze Final/I Idade do Ferro do Sudoeste alargado, não está então tanto nas técnicas em si (embora a técnica que produz a variante A, em traços, seja a mais característica e inovadora nessa altura), nem em muitos dos motivos decorativos, mas essencialmente na sua aplicação a suportes morfológicos característicos desse período (taças carenadas, pratos/taças com ressalto e bordo extrovertido; recipientes semi-esféricos de colo bem desenvolvido ou recipientes bi-troncocónicos também com colo, etc.) e na concepção das composições decorativas aplicadas a esses suportes.

Outro aspecto importante é que no Bronze Final/I Idade do Ferro, se observa a coexistência de um estilo decorativo brunido muito simples (preferencialmente em sulcos brunidos, variante B, mas não exclusivamente), presente sobretudo nas Beiras e curso do Tejo até à Península de Lisboa e Setúbal (Fig. 4, 1), com outro estilo onde a decoração é mais profusa (conotada tendencialmente com a variante A em traços, sem ser também exclusiva) que apresenta motivos geométricos variados (Fig. 4, 2) (Osório 2013: 136-140). No dito estilo simples apenas se decoram no exterior (por traços ou sulcos) as áreas de carena ou ombro de formas abertas e fechadas com traços paralelos, convergentes ou formando retícula (Fig. 4, 1). O estilo mais complexo ou profuso geralmente desenha motivos geométricos intrincados e pode surgir nas várias superfícies (Fig. 4, 2). Quando está presente no exterior das peças pode limitar-se à decoração do bordo, acima da carena / ombro;

localizar-se apenas na área abaixo do bordo; ou ocupar a totalidade dos recipientes (no exterior, interior de formas abertas ou em ambas as superfícies) (Osório 2013: 136-40) (Fig. 4).

No caso da decoração profusa observa-se uma grande diversidade de motivos geométricos (triângulos, losangos, rectângulos, que podem ser preenchidos, deixados em reserva ou, no caso dos triângulos, aparecer raiados; e ainda retículas e escaleriformes). No caso das decorações externas,§ os motivos podem organizar-se em composições complexas articuladas em sequências horizontais que frequentemente aproveitam os ângulos de mudança de perfil morfológico como eixos de simetria (organização horizontal de sequências sobrepostas ou invertidas) ou, no caso de formas abertas (externas ou internas), podem apresentar composições organizadas por traços/reserva de orientação convergente relativamente ao fundo (esquemas de composição radial simples ou assente em triângulos que parecem formar uma estrela, organização radial por quadrantes, etc.). Esta profusão decorativa e por vezes um certo *"horror vacuum"* contrastam com alguma monotonia composicional e de elementos decorativos presente em vários outros períodos.

As características morfológicas, os motivos decorativos e também as suas composições, aproximam as decorações de "*ornatos brunidos*" da decoração obtida por outras técnicas decorativas durante o mesmo período, tais como a decoração incisa; incisa de tipo Baiões/Santa Luzia; pintada a vermelho de tipo Carambolo/ Guadalquivir I ou São Pedro/ Guadalquivir II, etc. Como se disse, o brunimento decorativo perdura diacronicamente na I Idade do Ferro, não só entre as cerâmicas manuais mas, em algumas regiões, também entre peças produzidas a torno. A intensidade deste *"gosto decorativo"* parece porém não ser tão acentuada como no período imediatamente anterior até que, pelo menos durante um certo hiato temporal, praticamente desaparece do Sudoeste, por volta dos sécs. VI/V a.C.

Agradecimento

A autora gostaria de agradecer a Sara Almeida, Ricardo Costeira da Silva, Diana Fernandes e Miguel Rocha pela autoria e cedência de algumas das fotografias e desenhos que ilustram este trabalho.

Bibliografía

ALARCÃO, J. (1974) – Cerâmica comum local e regional de Conímbriga. *Suplemento Biblos*. Coimbra. 8.
ALMEIDA, C. A. F. (1973-74) – Influências Meridionais na Cultura Castreja. *Revista da Faculdade de Letras* - Série de História. Porto. Série IV-V, pp.197-207.
ALMEIDA, S. O., SILVA, R. C. e OSÓRIO, A. (2012) – O povoado de S. Pedro de Arraiolos (Alentejo, Portugal) - Novos dados para o seu conhecimento. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 229-247.
AMARO, G. C. (2008) – Los "copos canelados" como marcadores territoriales - una propuesta de interpretación de la decoración. *Sapiens: História, Património e Arqueologia.* (http://www.revistasapiens.org). 0, pp. 5-22.
CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a. C. até à chegada dos Romanos: Um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12.
CARDOSO, J. L. (2009) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:1, pp. 73-114.
CARREIRA, J. R. (1990-92) – As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das Grutas do Poço Velho (Cascais). *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV, 8-9, pp. 229-46.
CARRIAZO, J. M. e RADDATZ, K. (1960) – Primicias de un corte estratigráfico en Carmona. *Archivo Hispalense*. Sevilla. 33:103-104, pp.333-69.
ESPARZA ARROYO, A. (2011) – Etnicidad y Arqueología en Astúria. *In* BUENO, P., GILMAN, A., MARTÍN, C. e SÁNCHEZ-PALENCIA, F. (eds.) *Arqueología, Sociedad, Território y Paisaje*. *Estudios sobre Prehistoria reciente, Protohistória y transición al Mundo Romano*, en homenaje a Mª Dolores Fernández Posse. Madrid: CSIC. Bibliotheca Prehistorica Hispana. 28, pp. 291-310.
FÉLIX, P. (1999) – O final da Idade do Bronze no Centro-Oeste Peninsular: a Contribuição do Ribatejo Norte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Volume Especial II, pp. 715-40.
FERREIRA, S. D. (2003) – Os copos no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 6:2, pp.181-228.
GAMITO, T. J. (1990-92) – A cerâmica de retícula brunida do Castro dos Ratinhos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8-10, pp. 277-98.
GIARDINO, C. (1995) – Ceramica con decorazione a stralucido. In *Il Mediterraneo Occidentale fra XIV ed VIII secolo a.C. Cerchie minerarie e metallurgiche*. London: Archaeopress. BAR International Series. 612, pp. 249-52.
GIBSON, C., CORREIA, V. G. e BURGESS, C. B. B. S. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A preliminary Report on the excavation at the Late Bronze Age to Medieval site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology.* Porto. 0, pp.189-244.
GIL, L. C. V. (2011) – *O Castelo de Porto de Mós: da arqueología à arquitectura uma visão de complementaridade*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
GÓMEZ TOSCANO, F. (2007) – Cerámicas del Bronce Final en Huelva (1200-600 A.C.). Nueva Tipología para Explicar su Amplitud Cronológica. *Tabona, Revista de História y Arqueología.* La Laguna. 16, pp. 85-100.
GÓMEZ TOSCANO, F. (2012) – El Bronce Final en el Bajo Guadiana: Huelva y la resolución de un paradigma. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA. LXII, pp. 309-326.
GONÇALVES, V. S. (2009) – Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na Península de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 17, pp. 237-60.
GONÇALVES, V. S. (2009a) – *As ocupações Pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais).* Cascais: Câmara Municipal. Colecção CTA (Cascais Tempos Antigos).
JORGE, S. O. (1988) – O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal. Porto: *GEAP.* Monografias Arqueológicas. 2.
LEPIERRE, C. (1899) – *Estudo Chímico* e *Technologico sobre Ceramica Portugueza Moderna.* Lisboa: Imprensa Nacional.
LÓPEZ, C. R. (1977) – La ceramica con decoración bruñida en el suroeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria.*

Madrid. 34, pp. 341-70.
LORRE, C. e CICOLANI, V. (2009) – *Du commerce et des hommes à l'âge du Fer: Golasecca (VIIIe-Ve siécle av. J.C.)*. Paris: Réunion des Musées Nationaux.
MARÍN, C. (2012) – La cerámica de la Edad del Hierro en el sector centro-occidental cantábrico. *Munibe (Antropologia-Arkeologia).* Donostia – San Sebastián. 63, pp.165-98.
MARTINS, M. (1985) – A ocupação do Bronze Final da Citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* Porto. 25:2-4, pp.197-240.
MARTINS, M. (1987) – A Cerâmica Proto-Histórica no Vale do Cávado: Tentativa de Sistematização. *Cadernos de Arqueologia.* Braga. Série II, 4, pp. 35-77.
OSÓRIO, A. (2008) – Cerâmica de ornatos brunidos do Bronze Final. Em busca do processo de produção. Estudo preliminar de um conjunto proveniente do Castelo de Arraiolos (Évora, Alentejo). In *Actas de las Jornadas Jóvenes en Investigación Arqueológica. Dialogando con la cultura material.* Madrid: C.E.R.S.A. 1, pp. 199-206.
OSÓRIO, A. (2013) – *Gestos e Materiais: Uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações brunidas do Bronze Final*. Dissertação de Doutoramento na especialidade de Arqueologia apresentada ao Departamento de História Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
OSÓRIO, M. (2008) – *Proto-História, Peças Arqueológicas (Catálogo)*. Museu do Sabugal, Colecção Arqueológica. Sabugal: Sabugal +, pp. 53-69.
PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998) – *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Intervenciones Arqueológicas (1993).* Mérida: Memórias de Arqueología Extremeña. 1.
RODRIGUES, M. C. L. B. (1994) – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (sécs. XII a XIII).* Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
RUIZ MATA, D. (1979) – El Bronce Final - fase Inicial - en Andalucia occidental. Ensayo de definición de sus cerámicas. *Archivo Español de Arqueología.* Madrid: CSIC. 52, pp. 3-19.
SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardio en el Sur y Oeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid. 28, pp.153-82.
SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel.* Berlín: Walter de Gruyter.
SERRÃO, E.C. (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 337-59.
SERRÃO, E.C. (1970) – As cerâmicas de «retícula bruñida» das estações arqueológicas espanholas e com «ornatos brunidos» da Lapa do Fumo". In *Actas das I Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1969). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, pp. 271-308.
SILVA, A. C. e BERROCAL-RANGEL, L. (2005) – O Castro dos Ratinhos (Moura), povoado do Bronze Final do Guadiana: primeira campanha de escavações (2004). *Revista Portuguesa de Arqueología.* Lisboa. 8:2, pp.129-76.
SOARES, A. M. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, pp.111-45.
SOEIRO, T. (1981-82) – Monte Mozinho: Cerâmica Cinzenta Fina. *Portugália.* Porto. Nova Série, 2-3, pp. 97-120.
TORRES ORTIZ, M. (1999) – *Sociedad y Mundo funerario en Tartessos.* Madrid: Real Academia de Historia.
TORRES ORTIZ, M. (2002) – Tartessos. Madrid: CSIC. *Bibliotheca Arqueológica Hispana.* 14.
TORRES ORTIZ, M., RUIZ-GÁLVEZ, M. e RUBINOS, A. (2005) – La Cronología de la Cultura Nurágica y los inicios de la Edad del Hierro y de las colonizaciones históricas en el mediterráneo Centro-cidental. Una aproximación desde la cronologia radiocarbónica y el registro arqueológico. In RUÍZ-GALVÉZ, M. (ed.). *Território Nurágico y Paisaje Antiguo: la Meseta de Pranemuru (Cerdeña) en la Edad del Bronce*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Complutum. 10, pp.169-94.
TRIÃES, R. e FÉLIX, P. (2005) – The Late Bronze Age and Early Iron Age pattern-burnished decorated pottery in Western Iberia: Contribution to an evaluation of its regional distribution and stylistic characterization. In *Actes du XIVéme Congrés UISPP,* Liége, 2001, Sectión 11. L'Âge du Bronze en Europe et en Mediterrânée. Vol. 1. Oxford: Archaeopress. BAR International Séries 1337.
VALERA, A. C. e FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). Novos dados e novas

problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste Peninsular. *Era Arqueologia*. Lisboa. 6, pp. 29-61.
VALLEJO, J. I. S. (2005) – Las cerámicas grises orientalizantes de la Península Ibérica: una nueva lectura de la tradición alfarera indígena. In JIMÉNEZ, ÁVILA, J. (ed.) *El periodo orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental.* Mérida: Anejos de AEspA, 35, pp. 1149-1172.
VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR. Trabalhos de Arqueologia. 9.
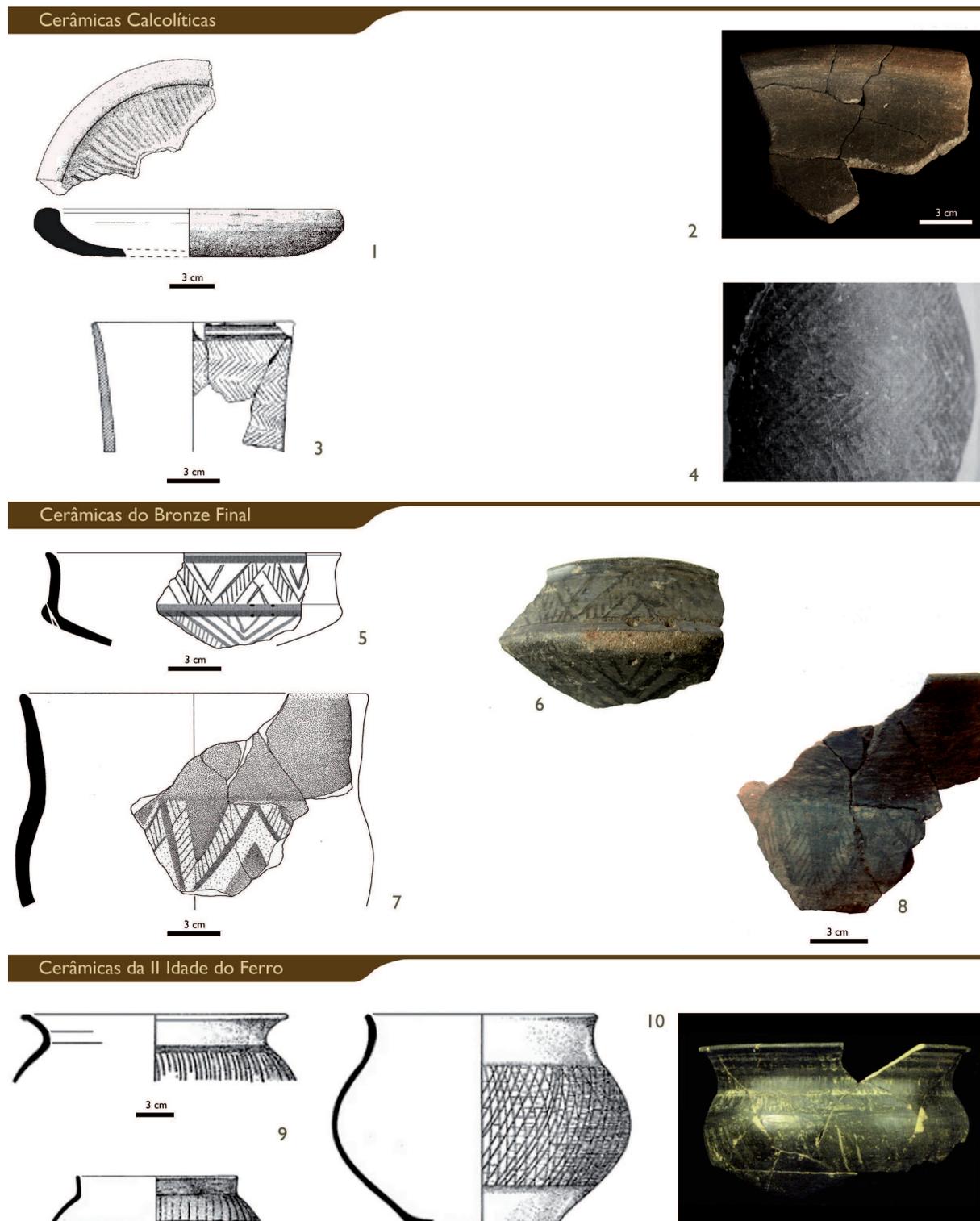
Fig. 1 – Decoração brunida pré e proto-histórica.

Fig. 2 – Decoração brunida de épocas históricas.

Fig. 3 – Paralelos internacionais de decorações brunidas da Idade do Bronze e Ferro.
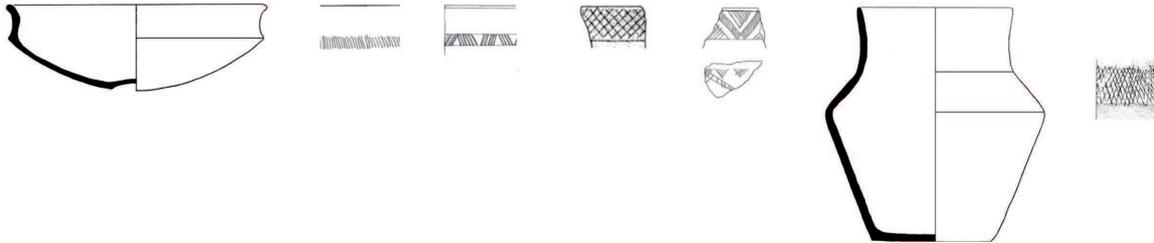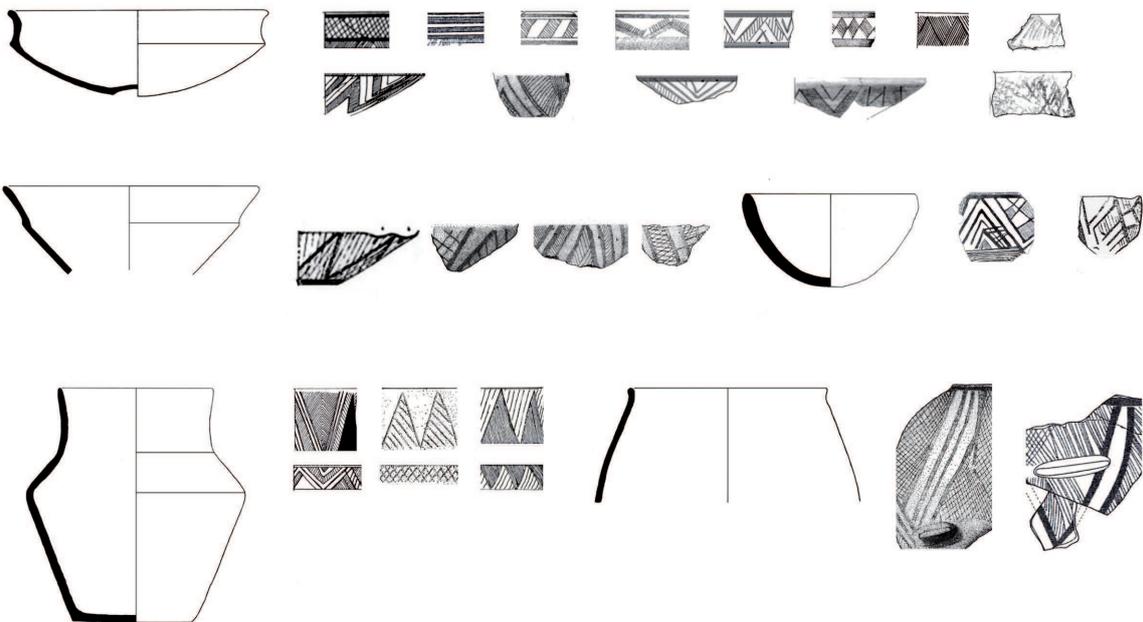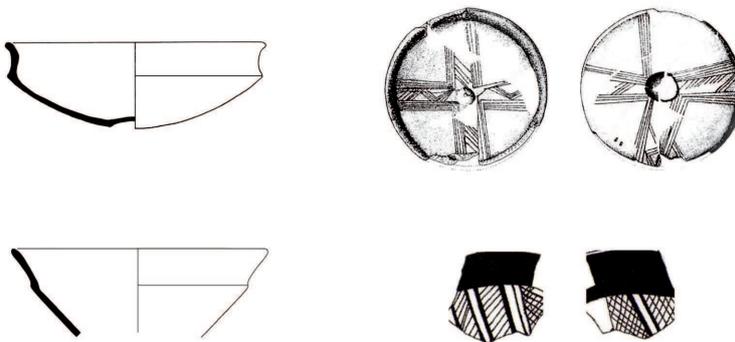
Fig. 4 – Composições decorativas de cerâmicas brunidas peninsulares.

Legendas

Fig. 1 – Decoração brunida pré e proto-histórica

1. Decoração de prato com bordo almendrado de Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (Valera e Filipe, 2004: 40, Fig. 4);
2. Prato idêntico com decoração em sulcos de Porto Torrão (fotografia cedida por Miguel Rocha);
3-4. Decoração com sulcos brunidos em copos de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja (Ferreira, 2003: 208 e 218);
5-8. Recipientes com decoração geométrica em traços brunidos de S. Pedro de Arraiolos, Arraiolos (Almeida, Silva e Osório, 2012: 242-43, Fig. 29 e 30);
9. Três recipientes decorados por brunimento do Vale de Návia, Cantábria (Marín, 2012: 178, Fig. 6);
10. Recipiente decorado por brunimento do Sabugal (Osório, 2008: 58, n.º 64).

Fig. 2 – Decoração brunida de épocas históricas

1-2. Cerâmica cinzenta fina com decoração brunida de Monte Mozinho (Penafiel) (Soeiro, 1981-1982: 111, Est. III);
3-6. Cerâmica cinzenta fina com decoração brunida do Museu Machado de Castro, Coimbra (fotografias e desenho cedidos por Ricardo Costeira da Silva);
7-11. Recipientes de várias épocas com decoração brunida, em traços verticais ou ziguezagues, do Museu Machado de Castro, Coimbra (fotografias e desenhos cedidos por Ricardo Costeira da Silva);
12. Recipiente de cerâmica cinzenta contemporânea de Ribolhos, Castro d'Aire (fotografia cedida por Diana Fernandes).

Fig. 3 – Paralelos internacionais de decorações brunidas da Idade do Bronze e Ferro

1-2. Desenhos de cerâmica com decoração *a stralucido* de Genna Maria de Vilanovaforru (Giardino, 1995: 250, Fig. 125)
3-4. Peças fotografadas no Museo Archeologico Nazionale, Cagliari, Sardenha;
3-4: Jarro askoide e recipiente com duas asas, decorados *a stralucido,* do complexo nurágico de Genna Maria, atribuídos aos sécs. IX a VIII a.C.;
5. Taça carenada decorada no interior com sulcos brunidos, de Barumini su Nuraxi datada do séc. XII a X a.C.;
6-9. Recipientes da cultura de Golasecca, decorados *a stralucido* e atribuídos ao séc. VI a V a.C. Peças do Musei Civici di Como (7-9) e da Università degli Studi di Milano (6). Fotografias da página *web* LombardiaBeniCulturali, gerida pela Universitá degli studi di Pavia (http://www.lombardiabeniculturali.it/reperti-archeologici).

Fig. 4 – Esquema de algumas composições decorativas de cerâmicas com decorações brunidas peninsulares do Bronze Final/ I Idade do Ferro.

As cerâmicas do Outeiro do Circo (Beja): resultados do estudo tecnológico, formal e decorativo.

Sofia Silva[1]

Resumo

O presente artigo pretende dar a conhecer o conjunto cerâmico proveniente de escavações desenvolvidas num troço da muralha do Outeiro do Circo. A análise às cerâmicas visou o registo dos principais atributos tecnológicos, formais e decorativos de modo a obter uma aproximação às principais características da produção oleira do povoado. A evidência de paralelos entre as cerâmicas de povoados cronologicamente coevos permitiu integrar o sítio no final da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular.

Palavras-chave

Cerâmica; Tipologia formal; Bronze Final; Sudoeste Peninsular.

Abstract

This paper intends to present the pottery collection from archaeological intervention developed in a section of the Outeiro do Circo defensive wall. The analysis aimed the approach of the site pottery production through the record of ceramics most significant technological, morphological and decorative features. The evidence between contemporary settlements ceramic production allowed the inclusion of Outeiro do Circo in the Southwest Late Bronze Age.

Key-words

Ceramics; Formal Typology; Late Bronze Age; Peninsular Southwest.

[1] Mestre em Arqueologia e Território (FLUC). *E-mail:* sofiaeiras22@gmail.com

Introdução

Localizado no Baixo Alentejo, no distrito de Beja, o Outeiro do Circo encontra-se implantado numa crista de cabeços alongados que se erguem suavemente na planície. As suas dimensões (17 hectares de área e cerca de 276 metros de altitude máxima) conferem-lhe elevado destaque na paisagem e um amplo domínio visual sobre o território. O sítio desfruta da proximidade de vários cursos de água, como as ribeiras do Roxo e da Figueira, a Oeste, que correm para o rio Sado, e as ribeiras da Cardina e de Odearce, a Este, que confluem para o rio Guadiana (Serra e Porfírio, 2012: 138). Além de bens naturais, essenciais ao estabelecimento de comunidades, os diversos recursos mineiros existentes na região, em que se destacam o ouro, prata, e algum cobre (Domergue, 1990: 14), terão possibilitado o acesso privilegiado a matérias-primas importantes ao equilíbrio socioeconómico. Neste sentido, a riqueza do ecossistema da região deve entender-se como impulsionadora do desenvolvimento de actividades ligadas à exploração do meio ambiente que seriam fulcrais para a fixação e manutenção das comunidades.

Até ao momento, os dados disponíveis sobre a ocupação humana do Outeiro do Circo têm permitido encetar uma integração cronológica e cultural centrada no final da Idade do Bronze, baseada sobretudo nas características de implantação do povoado, no seu sistema defensivo e em alguns achados de superfície, como as cerâmicas com decoração brunida (Parreira, 1977; Parreira e Soares, 1980; Serra e Porfírio, 2012; Serra *et alii,* 2008), elementos corroborados pela recente obtenção de datações radiocarbónicas que situam a ocupação deste sítio no último quartel do II milénio a.C. (Valério et *alii,* 2013: 610).

No ano de 2008, o local é intervencionado no âmbito de um projecto de investigação[2], tendo sido realizadas escavações arqueológicas que permitiram aceder a um conjunto de novos dados sobre a ocupação proto-história do povoado. Os trabalhos conduziram à identificação de um complexo sistema defensivo que, pela sua singularidade, determinou uma análise centrada neste tipo de construção durante o Bronze Final. Consequentemente, e tendo em conta a importância da cultura material enquanto elemento caracterizador do passado, impôs-se o estudo e sistematização dos materiais arqueológicos exumados em escavação com o objectivo de conhecer a realidade do sítio e assim circunscrever os espaços e territorialidades que caracterizam o povoado do Outeiro do Circo.

Síntese dos resultados da intervenção arqueológica

A investigação centrou-se na escavação de um troço da muralha e teve como objectivo avaliar o seu estado de conservação e, consequentemente, compreender a arquitectura construtiva do sistema defensivo. Localizada transversalmente no talude Sudoeste do povoado, a sondagem 1, com uma área total de 56m^2, foi implantada numa zona em que os taludes artificiais indicavam uma melhor preservação da estrutura arqueológica.

A interpretação do registo estratigráfico da Sondagem 1 revelou-se bastante complexa, especialmente no que respeita à definição da sequência ocupacional do sistema defensivo. Todavia, apesar das dificuldades de uma leitura diacrónica das estruturas detectadas, verificaram-se semelhanças entre

---

2 Projecto de investigação: *"A transição Bronze Final/ I Idade do Ferro no Sul de Portugal: O caso do Outeiro do Circo",* coordenado por Miguel Serra e Eduardo Porfírio.

as camadas, o que permitiu criar uma relação estratigráfica. Neste sentido, a leitura da estratigrafia teve em consideração a correlação das diversas camadas, agrupando-as em fases distintas de acordo com a construção e/ou utilização do sistema defensivo (Fig. 1). Entenda-se que o faseamento proposto não se fundamenta exclusivamente na identificação de momentos distintos de ocupação do local, baseando-se antes no propósito de compreender a implantação e utilização da estrutura defensiva (Silva, 2013: 28).

A leitura da sequência estratigráfica proposta com base no registo gráfico e na descrição das camadas, possibilitou a identificação de duas estruturas distintas. Uma estrutura negativa – Fosso (fase I) – localizada na parte inferior do talude, de secção em "U", com cerca de 2 metros de profundidade e 3 de largura. As camadas que preenchem o fosso – (fase II) – pressupõem a desactivação do mesmo num determinado momento [camada 19, 20, 21, 22 e 23], sugerindo que este corresponderá ao primeiro momento de ocupação do espaço. Contudo, a morfologia dos níveis que preenchem a estrutura negativa e a sua relação estratigráfica com os estratos superiores levantam dúvidas, tanto ao nível da sua formação, como à própria funcionalidade (Silva, 2013: 29).

A segunda estrutura correspondente à muralha compósita – (fase III) – com cerca de 10 metros de extensão, é constituída por três elementos que funcionariam articulados entre si. Uma rampa e plataforma – (fase IIIA) – que correspondem aos níveis de preparação e regularização do terreno e em que a sua base é formada por um sedimento de barro "cozido" [camada 15], com cerca de 8 metros de comprimento que acompanha a pendente natural do terreno. Na zona sul, esta rampa é constituída por estratos de aterro [camada 13 e 14] para regularização do terreno. Imediatamente acima assenta uma camada [12] muito compacta. Na parte mais elevada do talude encontra-se o muro superior – (fase IIIB) – composto por dois alinhamentos de grandes blocos pétreos, formando uma estrutura com cerca de 1,5m de largura, preenchida por pedra miúda [camada 7]. No sopé da encosta foi identificada uma outra construção composta pela aglomeração de grandes blocos pétreos, com cerca de 2 metros de extensão, que formam um robusto muro de contenção – (fase IIIC). A sua funcionalidade relacionar-se-ia com a sustentação de terras provenientes da encosta, evitando o deslizamento das mesmas. A escavação desta estrutura [camada 18] permitiu verificar que o muro de contenção assenta sobre os níveis que preenchem o fosso, dificultando deste modo a interpretação da relação entre o fosso e a muralha compósita.

A informação obtida sobre a ocupação interna do povoado (fase IV) é ainda muito residual, no entanto, as camadas localizadas junto ao muro superior parecem corresponder aos níveis de utilização habitacional [camada 6, 8, 9, 10 e 11]. Apesar da área escavada ser muito reduzida e não permitir determinar com rigor a utilização específica destes estratos, existe a possibilidade destes corresponderem a contextos domésticos, coetâneos ao funcionamento do sistema defensivo.

A desactivação da muralha ocorreu posteriormente, num momento materializado nas terras acumuladas após a sua utilização e interpretadas como níveis de abandono – (fase V). Com elevada potência estratigráfica [camada 5, 16, e 17], a sua escavação revelou uma grande quantidade de materiais de filiação proto-histórica, sendo esta a fase onde se assinalou o maior número de cerâmicas com decoração brunida. Por sua vez, os níveis superiores de revolvimento – (fase VI) – resultam de deposições recentes e de terras de arrastamento. As características das camadas [1, 2, 3 e 4] apresentam-se muito semelhantes entre si, talvez por partilharem o mesmo processo de formação pois resultam da contínua acumulação de sedimento.

Relativamente ao período de utilização do espaço, as estruturas identificadas, nomeadamente a muralha compósita e o fosso, deixaram pouco clara a sua relação estratigráfica, facto que dificulta a determinação se a sua construção foi simultânea ou realizada em momentos distintos. No entanto, a muralha compósita permite definir um momento de funcionamento do complexo defensivo

que corresponde à sua construção, utilização e posterior abandono, parecendo ter ocorrido ininterruptamente, durante um largo período de tempo.

Análise do conjunto cerâmico

O grande volume de materiais cerâmicos exumados na Sondagem 1 (8744 fragmentos) determinou a selecção de uma amostra para estudo. Com uma metodologia previamente definida (Silva, 2013), foram estudadas 1483 peças, correspondentes apenas a 17% do conjunto total dos materiais. A análise focou-se no registo e caracterização visual dos atributos técnicos, morfológicos e decorativos dos fragmentos de modo a distinguir as principais características de produção, as particularidades formais dos recipientes e ainda o tipo de decorações presentes no conjunto cerâmico.

A nível tecnológico a amostra revela que a modelação dos recipientes foi realizada manualmente, à excepção de 4 fragmentos fabricados ao torno e que resultarão de intrusões nas camadas (Silva, 2013). A modelação da argila e a análise às fracturas de alguns fragmentos permite ainda observar certas evidências de manufactura empregues na execução dos recipientes entre as quais se destacam a produção através de rolos, placas ou por repuxamento. (Osório *et alii,* no prelo).
Os materiais cerâmicos apresentam, na sua maioria, fabricos finos (62%), de pastas bastante homogéneas e com elementos não plásticos (minerais e vegetais) de pequeno tamanho (Gráfico 1).

Seguem-se os fragmentos de fabricos médios (31%) com pastas compactas e e.n.p. de calibre e frequência mais significativa. Um conjunto reduzido de fragmentos apresenta ainda fabrico grosseiro (7%), caracterizado por pastas pouco compactas e e.n.p. de grande tamanho.

No exame realizado à superfície dos fragmentos verifica-se a preferência por acabamentos alisados, seguida pelas superfícies brunidas que, apesar de frequentes na superfície interna, são mais constantes na superfície externa (Gráfico 2). Estão também presentes cerâmicas com superfícies polidas, espatuladas ou cepilladas, ainda que esta última aplicação seja muito residual. De destacar ainda um conjunto de materiais com superfícies rugosas (11% em ambas as superfícies) que revelam a ausência de qualquer tipo de tratamento aplicado às superfícies (Gráfico 2).

O registo da coloração dos fragmentos cerâmicos serviu como indicador para efectuar uma aproximação aos ambientes de cozedura, ainda que se considere que durante o processo de cocção exista um leque de elementos que actuam em simultâneo e condicionam a coloração presente nos recipientes, limitando deste modo a percepção das condições de cozedura das cerâmicas (Silva, 2013: 59). Com base neste pressuposto, a análise da cor das pastas, ainda que muito limitada, permitiu verificar a predominância de tonalidades escuras (castanhos escuros e pretos), indicadores de cozeduras em ambientes redutores (59%), seguindo-se os fragmentos de núcleos escuros e superfícies avermelhadas (17%) que poderão resultar de um arrefecimento oxidante.

Por sua vez, a cozedura em ambiente oxidante é menos frequente na amostra (10%), surgindo representada por fragmentos de tons mais claros (vermelho e castanhos claros). Uma percentagem pouco expressiva apresenta núcleos avermelhados e superfícies escuras (1%), indicando uma cozedura oxidante com finalização ou arrefecimento redutor. Por último, alguns fragmentos apresentam múltiplas combinações de cores (13%), que variam entre tons claros e escuros, indicando cozeduras irregulares.

A diversidade de tonalidades presente nos fragmentos cerâmicos denuncia o insuficiente controlo que estas comunidades detinham sobre o processo de cozedura, no entanto, realça-se que o predomínio das colorações escuras sobre as restantes pode revelar o recurso a técnicas de cozedura próprias de ambientes ricos em carbono – soenga. A análise mineralógica efectuada a alguns fragmentos com decoração brunida permite supor que as temperaturas de cozedura terão ocorrido entre 600º e

900º C (Osório *et alii*, no prelo).

De um modo geral, as características tecnológicas da amostra revelam uma preocupação inerente à selecção da matéria-prima para o fabrico dos recipientes cerâmicos, visto que o predomínio de pastas bem depuradas é indicador de escolha e tratamento prévio da argila a ser utilizada na produção oleira. Assim sendo, as propriedades que as argilas possuem são essenciais no momento de modelação, permitindo um fácil manuseamento da matéria-prima bem como a aplicação de técnicas distintas na sua manufactura, facilitando, por sua vez, a criação de recipientes de morfologia diversificada.

Neste sentido, a amostra submetida a análise revela um procedimento de modelação de recipientes bastante homogéneo, todavia verifica-se que os oleiros do Outeiro do Circo dominavam um conjunto de técnicas de produção de cerâmica que compreende todos os passos da actividade, desde a recolha e tratamento da matéria até à modelação e cozedura da mesma.

Quadro tipológico

O estudo morfológico focou-se na análise das características formais dos recipientes cerâmicos, onde se valorizou sobretudo o estudo dos bordos, devido à elevada fragmentação do conjunto cerâmico. Genericamente, estruturou-se a tabela diferenciando-se as formas abertas das fechadas, organizando-as mediante a diferença do estreitamento do bordo, distinguindo os recipientes em pequeno (0- 15 cm), médio (16- 35 cm) e grande tamanho (superiores a 36 cm). Por outro lado, a observação dos perfis alicerçou-se na organização dos critérios geométricos, descritos por Balfet e colaboradores (Balfet *et alii,* 1983) e Rice (1987: 219), determinantes na distinção dos tipos morfológicos e respectivas variantes (Silva, 2013). O espólio inventariado soma um total de 766 bordos, entre os quais foi possível determinar o diâmetro de abertura a 111 fragmentos. Com base na metodologia adoptada definiram-se 12 tipos formais que se distinguem tanto pela forma e *design* de cada tipo, como pela possível funcionalidade de cada recipiente. A sua distribuição pelas fases da Sondagem 1 é bastante irregular, verificando-se uma maior concentração de tipos morfológicos na Fase V, que corresponde ao momento de abandono do sistema defensivo (Gráfico 3).

A gama de recipientes presentes na amostra é variada, tanto na forma como na capacidade volumétrica, o que poderá indicar uma utilização específica dos recipientes em determinadas tarefas. Observando o quadro tipológico verifica-se que 55% das formas têm perfil aberto (tipo 1 a 8) e 45% fechado (tipo 9 a 12) e surgem em diversos tamanhos, com predomínio de recipientes de média dimensão (62%), seguidos de pequenos (30%) e grandes contentores (8%). Englobando um conjunto variado de formas, o quadro tipológico organiza-se do seguinte modo:

— Recipientes de perfil em S (Tipo 1), de pequeno e médio tamanho e perfil suave. Representam apenas 3,6% do reportório formal. Apresentam colos curtos, com bordos extrovertidos e panças mais ou menos globulares. De paredes finas, possuem superfícies cuidadas com tratamentos brunidos ou alisados, à excepção da variante C que não apresenta tratamento de superfície (Fig. 2).

— Os recipientes carenados (Tipo, 2, 3 e 4) são bastante frequentes no conjunto (17%) e apresentam atributos formais diversificados, como a posição da carena, a orientação do bordo e a sua capacidade volumétrica. A presença variável destes elementos foi fundamental na diferenciação e consequente caracterização funcional das peças. Morfologicamente, possuem carenas baixas (tipo 2A) médias e altas, com colos geralmente desenvolvidos, terminando em bordos extrovertidos, convexos ou ainda espessados internamente (tipo 3A1). Estes recipientes possuem fabricos finos e médios e apresentam tratamentos de superfície bastante variados (brunidos, polidos, alisados, etc.). Na sua maioria surgem enquanto peças de médio e grande tamanho, verificando-se igualmente a presença de

pequenos recipientes, como o tipo 2.

— Com notória expressividade, surge um diversificado conjunto de formas simples de perfil aberto: recipientes com perfis hemisféricos (Tipo 5 e 6); recipientes de paredes rectas (Tipo 7); e ainda os recipientes abertos de médio e grande tamanho (Tipo 8), que apesar de possuírem dimensões e orientações de bordo distintas, não apresentam qualquer carena ou inflexão, representando 24,3% do conjunto de formas. O tipo 5 (3,6%) e tipo 6 (11,7%) podem enquadrar-se nas conhecidas taças hemisféricas ou em calote. Possuem diâmetros variáveis, entre pequenos recipientes com perfil em calote (tipo 5), e recipientes de médio tamanho, com colos divergentes, de paredes mais ou menos convexas (tipo 6). Outro aspecto a salientar é o facto de o tipo 5 não possuir acabamentos de superfície, ao contrário do tipo 6 que apresenta superfícies com tratamentos mais cuidados. O tipo 7 (4,5%) enquadra-se nas formas designadas como pratos, apresentando recipientes de médio tamanho, muito abertos, com paredes rectas e colos de tendência vertical (variante A), ou com paredes ligeiramente concavas (variante B). Por sua vez, o tipo 8 (5%) inclui recipientes abertos de médio e grande tamanho (Fig. 3).

— Os recipientes globulares representam 17% do conjunto formal e correspondem a formas simples de perfil fechado, com uma inclinação das paredes para o interior (Tipo 9 e 10). A distinção entre estes tipos baseia-se unicamente na diferença de capacidade volumétrica das formas, incluindo recipientes pequenos (tipo 9), médios e grandes (tipo 10) (Fig. 4). Apresentam fabricos finos e médios, com superfícies cuidadas, geralmente alisadas, polidas ou brunidas.

— O reportório formal inclui também um conjunto de pequenos recipientes de corpo ovóide (Tipo 11), que representam 15% do total de formas. Apesar da elevada fragmentação, que dificultou a classificação, a análise morfológica permite qualificar estes recipientes enquanto formas fechadas, que se desenvolveriam em perfis ovóides ou globulares. Apresentam fabricos finos e acabamentos cuidados (brunidos, polidos ou alisados). A variante B verifica o único exemplar formal com decoração, um pequeno mamilo aplicado sobre o bordo (Fig. 5).

— Os potes de médio e grande tamanho (Tipo 12) são o tipo morfológico mais comum no conjunto (20%), possuindo alguma variedade formal. Tratam-se de recipientes de médio e grande tamanho, e apesar de não possuirmos nenhum exemplar completo, o colo bem marcado de alguns dos exemplares parece indicar que o seu corpo de desenvolveria globularmente, terminando em fundo plano. A variante B distingue-se das restantes possuindo um colo vertical muito desenvolvido, em oposição à variante C e D com colos quase ausentes. Apresentam fabricos medianos e grosseiros com superfícies alisadas, polidas ou brunidas.

Foram ainda identificadas três formas que apresentam elevada fragmentação não sendo possível atribuir uma classificação morfológica segura (Fig. 5. 1-3).

Outros aspectos formais

Para além do estudo tipológico, registaram-se também outros elementos em cerâmica, alguns constituintes de recipientes e outros relacionados com outro tipo de actividades.

Os fundos presentes na amostra são predominantemente planos (86 ex.), sendo possível, em alguns casos, determinar o diâmetro que varia entre 11 e 13 cm. Estão também presentes fundos umbilicais (83 ex.), com um ou mais "*omphalos*" (Fig. 6). De referir ainda um exemplar do que parece ser um fundo com pé anelar, no entanto a elevada fragmentação da peça não o permite determinar com segurança.

As aplicações plásticas caracterizam-se por pegas, asas e pequenos mamilos que, pela sua

dimensão, apresentam carácter decorativo. As pegas predominam no universo dos elementos de preensão e foram distinguidas mediante a sua forma. As mais comuns são as pegas em lingueta (43 ex.) aplicadas sobre a parede dos recipientes por meio de "rebite" ou colagem (Fig. 6: 1). Seguem-se as pegas bífidas (4 ex.) (Fig. 6: 3-4) e mamilares (4 ex.). Estas podem ter perfurações singulares ou duplas mas em ambos os casos as perfurações têm uma orientação vertical, funcionando como elemento de suspensão (Fig. 6: 2). De salientar ainda o facto de dois exemplares possuírem decoração brunida na superfície interna.

No caso das asas distinguiram-se asas de rolo (35 ex.) e de fita (5 ex.), respectivamente agrupadas mediante as suas secções (Fig. 6: 7-8). Não se verificou nenhum exemplar de asa em ligação com o corpo do recipiente, no entanto, sabemos que seriam coladas aos recipientes, mediante o alargamento das suas extremidades (Vilaça, 1995: 52).

Foram identificados alguns bojos afeiçoados (6 ex.), de pequeno tamanho e forma circular e em que um dos exemplares apresenta decoração brunida numa das superfícies. Estas peças são frequentemente interpretadas como fichas de jogo, e seriam reutilizações de recipientes cerâmicos quebrados ou inutilizados (Fig. 6: 11).

Alguns fragmentos foram ainda classificados como indeterminados (9 ex.), visto não permitirem uma aproximação à sua morfologia. Todavia, algumas peças permitem avaliar possíveis utilizações, como acontece com dois fragmentos, de diferentes dimensões, que apresentam uma das fracturas bastante polida, e remetendo estas peças para a função de polidor, aplicável possivelmente ao tratamento de superfícies. Um outro fragmento, provavelmente triangular, encontra-se incompleto mas apresenta de igual modo as fracturas bastante polidas (Fig. 6: 10). Peças similares, com as extremidades fracturadas intensamente polidas, também de forma triangular, apareceram no povoado de Concejiles (Badajóz), denominados de "recortados" (Vilaça *et alii*, 2012: 137), e tratar-se-iam de fragmentos de recipientes, que foram modificados e reutilizados. Foi ainda reconhecida uma outra peça cerâmica, que apesar de fragmentada parece tratar-se de uma colher (Fig. 6: 9). Ressalva-se que este tipo de objecto é comum em contextos de cronologia calcolítica.

Os aspectos morfológicos de cada um dos indivíduos apresentam uma variedade de características de carácter funcional e prático. No que se refere ao quadro tipológico, a variedade formal registada nas peças do Outeiro do Circo deve ser lida como resultado de opções e escolhas adoptadas pela comunidade que as produziu e utilizou, de acordo não só com a funcionalidade mas também com o gosto, técnica e experiência dos oleiros.

Neste sentido, e apesar dos escassos indícios de utilização, a capacidade volumétrica e o *design* dos recipientes presentes na amostra foram tidos em consideração no momento de determinar a funcionalidade imputada a cada um. Com base no registado, pode afirmar-se que o reportório formal do Outeiro do Circo denuncia funcionalidades que estariam intrinsecamente relacionadas com actividades de âmbito doméstico. Neste sentido, os recipientes de pequeno tamanho, de perfil aberto, estariam relacionados com o consumo individual de alimentos sólidos ou líquidos (tipo 2, 5 e 7). Por sua vez, os recipientes de média e grande capacidade volumétrica poderiam ser utilizados na confecção e/ou preparação de alimentos, relacionando-se com o consumo colectivo (tipo 3 e 4, 6, 8). Por último, os recipientes de perfil fechado indicam que se tratariam de recipientes para a contenção de líquidos ou sólidos, relacionados com o seu armazenamento e transporte (tipo 9, 10, e 11 e 12). Apesar de se considerar que as peças são dotadas de características que as relacionam com a alimentação das comunidades que as utilizaram, assume-se que estas poderiam ter funcionado de acordo com outras acções, não excluindo assim outras possibilidades de uso.

O carácter funcional da cerâmica não se esgota na forma do recipiente. Outros elementos mostram o sentido prático da utilização, como é o caso das pegas e das asas. Por outro lado, as

perfurações verificadas nas pegas mamilares possuem indubitavelmente uma função prática, de suspensão dos recipientes. Outro aspecto a considerar é a manutenção realizada aos recipientes, como é visível pelas perfurações realizadas pós-cozedura, que parecem resultar de reparações.

Decoração

A amostra revelou um total de 87 fragmentos decorados, o que representa apenas 5,8% do conjunto estudado. Relativamente à sua distribuição verifica-se a presença de peças decoradas apenas nas fases III, IV e V, com especial incidência nesta última. Registou-se a presença de diversas técnicas e motivos decorativos e estabeleceram-se duas variantes – a e b – que distinguem a localização da decoração nos recipientes, executada no lábio ou no bojo, respectivamente.

Os indivíduos com decoração brunida dominam o universo de peças decoradas (61%) e restringem-se à variante b. A maioria das decorações localiza-se na superfície interna (30 ex.), seguidas pelas decorações na face externa (23 ex.), registando-se apenas alguns fragmentos decorados em ambas superfícies.

A organização dos motivos decorativos, apesar de condicionada pela fragmentação das peças, permitiu registar a presença de ziguezagues, faixas paralelas, reticulados ou sequências de formas triangulares que, quando associadas, constituem motivos mais complexos (Fig. 7).

Além de motivos brunidos está presente também a decoração incisa (11%), penteada (8%), impressa (7%), plástica (6%) e canelada (3%). Todas estas técnicas são realizadas antes da cozedura, ostentam motivos simples e recorrem normalmente a traços paralelos. No caso da decoração plástica resume-se à aplicação de pequenos mamilos. Em três fragmentos observam-se ainda decorações mistas (3%), resultantes da combinação de duas técnicas em simultâneo no mesmo recipiente. Estes formam motivos mais complexos e de acordo com o registado associam-se a incisão à decoração brunida; a incisão ao puncionamento; e a impressão à incrustação de pasta branca.

Em suma, as técnicas de fabrico, a tipologia formal dos recipientes e suas decorações, permitem verificar que o conjunto cerâmico não evidencia momentos de ocupação cronológica distinta. As características do espólio pressupõem antes a sua pertença a um âmbito cultural semelhante, revelando uma ocupação contínua e circunscrita no tempo, relacionada com a construção do sistema defensivo.

Distribuição espacial e cronologia das cerâmicas do Outeiro do Circo

No sentido de integrar o povoado do Outeiro do Circo, cronológica e culturalmente, analisou-se a dispersão geográfica das cerâmicas, comparando os exemplares deste local com os reportórios formais e decorativos de outros sítios arqueológicos. Com base nos contextos e cronologias existentes para cada um dos povoados, procurou compreender-se a evolução das formas de modo a depreender algumas das dinâmicas sociais e económicas existentes entre o Outeiro do Circo e o território envolvente.

A comparação e relação entre as cerâmicas exumadas no Outeiro do Circo e outros paralelos exógenos possibilitou o reconhecimento de uma ampla distribuição geográfica que encontra semelhanças formais e decorativas em diversos povoados do Sudoeste peninsular, com especial incidência nas regiões do Baixo e Alto Alentejo (Berrocal-Rangel e Silva, 2010; Soares, 2005; Arnaud, 1979; Mataloto, 1999) e na Extremadura espanhola (Pavón Soldevila, 1998a; Enríquez Navascués *et alii,* 2001).

Perante a expressiva ausência de estudos sistemáticos de cerâmica para grande parte dos sítios

do Sudoeste, expandiu-se a busca de semelhanças tipológicas a áreas geográficas mais afastadas. Como consequência, verificou-se a existência de recipientes morfologicamente semelhantes em regiões como a Beira Baixa (Vilaça, 1995), Estremadura (Cardoso e Silva, 2004, Almeida *et alii,* 2012) e Andaluzia (Gómez Toscano, 1998, Aubet Semmler *et alii*, 1983; Ruiz Mata, 1995), comprovando, deste modo, a grande disseminação das formas cerâmicas presentes no Outeiro do Circo.

Relativamente à cronologia dos materiais cerâmicos, contextos e estratigrafia dos sítios onde se detectaram paralelos, foi permitido observar uma evolução formal das cerâmicas presentes no Outeiro do Circo. Verificaram-se formas e decorações caracterizadas por uma longa diacronia de utilização que dificultam aferições cronológicas e culturais, contrastando com outros elementos representativos de um período cronológico específico, como é o final da Idade do Bronze.

Aos elementos de longa duração presentes no conjunto correspondem as formas hemisféricas, suas variantes e recipientes globulares. Este tipo de contentor encontra-se amplamente difundido por todo o território Peninsular e regista-se nos povoados de cronologia Calcolítica do Baixo e Alto Alentejo e Algarve (Silva e Soares, 1976; 1981). Apesar de ser representativo de uma tradição calcolítica, irá perdurar durante toda a Idade do Bronze, sendo bastante comum em contextos do final deste período cronológico (Pavón Soldevila, 1998a; 1998b).

Estas formas, juntamente com as decorações penteadas e impressas, são frequentes desde o Calcolítico e não permitem grandes discussões crono-culturais. Por sua vez, as decorações incisas, plásticas e caneladas são técnicas decorativas registadas desde o Neolítico, com abundantes paralelos nos períodos seguintes, como é o caso das decorações incisas no bordo que perduram em contextos do início da Idade do Ferro (Osório *et alii,* no prelo).

A ampla diacronia e abrangência geográfica destes elementos constituem um obstáculo na hora de estabelecer apreciações crono-culturais, no entanto, é permitido afirmar que estes representam uma filiação a momentos mais antigos e que não parecem ter sofrido grandes alterações ao longo de milénios.

Inversamente, a grande maioria das cerâmicas presentes no Outeiro do Circo, representa elementos típicos dos reportórios formais e decorativos do Bronze Final do território Peninsular como é o caso dos recipientes carenados que, por constituírem formas muito frequentes em contextos deste período, um pouco por todo o território peninsular, adquirem um protagonismo indiscutível no momento de contribuir para a definição cronológica e cultural dos povoados da Idade do Bronze.

A par das formas carenadas, os potes de médio e grande tamanho, tal como os recipientes de perfil em "S", ou ainda as grandes pegas mamilares, são elementos muito característicos e comuns em povoados do final da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. A decoração brunida surge também como elemento típico deste período, no entanto a localização da decoração nas cerâmicas do Outeiro do Circo é atípica no seu contexto regional, verificando-se uma aplicação preferencial no seu interior, mais frequente nas regiões de Huelva e Guadalquivir (Almagro-Gorbea, 1977: 127; Lopez Roa, 1977: 342)

Ressalva-se ainda que alguns elementos presentes no reportório formal parecem também resultar de derivações do período antecedente. É o caso dos recipientes de carena baixa (tipo 2) que apresentam similitudes morfológicas com os vasos tradicionalmente denominados "tipo Atalaia" e "tipo Santa Vitória", que singularizam o "Bronze do Sudoeste I e II" definido por Schubart (1971; 1975). Amplamente registadas em necrópoles e cistas do Alentejo e Algarve, estas formas encontram paralelos na Extremadura espanhola e na Andaluzia, especialmente a variante 2A (Pavón Soldevila, 1998b: 225-233; Aubet Semmler *et alii,* 1983: 58). Constituindo um conjunto tipológico comum nos reportórios formais do final da Idade do bronze, este tipo de recipiente parece retomar as características conceptuais das últimas produções cerâmicas do II milénio a. C.

Face ao exposto, a leitura dos materiais cerâmicos e dos seus paralelos apontam para produções de âmbito local e regional, onde as características formais e decorativas denunciam uma continuidade das formas, com tradições antigas que perduram no tempo, a par de elementos inovadores que revelam a adopção de novas formas e decorações que definem e caracterizam o final da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular.

Neste sentido, apesar da grande difusão espacial de recipientes morfologicamente semelhantes aos do Outeiro do Circo, a sua variedade formal permite distinguir especificidades locais que se notam no *design,* na qualidade de fabrico e na presença/ausência de decoração. Por isso, a ampla distribuição geográfica das cerâmicas é considerada fruto das dinâmicas de circulação e das relações existentes entre as comunidades que habitavam o território ao longo do II e I milénio a. C. O Outeiro do Circo integra-se assim na complexa rede de povoamento do Bronze Final que caracterizaria a região do Alentejo e todo o Sudoeste peninsular.

Os dados disponíveis não permitiram ainda precisar o momento de edificação do povoado, bem como do seu abandono, no entanto, recentes datações por radiocarbono, a partir de quatro amostras de restos ósseos da Sondagem 1, possibilitaram o enquadramento da construção do sistema defensivo no último quartel do II milénio a. C. nos séculos XII-XI a.C. (Valério *et alii,* 2013; Serra, neste volume). Estes elementos tendem a confirmar a contemporaneidade do sítio com os povoados fortificados da região, corroborando deste modo os resultados obtidos com o estudo das cerâmicas. As características associadas ao seu padrão de assentamento denunciam a necessidade de uma estratégia de controlo territorial, ligada ao domínio dos recursos mineiros, à exploração agrícola e às principais rotas de comunicação com outras regiões vizinhas que, aliadas à comprovada actividade metalúrgica, de bronze e de ouro (Valério *et alii,* 2013: 612), constituem relevantes indícios sobre a importância deste local na rede de povoamento do Bronze Final do interior alentejano.

O modelo de organização das comunidades durante o Bronze Final é ainda mal conhecido, no entanto, a sistematização de alguns trabalhos levados a cabo na margem esquerda do Guadiana (Soares, 2005) e no Alto Alentejo (Mataloto, 2012), a par de escavações em povoados (Berrocal-Rangel e Silva, 2010; Soares *et alii,* 2012), assim como o testemunho crescente de vestígios arqueológicos de ocupação do espaço (Antunes *et alii,* 2012) denunciam um povoamento intenso e disperso pelo território durante o II e I milénios a. C.

As evidências arqueológicas revelam diversificadas estratégias de ocupação do espaço, tanto na escolha dos locais de assentamento, como na dimensão dos mesmos, indicando uma organização direccionada para o controlo do território e para a exploração de recursos naturais (Soares, 2005; Mataloto, 2012). A aparente coexistência de diferentes tipos de habitat durante o Bronze Final no território Alentejano coloca não só questões relacionadas com o possível processo de hierarquização social que terá ocorrido neste período, mas também com o tipo de relações existentes entre os diferentes tipos de ocupação.

Neste sentido, visto que as dinâmicas estabelecidas entre as comunidades do Bronze Final no Alentejo não são ainda claras, torna-se fundamental a realização de um estudo sistemático sobre o povoamento do final da Idade do Bronze no Alentejo que permita delimitar as estratégias de ocupação do território, incidindo sobre os locais de assentamento e as variáveis que influenciaram essa escolha. A explicação deverá passar não só por um alargamento da base documental, mas também por uma revisão crítica dos pressupostos da sequência da Idade do Bronze, dos contextos e da cultura material. Reitera-se assim, a necessidade de elaboração de um quadro morfológico para as cerâmicas da Idade do Bronze do Sudoeste, no território português, que permita compreender a evolução formal e técnica das cerâmicas arqueológicas e que auxilie a compreensão sobre os factores socioeconómicos que determinaram, por um lado, a conservação e tradição dos sistemas de fabrico

dos recipientes cerâmicos, ou por outro lado, a inovação e adopção de novas técnicas de produção.

Posto isto, a comparação detalhada entre reportórios formais presentes em povoados com diferentes tipos de ocupação, poderá funcionar no sentido de contribuir com novos dados que auxiliem na caracterização de diferenças ou semelhanças sociais, económicas e culturais entre comunidades.

Considerações finais

A análise pormenorizada aos materiais cerâmicos da Sondagem 1 possibilitou a definição da produção oleira do Outeiro do Circo como um conjunto homogéneo de cerâmicas manuais e recipientes com um *design* formal vocacionado para funções do foro doméstico.

A par da interpretação estratigráfica, as cerâmicas evidenciam uma ocupação ininterrupta e circunscrita no tempo, até ao abandono do sistema defensivo, sem que se possam distinguir diferentes momentos de utilização. Quando comparada com a realidade material de outros povoados, a tipologia cerâmica do Outeiro do Circo encontra paralelos em vários sítios do Bronze Final da região alentejana e do Sudoeste Peninsular. Além da cultura material, este sítio relaciona-se ainda com os povoados fortificados em altura do Bronze Final do Sudoeste. As datações efectuadas, acima mencionadas, corroboram a análise aqui efectuada e centram a utilização do sistema defensivo deste povoado no último quartel do II milénio a.C.

Apesar de um eventual transporte e circulação de materiais, a longas ou curtas distâncias, a maioria das produções do Outeiro do Circo sugere uma origem local ou regional, sendo que a disseminação espacial das semelhanças entre cerâmicas denunciam a existência de dinâmicas e relações entre as diversas comunidades do Bronze Final. Persiste assim a necessidade de alcançar respostas que recaiam sobre as estratégias estabelecidas entre as diversas formas de ocupação do território durante o II e I milénio a. C., e para tal torna-se fundamental compreender as mudanças e/ou permanências, formais e técnicas, dos materiais cerâmicos ao longo do tempo, de modo a compreender as transformações e evolução do povoamento ocorridas no Bronze Final na região do Alentejo.

Em suma, e apesar das questões que continuam a carecer de novos dados e respostas, este trabalho permitiu caracterizar e definir uma parcela da realidade crono-cultural em que se inserem os vestígios arqueológicos do Outeiro do Circo. Todavia, é necessário ter em conta que este conjunto corresponde a uma ínfima parte da realidade material que este sítio comporta, portanto será fundamental a realização de novas escavações no interior do povoado que nos permitam conhecer as zonas de habitat de modo a obter uma visão mais alargada sobre a estratégia de utilização do espaço por parte das comunidades. Por outro lado, reitera-se a necessidade da execução de estudos sistemáticos sobre as cerâmicas do Final da Idade do Bronze que permitam o seu posterior cruzamento com dados obtidos com análises de povoamento, permitindo assim uma visão mais alargada sobre as formas presentes em diferentes tipos de povoados.

Agradecimentos

Um agradecimento especial a Miguel Serra por toda a disponibilidade e colaboração neste artigo, e a Diana Fernandes na preparação de algumas imagens e sugestões.

Bibliografia

ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura.* Madrid: Bibliotheca Praehistorica Hispana, 14.

ALMEIDA, S. O., SILVA, R. C. e OSÓRIO, A. (2012) – O povoado de S. Pedro de Arraiolos (Alentejo, Portugal) - Novos dados para o seu conhecimento. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 229-247.

ANTUNES, A., DEUS, M., SOARES, A. M., SANTOS, F., ARÊZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 277-308.

ARNAUD, J. (1979) – Corôa do frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora. Escavações de 1971/1972. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 20, pp. 56-97.

AUBET SEMMLER, M. E., SERNA, M. R., ESCACENA, J. L. e RUIZ, M. (1983) – *La Mesa de Setefilla. Lora del Río (Sevilla). Campaña de 1979.* Madrid: Excavaciones Arqueológicas de España, 122.

BALFET, H., FAUVET-BERTHELOT, M. F. e MONZON, S. (1983) – *Lexique et typologie des poteries.* Paris: Press du CNRS.

BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007.* O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 6.

CARDOSO, J. L. e SILVA, I. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, pp. 227-271.

DOMERGUE, C. (1990) – *Les mines de la Península Ibérique dans l'antiquité romaine*. Roma: Collection de l'École Française de Rome, 127.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J., RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e PAVÓN SOLDEVILA, I. (2001) – *El Risco, excavación de urgencia en Sierra de Fuentes Cáceres)* – 1991 y 1993. Cáceres: Memorias de Arqueología Extremeña, 4.

GÓMEZ TOSCANO, F. (1998) – *El final de la Edad del Bronce entre el Guadiana e el Guadalquivir: el território y su entorno.* Huelva: Universidad de Huelva.

LOPEZ ROA, C. (1977) – La cerâmica com decoración bruñida en el Suroeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid. 34:1, pp. 341-370.

MATALOTO, R. (1999) – As ocupações proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *In Actas do Congresso de Proto-história Europeia no centenário da Morte de Martins Sarmento. Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. I, pp. 333-362.

MATALOTO, R. (2012) – Os Senhores e as Serras: O Final da Idade do Bronze no Alentejo Central. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final.* Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 186- 213.

OSÓRIO, A., SILVA, S., FERNANDES, D., VIEIRA, T., VILAÇA, R., PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2013) – Atrás dos gestos: as cerâmicas decoradas do Outeiro do Circo (Mombeja, Beja, Portugal) e a ênfase nas decorações brunidas. In *Actas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 4 a 6 de Outubro de 2012, Villafranca de los Barros, pp. 941-973.

PARREIRA, R. (1977) – O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo. *Arquivo de Beja*. Beja. 28-32, pp. 31-45.

PARREIRA, R. e SOARES, A. M. (1980) – Zu einigen bronzezeitlichen Hohensiedlungen in Sudportugal. *Madrider Mitteilungen.* Heidelberg. 21, pp. 109-130.

PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998a) – *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Intervenciones arqueológicas (1993).* Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña, 1.

PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998b) – *El tránsito del II al I milenio a. C en las cuencas medias de los ríos Tajo y Guadiana: La Edad del Bronce*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

RICE, P. (1987) - *Pottery Analysis – a Sourcebook.* Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

RUIZ MATA, D. (1995) – Las cerámicas del Bronce Final. Un soporte tipológico para delimitar el tiempo y el espacio tartésico. In *Tartessos 25 años después (1968-1993)*. Jerez de la Frontera, pp: 265-313.

SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerâmica del Bronce Tardio en el Sul y Oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid. 28, pp. 153-182.

SCHUBART, H. (1975) – Die Bronzezeit im Sudwesten der Iberichen Halbinsel. *Madrider Forschungen.* Berlin. 9.

SERRA, M. (2014) – Muralhas, Território e Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. (Neste volume).
SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012) – O Bronze Final nos "Barros de Beja". Novas perspectivas de investigação. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 133-148.
SERRA, M., PORFÍRIO, E. e ORTIZ, R. (2008) – O Bronze Final no Sul de Portugal. Um ponto de partida para o estudo do povoado do Outeiro do Circo. In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Vipasca*. Aljustrel. 2ª série, 2, pp. 163-170.
SILVA, C. T. e SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, pp. 179-272.
SILVA, C. T. e SOARES, J. (1981) – *Pré-História da Área de Sines. Trabalhos Arqueológicos de 1972-77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
SILVA, S. (2013) – *O povoado do Outeiro do Circo (Beja) no seu enquadramento regional: Contributos dos materiais cerâmicos*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
SOARES, A. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8.1, pp. 111-145.
SOARES, A. M., ANTUNES, A. e DEUS, M. (2012) – O Passo Alto no contexto dos povoados fortificados do Bronze Final do Sudoeste. In, JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 249-276.
VALÉRIO, P., SOARES, A., ARAÚJO, F., SILVA, R., PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2013) – Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). In *Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, pp. 610-615.
VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR. Trabalhos de Arqueologia. 9.
VILAÇA, R., JIMÉNEZ ÁVILA, J. e GALÁN DOMINGO, E. (2012) – El poblado de los Concejiles (Lobón, Badajoz) en contexto del Bronce Final del Guadiana Medio. *In* JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 125-165.
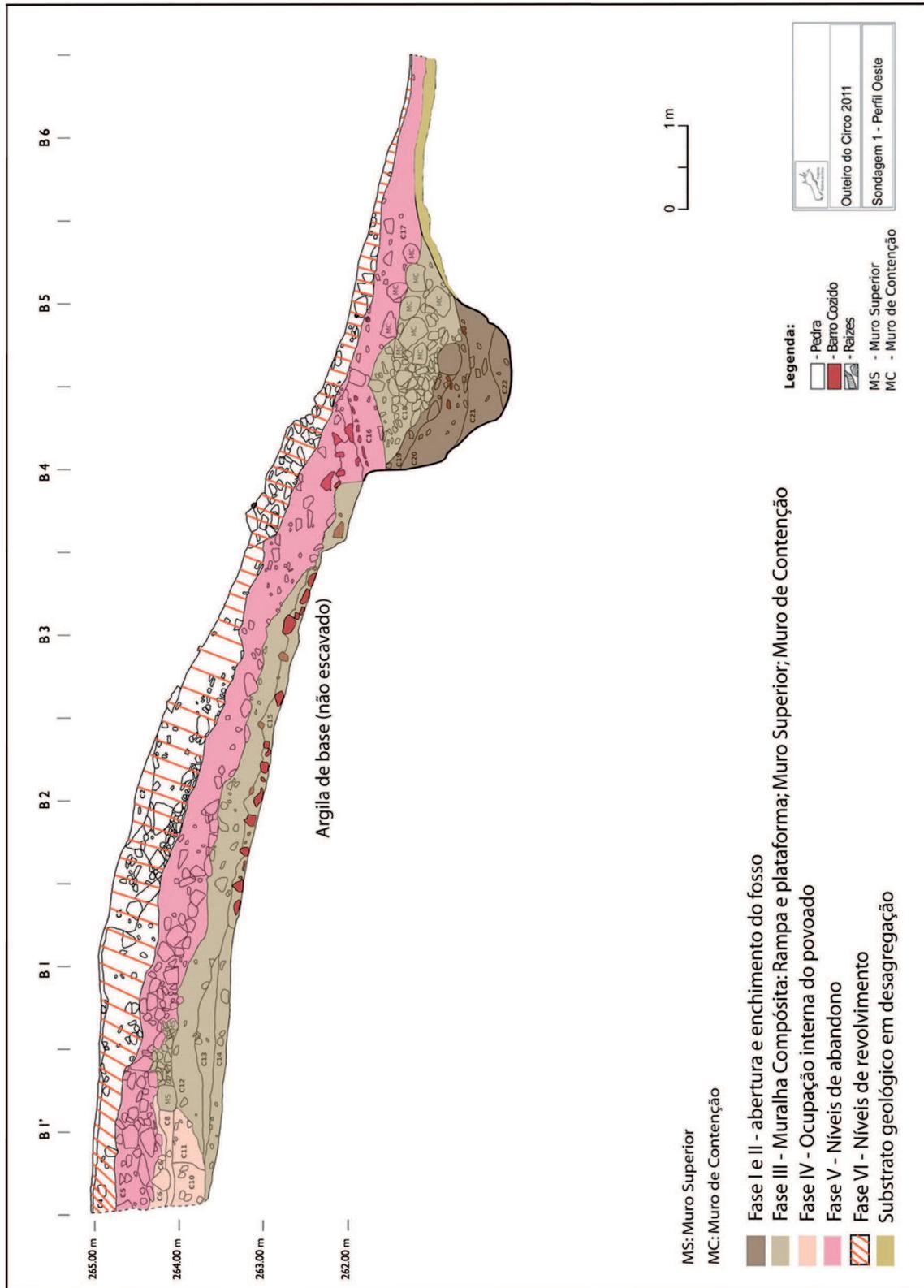
Fig. 1 – Perfil Oeste da Sondagem 1.
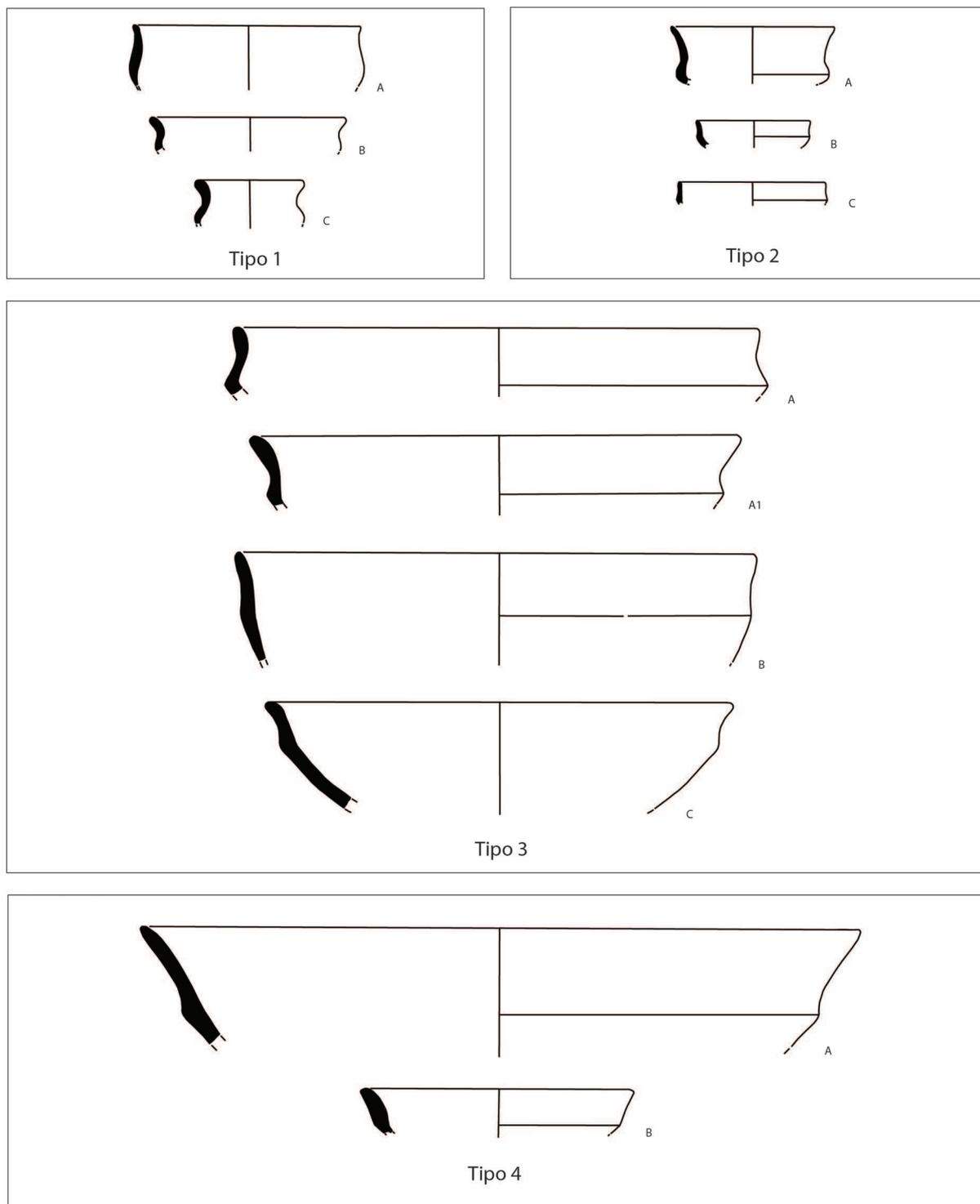
Fig. 2 – Tipos morfológicos 1 a 4.
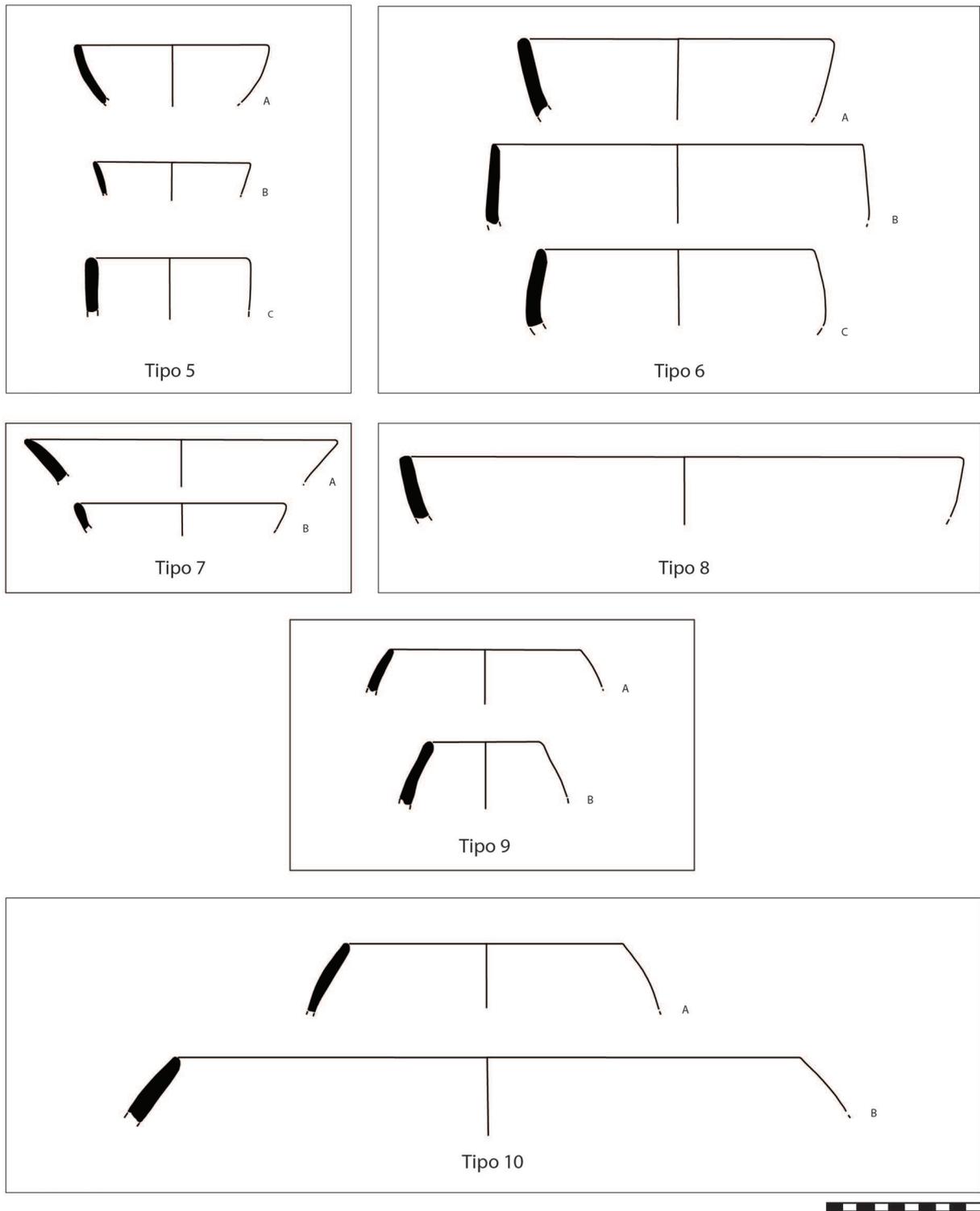
Fig. 3 – Tipos morfológicos 5 a 10.
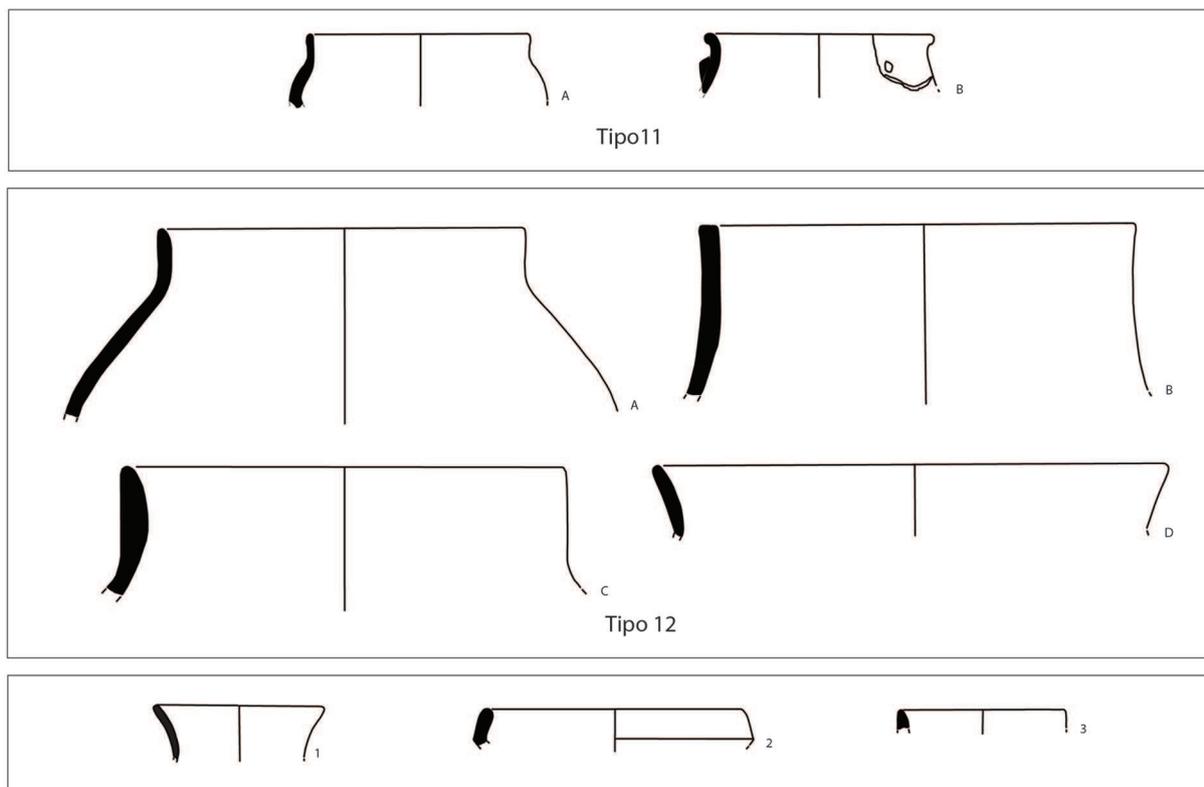
Fig. 4 – Tipos morfológicos, 11 e 12
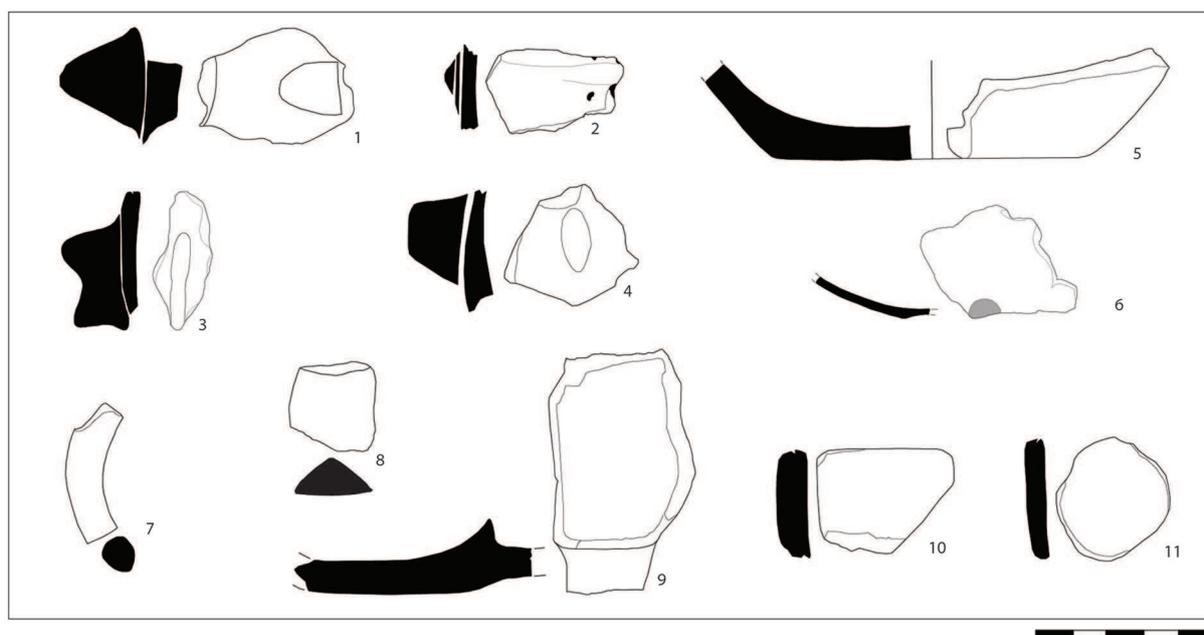
Fig. 5 – Outros aspectos formais. 1 a 4: pegas; 5 a 6: fundos; 7 e 8: Asas; 9: colher; 10: indeterminado; 11: ficha.

Fig. 6 – Técnicas decorativas.
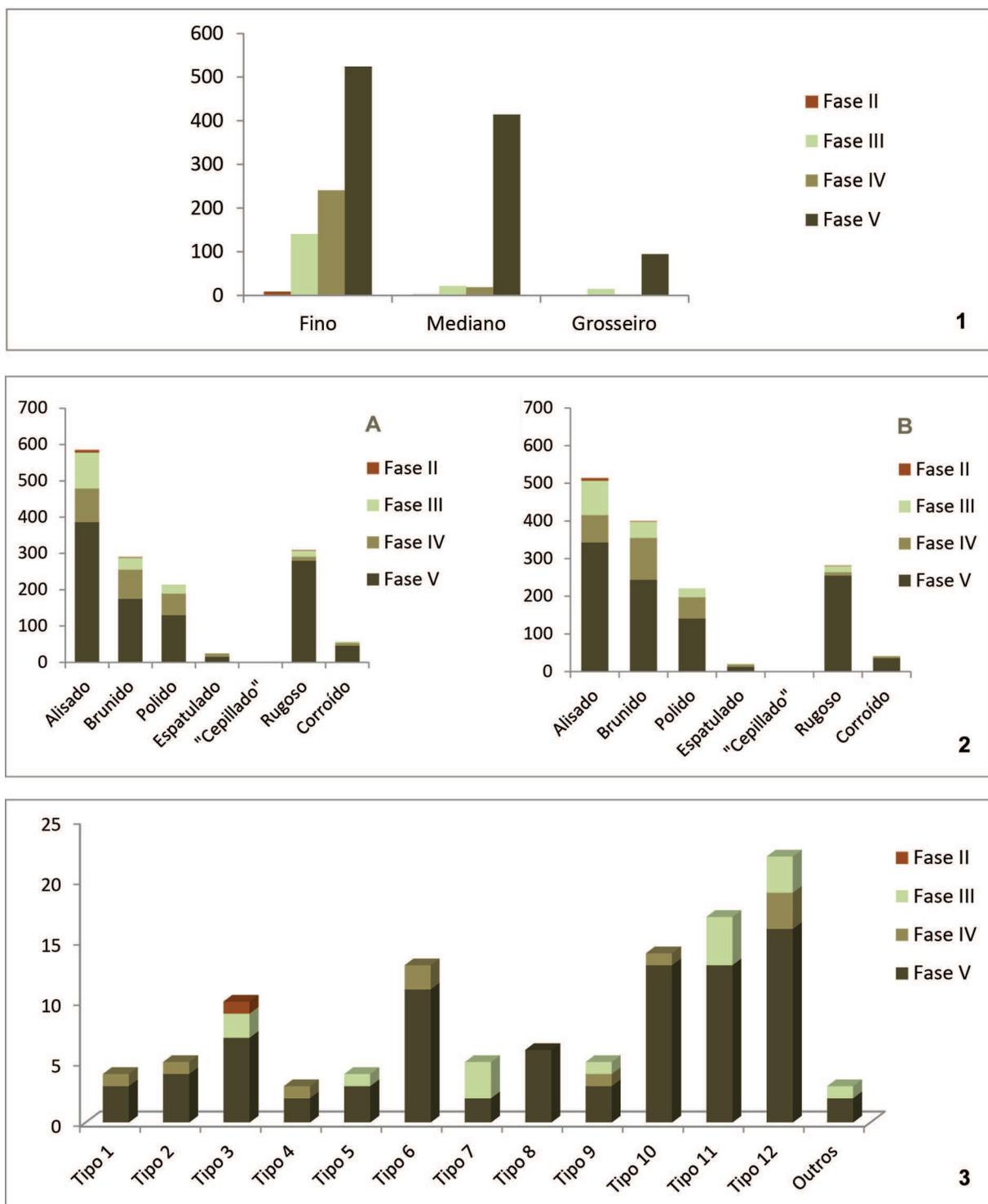
Fig. 7 – Gráfico 1 – Distribuição dos fabricos por fase; Gráfico 2 – Distribuição dos tratamentos de superfície por fase; Gráfico 3 – Distribuição dos tipos morfológicos por fase.

Novos dados sobre a arqueometalurgia de duas peças de âmbito mediterrâneo do Bronze Final / I Idade do Ferro do Sul de Portugal

Carlo Bottaini[1], Nuno Carriço[2], V.anda Amaral[2], Massimo Beltrame[2], R.aquel Vilaça[3], José Mirão[2] António Candeias[2]

Resumo

No presente estudo foram efectuadas análises elementares por Espectrometria de Fluorescência de Raios X e Microscópio Electrónico de Varrimento com Espectrómetro de Raios X por dispersão de energias (SEM+EDS) em duas peças metálicas procedentes do Sul de Portugal e cronologicamente atribuídas ao Bronze Final/I Idade do Ferro.

Apesar das diferenças tipológicas e funcionais, os dois artefactos foram produzidos numa liga binária (Cu+Sn) com uma presença variável de Sn e bastante baixa de impurezas (<2.0 wt%). De acordo com estes dados, os dois artefactos enquadram-se num modelo metalúrgico típico do Bronze Final e das primeiras fases da Idade do Ferro do Ocidente Ibérico.

De acordo com uma abordagem inter – e multidisciplinar, o trabalho complementou-se com a realização dos modelos tridimensionais dos dois artefactos (anexo 1). Perante objectos morfologicamente bastante complexos, as técnicas digitais permitem apresentar imagens interactivas e de alta definição, facultando ao observador uma melhor percepção morfológica dos próprios artefactos.

Palavras-chave

Sudoeste; Bronze Final/I Idade do Ferro; XRF, SEM+EDS; Arqueologia Virtual

---

[1] Laboratório HERCULES, Universidade de Évora. Doutor pela Universidade de Coimbra.

[2] Laboratório HERCULES, Universidade de Évora.

[3] Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Abstract
In the present study, two metal artefacts from the Late Bronze Age / 1st Iron Age from Southern Portugal have been analyzed by X-ray fluorescence (XRF) and Scanning Electron Microscopy with X-ray microanalysis (SEM+EDS).
Despite typological and functional differences, the two objects have been produced in a binary alloy (Cu+Sn) with a variable presence of Sn and a quite low impurity pattern (<2.0 wt%). The results allow to frame the two objects within the well-know metallurgical tradition from Late Bronze Age / 1st Iron Age from Southern Portugal.
According to an inter-and multidisciplinary approach, the paper has been completed with the realization of 3D models of the two articles (Annex 1). In the case of objects with a quite complex morphology, digital techniques allow to create interactive and high-definition 3D images, providing the reader a better perception of objects.

Key-words
South-West; Late Bronze Age / 1st Iron Age; XRF, SEM+EDS; Virtual Archaeology

1. O material

1. 1. Introdução

Revisitam-se neste trabalho duas peças de bronze procedentes do Sul de Portugal (Fig. 1) já publicadas (Lopes e Vilaça, 1998; Vilaça, 2004; 2009 e neste volume) e apresentadas em diversas circunstâncias[4], disponibilizando-se agora os resultados de novas análises elementares realizadas por Espectrometria de Fluorescência de Raios X (XRF) e Microscópio Electrónico de Varrimento com Espectrómetro de Raios X por dispersão de energias (SEM+EDS).

A navalha de barbear e o objecto em forma de pega[5] são produções tipologicamente atípicas do Ocidente ibérico. De facto, embora desprovidas de enquadramento estratigráfico seguro e conhecido, ambas as peças podem integrar-se num diversificado grupo de artefactos do território português que circularam entre os finais do II e os inícios do I milénio a.C., revelando afinidades morfológicas e estilísticas com modelos documentados no mundo mediterrâneo (Giardino, 1995; Vilaça, 2008; 2012).

As duas peças fazem parte do acervo do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1. 2. A navalha de barbear

De acordo com as parcas informações recolhidas, a peça terá sido encontrada na região de Beja, em contexto funerário, juntamente com um vaso cerâmico bicónico e uma fíbula de dupla mola (à data com paradeiro desconhecido) (Vilaça, 2009 e Vilaça, neste volume). Com base em paralelos tipológicos, o conjunto foi atribuído aos séculos VIII-VII a.C.

De um ponto de vista morfológico, a navalha apresenta uma lâmina larga e delgada com margens cortantes e perfil sub-rectangular. Não apresenta qualquer tipo de decoração. A morfologia semicircular da extremidade distal sugere a presença, nesta zona da peça, de dois orifícios. A lâmina encontra-se unida à pega através de um sistema de rebitagem. A pega, torcida e em forma de argola, é normalmente denominada "a tortiglione" (Bianco Peroni, 1979: tavv. 7-16) (Fig. 2).

No território português conhecem-se, pelo menos, quatro navalhas de barbear: além deste exemplar, os três restantes procedem das Caldas de Monchique, do Castro de Santa Luzia (Viseu) e do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior) (Vilaça, 2009, com respectiva bibliografia).

No entanto, de todas elas, a navalha de Beja é única no seu tipo em território português, por apresentar uma morfologia de óbvias afinidades com modelos documentados na península italiana, nomeadamente de contextos '*villanovienses*' dos séculos X-IX a.C. (Bianco Peroni, 1979: tavv. 7-16) (Fig. 3). Já as restantes navalhas são caracterizadas por um corpo ovóide e a presença de pedúnculo, inserindo-se nas produções próprias do mundo atlântico, nomeadamente de França e Ilhas Britânicas.

---

[4] Caso do poster intitulado *"Arqueometalurgia de dois casos de estudo de âmbito mediterrâneo do I milénio a.C. do Sul de Portugal"* apresentado por dois dos autores (C. Bottaini e R. Vilaça) no *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular* (Aroche, Outubro de 2013) e realizado no âmbito do projecto *Questionando o Bronze e o Ouro: produção e deposição do metal na Idade do Bronze do Ocidente Peninsular*, apoiado financeiramente pela Fundação Calouste Gulbenkian.

[5] Assim o designamos por não ser conhecida a sua função precisa.

1. 3. Objecto em forma de pega

A peça em causa é proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja) tendo sido oferecida ao Instituto de Arqueologia da FLUC em 1996. Desconhecem-se igualmente com precisão as circunstâncias do achado mas é admissível corresponder a contexto de natureza habitacional (Lopes e Vilaça, 1998).

Trata-se de peça em forma de pega, constituída por corpo central ligeiramente arqueado com decoração entrançada ou em forma de Y na face exterior. Nas extremidades possui duas argolas, uma delas com barra central. Quatro longos apêndices, de secção subcircular, desenvolvem-se a partir de uma destas argolas, abrindo-se em forma de leque, sendo rematados nas extremidades com discos decorados em espiral (Fig. 4).

De um ponto de vista funcional, permanece desconhecido o seu uso. Já o mesmo não sucede quanto ao seu enquadramento formal e decorativo, que permite incluir esta interessante peça num grupo de artefactos bem definido e caracterizado por forte padronização estilística, com uma distribuição geográfica também peculiar, concretamente entre a Península Ibérica e a Sardenha (Vilaça, 2004: 10-11; 2008: 392-393).

Com efeito, quatro exemplares (três fragmentados e um completo) similares, definidos por A. Taramelli como possíveis esticadores de arcos, fazem parte do importante depósito de Monte Sa Idda (Taramelli, 1921), enquanto outros quatro exemplares são oriundos da Península Ibérica. Um deles pertence ao depósito datado dos séculos XI-X a.C. do povoado de Las Lunas (Toledo) (Urbina Martínez et al., 2010). Os restantes são originários do território português, igualmente de contexto habitacional: para além do exemplar de Pé do Castelo, peças similares procedem do Monte de São Martinho (Castelo Branco) e do Castro de Pragança (Cadaval) (Vilaça, 2004; 2008) (Fig. 5).

A decoração em Y produzida pela técnica da cera perdida confere à peça em análise, tal como àquelas, inequívoco "ar mediterrâneo" de marcada identidade. Os mesmos motivos e técnica decorativa também se encontram em algumas das peças (v.g. suportes ou carrinhos) do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Viseu) (Silva et al., 1983-84). Numa dimensão espacial mais abrangente, a decoração entrançada remete para o mundo mediterrâneo, particularmente para a região da faixa siro-palestiniana (Matthäus, 1985).

2. Metodologia analítica

2.1. XRF

Realizaram-se várias medidas em diferentes zonas das peças com o objectivo de se identificarem possíveis heterogeneidades na composição do metal. As análises por XRF foram efectuadas sem preparação prévia das peças, optando-se pela não remoção da camada de alteração superficial presente nos dois artefactos.

O equipamento utilizado foi um espectrómetro portátil Bruker Tracer III SD equipado com um gerador de raios-X com ânodo em Ródio e um detector modelo X-Flash SDD. O feixe gerado de raios-X tem uma área de 7 mm^2. As condições utilizadas foram as seguintes: 40 KeV, 12,5 µA, tempo de adquisição de 60 segundos. A deconvolução dos dados foi realizada com o software ARTAX 7.1.

2.2. SEM+EDS

Numa segunda fase, procedeu-se em ambas as peças à limpeza de duas áreas de aproximadamente 1 mm^2 de forma a remover a camada superficial de corrosão. A remoção da pátina permitiu uma análise por áreas e um mapeamento químico através de um microscópio electrónico de varrimento com espectrómetro de raios X por dispersão de energias (SEM-EDS).

Foi utilizado um microscópio HITACHI S-3700N equipado com um sistema de microanálise Bruker Xflash® Silicon Drift Detector (129 EVE Spectral Resolution a FWHM/Mn Kα). A quantificação foi realizada com o software Bruker ESPIRIT, versão 1.9. As condições de adquisição para as zonas metálicas foram as seguintes: BSEM, 20 kV, distância de ~10 mm, 120 µA. Limites de deteção c. 0.1 wt%.

3. Resultados

Os resultados da análise qualitativa por XRF permitiram uma primeira abordagem qualitativa às duas peças, de forma a se identificarem os constituintes principais das ligas metálicas.

De acordo com os dados adquiridos, estamos perante artefactos fabricados em ligas binárias (Cu+Sn), com a presença de elementos secundários, nomeadamente As, Pb, Fe, Ag e Ti. (Fig. 6 e 7). Porém, a ocorrência destes elementos químicos dever-se-á à presença de impurezas ao nível da camada de corrosão superficial, não representando a real composição do metal.

De facto, a remoção da pátina numa área de aproximadamente 1 mm^2 permitiu realizar um mapeamento químico e uma análise quantitativa do metal abaixo da camada superficial por SEM-EDS.

Para a lâmina de Beja, os dados apontam para uma presença bastante inferior de Sn e uma ocorrência tendencialmente mais elevada de elementos secundários, concretamente Pb e Ni, como revela o quadro:

	Cu (wt%)	Sn (wt%)	Pb (wt%)	Ni (wt%)
Área 1	90.3	7.7	1.0	1.0
Área 2	90.4	7.6	1.0	1.0

Quadro 1: lâmina da região de Beja.

Na figura 8 é apresentado um mapeamento dos elementos químicos na zona de junção entre o rebite e o corpo da pega. Neste caso, a análise incidiu na camada superficial de corrosão. De todo o modo, as imagens confirmam uma relativa homogeneidade qualitativa entre as duas regiões.

Já no caso da pega do Pé do Castelo foram analisadas duas áreas distintas, tendo-se constatado os seguintes resultados:

	Cu (wt%)	Sn (wt%)	Ni (wt%)
Área 1	85.0	15.0	---
Área 2	84.8	14.5	0.7

Quadro 2: pega do Pé do Castelo.

Na figura 9 apresenta-se a imagem relativa ao mapeamento da zona sem pátina, mostrando-se a distribuição dos vários elementos químicos detectados. Também foram realizadas análises pontuais que parecem confirmar os dados quantitativos obtidos.

Ambas as peças são, portanto, constituídas por ligas binárias com teores de Sn que variam entre

7.6 wt%, na navalha de barbear, e 15.0 wt%, da pega de Pé do Castelo. O facto de a lâmina de barbear apresentar um teor de Sn mais pobre em relação ao objecto em forma de pega terá a ver com a técnica de produção do próprio artefacto. O controlo do estanho presente na liga abaixo de certos valores (~ 15.0 wt%) evita a formação de uma fase metálica mais dura e frágil que facilitaria o aparecimento de roturas durante o processo de martelagem da peça.

Já no caso do artefacto em forma de pega, a presença mais abundante de Sn denotará preocupações distintas por parte dos antigos metalurgistas. A forma da peça sugere que poderá ter tido um uso de excepção, onde a resistência não terá sido o requisito essencial. Também a adição de Sn em maiores quantidades parece traduzir a necessidade de aumentar a fluidez do metal fundido, o que se adequa muito bem ao fabrico pela técnica da cera perdida de um objecto sofisticado quer em termos formais, quer em termos decorativos.

Por outro lado, os teores de Sn de ambas as peças indiciam a não utilização de sucata nos processos de fabrico. Efectivamente, a reciclagem e refundição de bronzes provoca um empobrecimento de estanho, devido à oxidação preferencial deste elemento face ao Cu (Valério, 2012: 120). Os elementos secundários detectados na análise das zonas limpas somam, no total, cerca de 2.0 wt% (Pb e Ni) na navalha e 0.7 wt% (Ni) na pega, resultando, provavelmente, da presença de impurezas nos minérios utilizados na produção das peças.

Finalmente, o Fe encontra-se abaixo dos limites de deteção, sugerindo que, apesar da sua excepcionalidade estética, formal e funcional, a produção dos dois artefactos terá sido realizada através de processos produtivos bastante primitivos (Craddock et al. 1987).

4. Considerações finais

As análises químicas da navalha de barbear e do objecto em forma de pega permitiram identificar o tipo de ligas utilizadas na preparação das duas peças. Embora influenciada pela camada de corrosão, uma primeira abordagem superficial e não destrutiva por XRF permitiu determinar a composição qualitativa da liga em vários pontos das peças. É sabido que a presença da camada superficial, rica em elementos resultante dos fenómenos de alteração que os artefactos sofreram durante a sua deposição no solo, condiciona os resultados obtidos.

Optou-se, assim, por se repetirem as análises por SEM+EDS numa área limpa, removendo os produtos de alteração superficial em áreas restritas. Os dados revelaram que as duas peças foram fabricadas por ligas binárias (Cu+Sn) com uma presença relativamente reduzida de elementos secundários.

Apesar de as formas dos dois artefactos analisados mostrarem um claro carácter exótico, estando vinculadas a modelos de origem mediterrâneo, e não se podendo excluir a hipótese de constituírem importações, a sua composição química responde a padrões já conhecidos para o Bronze Final do Sul de Portugal.

Num outro plano de análise, a presença de metais com características morfológicas e funcionais de excepção em relação à produção metalúrgica local permite realçar a capacidade das comunidades indígenas, entre finais do II e inícios do I milénio a.C., em acolher novos modelos tipológicos, de origem mediterrânea. Por outro lado, essas comunidades não se limitaram a absorver de forma passiva esses novos tipos metálicos, mas souberam também ser criativas, reelaborando modelos exógenos de acordo com gostos locais.

Nessas produções de excepção, os antigos metalurgistas do Sul de Portugal (e em geral de todo o Ocidente ibérico) do Bronze Final/Ferro Inicial revelaram notável aptidão em receber impulsos

externos e transformá-los em modelos metálicos originais, demonstrando uma forte vitalidade, autonomia no fabrico e níveis de produção de indiscutível excelência.

Hoje em dia, são múltiplas as abordagens às materialidades arqueológicas. Entre elas, beneficiamos de técnicas de digitalização que permitem realizar modelos tridimensionais de alta definição, com óbvias e inequívocas vantagens na divulgação de peças. Chegados a este ponto, é isso mesmo que se procura proporcionar, convidando o leitor a interagir com os modelos incluídos no anexo 1. Para isso, basta pressionar o "rato" movimentando-o sobre as imagens.

Agradecimentos

A análise dos materiais decorreu no âmbito do projecto IMAGOS (Innovative Methodologies in Archaeology, Archaeometry and Geophysics – Optimizing Strategies) (ALENT-07-0224-FEDER-001761 and ALENT-07-0224-FEDER-001760). Agradece-se o INALENTEJO pela atribuição das seguintes bolsas: de pós-doc (primeiro autor), de licenciado (segundo autor) e de mestre (quarto autor).

Bibliografia

BIANCO PERONI, V. (1979) – *I rasoi nell'Italia continentale*, PBF VIII, 2, Munchen.
CRADDOCK, P.T. & MEEKS, N. D. (1987) – Iron in Ancient Copper, *Archaeometry,* 29 (2), 187-204.
GIARDINO, C. (1995) – *Il Mediterraneo occidentale fra il XVI e l'VIII sec. a. C. Cerchie minerarie e metallurgiche,* BAR International Series 612.
LOPES, C. & VILAÇA, R. (1998) – Peça do Bronze final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja), *Arquivo de Beja,* série III, 7-8, 63-84.
MATTHÄUS, H. (1985) – *Metallgefäße und Gefäßuntersätze der Bronzezeit, der geometrischen und archaischen Periode auf Cypern.* PBF II, 8, München.
SILVA, C.F., SILVA, C. T. & LOPES A. C. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze no Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul), *Lucerna.* Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 73-110.
TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda di Decimoputzu (Cagliari), *Monumenti Antichi,* 27, 5-108.
URBINA MARTÍNEZ, D. & GARCÍA VUELTA, O. (2010) – Las Lunas, Yuncler (Toledo). Un depósito de materiales metálicos del Bronce Final en la Submeseta Sur de la Península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria, 67* (1), 175-196.
VALÉRIO, P. (2012) – *Archaeometallurgical Study of Pre and Protohistoric Production Remains and Artefacts from Southern Portugal,* Lisboa (tese de doutoramento policopiada).
VILAÇA, R. (2004) – Ecos do Mediterrâneo no Monte de São Martinho (Castelo Branco): a propósito de um artefacto do Bronze final, *Estudos de Castelo Branco,* nova série, 3, 3-16.
VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da "presença mediterrânea" no centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In Celestino S., Rafel N., Armada X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ane). La precolonización a debate,* CSIS, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, Madrid, 371-400.
VILAÇA, R. (2009) – Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/inícios do I milénio a.C.: do espaço europeu ao território português, *Estudos Arqueológicos de Oeiras,* 17, 489-511.
VILAÇA, R. (2012) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions). In Aubet, E. & Pau, S. (coord.), Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas. Actas del Seminario Internacional, *Cuadernos de Arqueología Mediterránea,* Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 21, 13-30.
VILAÇA, R. (2014) – Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a. C. Entre a tradição e a inovação, (neste volume).

Anexo 1 – Digitalização das peças

A realização de modelos tridimensionais de objectos de interesse histórico-artístico e arqueológico tem registado, nos últimos anos, um incremento sensível em termos quer quantitativos – com o aumento de trabalhos nesta área – quer qualitativos – com a disponibilização de equipamentos cada vez mais potentes e económicos.

No caso específico das duas peças analisadas no presente trabalho, para a captura das respectivas formas foi utilizado um *scanner 3D NextEngine*. Ao se colocar o objecto em frente do equipamento, o scanner analisa e reconhece a forma da peça, criando um modelo tridimensional ou uma nuvem de pontos, segundo o princípio de triangulação.

O *software* utilizado na aquisição do modelo tridimensional foi o *ScanStudio™ HD*. Com vista à realização de modelos com alta definição, cada peça foi adquirida na modalidade 360º, a um ângulo *(single)* e a três ângulos *(bracket)*, recorrendo às seguintes condições de aquisição: 16 divisões, *points/IN.²* *40k HD, target NEUTRAL, range MACRO.* Tempo de aquisição: 54 minutos (360º), 3,4 minutos *(single)* e 10,2 minutos *(bracket)*.

As várias nuvens de pontos obtidas nesta primeira fase do processo foram de seguida alinhadas manualmente, o que resultou na criação de uma única malha. Devido ao peso desta malha, recorreu-se ao programa *MeshLab* com o objectivo de se reduzirem as dimensões do ficheiro. A exportação do modelo em formato *.pdf* foi criada com o *software Agisoft PhotoScan Pro.*
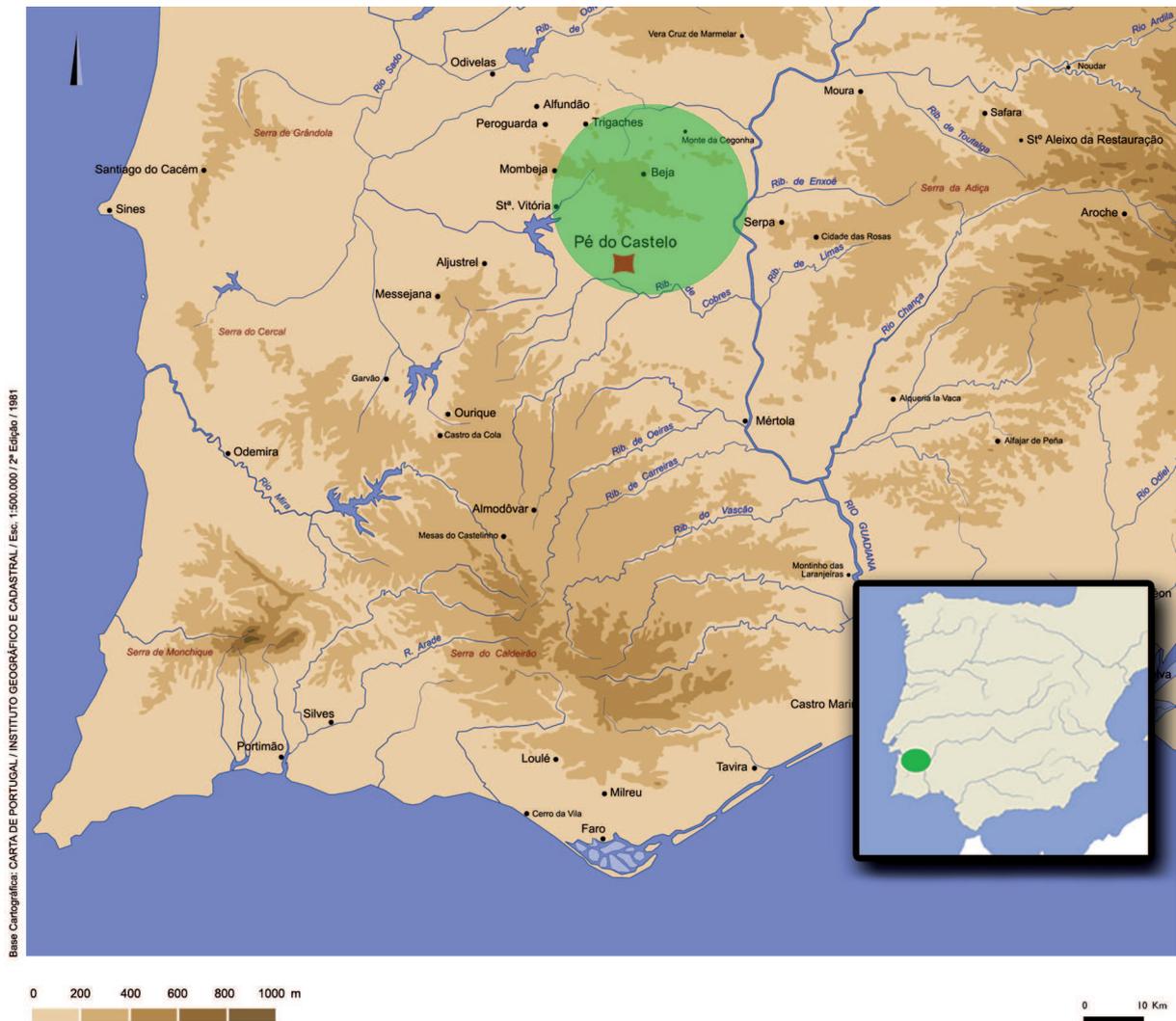
Fig. 1 – Localização da área de proveniência dos dois artefactos estudados.

Fig. 2 – Navalha de barbear.
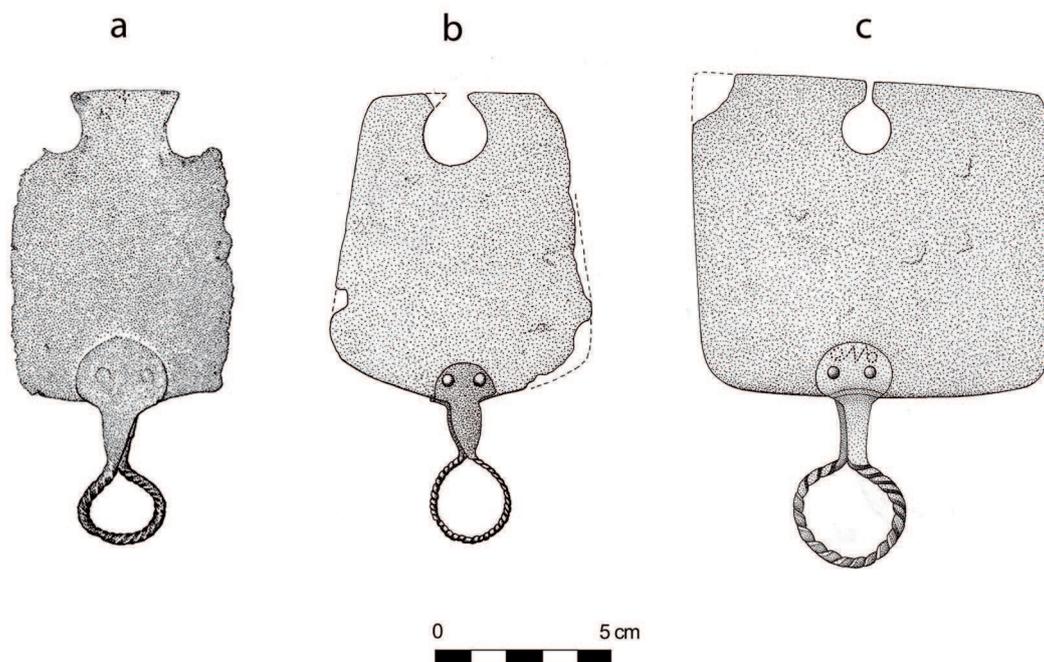
Fig. 3 – Paralelos entre a navalha da região de Beja (a) e alguns exemplares de âmbito mediterrâneo, nomeadamente de Tolfa (b) e Itália Central (c) (seg. Bianco Peroni, 1970, tav. 8, n. 99 e 103).

Fig. 4 – Objecto em forma de pega.
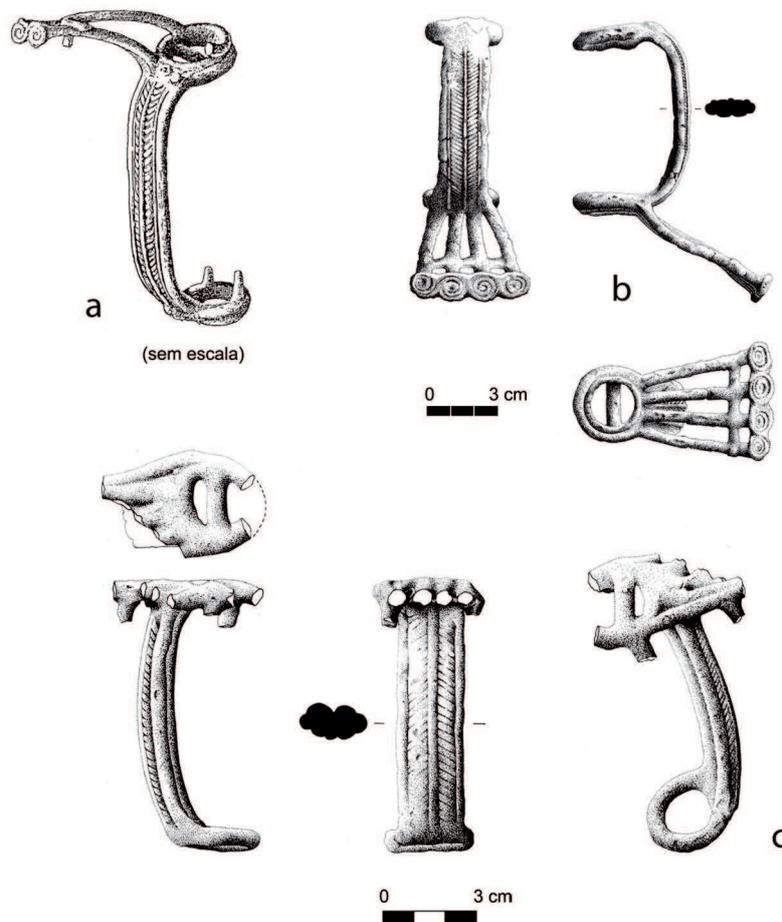
Fig. 5 – Paralelos tipológicos entre as pegas de Monte Sa Idda (Sardenha) (a), Pé do Castelo (b) e de Monte de São Martinho (Castelo Branco) (c).
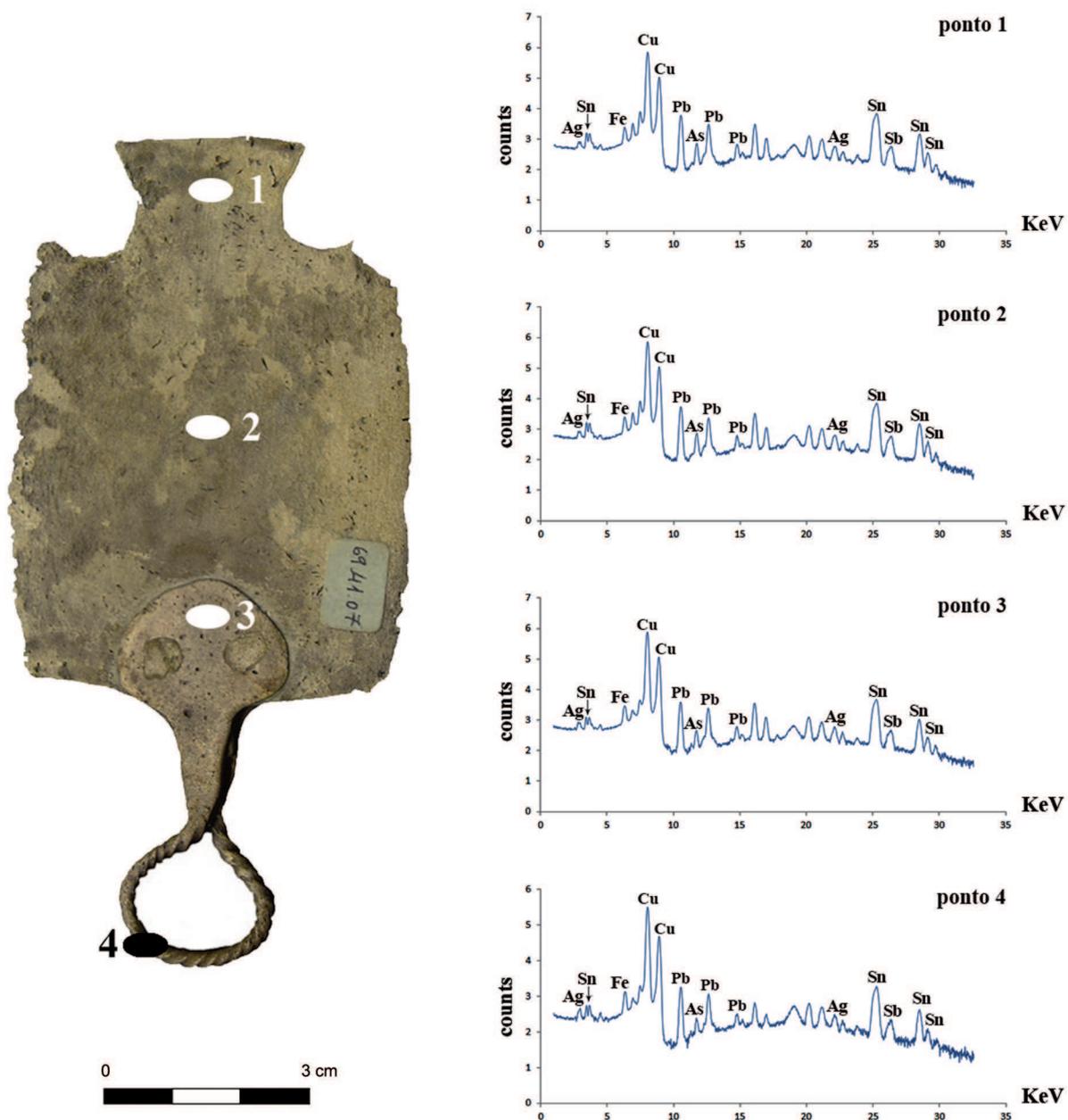
Fig. 6 – Zonas de análise da navalha de barbear por pXRF e respectivos espectros.
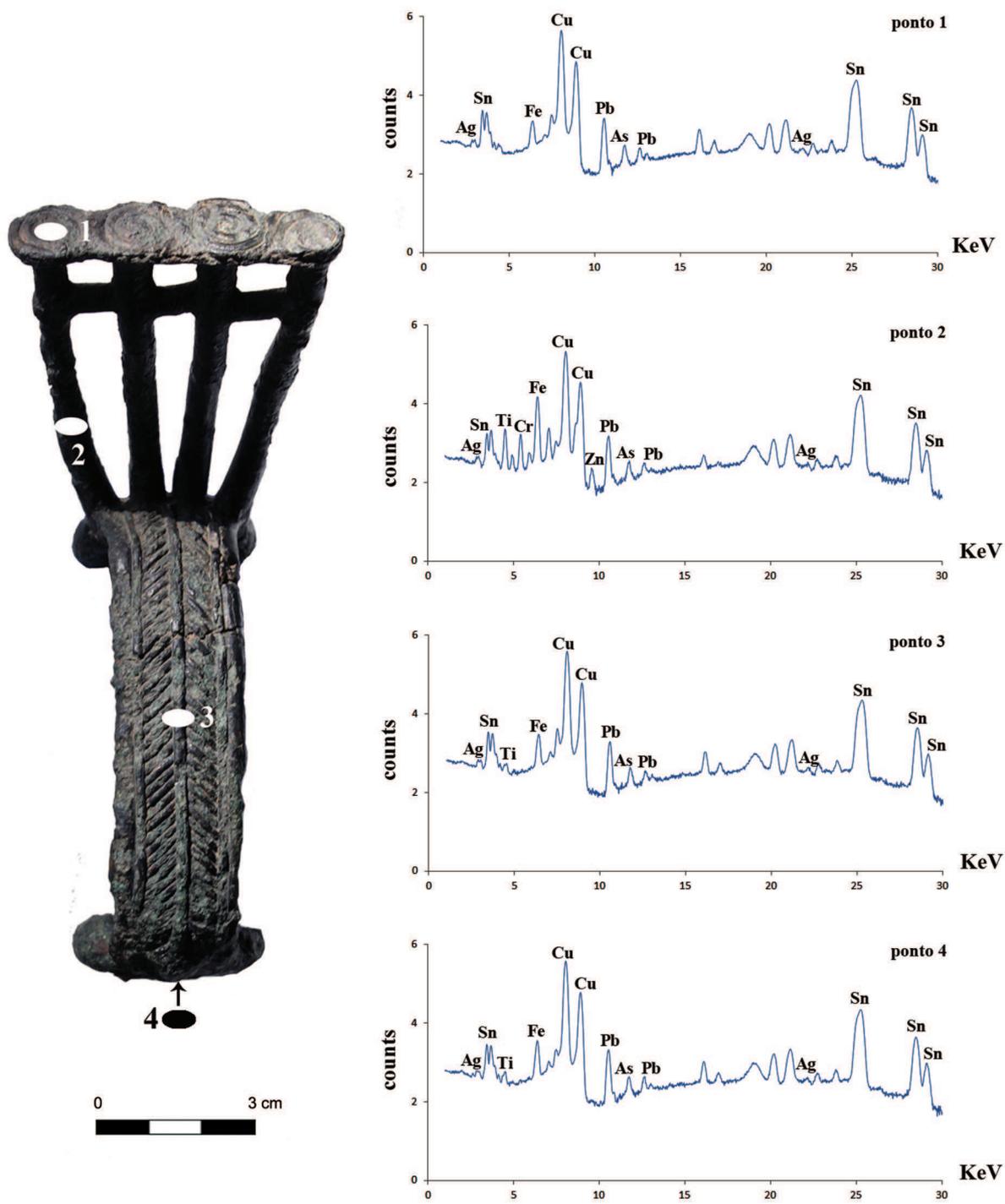
Fig. 7 – Zonas de análise do objecto em forma de pega por pXRF e respectivos espectros.
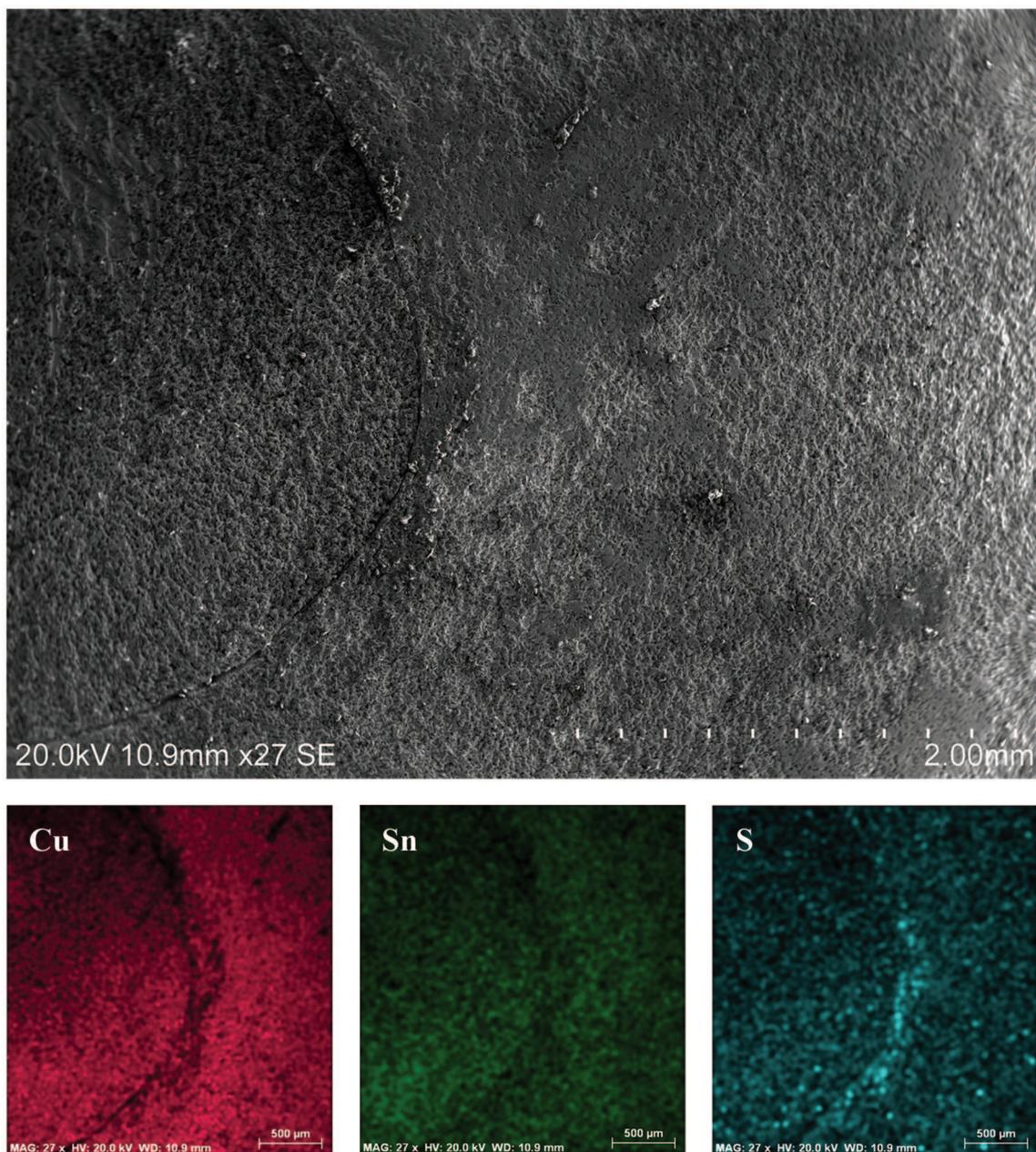
Fig. 8 – Mapeamento químico da área não limpa da navalha correspondente à junção entre o rebite e a pega, com a distribuição dos elementos detectados.
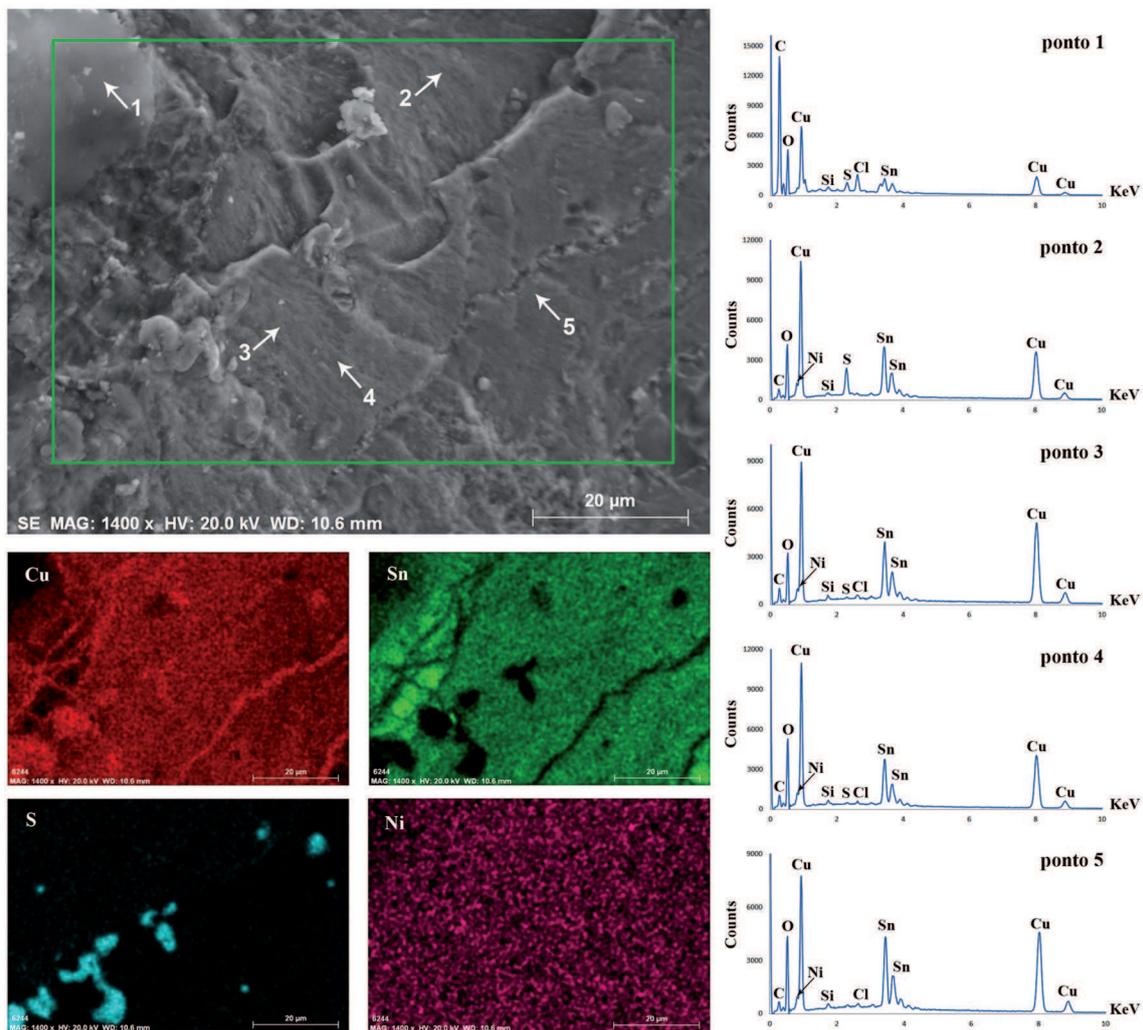
Fig. 9 – Mapeamento químico da área limpa no objecto em forma de pega, com a distribuição dos elementos detectados. Os espectros resultam da análise realizada em diversos pontos da superfície polida.